



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ – UESC**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO**  
**MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO – PPGE**

**INAIARA ALVES ROLIM**

**ENSINO MÉDIO NO/DO CAMPO COM INTERMEDIÇÃO TECNOLÓGICA:**  
expectativas de formação dos jovens de uma comunidade rural do município de Serra do  
Ramalho-BA

**ILHÉUS - BAHIA**  
**2021**

**INAIARA ALVES ROLIM**

**ENSINO MÉDIO NO/DO CAMPO COM INTERMEDIACÃO TECNOLÓGICA:**  
expectativas de formação dos jovens de uma comunidade rural do município de Serra do  
Ramalho - BA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em Educação – PPGE, da Universidade Estadual de Santa Cruz, como parte das exigências para obtenção do título de Mestre em Educação.

Linha de Pesquisa: Políticas Educacionais e Gestão Escolar.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Elis Cristina Fiamengue.

**ILHÉUS - BAHIA**  
**2021**

R748

Rolim, Inaiara Alves.

Ensino médio no/do campo com intermediação tecnológica: expectativas de formação dos jovens de uma comunidade rural do município de Serra do Ramalho – BA / Inaiara Alves Rolim. – Ilhéus, BA: UESC, 2021.

248 f. : il. ; anexos.

Orientadora: Elis Cristina Fiamengue.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Santa Cruz. Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em Educação – PPGE

Inclui referências e apêndice.

1. Educação rural. 2. Ensino médio. 3. Tecnologia educacional. 4. Juventude rural. 5. Política educacional. I. Título.

CDD 370.19346

**INAIARA ALVES ROLIM**

**ENSINO MÉDIO NO/DO CAMPO COM INTERMEDIÇÃO TECNOLÓGICA:**

expectativas de formação dos jovens de uma comunidade rural do município de Serra do  
Ramalho - BA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em Educação – PPGE, da Universidade Estadual de Santa Cruz, como parte das exigências para obtenção do título de Mestre em Educação.

Aprovada pela banca examinadora em 16 de abril de 2021.



---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Elis Cristina Fiamengue  
Universidade Estadual de Santa Cruz - UESC  
(Orientadora)



---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Emília Peixoto Vieira  
Universidade Estadual de Santa Cruz - UESC  
(Examinadora Interna)



---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Diógenes Valdanha  
Universidade Federal do Triângulo Mineiro - UFTM  
(Examinador (a) Externo (a))

À minha família e minhas amigas que me apoiaram e me deram forças nos momentos de desânimo; à minha orientadora e aos professores da banca; e especialmente a todos os participantes da pesquisa, alunos camponeses que resistem em meio ao descaso do governo com a Educação do Campo.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar a Deus, por me abençoar com esse mestrado, me guiando durante todo o percurso para agir com sabedoria e responsabilidade. Nos momentos de cansaço e desânimo Ele foi amigo fiel e restabeleceu meu ânimo.

Agradeço à minha família e meu noivo, pelo incentivo em buscar a realização de um sonho e pelo apoio constante nessa jornada. Um agradecimento especial à minha mãe e ao meu noivo que me coloram nesse caminho.

Agradeço à minha orientadora Elis Cristina Fiamengue pela paciência e parceria, tendo lido meu texto várias vezes e sempre contribuindo com observações importantes para a qualidade do trabalho. Sou grata pela oportunidade em participar do estágio docência, que me trouxe novos conhecimentos e se constituiu uma experiência inesquecível.

Agradeço as minhas amigas Sandra, Mary, Joelma, Maria e Eleni pelo apoio em todos os momentos dessa caminhada.

Agradeço as minhas amigas Líbia, Carla, Katiúscia e Fátima pela parceria, pelo carinho e por me acolher com tanta alegria. Em especial, agradeço a Líbia por ter sido uma irmã durante todo o tempo em que convivemos.

Agradeço ao PPGE, aos professores e a minha turma, pois por um ano a UESC foi como uma segunda casa, onde passei alguns dos momentos mais importantes da minha vida.

Agradeço aos professores desta banca de avaliação, que se disponibilizaram em contribuir com meu trabalho, enriquecendo-o com seu olhar atento e com suas observações.

Agradeço aos sujeitos do campo que aceitaram participar da minha pesquisa e contribuir na construção dos conhecimentos e no levantamento das informações necessárias para a escrita dessa dissertação. Sempre me receberam com carinho nas minhas visitas à escola e à comunidade, dispostos a escreverem comigo essa história de resistência e luta em prol da Educação do Campo.

Por fim, meu último agradecimento é para a diretora da escola e minha amiga Raine, que além de contribuir com minha pesquisa, foi presente desde o momento de minha inscrição, me incentivando e criando as condições para me ausentar da escola para cursar o mestrado.

Por último, agradeço a todos que lerão esse trabalho no futuro.

Não vou sair do campo/Pra poder ir pra escola  
Educação do campo/É direito e não esmola  
(GILVAN SANTOS, 2006)

## **ENSINO MÉDIO NO/DO CAMPO COM INTERMEDIACÃO TECNOLÓGICA:**

expectativas de formação dos jovens de uma comunidade rural do município de Serra do

Ramalho - BA

### **RESUMO**

Esta pesquisa está assentada na proposta de estudo do Ensino Médio no Campo com Intermediação Tecnológica – EMITec, tendo como pano de fundo as expectativas de formação dos jovens de uma comunidade rural da Ex-PEC Serra do Ramalho-BA. Na condição de professora da referida unidade escolar, é possível sentir angústias e inquietações a respeito de como a proposta pedagógica do Ensino Médio no Campo com Intermediação Tecnológica dialoga com as expectativas de formação dos jovens estudantes da referida comunidade. Os participantes foram as três professoras mediadoras, 14 jovens estudantes, a direção da escola do campo do município de Serra do Ramalho-BA, onde EMITec funciona, e a coordenadora geral do referido programa. A pesquisa seguiu a abordagem qualitativa, seguindo os passos da pesquisa participante, visto que integro o quadro de funcionários da escola, e a questão de pesquisa surge a partir das inquietações do coletivo de professores sobre a execução do programa. Para a geração dos resultados, foram utilizados a entrevista semiestruturada, o diário de campo, a análise documental e a observação direta. Observando os princípios éticos da pesquisa com humanos, este trabalho objetivou conhecer a proposta do EMITec, as expectativas de formação da juventude e como estas são contempladas na proposta pedagógica do EMITec. A pesquisa evidenciou que as políticas educacionais para o campo ainda são incipientes e carecem de reformulação para atender aos sujeitos desse espaço em todas as suas necessidades. Com relação à proposta pedagógica do Programa EMITec, observamos que esta segue um currículo padrão do Ensino Médio presencial e não contempla as especificidades culturais da juventude campestre. O EMITec está presente em todos os Territórios de Identidade da Bahia, mas executa uma proposta curricular única, sem adequar-se às características socioculturais das comunidades. Quanto às expectativas de formação dos jovens, percebemos que estes, embora enfrentem dificuldades para estudar, concebem a escola como facilitadora para alcançar um futuro melhor e continuar estudando. Essa investigação revelou que o descaso histórico com a educação do campo tem prejudicado a efetivação de algumas políticas públicas educacionais para o povo do campo, citando como exemplo o fechamento do EMITec na comunidade onde aconteceu a pesquisa. O descaso estatal tem causado desafios para esses estudantes continuarem estudando, pois precisam percorrer longos trajetos até a outra escola, e trazido prejuízos para a comunidade, como a desistência de muitos jovens em estudar. Os dados levantados serviram de base para a construção do Produto Educacional, que se constitui em uma avaliação do programa EMITec, apontando os pontos positivos e negativos. A partir dessa avaliação, propomos uma reestruturação da matriz curricular a partir do trabalho com Projetos Educacionais segundo as questões inerentes à cultura campestre e a realização de oficinas a serem desenvolvidas na parte diversificada do currículo do Ensino Médio.

Palavras-chave: Ensino Médio no Campo. Intermediação Tecnológica. Juventude Rural. Políticas Educacionais.



**HIGH SCHOOL IN THE COUNTRYSIDE WITH TECHNOLOGICAL INTERMEDIATION:** the youth expectations about their formation in a rural community of the county of Serra do Ramalho - BA

**ABSTRACT**

This research aims to study High School in the Countryside with Technological Intermediation - EMITec, having as its background the youth expectations about their formation in a rural community of the Serra do Ramalho - BA. As a teacher at the cited school, it is possible to feel anguish and worry about how the pedagogical proposal of High School in the Countryside with Technological Intermediation dialogues with the youth expectations about their formation in the mentioned community. The participants were the mediator teachers, the young students, the rural school managers in the municipality of Serra do Ramalho - BA, where EMITec works, and the program coordinator. The research followed the qualitative approach, following the steps of participatory research, since I am part of the school staff, and the research question arises from the concerns of the collective of teachers about the program's execution. For the results generation, semi-structured interviews, field diaries, document analysis, and direct observation were used. This work aims to know the proposal of EMITec, the youth expectations about their formation, and how these are considered in the pedagogical proposal of EMITec, observing the ethical principles of research with humans. The research showed that educational policies for the countryside are not enough and need to be reformulated to meet the countryside students in all their needs. Regarding the pedagogical proposal of the EMITec Program, we observed that it follows a standard high school curriculum and does not include the cultural specificities of peasant youth. EMITec is present in all Bahia's Territories of Identity but executes a unique curricular proposal without adapting to the sociocultural characteristics of the communities. Concerning the youth's expectations about their formation, we realized that, although they have study difficulties, they perceive the school as a facilitator to achieve a better future and help them keep studying. This investigation has revealed that the historical neglect of rural education has provoked a dismantling of public education policies for rural people, for example, the closure of EMITec in the community where the research took place. The state neglect has been impeding these students from continuing studying, as they need to travel long distances to the other school, which has brought losses to the community, such as the abandonment of many young people to study. The data collected served as the basis for the construction of the Educational Product, which constitutes an evaluation of the EMITec program, pointing out the positive and negative points. Based on this assessment, we propose a restructuring of the curricular matrix based on the work with Educational Projects according to issues inherent to the peasant culture and the realization of workshops to be developed in the diversified part of the High School curriculum.

**Keywords:** High School in the Countryside. Technological Intermediation. Rural Youth. Educational Policies.

## LISTA DE SIGLAS

ABED	Associação Brasileira de Educação a Distância
AD	Atividade Dirigida
APA	Avaliação Presencial por Área
AQ	Avaliação Qualitativa
AVA	Ambiente Virtual de Aprendizagem
BDTD	Biblioteca Brasileira Digital de Teses e Dissertações
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CAQ	Custo Aluno Qualidade
CAQI	Custo Aluno Qualidade Inicial
CEB	Conselho de Educação Básica
CEMIT	Centro Regional de Ensino Médio com Intermediação Tecnológica
CFR	Casa Família Agrícola
CNE	Conselho Nacional de Educação
CNS	Conselho Nacional de Saúde
CONJUVE	Conselho Nacional de Juventude
DCNEM	Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio
EAD	Educação a Distância
EMC@MPO	Ensino Médio no Campo com Intermediação Tecnológica
EMITEC	Ensino Médio com Intermediação Tecnológica
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
ENEMITEC	Simulado para Preparação para o Exame Nacional do Ensino Médio
ENERA	Encontro Nacional de Educadoras e Educadores da Reforma Agrária
FNDE	Fundação Nacional de Educação e Desenvolvimento
FONEC	Fórum Nacional de Educação do Campo
GESTEC	Gestão e Tecnologias aplicadas à Educação
HELPDESK	Balcão de Ajuda

IAT	Instituto Anísio Teixeira
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IP	Internet Protocol
IP TV	Internet Protocol Television
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MOODLE	Modular Object-Oriented Dynamic Learning Environment
MRC	Momento de Retomada dos Conteúdos
MST	Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
NRE	Núcleo Regional de Educação
ONU	Organização das Nações Unidas
PARFOR	Plano Nacional de Formação de Professores
PCN	Parâmetros Curriculares Nacionais
PCNEM	Curriculares Nacionais do Ensino Médio
PEC	Programa de Emenda à Constituição
PEC'SR	Projeto Especial de Colonização Serra do Ramalho
PNAIC	Pacto na Alfabetização na Idade Certa
PNERA	Pesquisa Nacional sobre Educação na Reforma Agrária
PNJ	Política Nacional de Juventude
PNLEM	Programa Nacional do Livro Didático para o Ensino Médio
PNPE	Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego
PPGEduC	Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade
PPP	Projeto Político Pedagógico

PROCAMPO	Programa de apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo
PROEJA	Programa de Integração de Educação Profissional ao Ensino Médio na modalidade de Jovens e Adultos
PROINFO	Programa Nacional de Tecnologia Educacional
PROJOVEM	Programa Nacional de Inclusão de Jovens
PROMED	Programa de melhoria e expansão do Ensino Médio
PRONATEC	Programa Nacional de acesso ao Ensino Técnico e Emprego
PRONERA	Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
PROUNI	Programa Universidade para Todos
REDA	Regime Especial de Direito Administrativo
SAEB	Sistema de Avaliação da Educação Básica
SECADI	Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão
SEC-BA	Secretaria de Educação do Estado da Bahia
SINAJUV	Sistema Nacional de Juventude
SNJ	Secretaria Nacional de Juventude
SUDEB	Superintendência de Desenvolvimento da Educação Básica
SUS	Sistema Único de Saúde
TCLE	Termo de Consentimento Livre Esclarecido
TICs	Tecnologias da Informação e Comunicação
UEFS	Universidade Estadual de Feira de Santana
UESB	Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
UESC	Universidade Estadual de Santa Cruz
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFRB	Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
UFSB	Universidade Federal do Sul da Bahia
UNEB	Universidade Estadual do Estado da Bahia
UNIVASF	Universidade Federal do Vale do São Francisco (Juazeiro)

UPA                    Unidade de Pronto Atendimento

VSAT                  Very Small Aperture Terminal

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 –	Quantitativo de escolas e matrículas do Ensino Médio na Bahia no meio urbano e rural. ....	32
Quadro 2 –	Matriz Curricular do EMITec .....	38
Quadro 3 –	Pareceres, Resoluções e Decretos que normatizam a Educação do Campo	58
Quadro 4 –	Programas no âmbito da Educação do Campo .....	60
Quadro 5 –	Programas e ações criadas para a Juventude.....	76
Quadro 6 –	Programas e ações dispostos na Cartilha de Políticas Públicas para a Juventude .....	81
Quadro 7 –	Programas no âmbito da Educação do Campo .....	83
Quadro 8 –	Monografia, Dissertações e Tese sobre o EMITec .....	113
Quadro 9 –	Ações nacionais e internacionais desenvolvidas para a Juventude.....	118
Quadro 10 –	Produção científica sobre Juventude e Juventude rural .....	118
Quadro 11 –	Gestão e profissionais do EMC@MPO e suas respectivas funções .....	122
Quadro 12 –	Organização das áreas do conhecimento do EMITec .....	138
Quadro 13 –	Espaços educativos, finalidade e recursos/estrutura do EMITec.....	147
Quadro 14 –	Requisitos e atribuições dos professores especialista e mediador do EMITec .....	148
Quadro 15 –	Instrumentos avaliativos, suas características e critérios .....	151
Quadro 16 –	Perfil dos professores mediadores de base do EMITec na escola pesquisada .....	153
Quadro 17 –	Perfil dos jovens estudantes do EMITec participantes da pesquisa.....	161

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 –	Organização do Programa EMITec .....	35
Figura 2 –	Representação da tecnologia utilizada para as transmissões do EMITec	36
Figura 3 –	Instrumentos avaliativos do EMITec .....	40
Figura 4 –	Localização do Município de Serra do Ramalho/BA .....	97
Figura 5 –	Presença do EMITec no território baiano .....	124
Figura 6 –	Dados de desempenho/resultados do EMITec 2011-2018.....	129
Figura 7 –	Exemplo de um Plano de Formação com base na Pedagogia da Alternância .....	204

## SUMÁRIO

	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	18
<b>1</b>	<b>REVISÃO DE LITERATURA/FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA</b> .....	25
<b>1.1</b>	<b>A Educação a Distância nas comunidades campesinas: o caso do</b> <b>Ensino Médio no Campo com Intermediação Tecnológica – EMITec</b> .....	25
1.1.1	Processo de implantação do Ensino Médio com Intermediação Tecnológica – EMITec em comunidades baianas .....	27
<b>1.2</b>	<b>A tecnologia como estratégia para a formação da juventude</b> <b>campesina</b> .....	41
1.2.1	Juventude, Educação e as Novas Tecnologias .....	46
<b>1.3</b>	<b>Educação do Campo</b> .....	52
<b>1.4</b>	<b>Relação entre políticas públicas e juventude</b> .....	69
<b>1.4.1</b>	<b>A juventude no contexto das políticas públicas</b> .....	71
<b>1.5</b>	<b>Juventude do meio rural</b> .....	84
<b>2</b>	<b>METODOLOGIA</b> .....	95
<b>2.1</b>	<b>Contexto da pesquisa</b> .....	96
2.1.1	Breve histórico de Serra do Ramalho.....	96
2.1.2	Espaço da pesquisa.....	99
2.1.3	Participantes da pesquisa.....	101
<b>2.2</b>	<b>Fases da pesquisa: processo de coleta de dados</b> .....	101
2.2.1	Primeira Fase – Procedimentos preliminares .....	102
2.2.2	Segunda Fase – Visita ao campo de estudo.....	102
2.2.3	Terceira Fase: A pesquisa de campo .....	104
<b>2.3</b>	<b>Mudança de percurso: o fechamento do EMITec</b> .....	108
<b>2.4</b>	<b>Um desafio no caminho: a pandemia de coronavírus – Covid-19</b> .....	109
<b>2.5</b>	<b>Cuidados éticos</b> .....	110
<b>2.6</b>	<b>Análise e tratamento dos dados</b> .....	111
<b>3</b>	<b>O QUE A PESQUISA REVELOU</b> .....	113
<b>3.1</b>	<b>Processo de implantação e funcionamento do EMITec: algumas</b> <b>considerações</b> .....	119
<b>3.2</b>	<b>A proposta pedagógica do EMITec e o diálogo com as expectativas de</b> <b>formação dos jovens</b> .....	133
3.2.1	Proposta e Organização Curricular do EMITec .....	137
3.2.2	Quem são os professores mediadores de base? .....	153



<b>3.3</b>	<b>Os jovens estudantes do Ensino Médio no Campo com Intermediação Tecnológica – EMITec</b> .....	161
3.3.1	A Escola Desperta .....	163
3.3.2	Mas afinal, quem são esses jovens? Como vivem? O que desejam? .....	166
<b>3.4</b>	<b>Expectativas de formação acadêmica dos jovens alunos do EMITec</b> .....	185
<b>3.5</b>	<b>Desmonte das políticas públicas educacionais para o meio rural: o caso do fechamento do EMITec</b> .....	195
<b>3.6</b>	<b>A Pedagogia da Alternância como possibilidade de materialização da Educação do Campo nas comunidades campesinas</b> .....	201
	<b>CONSIDERAÇÕES</b> .....	208
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	213
	<b>ANEXO A: OFICIO À DIREÇÃO ESCOLAR</b> .....	226
	<b>ANEXO B: TERMO DE CONSENTIMENTO À EQUIPE GESTORA</b> .....	227
	<b>ANEXO C: TERMO DE CONSENTIMENTO PARA ALUNOS MAIORES</b> .....	229
	<b>ANEXO D: TERMO DE ASSENTIMENTO PARA ALUNOS MENORES</b> .....	231
	<b>ANEXO E: TERMO DE CONSENTIMENTO PARA OS PAIS</b> .....	233
	<b>ANEXO F: TERMO DE CONSENTIMENTO PARA OS PROFESSORES MEDIADORES</b> .....	235
	<b>ANEXO G: QUESTIONÁRIO PARA ALUNOS</b> .....	237
	<b>ANEXO H: ENTREVISTA COM PROFESSOR MEDIADOR</b> .....	239
	<b>ANEXO I: ROTEIRO DE OBSERVAÇÃO PARA REGISTRO NO DIÁRIO DE CAMPO</b> .....	241
	<b>ANEXO J: ROTEIRO DE ANÁLISE DOCUMENTAL</b> .....	242
	<b>ANEXO K: ENTREVISTA COM COORDENADORA GERAL DO EMITEC</b> .....	243
	<b>ANEXO L: ENTREVISTA COM A DIREÇÃO ESCOLAR</b> .....	245
	<b>ANEXO M: ENTREVISTA COM MORADOR (A) DA COMUNIDADE</b> . 246	
	<b>APÊNDICE A - PRODUTO EDUCACIONAL - PLANO DE FORMAÇÃO PARA JUVENTUDE DO CAMPO</b> .....	248

## INTRODUÇÃO

Evoco para meu texto o sentimento de Santos (2006), porque me sinto representada em sua música. A canção compõe o livro *Cantares da Educação do Campo*, do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST. A obra traz músicas que cantam as belezas e riquezas do meio rural e os saberes de seu povo. A poesia das músicas evoca minha ligação com o campo, com a natureza e com os conhecimentos produzidos pelos sujeitos que vivem nesse espaço.

Venho de uma terra distante; filha de Maria e José, nasci em São Paulo, no ano de 1983, mas enquanto ainda era muito novinha, nos mudamos para o sertão do Ceará, terra de meus pais. Lá passei os primeiros anos de minha infância; morava com minha família em um sítio e era muito sapeca, pois tinha a natureza como meu parque de diversões, um mundo onde criava minhas aventuras e explorava seus mistérios. Meus pais sempre me deixaram livre para aproveitar minha infância: eu adorava brincar com meus amigos, meus primos, brincar de casinha dentro do curral, tomar banho de chuva e tomar banho no açude. Como vivíamos em uma terra com períodos de chuvas bem determinados, as brincadeiras na chuva e no açude eram as mais esperadas.

Mas nem tudo era brincadeira e os momentos sérios vinham na figura da escola. Nessa época, a diretora passava nas casas, montada em um cavalo, para fazer a matrícula das crianças; até os seis anos de idade, não frequentei a escola, a imagem daquela mulher enorme montada em um cavalo me dava medo, sempre que ela aparecia em minha casa, no início de cada ano, eu me escondia e chorava para não ir para a escola dela. Meus pais nunca me levaram para o grupo escolar nessa época.

Aos sete anos de idade, meu mundo se partiu. Nos mudamos para a cidade de São Paulo e a mudança foi drástica. A cidade grande com seu movimento e barulho ensurdecedor me assustava, como resultado eu chorava, pelas pessoas e por tudo que havia ficado para trás. Fui matriculada em uma escola e, devido à idade, me obrigaram a estudar; demorei a me acostumar, mas com o passar do tempo, passei a gostar das descobertas que os livros me proporcionavam. O tempo passou e descobri que a leitura era minha atividade favorita; eu podia conhecer outros lugares e criar outros mais, assim como aprender coisas novas. Dois anos depois, nos mudamos novamente, para a região sul da Bahia. Fomos morar em uma cidade pequena rodeada por fazendas de cacau. A imensidão das fazendas e da mata me fascinou; nessa região passei a viver os melhores dias de minha infância e início da adolescência. A maioria dos finais de semana passava na roça, na fazenda do pai de uma amiga. Lá eu podia correr à vontade, tomar banho de

rio, tirar fruta do pé e me empanturrar de cacau. Foi um contraste enorme entre o sertão cearense e o mar de verde do sul baiano. Mas, em ambos os casos, poder ter contato com a terra, com a natureza e os animais me fazia muito bem; percebi muito cedo que é no campo que encontro a mim mesma.

Entretanto, devido a questões relacionadas a trabalho, após quatro anos morando no sul da Bahia, nos mudamos para Feira de Santana. Nessa cidade, ficamos por dois anos, levando uma vida simples. Dois anos depois, nos mudamos para uma região rural do município de Bom Jesus da Lapa. Nesse meio tempo, concluí o Ensino Médio com louvor e ingressei na Universidade para cursar Pedagogia. Os quatro anos que passei na UNEB foram maravilhosos, pois cada tema novo me motivava a conhecer mais e a estudar a respeito de outros assuntos; a pesquisa me seduzia e assim passei a me preparar para continuar estudando. O componente curricular Educação do Campo revelou novos horizontes e me ajudou a encontrar meu objeto de estudo: os professores e jovens do campo.

Atuando como professora numa escola do campo durante o dia e tendo que ir à noite para a universidade, de moto, senti a necessidade de investigar e discutir, em meu trabalho de conclusão de curso, a respeito dos processos formativos e dos desafios que os professores do campo enfrentam. Esse trabalho foi o início de outros. Um ano após a conclusão do curso de Pedagogia, ingressei no curso de Especialização em Educação do Campo no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano – IF Baiano. Nessa época, em decorrência de minha atuação no Ensino Médio, meu objeto de estudo foi a cultura juvenil. Meu trabalho de conclusão teve como objetivo investigar se a cultura juvenil é contemplada, ou não, no contexto da proposta e prática pedagógica do Ensino Médio.

No decorrer do curso de especialização, comecei a me preparar para tentar ingressar em um mestrado. Mais uma vez, prossegui com os estudos no contexto da educação que se desenvolve no campo. Na escola onde atuo, desde o ano de 2006, funcionava o EMITec no turno noturno, e a maioria dos estudantes dos anos finais do Ensino Fundamental da escola continuava estudando à noite. Nesse sentido, o fato de viver e atuar como professora em uma escola do meio rural fez surgir a necessidade de pesquisar a respeito do mundo juvenil. Entendendo que a escola é um dos espaços onde acontece parte do processo de socialização dos jovens e, também, é espaço de “relações sociais entre sujeitos envolvidos – alunos, professores, funcionários, pais – que incluem alianças e conflitos, imposição de normas e estratégias (...)” (DAYRELL, 2007, p.

1118), estudar a respeito de como as experiências e expectativas de formação são tratadas no ambiente escolar é uma estratégia para desenvolver um trabalho pedagógico que contemple as especificidades dessa categoria da sociedade.

Nessa perspectiva, levando-se em conta que a juventude rural sofre com a invisibilização social (WEISHEIMER, 2013), sendo lesada em seus direitos básicos, há a necessidade de contribuir para desconstruir a imagem do jovem do campo como ingênuo, coitado e incapaz de construir novos conhecimentos. Fato que, muitas vezes, leva ao surgimento de uma educação fragilizada e dispensada de qualquer forma, sem coerência com a realidade desses jovens, sempre dada como uma educação compensatória.

Isso faz surgir a necessidade de aprofundar e intensificar os estudos a respeito dos jovens do meio rural e como o ensino por Intermediação Tecnológica dialoga com as experiências de vida dos jovens e contribui para sua formação, ao mesmo tempo em que é investigada a existência de políticas públicas educacionais para o campo e como elas são desenvolvidas na escola. Nesse sentido, um estudo a respeito da juventude de uma comunidade rural do município de Serra do Ramalho justifica-se pela necessidade de dar visibilidade a uma parcela da sociedade que é comumente associada ao trabalho no campo com a família.

O Ensino Médio com Intermediação Tecnológica – EMITec é um programa do Governo do Estado da Bahia, desenvolvido por meio da Secretaria de Educação, lançado em 2011, que oferta o Ensino Médio por meio da utilização de recursos tecnológicos. Esse programa atende jovens e adultos que residem em localidades distantes, ou de difícil acesso a escolas que ofertam o Ensino Médio regular, assim como localidades que não possuem profissionais com formação específica em determinadas áreas de ensino. Em sua matriz, o programa apresenta como metas a conclusão do Ensino Médio, a inclusão social e o prosseguimento nos estudos.

No contexto da unidade escolar onde aconteceu esta pesquisa, a oferta do Ensino Médio no Campo com Intermediação Tecnológica surge como uma alternativa para possibilitar o acesso de alunos que moram distantes das instituições de ensino regular e facilitar a conciliação entre trabalho e estudo. Seguindo o que está posto no Art. 4, inciso II, da Lei 9394/96 (Lei de Diretrizes e Bases), que dispõe: o poder público tem o dever de garantir a “universalização do Ensino Médio gratuito”, a proposta de ensino por Intermediação Tecnológica tem como centralidade favorecer o acesso dos jovens ao processo de ensino e aprendizagem em lugares remotos, assim como suprir a carência

de professores nessas comunidades por meio do ensino presencial.

A unidade escolar onde aconteceu a pesquisa, por meio de uma parceria entre a Secretaria de Educação do Município de Serra do Ramalho e o Governo do Estado da Bahia, disponibiliza seu espaço para o funcionamento do Ensino Médio por Intermediação Tecnológica no turno noturno. Com uma metodologia baseada em videoconferência e *chats*, a proposta de ensino do EMITec visa possibilitar a interação entre os alunos e o professor em tempo real, no momento da aula.

Nesse contexto, o EMITec surge como uma alternativa para promover a aprendizagem dos jovens e adultos do campo que não puderam concluir a educação básica ou não podem se deslocar para outros espaços, utilizando-se de recursos tecnológicos, uma vez que o governo não garante as condições necessárias para a oferta do ensino presencial. Ele surge para substituir o Programa Ensino Médio no Campo com Intermediação Tecnológica – EMC@MPO, que iniciou suas aulas com mediação tecnológica efetivamente em 2008, e é um dos programas estruturantes da Secretaria de Educação do Estado da Bahia – SEC/BA.

O programa EMITec é constituído por uma matriz curricular e conteúdos embasados nos documentos oficiais do Ministério da Educação – MEC, entre eles os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's). As aulas são transmitidas ao vivo e acontecem em escolas municipais, com a presença de um professor mediador. Essas aulas são mediadas por modernas plataformas tecnológicas e de telecomunicações, que preveem a possibilidade de videoconferência e acesso paralelo à comunicação interativa entre usuários empregando IP (*Internet Protocol*) por satélite VSAT (*Very Small Aperture Terminal*), através do *software* IPTV (*Internet Protocol Television*). Assim, como descreve (FERREIRA; SILVA; PEREIRA, 2016), o EMITec se constitui em uma alternativa pedagógica para atender a três vertentes desafiadoras da educação baiana: a extensão territorial do estado da Bahia, constituído por 417 municípios, a carência de docentes habilitados em diferentes componentes curriculares, sobretudo em localidades da zona rural, e a necessidade de articular o que acontece no mundo com os acontecimentos regionais e locais desses espaços. Essa alternativa visa tentar resolver a questão da oferta do Ensino Médio no campo, pela ausência do poder público nesse espaço, e garantir a escolarização dos camponeses.

A proposta curricular do EMITec se diferencia da proposta do EMC@MPO no que diz respeito à abordagem conceitual. Enquanto o segundo possuía um projeto de ensino pautado nos valores e na cultura do povo do campo, o primeiro adota um

currículo padrão do Ensino Médio regular. Esse fato traz um grande desafio para a proposta pedagógica do EMITec: contemplar a cultura local, valorizar os recursos naturais e especificidades econômicas, sociais e ambientais da comunidade onde está inserido. Mas, como fazer isso por meio da televisão? As possibilidades para que aconteça o diálogo entre a cultura local e os conteúdos formais estão com professores na sala de aula, com formação inicial e/ou continuada específica para a Educação do Campo.

De acordo com Bahia (2011), o programa objetiva promover acesso à educação pública de qualidade em todo o território da Bahia, reduzir desigualdades e aumentar o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) das comunidades assistidas. Entretanto, precisamos refletir em como alcançar esse desenvolvimento sem levar em conta as especificidades socioculturais das comunidades camponesas e dos jovens que daí fazem parte, uma vez que o EMITec se embasa no currículo do Ensino Médio presencial. Canário (2000, p. 134) ressalta que as escolas do meio rural se inserem na “identificação e invenção de práticas educativas portadoras de futuro” que levem em conta o vínculo com a comunidade da qual fazem parte, a partir da superação da forma e da instituição escolar instituída em fragmentos de tempo.

Nesse contexto, esta pesquisa teve como foco principal analisar a proposta pedagógica do Ensino Médio no Campo com Intermediação Tecnológica – EMITec desenvolvida no contexto de uma comunidade rural da EX-PEC Serra do Ramalho-BA e em que medida ela dialoga com as expectativas de formação dos jovens da comunidade em discussão. Durante esse processo, buscou-se: conhecer como acontece a implementação e funcionamento do EMITec numa escola de uma comunidade rural da EX-PEC Serra do Ramalho-BA; avaliar junto aos jovens da comunidade rural de Serra do Ramalho as contribuições do EMITec para sua formação; identificar as expectativas de formação dos jovens e compará-las com a proposta do EMITec; conhecer o perfil dos jovens estudantes do EMITec. Os dados levantados com a investigação serviram de base para a proposição do Produto Educacional, que se constitui em uma avaliação do programa com proposta de realização de minicursos, no formato de oficinas.

Para alcançar os dados necessários para a construção dessa discussão, optamos pela abordagem qualitativa de pesquisa, visto que buscamos compreender o significado do programa EMITec na vida dos jovens camponeses. Como os objetivos da pesquisa estão relacionados aos sentidos da educação no meio rural e como esta contribui com o desenvolvimento de seus sujeitos, a abordagem qualitativa proporciona maior

conhecimento de como a educação acontece no meio rural e como é tratada na agenda política. Adotamos a pesquisa participante devido ao fato de a pesquisadora conhecer a realidade discutida e atuar como professora na escola onde o EMITec funcionava.

Para compreender o comportamento dos jovens e sua relação com a escola, com o trabalho, com as tecnologias, suas formas de lazer e sociabilidade, bem como conhecer os desejos desses sujeitos para o futuro, fundamentamos o estudo em uma leitura crítica e dialética, pois buscamos conhecer a juventude do EMITec na sua relação com seu contexto social mais amplo. Assim, a realização do questionário com os jovens não pretendeu conhecê-los apenas no ambiente escolar, mas também identificar os elementos socioeconômicos e culturais que os orientam na constituição de sua identidade e como isso se manifesta na sua relação com a escola e com a educação. Para explorar o fenômeno em estudo e descrever suas características, utilizamos como métodos e técnicas para levantamento de informações a entrevista semiestruturada, o questionário, a análise documental e a observação. Assim, esta dissertação apresenta uma discussão dos dados coletados com a participação da diretora da escola, dos alunos, das professoras mediadoras e de cinco moradores da comunidade. Os dados foram significativos para a construção do Produto Educacional, pois foram fundamentais na orientação para a construção deste de acordo com as especificidades da educação campesina e dos interesses dos jovens estudantes. A construção das discussões apresentadas teve como recorte da pesquisa o período das produções acadêmicas que compreendem o período de 2011 a 2019.

Esta dissertação está organizada da seguinte forma: no capítulo 1, apresentamos as discussões teóricas que embasaram a construção da reflexão aqui empreendida. Buscamos autores que nos ampararam na realização da escrita sobre as categorias fundantes desta pesquisa, a saber: uma descrição minuciosa do EMITec; uma abordagem sobre a utilização das tecnologias na escola do campo e como a juventude campesina se apropria das tecnologias digitais; uma reflexão sobre a Educação do Campo, apontando suas especificidades, como está contemplada, ou não, no contexto das políticas públicas; e, por fim, fazemos uma análise sobre a juventude enquanto categoria social, os jovens no contexto das políticas públicas e as especificidades da juventude campesina.

No capítulo 2 descrevemos os caminhos metodológicos que conduziram esta pesquisa, evidenciando a abordagem, o tipo, o método da pesquisa, os procedimentos e os instrumentos para coleta de informações. Nesse capítulo, além de descrever o

percurso traçado para adquirir as informações necessárias, também descrevemos os principais obstáculos e desafios enfrentados nesse processo.

No capítulo 3 apresentamos as discussões iniciais sobre as informações adquiridas com a entrevista, a aplicação de questionário, a análise documental e a observação. Nesse capítulo, abordamos o processo de implantação e funcionamento do EMITec, fazendo um breve histórico de como o programa chegou até a escola, destacando a estrutura de funcionamento; em seguida discutimos sobre a proposta pedagógica do EMITec e como contempla as expectativas de formação da juventude campesina, fazemos uma descrição da proposta e uma caracterização das professoras mediadoras do programa; na seção seguinte, apresentamos o perfil dos jovens do EMITec, identificando sua relação com a escola, com o trabalho, com as tecnologias, suas maneiras de lazer e sociabilidade no meio rural e suas expectativas com relação à permanência nesse espaço; continuando, apresentamos as expectativas de formação dos jovens e o papel da escola na vida dos mesmos; por fim, fazemos uma reflexão sobre o desmonte das políticas públicas educacionais para o meio rural, com destaque para o fechamento do EMITec, analisando como a educação para o povo do campo tem se constituído ao longo do tempo, a invisibilidade da mesma na agenda política, a fragilidade dos serviços ofertados ao povo do campo e como o fechamento do programa está afetando a vida da juventude.

Por fim, apresentamos uma abordagem sobre a Pedagogia da Alternância e suas possibilidades de favorecer a materialização da Educação do Campo nas comunidades campesinas. Nesta seção, descrevemos brevemente a origem histórica da Pedagogia da Alternância e seu conceito; apresentamos um modelo de plano de formação por alternância e discutimos o motivo desse modelo educacional se constituir uma alternativa viável para garantir tanto a escola em sua comunidade, quanto uma proposta pedagógica construída segundo as especificidades do meio rural.

Como fruto da pesquisa, apresentamos o Produto Educacional, que se constitui em uma avaliação do programa EMITec, com indicações de uma reformulação dele e sugestão de um Plano de Formação para a juventude campesina, segundo as especificidades da Educação do Campo, contemplando o processo formativo e as necessidades dos jovens da comunidade onde aconteceu a pesquisa, tendo o trabalho como princípio educativo.



## **1 REVISÃO DE LITERATURA/FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

Neste capítulo são apresentados o enfoque teórico a respeito da Proposta Pedagógica do EMITec, as especificidades das tecnologias no contexto da escola do meio rural e como a juventude desse espaço faz uso das tecnologias digitais. Sobre a Educação do Campo e a identidade do jovem do campo, a discussão teórica evidenciou o trajeto percorrido pela educação dos povos do campo ao longo da história, as políticas educacionais desenvolvidas, bem como as mudanças que aconteceram na sociedade e as reivindicações dos movimentos sociais do campo que exigiram uma transformação cada vez maior no modelo educacional das escolas do campo no sentido de contemplar as especificidades socioculturais das pessoas desse espaço.

No que se refere à juventude, os estudos evidenciaram que deve ser considerada como categoria social que possui uma cultura própria, com elementos significativos que precisam ser considerados pela escola. Sendo constituída de formas diversas ao longo do tempo e de acordo com cada contexto, a juventude tem uma característica plural, fazendo-se necessário considerar a existência de juventudes. Assim, como sujeitos de direitos, os jovens necessitam de políticas públicas que os considerem como atores sociais, oportunizando a participação juvenil no processo de tomada de decisão e transformação de sua realidade.

### **1.1 A Educação a Distância nas comunidades campesinas: o caso do Ensino Médio no Campo com Intermediação Tecnológica – EMITec**

A Educação a Distância – EaD constitui-se uma modalidade de ensino que existe há muito tempo no Brasil e vem crescendo de maneira expressiva nas últimas décadas. De acordo com Moore (2008), a evolução da Educação a Distância ao longo do tempo pode ser caracterizada em cinco gerações: a primeira se caracterizou pela comunicação textual, por meio de correspondências; a segunda se constituiu pelo ensino por meio do rádio e televisão; a terceira foi marcada pela criação das Universidades Abertas; a quarta se caracterizou pela distância em tempo real, com cursos em áudio e videoconferência; e a quinta se configura pelo ensino e aprendizado *on-line*, onde o aluno frequenta classes e universidades virtuais, com base em recursos midiáticos <http://www>.

O crescimento da EaD tem sido ancorado pelo desenvolvimento e aperfeiçoamento das novas tecnologias da informação e comunicação (TIC's), em que as novas ferramentas digitais educacionais são utilizadas para propagação do conhecimento, tanto na sala de aula quanto no ambiente social onde os sujeitos interagem. A legislação brasileira, com a LDB 9394/96, Art. 80, dispõe que o “Poder Público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, e de educação continuada” (BRASIL, 1996). Já o Decreto n.º 5.622/2005, Art. 1º, caracteriza a Educação a Distância como modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino-aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares e tempos diversos (BRASIL, 2005).

No campo, a tecnologia atua, então, como meio para ampliar a educação em comunidades periféricas, de difícil acesso, como é o caso de muitas comunidades rurais, quilombolas, indígenas, entre outras, operando como promotora do desenvolvimento humano e social e viabilizadora da formação estudantil de sujeitos que não puderam concluir seus estudos. Desse modo, projetos educacionais EaD devem conceber o aluno como foco central, considerando suas especificidades socioculturais e o local onde ele vive e se relaciona com o outro.

No contexto das comunidades camponesas, os programas de educação a distância precisam estruturar-se a partir das especificidades locais, observando-se horários, ritmos de estudos, atividade extraclasse, períodos de chuva e colheita na plantação. De acordo com Godoy (2007, p. 24), “o desenvolvimento integral das populações assentadas depende da capacidade de garantir o acesso aos diversos direitos sociais, como a educação”. Ao oferecer condições adequadas para estudar, a EaD contribui de maneira efetiva com a aprendizagem dos estudantes do meio rural e diminui assim a evasão escolar de jovens e adultos camponeses. Nesse sentido, Silva, Pinheiro e Santos (2017) apontam que

os novos cenários educativos do ensino mediado por tecnologias podem levar o docente a romper as barreiras do uso da tecnologia, além de levá-los a compreender os desafios e as oportunidades do uso e da integração de artefatos tecnológicos diversificados no processo de ensino e aprendizagem tornando-o mais atrativo e instigante para os discentes e docentes. Por conseguinte, torna-se possível criar situações didáticas favoráveis à contextualização de conteúdos, ressignificando conceitos, e diminuindo o descompasso que existe entre a teoria e prática, bem como, estreitando a distância geográfica que pode comprometer o processo de ensino (p. 5957).

Nesse sentido, para suprir a necessidade da oferta da educação básica em todas as etapas nas comunidades rurais, dando possibilidades de acesso aos jovens e adultos que residem em comunidades distantes dos centros urbanos e escolas de ensino regular, têm sido criados programas de Educação a Distância para levar o Ensino Médio a essas comunidades. Como exemplo dessa iniciativa, temos, no âmbito do governo do Estado da Bahia, o Programa Ensino Médio com Intermediação Tecnológica – EMITec.

#### 1.1.1 Processo de implantação do Ensino Médio com Intermediação Tecnológica – EMITec em comunidades baianas

Para compreendermos como aconteceu o processo de implantação e funcionamento do Ensino Médio com Intermediação Tecnológica – EMITec, é necessário fazermos uma breve imersão na história dessa etapa da educação básica, como forma de entendermos seu papel no processo formativo da juventude, em especial a do campo. Assim, o Ensino Médio brasileiro tem seu berço no Brasil Colonial e nasceu sob a tutela dos padres jesuítas, do século XVI até o século XVIII; isso fazia com que o Ensino Médio tivesse uma estreita ligação com os preceitos religiosos, conferindo ao processo de ensino e aprendizagem um caráter mnemônico, repetitivo e de rigor disciplinar, pautado na ética religiosa e na reprodução do modelo social vigente, visto que era destinado apenas a uma pequena parcela da sociedade.

No ano de 1759, entretanto, o ensino jesuítico já não atendia aos interesses da coroa e esse fato culmina com a expulsão dos jesuítas do Brasil. Em substituição ao modelo de ensino desenvolvido pelos padres, a coroa portuguesa institui as aulas régias. Os professores eram escolhidos por indicação e sem habilidades comprovadas, mas como atendiam aos interesses políticos da época, recebiam cargos vitalícios. Naturais do sistema educacional dos jesuítas, esses professores desenvolviam um trabalho pautado em métodos reprodutivistas e excludentes. A expulsão dos jesuítas, no entanto, não representou uma transformação no modelo de ensino, pois continuou seletivo e elitista, tendo como meta apenas a preparação dos herdeiros de fazendeiros, negociantes, médicos e advogados para ingressarem em instituições de ensino superior fora do país, assim como nos cursos superiores nascentes no início do século XIX (ROMANELLI, 1986).

Nesse período, aconteceu uma divisão na responsabilidade da oferta de ensino que contribuiu para o esfacelamento da educação formal das camadas populares: às

províncias, possuidoras de recursos limitados, cabia a oferta do ensino primário e secundário, enquanto o ensino superior ficava a critério da Corte.

Essa situação perdurou ao longo dos anos e, por muito tempo, o acesso à educação formal esteve restrito a uma determinada camada social. Apenas em 1930 começam a acontecer mudanças significativas na esfera educacional brasileira; com a Revolução de 1930, liderada por Getúlio Vargas, é criado o Ministério da Educação a partir das iniciativas de Francisco Campos. O Decreto Lei n.º 4.244, de abril de 1942, instituiu a criação da Lei Orgânica do Ensino Secundário, vigorando até o ano de 1971; ela deliberou que o ensino primário fosse constituído de quatro anos e o ensino secundário de sete anos, destes, quatro anos eram destinados ao ginásio e três anos ao colegial. Posteriormente, com a criação da Lei n.º 5.692 de 1971 ocorre uma nova mudança no sistema de ensino: promove-se a unificação do ginásio e primário, originando o primeiro grau com oito anos de duração, e o colegial, que continuou com três anos de duração, passou a ser denominado de segundo grau. Nessa nova configuração e de acordo com a Lei, a etapa educacional do segundo grau deveria ser destinada à profissionalização, seja de nível técnico ou auxiliar técnico.

A partir do ano de 1982, essa Lei deixa de vigorar, pois é alterada pela Lei n. 7.044, de 18 de outubro de 1982, que modificou dispositivos da Lei n.º 5.692, de 11 de agosto de 1971, referentes à profissionalização do ensino de 2º grau. Com essa Lei é retirada a obrigatoriedade da profissionalização do Ensino Médio e cria-se equivalência para o Ensino Superior. Temos aí discussão histórica entre ensino propedêutico para a classe média e alta, visando formar para ir à universidade, e o ensino profissionalizante para a classe trabalhadora, limitando sua ida para a universidade.

Em 1988, é promulgada a Constituição Federal do Brasil e com ela a escola e o Ensino Médio brasileiro passam por novas transformações. Com esta Carta Magna, o Ensino Médio passa a ser discutido do ponto de vista da extensão e da universalização, sendo dever do Estado garantir a toda a população que tenha concluído as demais etapas da educação básica o acesso público e gratuito a esse nível de ensino. Também foram criadas novas diretrizes para a educação que culminaram, posteriormente, com a criação das Leis de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9394 de 1996), favorecendo a ampliação do Ensino Médio para as camadas populares, sendo necessário pensar seu papel como formação geral, uma disputa histórica cheia de dualismo, que se conseguiu, no embate político, construir o EM geral aliado à formação para o trabalho. Em 1997,

pouco depois, o Decreto Presidencial 2208 separa novamente escola profissionalizante e formação geral.

Diante dessa mudança, a oferta do Ensino Médio não contou com insumos e recursos financeiros suficientes para garantir uma educação de qualidade. Com relação à responsabilidade da União e dos Estados na oferta do Ensino Médio, é importante salientar o que está posto na LDB 9394/96 em seus Arts. 9º e 10º.

Art. 9º. A União incumbir-se-á de: (...) IV – estabelecer, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, competências e diretrizes para a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio, que nortearão os currículos e seus conteúdos mínimos, de modo a assegurar formação básica comum (...). Art. 10. Os Estados incumbir-se-ão de: (...) VI – assegurar o ensino fundamental e oferecer, com prioridade, o ensino médio a todos que o demandarem, (...) (BRASIL, 1996).

De acordo com os artigos, o Estado deve garantir a implantação de um ensino que atenda a toda a população e que seja, também, garantido pela União; esse documento traz as diretrizes que normatizam o funcionamento e oferta dessa etapa da educação básica, mas as condições de ensino, de acesso e de permanência do aluno no Ensino Médio não ficam claras. Nesse sentido, é necessário levar em conta o contexto de disputa em que a LDB foi construída, desde a sanção da sua primeira versão em 1961 (Lei 4.024/61), ajustada para organizar o ensino ao novo quadro político (golpe militar de 1964), passando pela segunda versão em 1971 (Lei 5.692/71), com o objetivo de atender as demandas do ensino primário e médio, alterando a sua denominação para ensino de 1º e 2º graus, até a terceira versão de 1996 (Lei 9394/96) – a mais completa legislação em favor da educação já escrita. Nessa disputa histórica está a Formação geral ou Formação para profissionalizar a classe trabalhadora.

O Ensino Médio é responsabilidade prioritária dos governos estaduais que, como está previsto na Carta Magna de 1988, devem investir, no mínimo, 25% de sua receita de impostos nessa etapa de escolaridade. Tal vinculação constitucional de fundos públicos para a educação, nomeadamente conhecida como recursos para Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE), recebe regulamentação no texto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em seus Arts. 70 e 71 (ADRIÃO, *et al.*, 2017).

No que diz respeito ao Plano Nacional de Educação, a Lei n.º 10.172, de 9 de janeiro de 2001, dispõe que “as diretrizes do Plano Nacional de Educação apontam para a criação de incentivos e a retirada de todo obstáculo para que os jovens permaneçam no sistema escolar e, aos 17 ou 18 anos de idade, estejam concluindo a educação básica

com uma sólida formação Geral” (BRASIL, 2001). A Lei n.º 13.005, de 25 de junho de 2014, na Meta 3, determina: “universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de quinze a dezessete anos e elevar, até o final do período de vigência deste PNE, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para oitenta e cinco por cento” (BRASIL, 2014). Para tanto, apresenta como estratégia

3.1. Institucionalizar programa nacional de renovação do ensino médio, a fim de incentivar práticas pedagógicas com abordagens interdisciplinares estruturadas pela relação entre teoria e prática, por meio de currículos escolares que organizem, de maneira flexível e diversificada, conteúdos obrigatórios e eletivos articulados em dimensões como ciência, trabalho, linguagens, tecnologia, cultura e esporte, garantindo-se a aquisição de equipamentos e laboratórios, a produção de material didático específico, a formação continuada de professores e a articulação com instituições acadêmicas, esportivas e culturais; (...) (BRASIL, 2014).

Nesse documento já é possível observar uma mudança na concepção do modelo de ensino e aprendizagem adotado no Ensino Médio; ao propor uma renovação do ensino médio, com práticas pedagógicas interdisciplinares estruturando teoria e prática, propõe-se o rompimento com metodologias tradicionais, mudança na visão do professor como detentor do saber e do aluno como depósito de informações. Nessa nova perspectiva o aluno passa a ser o centro do processo de ensino e aprendizagem e sua cultura e conhecimentos prévios passam a ser levados em conta. Essa mudança ocorre em função das transformações políticas, econômicas e sociais pelas quais vem passando nosso país resultantes do processo de globalização.

São finalidades do Ensino Médio no Brasil segundo o Art. 35 da LDB:

I – a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando prosseguimento dos estudos; II – a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação e aperfeiçoamento posteriores; III – o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico; IV – a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina.

Depois de quase 10 anos de disputas sobre o Ensino Médio, o grupo da sociedade civil conseguiu aprovar esse texto no documento. No ano seguinte, logo depois da aprovação da LDB, Fernando Henrique Cardoso, como presidente, publicou o Decreto 2208/1997, que derrubou tudo isso. O Ensino Médio congrega uma diversidade de papéis que na prática não são realizados de forma que satisfaçam os desejos e necessidades do estudante ou que vão ao encontro das especificidades culturais e sociais

dos estudantes. Entendemos, então, que o Ensino Médio deve ser estruturado a partir de uma proposta político-pedagógica atualizada e em consonância com a realidade do educando.

No que concerne aos jovens e adultos que residem no meio rural e não podem frequentar uma escola de ensino regular, devido à distância e à dificuldade de deslocamento, cursar o Ensino Médio constitui-se um desafio, exigindo do governo a criação de políticas públicas educacionais para garantir a essas pessoas a conclusão da educação básica. O PNE 2014-2024, em suas metas 3 e 11, no que se relaciona ao Ensino Médio para os estudantes do campo, aponta

3.7. fomentar a expansão das matrículas gratuitas de ensino médio integrado à educação profissional, observando-se as peculiaridades das populações do campo, das comunidades indígenas e quilombolas e das pessoas com deficiência; 11.9. expandir o atendimento do ensino médio gratuito integrado à formação profissional para as populações do campo e para as comunidades indígenas e quilombolas, de acordo com os seus interesses e necessidades, (BRASIL, 2014).

Entretanto, a oferta do Ensino Médio para as populações do campo ainda é precária. O Ensino Médio no campo tem como alvo jovens e adultos que, em sua maioria, trabalham em lavouras, precisam seguir o calendário das colheitas, possuem costumes, linguagens, estilos de vestir-se e falar específicos e que se distinguem em cada espaço. Nesse cenário, a educação para os sujeitos camponeses se configura como um instrumento facilitador da construção de conhecimentos e da formação cidadã objetivando o desenvolvimento das comunidades rurais. De acordo com uma pesquisa realizada em 2018 pela Agência Cooperação Brasil – KoBra, 51,3 milhões de pessoas entre 15 e 29 anos vivem no Brasil, 84,8% delas em aglomerados urbanos e 15,2% em áreas rurais<sup>1</sup>. Conforme dados do INEP (2018), no meio rural brasileiro há um número irrisório de escolas que ofertam o Ensino Médio regular; no âmbito nacional, a rede estadual rural de ensino conta com 2.810 escolas, enquanto o meio urbano conta com 17.569 escolas. Os dados mostram que há uma discrepância entre a oferta do Ensino Médio no meio urbano e rural, revelando a necessidade de políticas públicas para a educação que garantam não apenas a oferta, mas a disponibilidade de recursos, profissionais habilitados para atuar segundo as particularidades socioculturais do povo do campo, construção de escolas com infraestrutura adequada às diversas atividades

---

<sup>1</sup> Disponível em: <https://www.kooperation-brasilien.org/pt-br/evento/mesa-redonda-brasil/mesa-redonda-brasil-2018-1>.

pedagógicas e aos desejos dos jovens camponeses, com o objetivo de promover a permanência dos estudantes na escola e uma educação de qualidade para os sujeitos do meio rural.

No estado da Bahia, a população alcançou a marca dos 14.016.906 milhões em 2010, divididos em 417 municípios, sendo 10.102.476 milhões de pessoas que residem na zona urbana e 3.914.430 milhões na área rural (IBGE, 2010). O percentual de jovens no estado baiano, segundo dados do IBGE (2010), era de 28,2%. Com relação à oferta de escolas de Ensino Médio regular, a Bahia conta com 966 escolas no meio urbano, com um total de 429.646 mil estudantes matriculados, já no meio rural o estado conta com 151 escolas, com 26.758 mil estudantes matriculados (INEP, 2018). O Quadro 1 mostra o total de escolas e alunos matriculados nas três séries do Ensino Médio no estado da Bahia.

Quadro 1 – Quantitativo de escolas e matrículas do Ensino Médio na Bahia no meio urbano e rural.

Total de escolas	1.117	
Meio urbano	966 escolas	
Matrículas	Matrículas 1º ano	172.315 estudantes
	Matrículas 2º ano	136.410 estudantes
	Matrículas 3º ano	120.921 estudantes
Meio Rural	151 escolas	
Matrículas	Matrículas 1º ano	10.593 estudantes
	Matrículas 2º ano	8.634 estudantes
	Matrículas 3º ano	7.531 estudantes

Fonte: elaborado pela autora com base em informações do Censo Escolar (INEP, 2018).

Diante do número expressivo de matrículas nas escolas do meio rural, entendemos que a educação do campo precisa de investimentos tanto no que diz respeito à oferta de escolas com infraestrutura adequada, quanto em relação à garantia de um modelo educativo com uma proposta curricular específica que contemple as especificidades locais e as necessidades dos sujeitos desse espaço. Esta é uma proposição que objetiva construir uma relação dialógica entre os conhecimentos locais e os globais, por meio da adoção de estratégias dinâmicas e conteúdos contextualizados com a realidade dos jovens estudantes do meio rural.

Nesse contexto, o Programa Ensino Médio com Intermediação Tecnológica (EMITEC) foi lançado em 2011 pela Secretaria de Educação do Estado da Bahia, em



substituição ao Programa Ensino Médio no Campo com Intermediação Tecnológica (EMC@MPO). O EMC@MPO iniciou suas aulas com mediação tecnológica efetivamente em 2008, conforme Portaria da Secretaria Estadual de Educação n. 15.007/2008, publicada no Diário Oficial do Estado da Bahia, em 18 de setembro de 2008, e foi implantado em 2009. O EMC@MPO teve como referência ações realizadas pelo Governo do Estado do Amazonas, desenvolvidas para propiciar a conclusão da educação básica a jovens e adultos do campo e que não têm possibilidades de frequentar o Ensino Médio regular.

Atendendo aos seus objetivos, no ano de 2010, o EMC@MPO tinha 9.500 estudantes matriculados e 3.581 estudantes concluíram o Ensino Médio. Em 2011, de acordo com a Portaria da Secretaria Estadual da Educação n. 1.131/2011, publicada no Diário Oficial do Estado da Bahia, em 1º de abril de 2011 (artigo 1º), o EMITec substituiu o EMC@MPO e, em 14 de março de 2011, toda a rede estadual voltava às aulas com o programa presente em 362 comunidades de 133 municípios do estado da Bahia, garantindo o atendimento de adolescentes, jovens e adultos camponeses que moram distantes das escolas de Ensino Médio Regular (ARANHA, 2018).

Assim, o EMITec surge na escola do meio rural como uma possibilidade de que os jovens desse espaço permaneçam na escola e deem continuidade aos seus estudos sem precisarem sair de sua localidade. Criado em 2011 e normatizado pela portaria n. 424/2011, de 21 de janeiro de 2011, o EMITec é uma política educacional que apresenta uma proposta de oferecer o Ensino Médio aos jovens e adultos pertencentes a comunidades e não têm condições de deslocar-se diariamente até a rede Estadual de ensino regular. Ao utilizar-se de serviços de comunicação multimídia com som e imagem, o programa transmite as aulas via satélite e procura promover a interação entre o professor a distância por meio de chats mediados pelo monitor presencial. Segundo Rabelo (2006, apud SANTOS; ARAÚJO, 2017, p. 3), a utilização das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) possibilita “[...] não só o atendimento a grandes contingentes de alunos, dispersos geograficamente, mas também a igualdade de oportunidades educativas e, conseqüentemente, a inclusão social”. No entanto, é necessário levar em conta o sinal de internet, a ausência de relação entre os saberes locais e os conteúdos, falta de dinamicidade das aulas, calendário e currículo descontextualizados da realidade camponesa.

A implantação do EMITec é de responsabilidade da Secretaria de Educação em articulação com a Superintendência de Desenvolvimento da Educação Básica – SUDEB

e Instituto Anísio Teixeira – IAT. Para garantir essa parceria, o Programa conta com um Comitê Gestor, formado por representantes da Superintendência da SEC – SUDEB, do IAT e do Gabinete do Secretário, cuja função é possibilitar as condições políticas, institucionais e técnicas para a execução do Programa, garantindo a organização dos processos de gestão por meio do monitoramento das ações do EMITec.

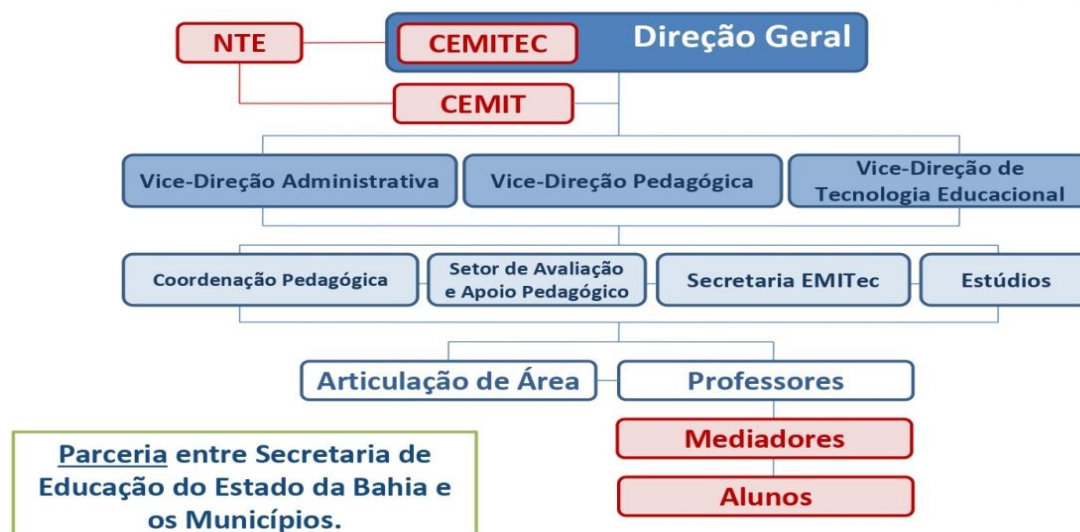
O centro de produção e transmissão de aulas do EMITec está localizado no Instituto Anísio Teixeira, situado em Salvador. Nesse centro acontece o planejamento e geração das aulas, gestão da produção e postagem dos instrumentos avaliativos, acompanhamento da vida acadêmica dos alunos e promoção de cursos de capacitação para mediadores<sup>2</sup>. De acordo com as Orientações Gerais para Mediadores do EMITec (2013), o programa está estruturado de acordo com os seguintes seguimentos: a) Coordenação Executiva do EMITec: gestão geral do Programa; b) Coordenação Pedagógica e de Área: profissionais com formação diversificada, com o papel de fornecer orientação e acompanhamento pedagógico a professores e mediadores; c) Secretaria do EMITec: composta por uma equipe que colabora com a Coordenação Executiva do EMITec; d) Setor de Avaliação: responsável pela organização, revisão e postagem no AVA das avaliações realizadas pelos estudantes do EMITec; e) Coordenação de Estúdio: equipe de profissionais que atua diretamente na gestão dos trabalhos realizados nos estúdios que atendem ao programa; f) Professores: profissionais da Rede Estadual de Educação, especialistas em diferentes áreas do saber, responsáveis por ministrar as aulas, construção das avaliações e pela elaboração dos instrumentos de suporte à aprendizagem dos alunos; g) NRE/CEMIT/Escolas de Vinculação: estabelecem contato direto com a Coordenação Executiva e Secretaria EMITec, com a função de acompanhar as turmas do EMITec, através dos Coordenadores Locais e Diretores; h) Mediadores: profissionais da área de educação que, embora não ministrem aulas, são fundamentais para o desenvolvimento das ações pedagógicas junto aos estudantes atendidos pelo Programa, realizando o acompanhamento da vida escolar do estudante, como a frequência, aplicação e correção dos instrumentos avaliativos dos estudantes; i) Alunos: jovens e adultos matriculados no Ensino Médio da Rede Estadual de Educação do Estado da Bahia, para as turmas do

---

<sup>2</sup> BAHIA (Estado). **Orientações Gerais para Mediadores do EMITec**. Salvador: Secretaria de Educação, 2013.

EMITec. A Figura 1 nos possibilita uma visualização de como o Programa EMITec está organizado.

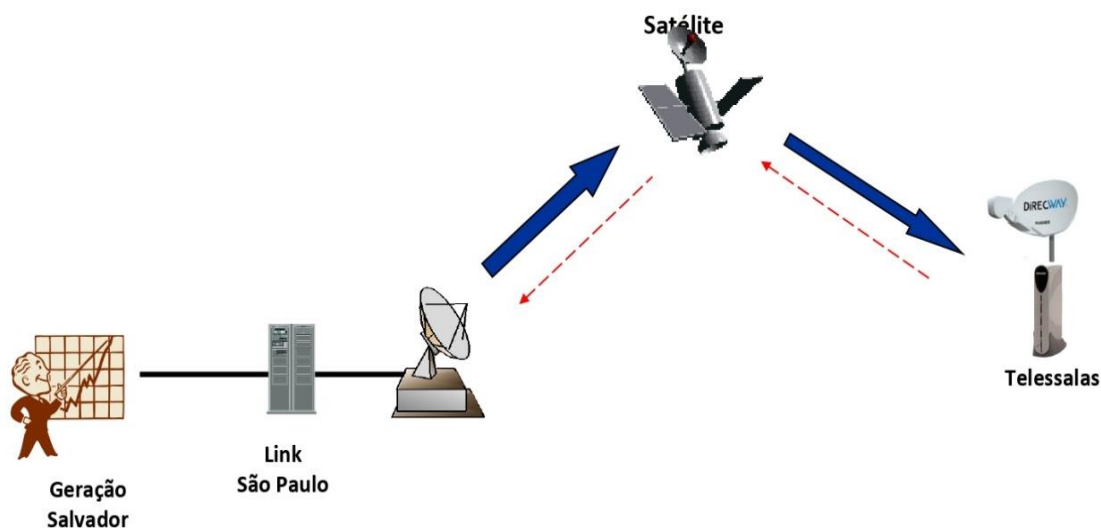
Figura 1 – Organização do Programa EMITec



Fonte: EMITec (2019).

A tecnologia utilizada pelo programa para as transmissões das aulas é a plataforma de telecomunicações via satélite com o *software IPTV* (*Internet Protocol Television*) que inclui recursos como videoconferência; as salas associadas ao programa são equipadas com Antena VSAT bidirecional, roteador-receptor de satélite, cabeamento estruturado (LAN), microcomputador, *webcam* com microfone embutido, TV LCD 37 polegadas, impressora a laser, *no-break* e acesso à Internet em banda larga via satélite. Outro recurso tecnológico que viabiliza a funcionalidade do programa é a Plataforma *Moodle*, que se refere ao ambiente virtual de ensino destinado a oferecer suporte teórico e metodológico aos professores especialistas e mediadores do Programa, bem como socializar as produções educativas dos estudantes. A Figura 2 representa como é realizada a transmissão das aulas do EMITec.

Figura 2 – Representação da tecnologia utilizada para as transmissões do EMITec



Fonte: EMITec (2019).

Sua estrutura é composta de diretórios de acesso, nos quais são postados videoaulas, informações administrativas e pedagógicas, legislação educacional, material de ensino didático (vídeo, áudio, slides, textos, livros, revistas, jornais e outros de interesse geral), formação de professores, além de produções discentes<sup>3</sup>. Nesse cenário, se analisarmos o programa EMITec do ponto de vista da oferta, entendemos que ele está alinhado com as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica, criadas através da Resolução n. 4, de 13 de julho de 2010, Art. 13, § 3º; VII, em especial, no que se refere ao

estímulo à criação de métodos didático-pedagógicos utilizando-se recursos tecnológicos de informação e comunicação, a serem inseridos no cotidiano escolar, a fim de superar a distância entre estudantes que aprendem a receber informação com rapidez utilizando a linguagem digital e professores que dela ainda não se apropriaram (BRASIL, 2010).

O programa atende, então, o que está posto na Constituição Brasileira (BRASIL, 1988) e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (alterada pela Lei de 12.796/2013), agregando aí a inclusão digital. Mas esse acesso acontece de um modo muito questionável, pois há outras formas de implementação do Ensino Médio no Campo. Uma delas seria investimento suficiente para um formato de educação regular.

<sup>3</sup> Informações disponíveis em: [tecnologiasocial.fbb.org.br/tecnologiasocial/banco-de-tecnologias-sociais/pesquisar-tecnologias/detalhar-tecnologia-39.htm](http://tecnologiasocial.fbb.org.br/tecnologiasocial/banco-de-tecnologias-sociais/pesquisar-tecnologias/detalhar-tecnologia-39.htm).

Outra, mais interessante, seria dentro do paradigma da Educação do Campo – pela Pedagogia da Alternância, que veremos mais adiante.

No mesmo ano da criação do EMITec, em 2011, conforme Decreto Estadual n.º 13.316/2011, publicado no Diário Oficial do Estado da Bahia, em 28 de setembro, foram constituídas as bases para a criação, organização e funcionamento dos Centros Regionais de Ensino Médio com Intermediação Tecnológica – CEMIT, no âmbito da Secretaria da Educação do Estado da Bahia. Entretanto, o CEMIT só foi implantado em 2013 e opera com os seguintes objetivos:

[...] Art. 3º - Constituem objetivos primordiais dos CEMIT:I - Fortalecer as ações educacionais desenvolvidas com metodologia integrativa de tecnologias para o acesso dos estudantes do Ensino Médio, principalmente para os residentes em zonas remotas do Estado; II - Realizar a gestão administrativa, financeira e técnica da execução do Programa Ensino Médio com Intermediação Tecnológica na sua respectiva área de abrangência; III - Viabilizar o acompanhamento e a avaliação dos projetos pedagógicos relativos ao Ensino Médio com a utilização da Intermediação Tecnológica, na sua respectiva área de abrangência [...] (BAHIA, 2011, p. 2).

Na ocasião da implantação dos CEMITs, a Secretaria de Educação emitiu a Portaria n. 84/2013, normatizando o seu funcionamento, conforme previsto no Decreto Estadual n.º 13.316/2011, de 8 de janeiro de 2013, o qual definiu objetivos, responsabilidades e a organização administrativa dos centros. Pelo Decreto, cada CEMIT deve ter a seguinte organização: 1 (um) diretor, 3 (três) vice-diretores e 1 (um) secretário escolar (BAHIA, 2011). Desse modo, as salas de aula do EMITec foram desvinculadas das escolas estaduais da sede dos municípios, as chamadas escola-mãe (que emitiam a documentação escolar dos estudantes), e passaram a ter autonomia administrativa e pedagógica, tornando-se unidades escolares certificadoras, uma vez que toda documentação dos alunos e demais assuntos relacionados ao EMITec passam a ser de responsabilidade dos CEMITs.

Nesse cenário, os CEMITs operam de maneira independente das escolas estaduais do município no que diz respeito às questões pedagógicas, administrativas e financeiras, ganhando autonomia de atuação em seu território de abrangência. Desse modo, a gestão dos CEMITs oportuniza o acompanhamento e a avaliação dos estudantes e mediadores, supervisiona o funcionamento pedagógico do Programa (principalmente no que diz respeito à execução do currículo e do calendário escolar, programado pela SEC-BA) e a transmissão e recepção técnica das aulas em cada unidade escolar. Também é interessante que vivencia e conhece mais de perto os estudantes e suas vidas e é de responsabilidade dos CEMITs a emissão do certificado de

conclusão dos estudantes matriculados nas turmas do EMITec de sua área de abrangência (BAHIA, 2011).

A proposta curricular do EMITec está estruturada de acordo com a organização curricular do Ensino Médio, embasada na Lei n.º 9.394/1996 e alterações. Desse modo, o currículo está dividido em quatro áreas do conhecimento: Linguagens, que reúne os Componentes curriculares Língua Portuguesa e Literatura Brasileira, Artes, Educação Física (integrantes da Base Nacional Comum) e Língua Inglesa (integrante da Parte Diversificada); Ciências Humanas composta pelos Componentes curriculares: Geografia, História, Filosofia e Sociologia (todos integrantes da Base Nacional Comum); Ciências da Natureza, formada pelos seguintes Componentes curriculares: Física, Química e Biologia (todos integrantes da Base Nacional Comum; e Matemática, que possui apenas o Componente curricular: Matemática (integrante da Base Nacional Comum). O Quadro 2 mostra como está organizada a Matriz Curricular do EMITec em vigor.

Quadro 2 – Matriz Curricular do EMITec

(continua)

	ÁREAS DE CONHECIMENTO	DISCIPLINAS	1ª SÉRIE		2ª SÉRIE		3ª SÉRIE		CH. TOTAL
			CH SEM	CH ANUAL	CH SEM	CH ANUAL	CH SEM	CH ANUAL	
<b>BASE NACIONAL COMUM</b>	1. Linguagens Códigos e suas Tecnologias	Língua Portuguesa e Literatura Brasileira	03	120	03	120	03	120	360
		Arte	01	40	01	40	01	40	120
		Educação Física	01	40	01	40	01	40	120
	2. Ciências da Natureza e suas Tecnologias	Física	02	80	02	80	02	80	240
		Química	02	80	02	80	02	80	240
		Biologia	02	80	02	80	02	80	240
	3. Matemática e suas Tecnologias	Matemática	03	120	03	120	03	120	360
	4. Ciências Humanas e suas Tecnologias	História	02	80	02	80	02	80	240
		Geografia	02	80	02	80	02	80	240
		Filosofia	02	80	02	80	02	80	240
		Sociologia	02	80	02	80	02	80	240
		<b>SUBTOTAL</b>	<b>22</b>	<b>880</b>	<b>22</b>	<b>880</b>	<b>22</b>	<b>880</b>	<b>2640</b>
	<b>PARTE DIVERSIFICADA</b>	Língua Estrangeira Moderna - Inglês	02	80	02	80	02	80	240
Atividades Complementares		01	40	01	40	01	40	120	
<b>SUBTOTAL</b>		<b>03</b>	<b>120</b>	<b>03</b>	<b>120</b>	<b>03</b>	<b>120</b>	<b>360</b>	
<b>TOTAL</b>		<b>25</b>	<b>1000</b>	<b>25</b>	<b>1000</b>	<b>25</b>	<b>1000</b>	<b>3000</b>	

## Quadro 2 – Matriz Curricular do EMITec

(conclusão)

### **OBSERVAÇÕES:**

- Cada série trabalhará um eixo norteador que será desenvolvido de forma interdisciplinar. O eixo **Cidadania** será trabalhado no 1º ano, **Diversidade** e Educação Ambiental no 2º ano e **Trabalho** no 3ºano.
- O horário das aulas está estruturado em 03(três) tempos de aula por turno, sendo 50 minutos de exposição + 15 minutos de interatividade + 15 minutos para atividades em sala de aula, totalizando 80 minutos cada tempo.
- A disciplina Atividades Complementares, além de sua carga horária normal, será trabalhada transversalmente em todas as disciplinas que compõem esse currículo do Ensino Médio, com o intuito de promover a interdisciplinaridade com todas as áreas de conhecimento do currículo, bem como de complementar a carga horária exigida por lei.

Fonte: Bahia (2011).

Assim, de acordo com a Matriz, a carga horária total do EMITec é cumprida em três anos letivos e soma 3.000 horas/aula, sendo 1.000 horas/aula anuais para cada uma das três séries do Ensino Médio. As aulas do Programa acontecem em horário estruturado, em tempos de aprendizagem, que diz respeito ao momento em que os alunos estão na escola, onde as aulas são transmitidas em tempo real e durante toda a semana, no turno noturno. Os tempos de aprendizagem dividem-se em: a) exposição, momento da transmissão dos conteúdos; b) produção, quando os alunos são orientados na realização de atividades; c) interatividade, momento de interação/acompanhamento por meio do *chat*.

No que se refere ao processo avaliativo, este constitui-se em um sistema padronizado construído segundo as habilidades específicas de cada componente curricular, seguindo as especificações da Lei de Diretrizes e Bases – LDB, das Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio – DCNEM, dos Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio – PCNEM, das Orientações Curriculares Estaduais para o Ensino Médio e os Princípios e Eixos da Educação na Bahia. Nesse processo, o EMITec utiliza como instrumentos avaliativos a Avaliação Qualitativa – AQ, que é feita pelo medidor de acordo com critérios pré-estabelecidos pela coordenação pedagógica do programa; a Avaliação Presencial por Área – APA, que possui caráter multidisciplinar e se constitui a prova da unidade; e a Segunda Chamada, que é uma prova de recuperação da APA e deve ser agendada em até 48 horas antes. Os estudantes que estejam impossibilitados de frequentar a escola devido a problemas de saúde, maternidade ou acidentes, comprovados com atestado médico, contam com a Atividade Domiciliar para repor conteúdos e avaliações.

Outro mecanismo de avaliação é a Atividade Dirigida – AD, que se constitui um conjunto de avaliações de cunho teórico-prático elaboradas com ênfase em temas transversais por unidade; essa atividade é construída com base na interdisciplinaridade e

é realizada com a supervisão do mediador. Também há o Momento de Retomada dos Conteúdos – MRC, que é uma recuperação paralela e acontece por semestre; as professoras mediadoras acompanham a realização dessa atividade. O Programa oferece ainda o ENEMITEC, cujo objetivo é a preparação dos estudantes para a realização do Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM. Por último, o EMITec tem a Prova Final, que se constitui a última avaliação da unidade (BAHIA, 2011). A Figura 3 mostra os instrumentos de avaliação do Programa.

Figura 3 – Instrumentos avaliativos do EMITec

TIPOS	VALOR
Avaliação Qualitativa (AQ)	1,0 ponto
Atividade Dirigida (AD)	3,0 pontos
Avaliação Presencial por Área (APA)	6,0 pontos
Momento de Retomada do Conteúdo (MRC)*	10,0 pontos
Atividade Domiciliar (AD)*	10,0 pontos
Prova Final*	10,0 pontos

Fonte: EMITec (2011).

O quadro evidencia que o programa tem um processo avaliativo bem sistematizado e que ocorre durante todo o desenvolvimento das unidades letivas. A Atividade Dirigida, que acontece a cada unidade e é um instrumento desenvolvido a partir de um tema transversal, é um exemplo de avaliação que além de se constituir um processo mais dialógico possibilita aos estudantes momentos de fruição, interação, pesquisa e produção de conhecimentos, levando em conta sua realidade e conhecimentos prévios. Dividida em quatro etapas, a AD se inicia (primeira e segunda etapas) com apresentação do tema transversal que será tratado na unidade, com a mobilização dos conhecimentos a respeito do tema, divisão dos alunos em grupos para realizar um estudo e reflexão sobre o tema, produção das atividades relacionadas ao tema; na terceira etapa acontece o estudo e organização final do trabalho para apresentação e, por fim, na quarta etapa é realizada a culminância para socialização das produções dos grupos. Cada AD apresenta propostas de atividades diversas que se modificam a cada unidade.

Nesse contexto, obedecendo à legislação vigente (LDB 9394/96) e ao Regimento Escolar Unificado da Rede Estadual de Ensino da Bahia, o Programa exige média final



igual ou superior a 50,0 (cinquenta) pontos e frequência igual ou superior a 75% do total de aulas dadas. Nessa perspectiva, organiza-se de modo semelhante ao Ensino Médio regular e atua com o objetivo de garantir ao estudante a continuação de sua formação estudantil e profissional. Dessa forma, com o objetivo de levar o Ensino Médio às comunidades longínquas, o EMITec está presente em todos os Territórios de Identidade do Estado da Bahia, sendo eles: Irecê, Velho Chico, Chapada Diamantina, Sisal, Litoral Sul, Baixo Sul, Extremo Sul, Médio Sudoeste da Bahia, Vale do Jequiçá, Sertão do São Francisco, Bacia do Rio Grande, Bacia do Paramirim, Sertão Produtivo, Piemonte do Paraguaçu, Bacia do Jacuípe, Piemonte da Diamantina, Semiárido Nordeste II, Litoral Norte e Agreste Baiano, Portal do Sertão, Vitória da Conquista, Recôncavo, Médio Rio das Contas, Bacia do Rio Corrente, Itaparica, Piemonte Norte do Itapicuru, Costa do Descobrimento e Região Metropolitana de Salvador (BAHIA, 2011).

A abrangência do Programa EMITec atua numa perspectiva que supera a distância das comunidades aos centros urbanos, buscando promover o acesso à educação de estudantes que vivem em comunidades diversas do estado da Bahia. Por meio desse Programa, a Secretaria da Bahia oportuniza a conclusão dos estudos aos jovens e adultos que pertencem a várias localidades baianas que não contam com a oferta do Ensino Médio, etapa final da Educação Básica. Mas, analisando o quadro nos perguntamos: a disposição didática dá conta da(s) juventude(s) do campo? A televisão e o professor lá em Salvador dão conta? E os professores mediadores nesse possuem uma formação que oportunize atuar no contexto campesino segundo as demandas desse espaço?

## **1.2 A tecnologia como estratégia para a formação da juventude campesina**

Com o advento das Tecnologias da Informação e Comunicação – TICs, cada vez mais avançadas a partir do século XX, a sociedade passou a ser denominada “sociedade da informação” devido aos enormes avanços na área da tecnologia que permitiram que inúmeras pessoas tivessem acesso a todo tipo de informação em tempo real. Nesse contexto, segundo Sancho (2006, p. 17),

o computador e as suas tecnologias associadas, sobretudo a internet, tornaram-se mecanismos prodigiosos que transformam o que tocam, ou quem os toca, e são capazes, inclusive, de fazer o que é impossível para seus

criadores. Por exemplo, melhorar o ensino, motivar os alunos ou criar redes de colaboração.

A necessidade de comunicação e interação com o outro contribui com o surgimento de novas tecnologias que derrubam fronteiras e aproximam as pessoas. E a educação, dependendo tão fortemente da comunicação, termina sendo profundamente influenciada e transformada nesse incessante afluxo tecnológico. No que se refere às novas tecnologias, podemos perceber que com os diversos avanços que ocorreram nos últimos anos, a sua inserção no processo educacional pode contribuir expressivamente nesse contexto. Nesse sentido, torna-se tarefa do professor conhecer e avaliar a potencialidade dos vários meios de comunicação social que podem ser usados durante a aula e possibilitar o uso com fins educativos por seus educandos, com o objetivo de contribuir no processo de construção do conhecimento.

No contexto da Educação do Campo, a tecnologia da informação pode ser empregada como ferramenta envolvida na compreensão dos fluxos de informação, de conhecimento e de poder que percorrem os territórios camponeses, podendo vir a expandir a consciência dos direitos de elaboração de políticas públicas de inserção e geração de bem-estar, que vão do acesso a serviços públicos de saúde e educação à organização para o desenvolvimento no contexto social do campo.

A educação como política pública é fundamental para o campesinato. Esta dimensão territorial é espaço essencial para o desenvolvimento de seus territórios. Embora a Educação do Campo ainda seja incipiente, está sendo pensada e praticada na amplitude que a multidimensionalidade territorial exige. Desde a formação técnica e tecnológica para os processos produtivos, até a formação nos diversos níveis educacionais, do fundamental ao superior para a prática da cidadania (FERNANDES, 2006, p. 3).

Baseada nessa concepção, a educação do campo é parte importante desse processo de afirmação do sujeito camponês. Para tanto, o acesso às tecnologias pode ser analisado como o fomento imprescindível a educação do campo para auxiliar no questionamento das condições de existência social que colaborem com a desconstrução do imaginário popular de que o campo é lugar de atraso, possibilitando a criação de estratégias que promovam a participação dos sujeitos camponeses nas discussões sobre o desenvolvimento de seus territórios. Porém, a configuração do EMITec não possibilita esse acesso ou questionamento da realidade, uma vez que o currículo concebe os estudantes apenas como receptores dos conteúdos transmitidos e o uso das tecnologias restringe-se apenas ao ato de assistir às aulas.

O campo como local de produção de saberes, passados de geração para geração, tem como base o território que corrobora a constituição da identidade e construção social dos sujeitos que ali vivem e fazem parte da realidade de luta para se afirmarem como sujeitos de direitos. Associada ao desenvolvimento do campo, a educação desse espaço precisa pensar a construção de conhecimento para a criação de um plano que de fato contribua com a transformação da realidade campestre posta na atualidade.

O avanço e a difusão das tecnologias da informação vêm ocasionando novas formas de ensinar e aprender na sala de aula, capazes de criar condições para a superação da ideia de transmissão linear dos conteúdos no ambiente escolar. Deste modo, a Educação do Campo não pode ficar à parte desse mundo tecnológico, visto que os recursos de multimídias são considerados contributivos para a educação, pois pode considerar o aluno como sujeito de sua própria aprendizagem, sendo capaz de experimentar situações desafiadoras tanto do ponto de vista cognitivo quanto social. Mas a forma como vem acontecendo a utilização das tecnologias na sala de aula das escolas do campo revela uma política educacional que marginaliza os jovens e adultos desse espaço, visto que a classe trabalhadora vem sendo atendida por ações compensatórias, como o caso do EMITec.

Ressaltando ainda que a inserção de tecnologias da informação na Educação do Campo é um caminho importante nesse processo de possibilidades de promoção de mudanças, visto que possibilita ao educador promover a interação entre os conteúdos trabalhados em sala e as diferentes formas de conhecimentos que podem ser ampliadas, além do espaço de sala de aula. Perpassando, claro, pela dimensão pedagógica da escola e sobre o planejamento do professor.

O reconhecimento de uma sociedade cada vez mais tecnológica deve ser acompanhado da conscientização da necessidade de incluir nos currículos escolares as habilidades e competências para lidar com as novas tecnologias. No contexto de uma sociedade do conhecimento, a educação exige uma abordagem diferente em que o componente tecnológico não pode ser ignorado (MERCADO, 2002, p. 11).

Nessa direção, Côrrea (2002, p. 43) corrobora que o uso de tecnologias no processo educativo deve ser compreendido “[...] para além do mero artefato, recuperando sua dimensão humana e social”. A autora complementa ainda que

as tecnologias que favorecem o acesso à informação e aos canais de comunicação não são, por si mesmas, educativas, pois, para isso, dependem de uma proposta educativa que as utilize enquanto mediação para uma determinada prática educativa (CORRÊA, 2002, p. 43).

Nessa perspectiva, a realidade exige que se pense com clareza as maneiras de incorporá-la no dia a dia da educação definitivamente. Depois, levar em conta a elaboração de conteúdos de maneira inovadora, que se aproveitem de todas as possibilidades geradas pelas novas tecnologias, pois a escola é local de discussão e tem a função de educar as futuras gerações para enfrentar os desafios impostos pelas transformações ocorridas na sociedade. No entanto, essas novas tecnologias causam algumas inquietações aos docentes, especialmente aqueles que priorizam práticas pedagógicas tradicionais, já que a utilização dessas novas ferramentas demanda práticas pedagógicas diferenciadas e atualizadas. Isso não significa que as ferramentas digitais são necessariamente as melhores, mas se levado em conta que os jovens estão em contato diário com elas, torna-se importante que a tecnologia seja de fato incorporada no currículo escolar, e não vista apenas como um acessório ou aparato escolar. Mas todos os recursos tecnológicos de nada valerão se o educador não estiver preparado para entender que a sua atenção não pode estar voltada apenas para estes instrumentos, que devem ser vistos como auxiliares da proposta educacional. O que evidencia a necessidade de um processo formativo que habilite os docentes a entenderem os aparelhos tecnológicos como complementos e facilitadores de sua prática. No caso do EMITec, entretanto, essa reflexão não acontece, pois o programa segue um currículo unificado transmitido para todas as comunidades nos vários territórios de identidade do estado da Bahia de maneira unificada.

Assim, a utilização dessas novas tecnologias na Educação do Campo perpassa primeiramente pela necessidade de formação dos professores para que consigam utilizar essa nova ferramenta educacional da melhor forma para que o resultado seja a aprendizagem do aluno e não apenas a utilização por si só do aparelho tecnológico, pois tornar uma aula dinâmica e criativa não é apenas ligar um *Datashow* ou liberar o aluno para usar o computador ou o celular durante a aula. Conforme Porto (2012, p. 192), as tecnologias da informação no meio escolar “[...] devem ser usadas para superar o senso comum pedagógico e para efetivar uma pedagogia condizente com as necessidades de um ensino contextualizado num tempo e num espaço de ser, viver, interagir e criar”.

Isso exige dos professores do EMITec a compreensão de que seu papel transcende a transmissão de conteúdos, pois sua profissão assume também uma função social, pois lida com a construção de conhecimento, questionamento da realidade e formação de pessoas críticas; o centro de sua práxis deve ser o sujeito, não no sentido de depósito de informação, mas no sentido de ser possuidor de experiências e

conhecimentos prévios relevantes para seu processo de ensino e aprendizagem. Processo que requer a interligação dos conhecimentos formais com os conhecimentos construídos socialmente no cotidiano das diferentes comunidades onde o EMITec funciona. Por conseguinte, torna-se importante ao educador reconhecer as possibilidades metodológicas que os recursos tecnológicos apresentam para trabalhar o conteúdo, usando-os pedagogicamente, com um ponto de vista transformador do processo de ensino-aprendizagem e na formação de sujeitos críticos frente às demandas da sociedade.

O valor da tecnologia na educação é derivado inteiramente da sua aplicação. Saber direcionar o uso da Internet na sala de aula deve ser uma atividade de responsabilidade, pois exige que o professor preze, dentro da perspectiva progressista, a construção do conhecimento, de modo a contemplar o desenvolvimento de habilidades cognitivas que instigam o aluno a refletir e compreender, conforme acessam, armazenam, manipulam e analisam as informações que sondam na Internet (ARAÚJO, 2005, p. 23-24).

Portanto, a realidade em que vivemos se configura em um mundo tecnológico e dinâmico. Por isso, são muitos os recursos à disposição e que podem ser utilizados como apoio educacional nas escolas campesinas, mas é importante lembrar que a prática docente, que lança mão da tecnologia, deve ser aplicada com responsabilidade, principalmente com domínio de conteúdo, pois as novas tecnologias devem ser apropriadas e não perder o foco da aula, em que a tecnologia servirá apenas como instrumento de apoio. Isso evidencia a necessidade de uma reconfiguração na metodologia do EMITec, cujos aparatos tecnológicos são usados apenas para a transmissão de conteúdos, sem espaço para contextualização com a realidade dos jovens ou problematização dos temas abordados.

Para tanto, a inclusão dos recursos tecnológicos na escola do campo deve ser acompanhada por um aprimoramento, aperfeiçoamento e avanço na formação continuada dos educadores que trabalham nessas escolas, tanto dos professores especialistas quanto dos professores mediadores de base. Esta formação não pode se resumir tão-somente ao “uso” de tecnologias nas escolas do campo, mas deve também propiciar momentos de reflexão sobre as dimensões políticas e econômicas que fazem parte desse processo na produção dessas tecnologias.

### 1.2.1 Juventude, Educação e as Novas Tecnologias

O conceito de juventude é um campo de disputas entre os pesquisadores, pois o termo juventude não pode ser generalizado, visto que abrange uma imensa diversidade de elementos culturais, que se manifesta no modo de falar, de vestir-se, de posicionar-se diante do mundo etc., o que confere ao termo uma gama de significados. Pais (1953, p. 23) coloca que a própria sociologia da juventude tem vacilado entre duas tendências, que são descritas pelo autor da seguinte forma:

Numa delas, a juventude é tomada como um conjunto social cujo principal atributo é o de ser constituído por indivíduos pertencentes a uma dada fase da vida, prevalecendo a busca dos aspectos mais uniformes e homogêneos que caracterizariam essa fase de vida – aspectos que fariam parte de uma cultura juvenil, específica, portanto, de uma geração definida em termos etários; b) noutra tendência, contudo, a juventude é tomada como um conjunto social necessariamente diversificado, perfilando-se diferentes culturas juvenis em função de diferentes pertenças de classe, diferentes situações econômicas, diferentes parcelas de poder, diferentes interesses, diferentes oportunidades ocupacionais, etc. (...)

Dessa forma, a primeira tendência, chamada geracional, concebe a categoria juventude como um grupo social com características determinadas pelos valores e princípios passados de geração para geração, limitando a juventude a uma determinada fase da vida; a segunda tendência, chamada classista, entende a juventude a partir da classe social a que o sujeito pertence. Entretanto, ambas as tendências não contemplam questões como gênero, raça ou etnia, pois mesmo fazendo parte da mesma faixa etária ou grupo social, os interesses e valores variam de pessoa para pessoa. Isso nos leva à compreensão de que não há uma cultura juvenil única. Pais (1990, p. 140) discute que

a questão central que se coloca à sociologia da juventude é a de explorar não apenas as possíveis ou relativas similaridades entre jovens ou grupos sociais de jovens (em termos de situações, expectativas, aspirações, consumos culturais, por exemplo), mas também – e principalmente – as diferenças sociais que entre eles existem.

Cada sujeito internaliza ao longo do seu desenvolvimento os elementos culturais próprios de seu contexto social em determinada época e espaço. Isso justifica a célebre frase “No meu tempo não era assim”, que os pais e avós vivem a repetir para seus filhos e netos quando se deparam com uma situação que não condiz com os valores de sua época ou passados por seus genitores. A cada geração, a juventude apresenta elementos culturais distintos e particulares a cada indivíduo; elementos esses construídos a partir das transformações políticas, sociais, econômicas, culturais e tecnológicas ocorridas em

cada contexto social. Sendo assim, não podemos falar em cultura juvenil, mas em culturas juvenis. Sobre a constituição das culturas juvenis, Dayrell (2007, p. 1110) afirma que

o mundo da cultura aparece como um espaço privilegiado de práticas, representações, símbolos e rituais, no qual os jovens buscam demarcar uma identidade juvenil. Longe dos olhares dos pais, educadores ou padrões, mas sempre tendo-os como referência, os jovens constituem culturas juvenis que lhes dão uma identidade como jovens.

As culturas construídas pelos jovens no seio de seu contexto social são uma manifestação da condição do jovem enquanto sujeito histórico. As culturas juvenis manifestam-se de diversas maneiras, como no estilo de vestir, na maneira de maquiar-se, de andar, assim como no tipo de música que gosta de ouvir, nos filmes que assiste, tipo de festa e a religiosidade.

A Lei n.º 12.852/2013, que instituiu o Estatuto da Juventude, em seu artigo 1º, § 1º, define que são jovens as pessoas com idade entre 15 (quinze) e 29 (vinte e nove) anos de idade. No Brasil, segundo o Censo 2010 do IBGE, a população que corresponde a essa faixa etária é de 51,3 milhões, sendo 84,8% nas cidades e 15,2% no campo. Ao longo do tempo, a juventude ultrapassou as acepções biológicas e de “idade da vida” (ARIÈS, 1981) para tornar-se um “estilo de vida”, uma aspiração e, para muitos, um ideal na sociedade contemporânea ocidental. Esse fato estimulou vários setores da sociedade a voltar seu olhar para o comportamento da juventude: a Academia procura compreender as especificidades socioculturais que constituem a juventude; o mercado de bens, de consumo e serviços a cada dia disponibiliza produtos específicos para os jovens e as mídias tecnológicas atraem cada vez mais esse público. No universo dos jovens, destaca-se a presença marcante dos aparelhos eletrônicos como os *smartphones*, *tabletes*, entre outros, que vêm mudando a rotina e a maneira dos jovens se relacionarem com o outro e com o mundo.

A chegada das novas tecnologias digitais proporcionou à juventude brasileira uma nova maneira de enxergar sua realidade e de interagir com ela, bem como modificou a maneira de os jovens se apropriarem das mídias e os seus objetivos na utilização delas. Nesse cenário, as tecnologias da informação e comunicação ampliaram a visão de mundo dos jovens e as possibilidades de interação, criação e fruição. No contexto educacional, a utilização das tecnologias digitais possibilita aos professores abandonar modelos tradicionais de ensino e adotar uma prática pedagógica mais dinâmica, eficiente, inovadora e que desperta o interesse dos jovens. Aliado a isso, as

tecnologias digitais podem intermediar a construção de uma relação dialógica entre a escola e o universo juvenil.

De acordo com pesquisa realizada em 2013 pela Secretaria Nacional de Juventude, a Pesquisa Nacional sobre Perfil e opiniões dos Jovens Brasileiros, 80% dos usam computadores e internet e 89% têm celular. Desse modo, podemos dizer que os eles, no século XXI vivem em uma sociedade em rede cujos

equipamentos tecnológicos são encontrados em qualquer espaço corporativo e organizacional. Cada vez mais compactos, leves, multifuncionais, facilitam a mobilidade e possibilitam o exercício da ubiquidade, permitindo aos jovens a utilização de diferentes dispositivos digitais para socializar informações (FREITAS; FRANÇA; ALVES, 2015, p. 195).

Essa realidade chama a atenção para a necessidade de as escolas contemplarem em sua proposta pedagógica a utilização de artefatos tecnológicos para integrar-se às novas configurações da sociedade da qual os jovens fazem parte. Outro aspecto importante no que diz respeito à ascensão do uso das tecnologias relacionado ao ambiente educacional é o crescimento da utilização dos Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVA). Esses ambientes, que podem ser utilizados não apenas na modalidade de Educação a Distância, oportunizam a construção de uma nova maneira de aprender e de relacionar-se com o conhecimento, no estabelecimento de uma relação dialógica entre docentes e discentes, no desenvolvimento de habilidades de questionar, refletir, interagir e intervir, maximizando a aprendizagem e a busca por “conhecimento pertinente” (MORIN, 2010).

Isso evidencia que o processo de mediação presente nas relações que se estabelecem nos ambientes virtuais se constitui um elemento imprescindível no desenvolvimento das aprendizagens dos jovens. As relações que se estabelecem nesse processo proporcionam à juventude novas maneiras de agir, interagir, perceber e compreender o mundo; novas formas de relacionar-se com o outro, com o conhecimento e de atuar sobre sua realidade traduzem as aprendizagens que esses sujeitos constroem ao longo de sua história. Na concepção de Demo (2012 p. 47), “aprender é a maior prova da maleabilidade do ser humano, porque, mais que adaptar-se à realidade, passa a nela intervir [...] para emergir como ator participativo, emancipado”.

Nessa perspectiva, o trabalho desenvolvido a partir da utilização das novas tecnologias produz uma nova percepção sobre o processo de ensino e aprendizagem pelos jovens, ao mesmo tempo em que imprime dinamismo ao exercício intelectual, às maneiras de construção e desconstrução de conhecimento. O que não significa dizer que



não haja desafios para os jovens aprenderem por meio das tecnologias, pois embora esses sujeitos vivam em uma sociedade em rede, participem ativamente de redes sociais, naveguem por plataformas de entretenimento, a proposta de agregar os recursos tecnológicos à prática pedagógica exige dos jovens uma nova maneira de relacionar-se com a tecnologia e de enxergar sua utilidade para além dos relacionamentos virtuais. Entretanto, essa exigência é demais para eles, seja no campo ou na cidade, pois se estudar no ensino regular é muito difícil, exigente e desgastante, estudar no computador ou por teletransmissão é pior, mais difícil. Os jovens adoram as tecnologias porque a comunicação com os amigos fica mais fácil; quando se trata de estudar, há a necessidade de um planejamento que leve em conta interesses e aulas dinâmicas.

A mediação da aprendizagem pela utilização das novas tecnologias cria um novo paradigma, o paradigma tecnológico. Este perpassa pelo abarcamento, no contexto educacional, da compreensão das mudanças ocorridas na sociedade contemporânea, caracterizada pelos avanços científicos e tecnológicos, pelo fenômeno da globalização socioeconômica, política e cultural, pela ampliação e modernização do meio urbano e do agronegócio, bem como pelos contrassensos resultantes desse processo de transformação e evolução das maneiras de organização social. Essas mudanças culminam com novas necessidades educacionais que transcendem o ato de ler, escrever e contar e apontam para a necessidade de tomar os recursos tecnológicos digitais como ferramenta no processo de ensino e aprendizagem e no processo de construção da autonomia dos jovens. Nesse sentido, discutir sobre tecnologia inserida no processo educativo significa falar em um modelo educacional que reconhece a importância de habilitar os jovens não apenas a internalizar cognitivamente os temas estudados, mas, aliado a isso, aprender com autonomia, encontrar um sentido prático para aquilo que a escola está transmitindo para, assim, questionar e promover mudanças em sua realidade. Na concepção de Corti e Souza (2012, p. 20), uma das formas de a juventude entrar em sintonia com os processos de mudanças diz respeito à

Integração à sociedade – os jovens apresentam maior facilidade para se adaptar às mudanças frenéticas da sociedade moderna (uso das novas tecnologias, adesão às novas profissões) e capacidade de propô-las, seja no campo cultural, social ou política.

Desse modo, o processo de evolução da sociedade exige que a educação também avance; vivendo em uma sociedade cujas informações são veiculadas cada vez mais rápido e chegam de forma instantânea até as pessoas, as tecnologias aplicadas à

educação proporcionam uma contribuição significativa para o cotidiano escolar, uma vez que podem potencializar as habilidades dos jovens e capacitá-los a enfrentar os desafios do mundo contemporâneo. Vale ressaltar que esse avanço só será possível se as tecnologias aplicadas à educação oportunizarem o intercâmbio cultural na sala de aula e o manuseio dessas tecnologias de forma crítica pelos jovens. Nessa direção, os Parâmetros Curriculares Nacionais recomendam o uso das tecnologias em sala de aula, apontando que

é indiscutível a necessidade crescente do uso de computadores pelos alunos como instrumento de aprendizagem escolar, para que possam estar atualizados em relação às novas tecnologias da informação e se instrumentalizarem para as demandas sociais presentes e futuras (BRASIL, 1998, p. 96).

Isso evidencia que as tecnologias digitais e os estudos e estratégias envolvendo seu uso precisam fazer parte do currículo e do planejamento pedagógico. No compasso da integração da tecnologia aos processos educativos, “refletir sobre a juventude e a condição juvenil é um passo importante para elaborar ações voltadas para moças e rapazes que se encontram nas salas de aula e nas escolas brasileiras” (CORTI; SOUZA, 2012, p. 33). Desse modo, integrar tecnologia e educação não significa apenas o manuseio de computadores, celulares ou outros artefatos para resolução de atividades ou exercícios pontuais, mas reconhecer que há a necessidade de abarcar as especificidades dos jovens estudantes em um planejamento estruturado e sistemático empenhado em responder as demandas e as necessidades desses sujeitos.

Nessa perspectiva, lançar mão das tecnologias digitais para modernizar o processo de ensino e aprendizagem propõe uma ressignificação do ambiente escolar pelos jovens estudantes, tornando esse espaço mais atrativo e dinâmico para eles. Levando-se em conta que os jovens que chegam à escola dominam o uso de celulares, *smartphones*, plataformas digitais de áudio, vídeo e de jogos, entre outros, agregar esses instrumentos ao processo de mediação na aquisição e construção de conhecimento significa promover uma aproximação efetiva entre os jovens e a escola. Isso implica, portanto, a valorização dos conhecimentos prévios dos jovens, da sua cultura, dos seus interesses e a criação de espaço onde sejam protagonistas no processo de construção de conhecimento; significa também possibilitar que os jovens se apropriem das tecnologias de maneira prática e que sejam úteis na realização de atividades diversas em seu cotidiano.

No contexto da escola do campo, as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, no Art. 2º, parágrafo único, dispõem que

a identidade da escola do campo é definida pela sua vinculação às questões inerentes à sua realidade, ancorando-se na temporalidade e saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva que sinaliza futuros, na rede de ciência e tecnologia disponível na sociedade e nos movimentos sociais em defesa de projetos que associem as soluções por essas questões à qualidade social da vida coletiva no país (BRASIL, 2002).

Entendemos, então, que a organização da prática pedagógica e curricular nas escolas do campo não pode fechar-se em si mesma, tratar apenas dos aspectos relacionados à vida campesina, mas inserir-se numa problemática mais ampla e as tecnologias da informação e comunicação são uma ferramenta que precisa ser discutida e apropriada pelos profissionais da educação e jovens alunos do campo. Assim, contrária à ideia de que o meio rural é um espaço onde o acesso à internet é difícil, precário e limitado, a juventude desse espaço integra as redes sociais e possui intimidade para “navegar” no mundo virtual, tomando conhecimento de outras realidades, costumes e fazendo amigos virtuais fora de seu contexto social.

Desse modo, torna-se papel da escola desenvolver estratégias que agreguem as tecnologias da informação e comunicação ao seu currículo, utilizando-as na construção de conhecimento e contribuindo para o desenvolvimento da capacidade de analisar criticamente as informações veiculadas na internet e nas redes sociais. As propostas podem variar quanto a natureza das intervenções e quanto a seus objetivos, podendo envolver a “mobilização e participação dos estudantes, abertura para a manifestação de elementos da cultura juvenil, elaboração de novas estratégias de aula, mudanças nas estruturas de gestão e no processo de tomada de decisão” (CORTI; SOUZA, 2012, p. 33).

Nessa direção, há caminhos diversos para a construção da aproximação entre a escola e o mundo juvenil por meio da utilização das tecnologias digitais, que constituem um ganho no setor educacional. Os recursos tecnológicos além de possibilitar dinamicidade ao processo de aprendizagem permitem a interatividade entre o sujeito e o objeto, e do sujeito com outras pessoas em tempo real. No âmbito da Educação do Campo, habilitar os jovens a manusearem recursos tecnológicos tem significado mais amplo, que extrapola a aprendizagem de conceitos e a preparação para o trabalho na sociedade moderna. Levando-se em conta que a educação não é neutra, “atende aos mais variados interesses políticos, econômicos e sociais, estando presente desde a

montagem do currículo escolar até a discussão em torno do que deve ser estudado, quem deve estudar e como se deve estudar” (BEZERRA NETO, 2009, p. 3), usar métodos inovadores articulados aos artefatos tecnológicos na educação da juventude campesina favorece o questionamento das informações veiculadas tanto pelos livros didáticos quanto pela mídia. O acesso às tecnologias digitais na escola do campo coloca os jovens desse espaço no caminho para questionar a lógica capitalista que, historicamente, tem excluído os interesses dos povos camponeses do contexto educacional e do cenário político. Entendendo que os camponeses querem ter seus direitos sociais garantidos e seus modos de vida valorizados. Entretanto, ao analisar a forma de funcionamento do EMITec, percebemos que as tecnologias estão sendo utilizadas exclusivamente para cumprir um cronograma e transmitir uma gama de conteúdos predeterminados.

Nessa perspectiva, falar de juventude campesina, de educação e das novas tecnologias assume um significado amplo, pois leva-nos na direção da negação da predominância ideológica de uma determinada classe social “com um projeto de desenvolvimento predatório em diversos sentidos: econômico, social, cultural, ambiental” (MUNARIM, 2011, p. 28). Dessa forma, estamos falando de uma proposta educacional que contemple as demandas e necessidades da juventude campesina e que promova a formação para a emancipação humana, o que só será possível com professores na sala de aula e executando um planejamento construído com o povo camponês, segundo suas especificidades socioculturais e necessidades.

### **1.3 Educação do Campo**

A Educação do Campo tal qual conhecemos é fruto de uma longa trajetória de lutas empreendidas pelos movimentos sociais, em especial do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST. Entretanto, ainda se leva para o campo um modelo de escola que em nada contribui para o real desenvolvimento dos povos camponeses. Isso porque, durante muito tempo, o modelo de educação oferecido aos alunos do campo foi copiado do modelo de educação urbano, revelando descaso e subordinação da cultura e dos valores do campo aos costumes urbanos. O campo é, então, vítima de preconceito e estigmatização, sendo concebido como um lugar de atraso, onde vivem pessoas ingênuas e rudes. Coelho (2011, p. 136) discute que

(...) Nas primeiras constituições, a educação rural nem sequer foi mencionada nos textos constitucionais. Só nas primeiras décadas do século XX é que ela aparece, com o objetivo de conter o movimento migratório e elevar a produtividade do campo. As escolas implantadas no campo só contribuíram para reforçar essa imagem. Escolas com pedagogias bancárias, importadas da cidade: currículo, calendário, cartilha e professor.

A história da educação do nosso país mostra que a Educação do Campo tem sido marginalizada e deixada em segundo plano na agenda governamental. As poucas políticas públicas voltadas para o campo não atendem as especificidades de uma educação básica para esse espaço e o Estado trata a educação do povo campestre como política compensatória. Nesse cenário excludente, a Educação do Campo vem sendo pensada dentro dos paradigmas e pressupostos urbanos, deslocados das reais necessidades do homem, da mulher, das crianças e jovens do meio rural. Nessa perspectiva, a educação reivindicada para o povo campestre é contrária ao modelo educacional rural que perdurou por muito tempo no Brasil; organizada a partir de uma ideologia excludente e de uma visão estereotipada de homem e mulher do campo, a educação rural sempre

foi relegada a planos inferiores, e teve por retaguarda ideológica o elitismo acentuado do processo educacional aqui instalado pelos jesuítas e a interpretação político-ideológica da oligarquia agrária, conhecida popularmente na expressão: “gente da roça não carece de estudos. Isso é coisa de gente da cidade” (anônimo) (LEITE, 2002, p. 14).

Portanto, historicamente o processo de escolarização dos homens e mulheres do campo tem ficado em segundo plano nas políticas públicas de educação. Para ilustrar este descaso, podemos citar a precariedade das escolas, falta de materiais e recursos materiais. Os movimentos sociais lutam, então, em prol do reconhecimento da cultura do povo do campo, reivindicam a construção de uma visão do meio rural como espaço de discursos políticos, pelo reconhecimento das pessoas que aí habitam como cidadãos de direitos. É um espaço constituído por sujeitos históricos, que possuem uma cultura própria com valores, crenças e costumes embasados em uma visão de mundo formada pela vivência e herdada de gerações passadas. A educação que os movimentos sociais querem é uma educação que faça o campestre sentir orgulho de suas origens, conceba a terra não como lugar laborioso, mas como espaço onde planta seu sustento e sua história, ao mesmo tempo em que mostra outras realidades e lhe dá uma oportunidade de escolha entre ficar e partir. A respeito da importância da atuação dos movimentos sociais na discussão em torno da Educação do Campo, Arroyo (2004, p. 68-69) coloca que

estamos querendo vincular educação com o movimento social, o que significa isso? Significa que acreditamos que a educação se tornará realidade no campo somente se ela ficar colocada ao movimento social. Mais ainda, acreditamos que o próprio movimento social é educativo, forma novos valores, nova cultura, provoca processos em que desde criança ao adulto novos seres humanos vão se constituindo.

Os movimentos sociais buscam uma educação para além da internalização de conhecimentos, mas, ao contrário, reivindicam um modelo de educação que permeie todo o fazer do homem do campo, uma educação imanente ao povo do campo, que está presente no cotidiano e que agrega sua cultura. A educação que nasce no seio dos movimentos sociais é diferenciada porque exige o cumprimento dos direitos do povo do campo. “O movimento social é mais exigente porque nos situa no terreno dos direitos, nos leva a vincular educação com saúde, cooperação, justiça, cidadania” (ARROYO, 2004, p. 72). Assim, muitos são os desafios a serem enfrentados e vencidos para que se faça uma educação de qualidade no campo: de um lado, o desinteresse das políticas públicas em investir na educação do campo e, do outro, as dificuldades de acesso às escolas do campo, a falta de preparação do educador em lidar com a cultura do sujeito do campo e a estrutura física e administrativa da escola rural. Arroyo (2007, p. 158) diz que

a formulação de políticas educativas e públicas, em geral, pensa na cidade e nos cidadãos urbanos como o protótipo de sujeitos de direitos. Há uma idealização da cidade como espaço civilizatório por excelência, de convívio, sociabilidade e socialização, da expressão da dinâmica política, cultural e educativa. A essa idealização da cidade corresponde uma visão negativa do campo como lugar de atraso, do tradicionalismo cultural.

Os serviços que chegam ao campo são precários e realizados por profissionais sem laços culturais com o povo camponês. Nesse cenário, é quase impossível que os professores construam laços com as pessoas e venham a se identificar com o modo de vida e a cultura do campo, bem como não estarão aptos a compreenderem e atuarem junto aos camponeses na resolução dos problemas locais. O que se constitui um desafio para o desenvolvimento de um trabalho que propicie a integração entre os saberes locais e os conhecimentos institucionalizados por parte do aluno.

Mesmo em face da luta dos movimentos sociais pelo reconhecimento da especificidade da educação dos povos do campo, só foi a partir da década de 1990 que se começou a pensar numa educação direcionada para os sujeitos do meio rural; construída ‘com’ e não ‘para’ os povos desse espaço. Com base no Art. 28, da Lei de Diretrizes e Bases:

Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente: I - conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural; II - organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas; III - adequação à natureza do trabalho na zona rural (BRASIL, 1996).

Assim, o conceito de Educação do Campo ainda é novo e está em processo de construção e de afirmação junto ao poder público. Ele nasceu durante a realização do Encontro Nacional de Educadoras e Educadores da Reforma Agrária (ENERA), no ano de 1997. Ao conceituar a Educação do Campo, os movimentos envolvidos na luta por uma educação básica desse espaço objetivavam alcançar uma educação de qualidade que agregaria os saberes, a cultura, os valores e as crenças dos sujeitos do campo, que se configura, mesmo depois de tantas conquistas, como um espaço abandonado pelo poder público, estando em consonância com Caldart (2008, p. 12) quando discute:

O conceito de educação do campo é novo, mas já está em disputa, exatamente porque o movimento da realidade que ele busca expressar é marcado por contradições sociais muito fortes. Para nós o debate conceitual é importante à medida que nos ajuda a ter mais claro quais são os embates e quais os desafios práticos que temos pela frente. No debate teórico o momento atual não nos parece ser o de buscar 'fixar' um conceito, fechá-lo em um conjunto de palavras: porque isso poderia matar a ideia de movimento da realidade que ele quer apreender, abstrair, e que nós precisamos compreender com mais rigor justamente para poder influir ou intervir no seu curso.

Assim, envolve um amplo processo que consiste na luta pela valorização da cultura e da identidade do homem e da mulher do campo, tendo na educação um meio para alcançar novos horizontes e caminhos mais amplos. Partindo de um projeto pedagógico feito com o povo do campo, agregando todas as vivências dos atores dessa história, buscando situar a educação dentro da realidade histórica dos sujeitos do campo, A Educação do Campo, portanto, caracteriza-se como algo próprio do povo do campo; construída dentro de uma complexa e significativa rede de saberes passados de geração para geração.

Educação do campo e não mais educação rural ou educação para o meio rural. A proposta é pensar a educação do campo como processo de construção de um projeto de educação dos trabalhadores do campo gestado desde o ponto de vista dos camponeses e da trajetória de lutas de suas organizações (CALDART, 2004, p. 13).

Dessa forma, o conceito de Educação do Campo pressupõe um modelo educacional que forme sujeitos conscientes de seus direitos, de seu papel na sociedade e no mundo e que tenham orgulho de sua cultura e identidade. Uma educação que

contemple o homem do campo em sua diversidade. Também, esse conceito nascente não visa a permanência dos jovens no campo, mas abrir novos horizontes e capacitá-los a escolher onde querem construir sua história, se no campo ou na cidade. Inerente a essa discussão está a reivindicação por escolas com estrutura física, materiais e recursos para que os profissionais da educação possam desenvolver um trabalho mais dinâmico e prazeroso com os alunos do campo.

Nessa perspectiva, a Educação do Campo demandada pelos movimentos sociais envolve amplo processo que consiste na luta pela valorização da cultura e da identidade do povo do campo, tendo na educação um meio para alcançar novos horizontes e caminhos mais amplos. Partindo de um projeto pedagógico feito pelo e para o povo do campo, agregando todas as vivências dos atores dessa história, busca-se situar a educação dentro da realidade histórica dos sujeitos desse espaço, construída dentro de uma complexa e significativa rede de saberes passados de geração para geração. Não mais uma educação apenas para constar nos autos ou garantir votos.

E para materializar uma educação efetivamente do povo do campo, há a necessidade de que os professores que atuam nas escolas do campo integrem um processo formativo “atrelado à defesa de Projetos Políticos Pedagógicos (PPP) emancipadores nas escolas do campo, considerando as histórias de vida, memórias, construção coletiva, lutas por reconhecimento identitário e novas forma de coesão social [...]” (BICALHO; CARDOSO, 2019, p. 205). Nesse sentido, a formação para a emancipação humana embasa-se na construção da identidade individual e, coletivamente, na centralidade do conflito de conceitos e ideias, tendo como direcionamento o sentimento de pertencimento e identificação a um contexto social e suas especificidades.

Na visão de Munarim (2011, p. 30), quando se refere à Educação do Campo, esta significa, em primeiro lugar, “um território de cidadania que vem sendo construído e disputado tanto no âmbito das práticas pedagógicas quanto no das políticas públicas ou da relação Estado e sociedade civil organizada”. Na construção política do conceito de território, Fernandes (2006) caracteriza-o como espaço apropriado por uma determinada relação social que o produz e o mantém a partir de relações de poder. Nesse sentido, ao abordar a relação Estado e sociedade e as relações sociais, o território campesino ultrapassa a dimensão geográfica e precisa ser pensado nas suas especificidades culturais, sociais, simbólicas e espaciais.



Pensada sob essa perspectiva, a Educação do Campo revela sua complexidade, mas esse conceito relacional é necessário devido ao fato de ser concebida como espaço de luta, de formação de identidades e de militância na reivindicação de formação política dos sujeitos do campo. A construção identitária do povo do campo pressupõe o reconhecimento desse povo como sujeito, ator de sua história e, como tal, possuidor de direitos.

Nesse cenário, é preciso levar em conta que nas comunidades campesinas a escola representa muito mais que uma unidade de ensino, ela se apresenta, também, como um símbolo cultural, pois, na maioria das comunidades, ela é lugar de realização de atividades coletivas, onde se consolidam laços de solidariedade e participação. Fernandes (2014, p. 125) aponta que “a proposta dos movimentos sociais intenciona construir uma política que amplie o sentido da educação [...] politicamente identificado como Educação do Campo”. Essa luta tem gerado muitos desafios e põe em evidência a exclusão social dos povos do campo, a insuficiência didático-pedagógica dos processos de formação de professores, a carência da infraestrutura escolar, do transporte, dos materiais didáticos e recursos físicos, da merenda, entre outros.

Com relação às políticas públicas para a educação do campo, Pinheiro (2007, p. 1) discute que “a educação do campo tem se caracterizado como um espaço de precariedade por descasos, especialmente pela ausência de políticas públicas para as populações que lá residem”. Quanto aos sujeitos do campo, a autora afirma que “nos deparamos com uma infância, adolescência e juventude desorientadas frente aos desafios e incertezas da contemporaneidade [...]” (PINHEIRO, 2007, p. 1). Incertezas que decorrem da falta de investimentos do governo na educação dos sujeitos do campo, levando ao esfacelamento do processo de aprendizagem dos alunos, fazendo com que seja comum encontrarmos um grande número deles com baixo desempenho escolar, alunos que evadiram da escola e com distorção idade série, bem como um processo de ensino bancário.

Só foi a partir da década de 1990 que se começou a pensar numa educação direcionada para os sujeitos do campo. Com base na LDB 9394/96, surgiram, em 1998, o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) e a articulação por uma Educação do Campo. No ano de 2001, foi elaborado o Parecer n. 36/2001, das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. Esse Parecer, ao discutir sobre o processo de exclusão a que estiveram expostos, por muito tempo, os povos do meio rural, defende que o “campo, [...] mais do que um perímetro não urbano,

é um campo de possibilidades que dinamiza a ligação dos seres humanos com a própria produção das condições da existência social e com as realizações da sociedade humana” (BRASIL, 2013, p. 267). O Quadro 3 apresenta em ordem os Pareceres, Resoluções e Decretos que normatizam a Educação do Campo.

Quadro 3 – Pareceres, Resoluções e Decretos que normatizam a Educação do Campo  
(continua)

<b>PARECERES, RESOLUÇÕES E DECRETOS</b>	<b>ANO</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>
Parecer n. 36	4 de dezembro de 2001	Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo
Resolução CNE/CEB n. 1	3 de abril de 2002	Institui Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo
Parecer CNE/CEB n. 1	2 de fevereiro de 2006	Dias letivos para a aplicação da Pedagogia de Alternância nos Centros Familiares de Formação por Alternância (CEFFA)
Parecer CEB/CNE n. 23	12 de setembro de 2007	Consulta referente às orientações para o atendimento da Educação do Campo
Parecer CNE/CEB n. 3	18 de fevereiro de 2008	Reexame do Parecer CNE/CEB n. 23/2007, que trata da consulta referente às orientações para o atendimento da Educação do Campo
Resolução CNE/CEB n. 2	28 de abril de 2008	Estabelece diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo
Decreto n.º 7352	4 de novembro de 2010	Dispõe sobre a política de Educação do Campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA
Resolução PDDE Água FNDE n. 32	13 de agosto de 2012	Dispõe sobre o Programa PDDE Água. Orientações Operacionais para garantir abastecimento de água

Quadro 3 – Pareceres, Resoluções e Decretos que normatizam a Educação do Campo  
(conclusão)

		em condições apropriadas para o consumo humano e/ou esgotamento sanitário em escolas públicas
Resolução FNDE n. 36	21 de agosto de 2012	Dispõe sobre o PDDE Campo. Destina recursos financeiros, nos moldes e sob a égide da Resolução n. 7, 12 de abril de 2012
Resolução /CD/FNDE n. 45	20 de novembro de 2013	Dispõe sobre os critérios para a utilização de veículos de transporte escolar adquiridos no âmbito do Programa Caminho da Escola
Decreto n.º 12.960	27 de março de 2014	Altera a Lei n.º 9394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, para fazer constar a exigência de manifestação de órgão normativo do sistema de ensino para o fechamento de escolas do campo, indígenas e quilombolas

Fonte: elaborado pela autora.

O Quadro 3 nos mostra que estes documentos refletem os contornos de uma política que caminha para definir uma educação específica para os povos do campo. Nesse contexto, em 2007, foi elaborado o Parecer CEB/CNE n. 23 que faz uma discussão a respeito das políticas educacionais do campo como meio de agregação da população campesina à sociedade de maneira igualitária. Esse Parecer afirma que não se objetiva a fixação do homem no campo, mas objetiva atender as demandas de “[...] acesso, permanência, organização e funcionamento das escolas rurais, propostas pedagógicas inovadoras e apropriadas, [...] construir uma Política Nacional de Educação do Campo” (BRASIL, 2007, p. 288).

Dando continuidade à luta pela construção de políticas para a educação do campo, em 2008 foi estabelecida a Resolução nº 2, de 28 de abril, que em seu Art. 1º dispõe que “a Educação do Campo [...] destina-se ao atendimento às populações rurais em suas mais variadas formas de produção da vida” (BRASIL, 2008). Nesse sentido, a discussão sobre Educação do Campo dentro da esfera política constitui-se uma

correlação de forças e disputa em imprimir uma política pública do campo, ao mesmo tempo em que é um avanço importante no reconhecimento das especificidades da educação do meio rural, bem como no respeito da identidade das crianças, jovens e adultos desse meio.

Nessa direção, o Decreto n.º 6.755, de 29 de janeiro de 2009, Art. 3º, inciso VII, visa “ampliar as oportunidades de formação para o atendimento das políticas de educação especial, alfabetização e educação de jovens e adultos, educação indígena, educação do campo e de populações em situação de risco e vulnerabilidade social” (BRASIL, 2009).

No ano de 2010, o Decreto n.º 7352, de 4 de novembro, legaliza a materialização do que vem sendo reivindicado pelos movimentos sociais: o reconhecimento da educação do campo como direito de um povo, construída levando-se em conta as especificidades de cada comunidade.

A educação do campo concretizar-se-á mediante a oferta de formação inicial e continuada de profissionais da educação, a garantia de condições de infraestrutura e transporte escolar, bem como de materiais e livros didáticos, equipamentos, laboratórios, biblioteca e áreas de lazer e desporto adequados ao projeto político pedagógico e em conformidade com a realidade local e a diversidade das populações do campo (BRASIL, 2010).

A análise desse Decreto evidencia que o conceito de educação do campo ganha mais espaço no contexto da esfera política, pois segundo Caldart (2004, p. 157), “a educação do campo também se identifica pela valorização específica das professoras e professores”, o que exige a criação de políticas específicas de formação docente para atuar nas escolas do campo e a construção de um projeto de valorização e maximização das habilidades desses professores.

Ao longo das últimas três décadas, foram criados programas oficiais para a formação dos professores que atuam nas escolas do campo, conforme é possível visualizar no Quadro 4.

Quadro 4 – Programas no âmbito da Educação do Campo

(continua)

<b>Programa</b>	<b>Ano</b>	<b>Descrição</b>
Escola Ativa	(1997/2007) coordenado pela SECADI/MEC	Apoiar os sistemas estaduais e municipais de ensino na melhoria da educação nas escolas do campo com classes multisseriadas, fornecendo diversos recursos pedagógicos e de gestão; realizar formação continuada para os educadores envolvidos no programa em propostas

Quadro 4 - Programas no âmbito da Educação do Campo

(conclusão)

		pedagógicas e princípios políticos pedagógicos voltados às especificidades do campo; fornecer e publicar materiais pedagógicos que sejam apropriados para o desenvolvimento da proposta pedagógica.
Programa Nacional de Educação para a Reforma Agrária – Pronera	Portaria n. 10/1998	Oferecer educação formal aos jovens e adultos beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA), em todos os níveis de ensino e áreas do conhecimento; melhorar as condições de acesso à educação do público do PNRA; e proporcionar melhorias no desenvolvimento dos assentamentos rurais por meio da formação e qualificação do público do PNRA e dos profissionais que desenvolvem atividades educacionais e técnicas nos assentamentos. (BRASIL, 2010).
Pedagogia da Terra	Criado em 1999 – contexto do PRONERA	Destinado à formação de docentes aptos a lidar com jovens e adultos no seu processo de escolarização e em relação com as questões da terra. Esses docentes são preparados para atender às demandas específicas de cada região ou assentamento onde a reforma agrária ainda está em pauta, dentro dos princípios pedagógicos do Movimento (DANTAS, 2015).
Programa de apoio à formação superior em licenciatura em educação do campo – PROCAMPO	Criado pelo Ministério da Educação no ano de 2007, por iniciativa da então Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD)	Surge por meio de parcerias com as instituições públicas de ensino superior e objetiva oferecer as condições necessárias de execução e fortalecimento das Licenciaturas em Educação do Campo, além de viabilizar a criação e implementação desses cursos regulares nas instituições públicas de ensino superior de todo o país. Integra ensino, pesquisa e extensão, valorizando temáticas que sejam significativas para autonomia e reconhecimento das populações camponesas (BICALHO, 2017).
Programa Nacional de Educação do Campo - Pronacampo	Lançado em 2011	Conjunto de ações articuladas que asseguram a melhoria do ensino nas redes existentes, bem como a formação dos professores, produção de material didático específico, acesso e recuperação da infraestrutura e qualidade da educação no campo em todas as etapas e modalidades (MEC, 2011).

Fonte: elaboração da autora (2020).

O Programa Escola Ativa durou uma década (1997/2007), sendo coordenado pela SECADI/MEC “com recursos resultantes de acordo entre o Banco Mundial e o Brasil, representado pelo MEC, que, para administrá-lo, cria o Fundo de

Desenvolvimento da Escola – Fundescola” (RIBEIRO, 2011, p. 26). O programa estendeu-se pelas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Dando continuidade às ações de afirmação da Educação do Campo, em 16 de abril de 1998, foi instituído, por meio da Portaria n. 10/1998, o Programa Nacional de Educação para a Reforma Agrária – Pronera, do então Ministério Extraordinário da Política Fundiária. Em seu manual operacional, no que concerne à formação do professor, descreve que “os professores(as) e coordenadores(as) locais devem participar de processo de formação” [...] (BRASIL, 2004, p. 32). Segundo Molina e Antunes Rocha (2014, p. 229), o objetivo geral do Pronera é “promover a educação nos assentamentos de Reforma Agrária, estimulando, propondo, criando, desenvolvendo e coordenando projetos educacionais utilizando metodologias específicas para o campo”.

Na luta por uma formação de professores do campo, temos o curso de graduação intitulado “Pedagogia da Terra”, que nasce a partir de iniciativas dos movimentos sociais junto ao Pronera. É um curso presencial e ministrado no sistema de alternância, em que os alunos passam períodos de três meses na faculdade (denominado tempo escola) e três meses nos assentamentos (chamado de tempo comunidade). Para Molina e Antunes Rocha (2014, p. 230),

ao longo desses 15 anos, desde sua criação, cerca de 200 mil trabalhadores rurais se escolarizaram nos diferentes níveis de ensino: da alfabetização à conclusão dos ensinos fundamental e médio, aos cursos técnicos e profissionalizantes e aos cursos superiores.

Desse modo, as estratégias do Pronera têm dado um sentido diferente à educação para as populações do campo, ao promover a formação de professores dentro do espaço de atuação contribui para a afirmação da cultura e dos saberes desse povo, o que faz com que o processo de aprendizagem das crianças, jovens e adultos ganhe significado. Ainda no que concerne às conquistas no âmbito da Educação do Campo, a partir de 2007, é estruturado o Programa de apoio à formação superior em licenciatura em Educação do Campo – PROCAMPO, objetivando apoiar a sistematização de cursos regulares de Licenciatura em Educação do Campo nas instituições públicas de ensino superior nacionais. A primeira experiência dessa política pública foi realizada na Universidade Federal de Minas Gerais, Universidade de Brasília, Universidade Federal da Bahia e Universidade Federal de Sergipe. Isso mostra que a luta dos movimentos sociais e das entidades civis em prol da construção de uma nova concepção de educação do campo se fortaleceu e ganhou forma ao longo do tempo; por meio dessas

reivindicações, a compreensão de que o povo do campo tem direito a uma educação diferenciada, pautada na sua cultura e que traduza os modos de vida e de construir conhecimento do camponês, alcançou a esfera política.

Com isso é possível perceber que nos últimos anos a Educação do Campo vem ganhando mais espaço nos planos políticos devido às reivindicações que os movimentos sociais têm realizado para que a ela seja compreendida como um todo, deixando de lado uma concepção arcaica do camponês e do trabalhador rural. Com relação à Educação do Campo, percebeu-se a ausência ou a ineficiência de políticas públicas para a escolarização no meio rural e que a preocupação com esta modalidade de ensino vem sendo demonstrada há pouco mais de uma década, como resultado de reivindicações e de uma ação conjunta das entidades, movimentos sociais e sindicais do campo com o Estado, com o objetivo de proporcionar à população desse espaço uma educação de qualidade.

A situação precária de investimento na Educação do Campo se agrava com as medidas contidas na Proposta de Emenda à Constituição – PEC 241 (ou 55/2016) apresentada por Michel Temer com o propósito de reduzir os gastos sociais durante 20 anos. A limitação de gastos impedirá o cumprimento das metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação - PNE, entre elas e, sobretudo, a efetivação da educação obrigatória para todos os jovens entre 4 e 17 anos, o estabelecimento do CAQ/CAQI<sup>4</sup> (Custo aluno qualidade/Custo aluno qualidade inicial) e a valorização do magistério da educação básica como política obrigatória em todo o território nacional.

Esse processo, iniciado em 2016, evidencia o descaso com as políticas sociais direcionadas para os setores populares. Com isso, podemos perceber a drástica redução de recursos voltados ao Sistema Único de Saúde (SUS) e à Educação, e a ampliação das desvinculações de receitas para 30%, passando a alcançar estados, municípios e o Distrito Federal, com graves consequências para a saúde e a escolarização da população brasileira, excluída do direito democrático de acesso à educação, o que representa prováveis retrocessos para a valorização dos profissionais. Com a aprovação e

---

<sup>4</sup>Informações disponíveis em: <https://www.scielo.br/pdf/es/v37n135/1678-4626-es-37-135-00329.pdf>. Acesso em: 27 dez. 2020.

implementação dessa PEC, percebemos o retrocesso no acesso às escolas e universidades públicas<sup>5</sup>.

Nesse processo de desarticulação das políticas voltadas para as classes populares, no que se refere ao povo campesino, o Fórum Nacional de Educação do Campo – FONEC, em encontro realizado em Brasília, no dia 11 de abril de 2019, reaviva a denúncia do fechamento de escolas rurais e chama a atenção para os prejuízos que esse fenômeno pode acarretar para os estudantes desse espaço. No ano de 2011, o MST lançou uma campanha contra o fechamento de escolas no campo brasileiro, nomeada “Fechar escola é crime”, apontando o fechamento de 24 mil escolas no campo, entre 2002 e 2010. O que correspondia ao fechamento de 3 mil escolas por ano, o que já era uma barbaridade<sup>6</sup>.

Em artigo para a Revista *Online Brasil de Fato*, Rafael Tatemoto expõe que na visão de Mônica Molina, professora da UnB e uma das organizadoras do encontro do FONEC, “a mudança política no cenário brasileiro representa uma ameaça à continuidade destas iniciativas, seja por conta do discurso ideológico dos atuais governantes, seja por questões objetivas, de constrangimento financeiro”<sup>7</sup>. Ameaça essa que revela a existência de uma intenção política implícita de desconstruir a compreensão dos povos do campo como sujeitos de direitos e para reforçar essa ideologia no imaginário da sociedade, a mídia tem empreendido ações que objetivam demonizar o movimento sem-terra no sentido de descreditar suas reivindicações diante da população em geral.

Para mascarar a ideologia por trás do fechamento das escolas, o governo alega a questão do orçamento insuficiente, corte de gastos e insuficiência de fundos para financiar as políticas educacionais para os povos do meio rural. No cerne desse discurso, o fechamento/nucleação das escolas rurais e o traslado de seus estudantes para outras comunidades se apresentam como meio para economizar recursos no transporte escolar, na merenda, entre outros aspectos. Segundo pesquisas de Paulo Alentejano e

---

<sup>5</sup> Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/es/v37n135/1678-4626-es-37-135-00329.pdf>. Acesso em: 27 dez. 2020.

<sup>6</sup> Disponível em: <https://mst.org.br/2019/11/28/80-mil-escolas-fechadas-no-campo-brasileiro-em-21-anos/>. Acesso em: 27 dez. 2020.

<sup>7</sup> Ver reportagem em: <https://www.brasildefato.com.br/2019/04/11/fechamento-de-escolas-rurais-e-tema-no-forum-nacional-de-educacao-do-campo>. Acesso em: 27 dez. 2020.



Tássia Cordeiro<sup>8</sup>, no período de 1997 a 2018, a Bahia foi o estado do Nordeste que mais fechou escolas do campo, com 12.815 mil escolas fechadas. A esse respeito, já em 1999, Arroyo (1999, p. 42-43) apresentava preocupação com o fechamento das escolas e a nucleação e escreveu:

A solução me parece que não é tirar as crianças de seu lugar e levá-las para outro lugar. A famosa nucleação de escolas. (...) Porque a escola tem que estar vinculada às raízes de suas vivências, de sua família, de sua experiência completa. A escola tem que estar colada às raízes mais imediatas das vivências de infância. Não podemos fazer da escola uma espécie de supermercado. A questão é que a educação fundamental, se estiver colada ao cotidiano da vivência das crianças, tem que estar no lugar onde a criança vive, se produz e reproduz. Criar escolas-núcleo, distantes dos espaços de vivência da criança, desarraigada, tira da raiz.

A preocupação de Arroyo dialoga com Kremer (2011) ao evidenciar que a escola é fundamental enquanto eixo agregador que favorece a sobrevivência da vida “em comunidade”. O fechamento da “escola da comunidade” provoca um abalo nas referências das pessoas que ali vivem, gerando o sentimento de que seu local de vivências está sendo violado e acabando aos poucos. O que reforça que a escola não é apenas uma instituição de ensino, mas espaço onde confluem vivências, experiências e modos diversos de ver e viver o mundo. Observamos que não havendo cuidado com a questão das identidades dos estudantes, não há preocupação com a oferta de uma formação ampla e que contemple as demandas desses sujeitos. De acordo com Boff (1999, apud KREMER, 2011, p. 182), “educar é um compromisso intenso com o cuidado, o descuido significa excluir a possibilidade humana de existir e de ser”. A retirada de políticas públicas e programas para o campo e para suas populações culmina com o enfraquecimento desse povo como organização social e consciente de que é possuidor de direitos.

Ato contínuo no desmanche das políticas voltadas para a Educação do Campo foi observado por meio do Decreto n.º 9465, de 2 de janeiro de 2019, com a extinção da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – SECADI. Segundo informações no portal eletrônico da Andifes<sup>9</sup>, a criação da SECADI está vinculada ao objetivo de “contribuir para o desenvolvimento dos sistemas de ensino,

---

<sup>8</sup> Disponível em: <https://www.brasildefatorj.com.br/2019/11/28/artigo-or-no-brasil-quase-4-mil-escolas-do-campo-sao-fechadas-por-ano#>.

<sup>9</sup> Disponível em: <http://www.andifes.org.br/wp-content/uploads/2016/02/Apresentac%CC%A7a%CC%83o-SECADI-ANDIFES.pdf>.

voltado à valorização das diferenças e da diversidade sociocultural, à promoção da educação inclusiva, dos direitos humanos e da sustentabilidade socioambiental”. E promovia ações no campo de “Educação de Jovens e Adultos, Educação Especial na perspectiva inclusiva, Educação Ambiental e em Direitos Humanos, Educação do Campo, Indígena e Quilombola e Educação para as Relações Étnico-Raciais”. Segundo Taffarel e Carvalho (2019, p. 87),

as medidas ultra neoliberais adotadas pelo Ministério da Educação, desde a posse do ex-capitão reformado, Jair Messias Bolsonaro, por apresentar conduta inadequada frente as normas institucionais do Exército Brasileiro, estão atuando na linha de transformar a educação em uma mercadoria e colocar todo o sistema educacional sujeito a lógica perversa do empresariamento (FREITAS, 2018; NEVES, 2002), a lógica do capital (MARX, 1983).

Essa ação do Estado brasileiro se configura como um retrocesso no âmbito dos direitos educacionais e se constitui como uma medida que vai contra o reconhecimento, respeito e valorização da diversidade sociocultural, da promoção da equidade e do fortalecimento da inclusão de centenas de estudantes de diversas comunidades tradicionais e de classes populares no processo de ensino e aprendizagem. De acordo com Guimarães (2018, p. 624), “importa notar, todavia, que não se trata simplesmente de menos Estado, mas de uma determinada configuração de Estado que assegure as condições de (re)produção do capital” e da ideologia conservadora, em que a educação bancária e de caráter assistencialista é suficiente para a educação dos menos favorecidos financeiramente e residentes no campo.

Nesse contexto, o governo Bolsonaro, empossado em 2019, tem tomado medidas governamentais, via Ministério da Educação, que vêm retirando conquistas e direitos do povo camponês, “contribuindo para a destruição de forças produtivas, destruindo o trabalhador, suas condições de existência, seus sistemas de proteção do trabalho alienado, assalariado, destruindo seus meios de produção e reprodução da vida” (TAFFAREL; CARVALHO, 2019, p. 88). Nesse cenário acontece também a extinção do PRONERA. O governo Bolsonaro publicou no dia 21 de fevereiro de 2020 o Decreto 10.252/2020<sup>10</sup>, que altera a estrutura regimental do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA. Mais do que alterar a estrutura regimental e de cargos, o Decreto altera profundamente as competências do órgão. A autarquia deixa de ter

---

<sup>10</sup> Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/CCIVIL\\_03/ Ato2019-2022/2020/Decreto/D10252.htm](http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/ Ato2019-2022/2020/Decreto/D10252.htm).

competências de formulação. Toda a política agrária fica subordinada à formulação do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, em especial, a destinação das terras públicas, a seleção de famílias para assentamentos de Reforma Agrária e a normatização e formação de grupos para elaboração de estudos de identificação e demarcação de terras remanescentes de quilombos<sup>11</sup>.

No contexto da extensão de políticas empreendidas pelo INCRA, esse Decreto extingue a Coordenação-Geral de Educação do Campo e Cidadania, que era responsável pela gestão do PRONERA. Após 20 anos de sua criação, a extinção do programa significa perder o lugar político para elaboração e gestão de uma das maiores políticas públicas de educação para o povo camponês do Brasil. Analisando o percurso desse programa desde 2016 até o ano de 2020, percebemos que a articulação política já dava pistas do desmonte desse importante programa para a educação do povo do campo. No Golpe de 2016, o INCRA deixa de convocar para deliberações a Comissão Pedagógica Nacional, instância deliberativa do PRONERA. Já no início do governo do atual presidente Jair Messias Bolsonaro, o programa sofre o golpe final por meio do Decreto presidencial que extinguiu todos os Conselhos, Comissões e outros mecanismos de participação social no governo, e com eles a Comissão Pedagógica Nacional do PRONERA.

Resultado de uma política preconceituosa, excludente e que marginaliza as comunidades camponesas em todas as suas formas e as populações das classes populares, o Decreto desconsidera que o PRONERA, para além do instrumento legal de sua criação, inscreveu-se no ordenamento jurídico do Estado brasileiro, autorizado pela Lei 11.947, de 16 de junho de 2009, e pelo Decreto 7.352/2010<sup>12</sup>. Do mesmo modo, o documento que decreta o fechamento do PRONERA não reconhece a importância do programa como uma política gestada pelo protagonismo dos sujeitos do campo organizados coletivamente. Sua criação constitui o primeiro registro, na história do Brasil, dos camponeses protagonizando uma política pública de educação cuja característica fundamental é a articulação entre três sujeitos de territórios diferenciados, mas que materializam uma nova ação do Estado: os movimentos sociais, sindicais de

---

<sup>11</sup>Ver reportagem disponível em: <https://mst.org.br/2020/02/28/forum-nacional-de-educacao-do-campo-denuncia-extincao-do-pronera/>.

<sup>12</sup> Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2007-2010/2010/decreto/d7352.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2010/decreto/d7352.htm).

trabalhadores e trabalhadoras do campo, o corpo dos servidores do INCRA e as Universidades.

De acordo com a Pesquisa Nacional sobre Educação na Reforma Agrária – PNERA, publicada em 2015 pelo IPEA, o PRONERA foi responsável pela alfabetização, escolarização fundamental, média e superior de 192 mil camponeses e camponesas nos 27 estados da Federação. Entretanto, com a vigência do Decreto, foi extinta a instância responsável pelo programa e nenhum órgão governamental está responsável por sua execução. Diante desse cenário, o governo precisa responder às comunidades atingidas pelo Decreto sobre o que acontecerá com a educação dos sujeitos.

Em nota publicada no dia 28 de fevereiro de 2020<sup>13</sup>, os organizadores do FONEC apontam questões que são de extrema relevância para o destino das comunidades que precisam de respostas urgentes por parte do governo. Assim, são apontadas questões como: com quais instâncias se dialogará em relação aos desafios administrativos dos convênios e projetos em andamento? Que instância será responsável, na Autarquia, pela resolução, destinação e execução orçamentária dos convênios e projetos em andamento? Que órgão do governo se responsabilizará pelas centenas de projetos de educação que continuam inertes nos arquivos do INCRA à espera de alguma resolução?

Tendo como princípio a participação ativa dos povos do campo na elaboração de políticas públicas embasadas na democracia, o PRONERA, cuja gestão está assentada no tripé Estado-Universidades-Movimentos Sociais e Sindicais Populares do Campo, tem como objetivo a universalização da educação pública. Nesse processo, um aspecto interessante a ser levado em conta está nos dizeres do educador Paulo Freire (2000, p. 133), quando coloca que “não importa em que sociedade estejamos e a que sociedade pertencamos, urge lutar com esperança e denodo”. O que está em consonância com Marx (2020, p. 290), quando defende que “nenhuma conquista de direitos da classe trabalhadora, em suas diferentes frações, deu-se sem luta”. Nesse cenário de contínuas perdas no campo educacional, o Estado brasileiro tem uma dívida com os camponeses, com o povo das florestas, das águas e de comunidades quilombolas.

---

<sup>13</sup> Disponível em: <https://mst.org.br/2020/02/28/forum-nacional-de-educacao-do-campo-denuncia-extincao-do-pronera/>.

Desse modo, é possível perceber que “qualquer estudo do sistema educacional não pode ser separado de alguma análise implícita ou explícita dos propósitos e do funcionamento do setor governamental” (CARNOY, 1984, p. 19). Ao adentrar brevemente no conceito de Estado e das políticas públicas e, no caso deste estudo, as políticas educacionais, fica claro que se por um lado o Estado mantém uma relação próxima com o setor dominante, servindo a seus interesses econômicos, por outro essa instância não pode se furtar à responsabilidade de elaborar e implementar políticas públicas que atendam aos anseios e demandas da população.

#### **1.4 Relação entre políticas públicas e juventude**

Ao analisarmos a história, percebemos que as funções exercidas pelo Estado na sociedade no decorrer do tempo têm sofrido significativas transformações. Se entre os séculos XVIII e XIX seu objetivo primordial era promover a segurança pública e defender suas fronteiras de ataques externos (LOPES; AMARAL, 2008); com o processo de democratização, o papel do Estado ganha novas configurações e atribuições, entre elas a promoção do bem-estar da sociedade.

Assim, o Estado tem uma longa duração histórica (AFONSO, 2001) e mesmo em face às transformações pelas quais passou ao longo do tempo, é entendido como uma “organização política que conquista, afirma e mantém a soberania sobre um determinado território, aí exercendo as funções de regulação, coerção e controle social” (AFONSO, 2001, p. 17). De maneira mais simplificada, podemos caracterizar o Estado como uma entidade de natureza política e geopolítica, com poder soberano para governar um povo dentro de uma área territorial demarcada. Importante salientar que as funções do Estado e suas formas de atuação e exercício do poder estão aliadas a um determinado momento histórico, sendo modificáveis e passíveis de reconfiguração frente às demandas político-econômicas da sociedade moderna.

Na visão de Poulantzas (2000), o Estado é compreendido como uma relação social que configura “a condensação material e específica de uma relação de forças entre classes e frações de classes” (p. 148). Nesse mesmo sentido, ao defender a natureza classista do Estado, Marx (1993, p. 98) afirma que o “[...] Estado não é mais do que a forma de organização que os burgueses necessariamente adotam, tanto no interior como no exterior, para garantir recíproca de sua propriedade e de seus interesses”. No entendimento dos autores, o Estado burguês, portanto, não exerce seu

poder apenas em favor da população ou de um povo, mas, antes de tudo, desenvolve suas ações em consonância com a expansão e consolidação do sistema econômico capitalista (AFONSO, 2001).

Nessa mesma direção, Gramsci (2000, p. 331) aponta que o Estado é “todo o complexo de atividades práticas e teóricas com as quais a classe dirigente não só justifica e mantém não só seu domínio, mas consegue obter o consentimento ativo dos governados”. Nesse sentido, o autor entende que o Estado se configura também como espaço de manutenção e afirmação dos valores da classe dominante, ao mesmo tempo em que procura administrar as demandas das classes menos favorecidas. O que revela uma ambiguidade no papel do Estado dentro da sociedade.

Nesse cenário, na condição de cidadãos, percebemos e sentimos que a cada dia fica “mais evidente que estamos enredados nas práticas de um Estado que, nos mínimos detalhes, manifesta sua relação com interesses particulares e, conseqüentemente, bem precisos” (POULANTZAS, 2000, p. 14). Isso mostra que o Estado possui uma autonomia relativa na tomada de decisões que, por sua vez, é resultante das relações com as classes dominantes, como assinalam os autores citados.

Entretanto, mesmo em face ao papel ambíguo do Estado e a sua relação intrínseca com as classes dominantes, retomando a sua atribuição nomeada inicialmente, a promoção do bem-estar social, a ele compete desenvolver uma gama de ações em áreas como a saúde, a educação, o meio ambiente, a moradia, entre outros aspectos relacionados à esfera social. E para promover ações que coincidam com o bem-estar social, os governos criam e implementam políticas públicas. Aqui vale fazer uma distinção entre Estado e Governo. Hofling (2001, p. 31) esclarece que

[...] é possível se considerar Estado como o conjunto de instituições permanentes – como órgãos legislativos, tribunais, exército e outras que não formam um bloco monolítico necessariamente – que possibilitam a ação do governo; e Governo, como o conjunto de programas e projetos que parte da sociedade (políticos, técnicos, organismos da sociedade civil e outros) propõe para a sociedade como um todo, configurando-se a orientação política de um determinado governo que assume e desempenha as funções de Estado por um determinado período.

Hofling (2001), embasada nos estudos de Gobert e Mullet (1987), destaca que as políticas públicas criadas pelo governo se configuram como o Estado em ação: “é o Estado implantando um projeto de governo, através de programas, de ações voltadas para atores específicos da sociedade” (HOFLING, 2001, p. 31). “Em outras palavras, o processo de formulação de política pública é aquele através do qual os governos

traduzem seus propósitos em programas e ações, que produzirão resultados ou as mudanças desejadas no mundo real” (SOUZA, 2003, p. 13).

Assim, as políticas públicas dizem respeito às ações desenvolvidas pelo Estado para garantir a efetivação de direitos que estão previstos em leis e na Constituição Federal, resultam da necessidade de programas que garantam os direitos da população ao bem-estar social. Nessa perspectiva, as Políticas Públicas para a Educação nascem da demanda social em busca da oferta, do acesso e permanência do estudante na escola.

No que diz respeito à categoria juventude, as políticas exclusivas, tanto para jovens urbanos quanto rurais, possuem como base a Lei 11.129, de junho de 2005, que institui a criação da Secretaria Nacional de Juventude – SNJ, do Conselho Nacional de Juventude – CONJUVE e do Programa Nacional de Inclusão de Jovens, primeiras ações para a constituição de uma Política Nacional de Juventude – PNJ. Desse modo, Silva e Silva (2011, p. 663) colocam que diante das constantes transformações ocorridas na sociedade e das novas demandas que a ela se impõem,

entende-se que a juventude, destacando-se aqui, particularmente, a juventude brasileira, requer um urgente investimento econômico, educacional, cultural, político e social, que considere a sua realidade como coletivo, a sua diversidade, resultante das determinações sociais, e seja capaz de efetivar uma política pública nacional.

Assim, há a necessidade de aprofundamento nos debates a respeito da juventude no sentido de valorização e reconhecimento dela enquanto categoria social, e uma política pública nacional para esta categoria precisa estar alinhada com suas necessidades educativas, culturais e sociais, com vistas à formação e atuação política dos jovens na sociedade. Com relação à juventude do campo, esta tem sido exposta a uma trajetória de invisibilidade e reprodução social. Para Menezes, Stropasolas, Barcellos (2014, p. 127), as políticas públicas voltadas à juventude rural devem ser pensadas conjuntamente com um projeto societário mais amplo, que possa efetivamente superar as desigualdades geradas historicamente pelo modelo de desenvolvimento rural baseado no latifúndio e no agronegócio.

#### 1.4.1 A juventude no contexto das políticas públicas

Durante muito tempo, a categoria juventude foi concebida apenas como o momento de transição entre a imaturidade/adolescência e a vida madura/adulta e, muitas vezes, foi vista como um problema para a sociedade. Assim, a atuação dos jovens no

processo de tomada de decisões não era permitida em seu grupo social; a sociedade conservadora ligava o jovem sempre à imaturidade e submissão familiar, ou seja, precisava aprender com os mais velhos para um dia suceder seu pai nos negócios, na política ou administração do patrimônio.

No entanto, o conservadorismo não conseguiu calar a voz dos jovens; no Brasil, já no século XIX, tivemos a mobilização de jovens escritores, a exemplo de Castro Alves, que com suas poesias, manifestos e prosas lutavam contra a escravidão e denunciavam um modelo social elitista, desigual e excludente. Na segunda metade do século XX, seguindo o curso das transformações históricas, a participação dos jovens na sociedade foi ganhando força e sua posição no meio social começa passar por mudanças significativas. A década de 1960 é marcada por fortes tensões políticas, sociais e econômicas, o que acaba tirando os jovens de seu casulo e levando-os às ruas em manifestações e movimentos juvenis. Entre esses movimentos, os que mais se destacaram foram o movimento União Nacional dos Estudantes – UNE, que lutou de maneira ferrenha contra a ditadura, e o Comando de Caça aos Comunistas – CCC, um movimento dos jovens a favor da ditadura de direita.

Nesse período destaca-se, também, o movimento hippie, que se contrapunha aos valores morais impostos, defendendo a ideia de ‘paz e amor’, fazendo críticas à sociedade de consumo, bem como manifestando seu repúdio ao autoritarismo político e à guerra. Assim, guiados por ideais de justiça, rebelados contra os ideais do governo militar e ao som do rock’n’roll, os jovens reivindicaram um novo lugar para a categoria da juventude dentro da sociedade; um lugar onde fosse possível expressar seus sentimentos e visão de mundo, mesmo que a sua maneira.

Nesse sentido, nas últimas décadas do século XX e início do século XXI, a juventude sai do anonimato e desperta o interesse de pesquisadores em desenvolver estudos no sentido de compreender essa fase e suas especificidades. No entanto, realizar pesquisas acerca dessa temática não é simples. De acordo com Sposito (1997), os estudiosos acabam encontrando uma situação cheia de paradoxos e de difícil solução: definir um conceito da categoria jovem sem cair na generalização é um dos desafios que se impõem aos pesquisadores. Sposito (1997, p. 37-38) coloca que

de um lado, qualquer investigação em torno da produção de conhecimento exigiria, como pressuposto, a eleição de uma definição, ainda que provisória, do objeto de estudo de modo a orientar os critérios de seleção. De outra parte, como afirma Mauger, para formular essa organização inicial as dificuldades



não são desprezíveis, pois seria quase impossível recorrer a uma categoria jovem que se imporia de modo igual a todos os pesquisadores.

Para realizar este estudo, portanto, é preciso entender a juventude como elemento sociológico e passível de investigação, pois os jovens caracterizam-se como sujeitos históricos e culturais. O que nos leva à compreensão de que não há uma definição única para o termo juventude, uma vez que ele muda com o tempo, acompanhando as transformações ocorridas no seio da sociedade.

Dessa forma, falar sobre a categoria juventude no contexto da modernidade exige do pesquisador a atenção a pontos cruciais como a compreensão da juventude enquanto construção sociocultural e, por isso mesmo, diversificada, assim como entender que o conceito de juventude não pode ser delimitado separadamente de determinado contexto, mas precisa ser entendido no seio de relações múltiplas e realidades sociais distintas. Nesse contexto, discutir a respeito da juventude significa, também, refletir sobre condições de gênero, raça, classe social, moradia e pertencimento religioso. Isso exige a contextualização histórica da juventude, concebendo-a como parte de uma determinada geração, mas que não se restringe a um dado momento, ao contrário, ela se relaciona com outras gerações. Dayrell (2003) chama a atenção para o fato de que o conceito de juventude não deve ser contido em propostas com tendência à homogeneização, ao contrário, a pluralidade que caracteriza a juventude requer que qualquer discussão a respeito da vida juvenil seja empreendida considerando o sentido da diversidade e das múltiplas perspectivas de ser jovem. Nessa direção, Fernandes (2015, p. 2233) discute que “a juventude é sócio-historicamente constituída como categoria analítica e que também o jovem, como sujeito, se constitui no processo sócio-histórico”.

E para compreender esse novo olhar a respeito da juventude e de suas especificidades é preciso levar em conta que essa categoria faz parte de uma sociedade que, nas últimas décadas, vem passando por transformações socioeconômicas, culturais e políticas. Esse contexto de mudanças tem como resultado um quadro de desigualdades sociais que necessita de políticas públicas para erradicar a exclusão. No centro dessas novas exigências está a categoria juventude, que é uma categoria emergente no campo das políticas públicas. Nessa análise, Durand e Alves (2015, p. 75) destacam que é preciso considerar alguns aspectos:

O primeiro deles reside na produção multiplicada de novas desigualdades sociais, que constituem parte significativa da experiência juvenil

contemporânea na sociedade brasileira; o segundo compreende o próprio marco institucional e político que ancora as iniciativas públicas, por sua vez, diverso e fragmentado.

A união dessas questões deixa transparecer o desafio e as barreiras para a construção de um novo plano político democrático que compreenda os jovens em sua multiplicidade e como sujeitos de direitos. Concebidos dessa forma, os jovens deixam de ser vistos como o centro de problemas sociais e que necessitam do poder público para um conjunto de ações pontuais, compensatórias ou de controle social. Desse modo, a inclusão dos jovens na agenda política brasileira é bastante recente e se deu a partir do momento em que foi detectado que os jovens “são os mais atingidos pelas transformações no mundo do trabalho e pelas distintas formas de violência física e simbólica que caracterizam o século XXI” (BRASIL, 2006, p. 6). No Brasil, a temática da juventude passa a fazer parte das discussões acadêmicas e políticas apenas na década de 1990 quando pesquisadores, organismos internacionais, movimentos de jovens e gestores municipais percebem que as experiências sociais juvenis são cheias de especificidades e merecem atenção diferenciada.

Por muito tempo, os jovens acima de 18 anos foram atendidos pelas políticas públicas voltadas para a sociedade em geral, e as iniciativas governamentais para eles destinavam-se apenas para os que estavam em situações de risco. Entretanto, essas ações, mesmo sendo relevantes, eram insuficientes, uma vez que não se levava em conta que a juventude não é homogênea. Ao contrário, o mundo juvenil não pode ser delimitado ou determinado por um fenômeno, ele é complexo e constitui-se a partir das particularidades de cada grupo de jovens. E essas singularidades precisam ser levadas em conta na elaboração das políticas públicas. Assim,

diante do desafio de inovar esta concepção, o Governo Federal passou a reconhecer que a juventude não é única, mas sim heterogênea, com características distintas que variam de acordo com aspectos sociais, culturais, econômicos e territoriais. Este novo olhar inaugurou uma nova concepção de política pública, que considera a juventude como um segmento social portador de direitos e protagonista do desenvolvimento nacional (BRASÍLIA, 2006, p. 6).

Concebida dessa forma, a juventude passa a ser percebida, no contexto das políticas públicas, como uma condição social, e os jovens passam ser vistos como sujeitos de direitos. Desse modo, as políticas públicas da juventude são direcionadas na garantia de oportunidades de acesso à educação, à qualificação profissional, à cidadania,

ao mercado de trabalho, ao crédito, à renda, aos esportes, ao lazer, à cultura e à terra; assim como, na garantia dos direitos básicos aos jovens.

Para se chegar a essa compreensão, houve uma trajetória de conferências em prol do reconhecimento e participação da juventude no âmbito das políticas públicas. Em 2008, aconteceu em Brasília a I Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude, que mobilizou em média 400 mil pessoas em vários estados e municípios, sendo 841 conferências municipais e 27 estaduais. Em 2011, também em Brasília, foi realizada a II Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude, que suscitou debates em várias partes do território brasileiro em defesa do desenvolvimento e efetivação dos direitos dos jovens. Ainda em 2011, por meio da Lei n.º 12.513, o Governo Federal criou o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – PRONATEC, cujo objetivo era “expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica no país”.

No contexto internacional, a Organização das Nações Unidas reconhece a importância dos jovens na construção de sociedades sustentáveis, inclusivas e mais justas para todos. Por isso, é necessário enfrentar desafios como o acesso à educação, à saúde, ao emprego e à igualdade de gênero. No âmbito das Nações Unidas, a agenda de ações para a juventude é direcionada pelo Programa Mundial de Ação para a Juventude, que abrange 15 áreas prioritárias para os jovens, dispondo de propostas de ação em cada uma dessas áreas que são: Educação, Trabalho, Fome e pobreza, Saúde, Meio Ambiente, Abuso de drogas, Delinquência juvenil, Atividades recreativas, Meninas e mulheres jovens, Participação plena e efetiva dos jovens na vida da sociedade e na tomada de decisões, Globalização, Tecnologia da informação e Comunicação, HIV/AIDS, Conflitos armados, Problemas intergeracionais. Adotado pela Assembleia Geral em 1995, o Programa de Ação fornece um quadro político e diretrizes práticas para melhorar a situação dos jovens em todo o mundo<sup>14</sup>. Assim,

el Programa de Acción Mundial para los Jóvenes brinda un marco de política y directrices prácticas para la adopción de medidas en el plano nacional y para la prestación de apoyo en el plano internacional, con el fin de mejorar la situación de los jóvenes. El Programa contiene propuestas para la adopción de medidas hasta el año 2000 y en los años subsiguientes con la mira de hacer realidad los objetivos del Año Internacional de la Juventud y de fomentar condiciones y mecanismos para promover un bienestar mayor y

---

<sup>14</sup> Disponível em: <https://unric.org/pt/juventude/>.

mejores condiciones de vida para los jóvenes, (NAÇÕES UNIDAS, 2000, p. 3).

Nesse cenário, no contexto nacional, a criação da Secretaria Nacional de Juventude – SNJ, vinculada à Secretaria Geral da Presidência da República, foi uma iniciativa governamental de grande importância para a criação de programas e projetos de lei para o atendimento dos jovens. Para assessorar a SNJ foi criado, em 2005, o Conselho Nacional de Juventude – CONJUVE, que além de promover o diálogo entre a sociedade e poder público, atua na formulação de diretrizes para a ação governamental, realiza estudos a respeito da realidade social e econômica dos jovens e busca assegurar que as políticas destinadas ao atendimento da juventude reconheçam de maneira efetiva os direitos e as capacidades dos jovens, possibilitando a participação cidadã deles.

Desse modo, ao longo dos últimos anos, foram criados pelo Governo Federal vários programas que objetivam a valorização das habilidades dos jovens e a garantia de seus direitos ao esporte, educação, trabalho e lazer. No Quadro 5 é possível visualizar esses programas e suas ações.

Quadro 5 – Programas e ações criadas para a Juventude

(continua)

PROGRAMA	AÇÕES	PERÍODO/LEGISLAÇÃO
Projeto Agente Jovem	O Projeto Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano é uma ação continuada de assistência social destinada a jovens de 15 a 17 anos.	Portaria n. 879, de 3 de dezembro de 2001.
Programa Bolsa-Atleta	Apoio financeiro aos atletas com mais de 12 anos, que não contam com o patrocínio da iniciativa privada e que já começaram a mostrar seu alto potencial em competições nacionais e internacionais.	Lei n.º 10.891, de 9 de julho de 2004.
Programa Brasil Alfabetizado	Promove a alfabetização dos brasileiros com mais de 15 anos que não tiveram a oportunidade de estudar.	Lançado em 2003.
Programa Escola Aberta	Uma parceria entre os Ministérios da Educação e do Trabalho e Emprego permite o pagamento de uma ajuda mensal de R\$ 150 aos jovens que ministram oficinas em escolas do ensino fundamental e médio nos fins de semana.	Criado a partir de um acordo de cooperação técnica entre Ministério da Educação e a Unesco, implantado em 2004.

Quadro 5 – Programas e ações criadas para a Juventude

(continuação)

Programa Escola de Fábrica	Possibilita a inclusão de jovens de 16 a 24 anos no mercado de trabalho por meio de cursos de iniciação profissional oferecidos no próprio ambiente das empresas.	Lei n.º 11.180, de 23 de setembro de 2005.
Programa de Melhoria e Expansão do Ensino Médio (PROMED)	Tem a finalidade de melhorar a qualidade e a eficiência do Ensino Médio e de ampliar a capacidade de atendimento em todo o país.	Criado em 1997.
Programa Juventude e Meio Ambiente	Com foco em políticas públicas ambientais, o Programa visa ampliar a formação de lideranças ambientalistas e fortalecer os coletivos jovens de meio ambiente nos estados e na Rede da Juventude pelo meio ambiente.	Criado em 2005.
Programa Nossa Primeira Terra	Linha de financiamento do Programa Nacional de Crédito Fundiário, voltada para jovens rurais e destinada à aquisição de imóveis e investimentos em infraestrutura básica.	Lançado em 2004.
Programa Cultura Viva	Objetiva potencializar iniciativas culturais já existentes e que reconheçam a cultura popular brasileira em toda sua diversidade.	Criado em 2004.
Programa de Integração de Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (ProEja)	Amplia a oferta de vagas nos cursos de educação profissional a trabalhadores que não tiveram acesso ao Ensino Médio na idade regular; é direcionado a jovens e adultos que já concluíram o Ensino Fundamental e tenham, no mínimo, 21 anos de idade.	Inicialmente pelo Decreto n.º 5.478, de 24/06/2005 e ampliado em termos de abrangência e aprofundado em seus princípios pedagógicos por meio do Decreto n.º 5.840, de 13 de julho de 2006.
Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego (PNPE)	Atende jovens de 16 a 24 anos, desempregados e integrantes de famílias com renda mensal per capita de até meio salário mínimo. Pessoas com deficiência, mulheres, afrodescendentes, indígenas e ex-presidiários têm prioridade no atendimento.	Criado pela Lei 10.748/2003 e posteriormente alterada pela Lei 10.940/2004 e regulamentada pelo Decreto 5.199/2004.

Quadro 5 – Programas e ações criadas para a Juventude

(conclusão)

Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem)	Destinado aos jovens de 18 a 24 anos, que não têm carteira profissional assinada e que terminaram a 4ª série, mas não concluíram a 8ª série do Ensino Fundamental. O curso proporciona aos jovens a conclusão do Ensino Fundamental, o aprendizado de uma profissão e o desenvolvimento de ações comunitárias.	Criado em 2005.
Programa Nacional do Livro Didático para o Ensino Médio (PNLEM)	O Programa universalizou a entrega das publicações para alunos de escolas públicas do Ensino Médio de todo o país.	Implantado em 2004, pela Resolução n. 38 do FNDE.
Projeto Rondon	As operações realizadas pelo Projeto Rondon são caracterizadas pela aliança entre estudantes universitários e comunidades na busca de soluções que melhorem a qualidade de vida da população assistida.	O Projeto Rondon foi semeado em 11 de julho de 1967, criado pelo Decreto n.º 62.927, de 28 de junho de 1968 e relançado em novembro de 2003.
Programa Pronaf Jovem	O Pronaf Jovem é uma linha de financiamento do Programa Nacional da Agricultura Familiar especialmente criada para os filhos dos agricultores familiares.	Criado em 1996, através do Decreto 1.946.
Programa Universidade para Todos (ProUni)	Concede bolsas de estudo integrais e parciais em instituições de ensino superior privadas para os estudantes brasileiros de baixa renda.	Lei n.º 11.096, de 13 de janeiro de 2005.
Programa Segundo Tempo	Uma iniciativa do Ministério do Esporte para democratizar o acesso à prática esportiva no turno oposto ao da escola.	Criado em 2003.
Projeto Soldado Cidadão	Objetiva preparar os jovens egressos do serviço militar para o mercado de trabalho.	Criado em 2004.
Programa Saberes da Terra	Oferece oportunidades de elevação de escolaridade, qualificação social e profissional e o desenvolvimento de solidariedade e da cidadania.	Implementado em 2005.

Fonte: Guia de Políticas Públicas de Juventude Brasília: Secretaria-Geral da Presidência da República (2006).

Ao observar o Quadro 5, percebemos que a criação desses programas se constitui um ganho para a juventude, pois ela deixa de ser vista apenas como um grupo

que está em transição da adolescência para a vida adulta e ganha o reconhecimento como sujeitos de direitos e que fazem parte de um grupo com uma condição social cheia de especificidades e marcado por elementos culturais construídos a partir de suas vivências. Ao realizar uma análise a respeito da avaliação feita pelo Grupo Interministerial sobre os programas federais e as condições sociais e econômicas dos jovens concluímos que, para a Política Nacional de Juventude contemplar de maneira eficaz os direitos da juventude brasileira, é necessário que se levem em conta estes desafios:

Ampliar o acesso ao ensino e a permanência em escolas de qualidade; erradicar o analfabetismo; gerar trabalho e renda; preparar para o mundo do trabalho; promover uma vida saudável; democratizar o acesso ao esporte, ao lazer, à cultura e à tecnologia da informação; promover os direitos humanos e as políticas afirmativas; estimular a cidadania e a participação social; melhorar a qualidade de vida no meio rural e nas comunidades tradicionais (BRASIL, 2006, p. 8).

Superar esses desafios para a concretização dos direitos sociais da juventude por meio da efetivação de políticas públicas contribui para suplantando as iniciativas assistencialistas e os estereótipos associados aos jovens. Nessa direção, em 2013, por meio da Lei n.º 12.852 é instituído o Estatuto da Juventude que dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude – SINAJUVE. Com a criação desse Estatuto, os jovens têm direitos garantidos perante a lei e as atribuições do Estado na efetivação desses direitos, devendo seguir as diretrizes propostas. No Capítulo II da Lei, os direitos atribuídos à juventude estão postos da seguinte maneira:

Art. 4º O jovem tem direito à participação social e política e na formulação, execução e avaliação das políticas públicas de juventude. (...) Art. 7º O jovem tem direito à educação de qualidade, com a garantia de educação básica, obrigatória e gratuita, inclusive para os que a ela não tiveram acesso na idade adequada. (...) Art. 8º O jovem tem direito à educação superior, em instituições públicas ou privadas, com variados graus de abrangência do saber ou especialização do conhecimento, observadas as regras de acesso de cada instituição. (...) Art. 14. O jovem tem direito à profissionalização, ao trabalho e à renda, exercido em condições de liberdade, equidade e segurança, adequadamente remunerado e com proteção social. (...) Art. 17. O jovem tem direito à diversidade e à igualdade de direitos e de oportunidades e não será discriminado (...) Art. 19. O jovem tem direito à saúde e à qualidade de vida, considerando suas especificidades na dimensão da prevenção, promoção, proteção e recuperação da saúde de forma integral. O jovem tem direito à cultura, incluindo a livre criação, o acesso aos bens e serviços culturais e a participação nas decisões de política cultural, à identidade e diversidade cultural e à memória social. (...) Art. 26. O jovem tem direito à comunicação e à livre expressão, à produção de conteúdo, individual e colaborativo, e ao acesso às tecnologias de informação e comunicação. (...) Art. 28. O jovem tem direito à prática desportiva destinada a seu pleno desenvolvimento, com prioridade para o desporto de participação. (...) Art.

31. O jovem tem direito ao território e à mobilidade, incluindo a promoção de políticas públicas de moradia, circulação e equipamentos públicos, no campo e na cidade. (...) Art. 34. O jovem tem direito à sustentabilidade e ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida, e o dever de defendê-lo e preservá-lo para a presente e as futuras gerações (BRASIL, 2013).

No que se refere aos jovens do meio rural, o Estatuto da Juventude coloca da seguinte maneira:

Art. 7º § 5º A Política Nacional de Educação no Campo contemplará a ampliação da oferta de educação para os jovens do campo, em todos os níveis e modalidades educacionais. (...) Art. 11. O direito ao programa suplementar de transporte escolar de que trata o art. 4º da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, será progressivamente estendido ao jovem estudante do ensino fundamental, do ensino médio e da educação superior, no campo e na cidade. (...) Art. 22. VIII assegurar ao jovem do campo o direito à produção e à fruição cultural e aos equipamentos públicos que valorizem a cultura camponesa (BRASIL, 2013).

Podemos perceber então que, a partir de 2005, a categoria juventude conquistou um espaço significativo no âmbito das políticas públicas. Para tanto, em 2013 essa lei instituiu o Sistema Nacional de Juventude, que possui o papel de organizar o planejamento, a implementação, o acompanhamento e a avaliação das ações, planos e programas que constituem as políticas públicas de juventude em todo território nacional.

Com a instituição do Estatuto da Juventude em 2013, houve o fortalecimento da discussão a respeito da juventude enquanto categoria social de direitos e que culminou com a III Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude em dezembro de 2015. Esta discutiu a respeito das ações que poderiam ser desenvolvidas pelo governo para a criação e implementação de políticas públicas para os jovens brasileiros. Outro ganho advindo da realização dessas ações diz respeito às conferências territoriais que “debateram sobre os problemas e espaços participativos da juventude do campo, abrangendo os territórios rurais, ribeirinhos, quilombolas, indígenas, de povos e comunidades tradicionais, acampados e assentados da Reforma Agrária” (DANTAS; OLIVEIRA; REIS, 2019, p. 93).

No ano de 2013, é publicada a Cartilha de Políticas Públicas para a juventude, que potencializa uma série de programas e ações voltados aos jovens. O Quadro 6 mostra os programas e ações desenvolvidos para a juventude no âmbito da Secretaria Nacional da Juventude.



Quadro 6 – Programas e ações dispostos na Cartilha de Políticas Públicas para a Juventude

PROGRAMA	AÇÃO	PERÍODO
Plano de Prevenção à Violência contra a Juventude Negra – Juventude Viva	Visa prevenir a violência e combater sua banalização através de políticas de inclusão e ampliação de oportunidades para os jovens negros.	Criado em setembro de 2012.
Programa Juventude Estação	Tem por objetivo informar sobre as Políticas Públicas de Juventude, construir percursos para a inclusão dos jovens e assegurar a integração territorial das políticas, programas e ações, com novas tecnologias e redes sociais.	Criado em 2013.
Observatório Participativo da Juventude (Participatório)	Inspirado nas redes sociais se caracteriza como um espaço interativo de promoção da participação, produção do conhecimento, mobilização e divulgação de conteúdos, focado nos temas ligados às políticas de juventude.	Criado em julho de 2013.
Programa Juventude Rural	De Inclusão Produtiva, Formação Cidadã e Capacitação para Geração de Renda para os jovens rurais, em especial, ribeirinhos, indígenas e quilombolas; além do apoio ao fortalecimento institucional dos órgãos gestores estaduais e municipais de juventude.	Criado em 2013.

Fonte: Cartilha de Políticas Públicas para a Juventude (2013).

A criação desses programas demonstra estímulo ao compromisso dos governos na garantia e efetivação dessas ações, disponibilizando estrutura física e recursos para contemplar as demandas e necessidades da juventude. Com isso, trilhamos um caminho no sentido da efetivação dos direitos dos jovens e na possibilidade de participação social dos mesmos. Fica evidente, portanto, que ao reconhecer o jovem como sujeito com condição social distinta e direitos básicos como saúde, educação, segurança, trabalho, cultura, entre outros, a sociedade passa a construir uma nova imagem de juventude. Isso requer que sociedade e movimentos juvenis busquem a materialização das políticas públicas para efetivação dos direitos dos jovens postos em lei, pois as dificuldades na implementação dessas políticas ainda são visíveis, dadas as especificidades que permeiam a juventude, que é uma categoria com características heterogêneas.

Do mesmo modo, a juventude do meio rural é uma parcela da sociedade com características bem particulares, distintas das de outras realidades, requerendo políticas

públicas pensadas a partir de suas necessidades e contexto sociocultural. Nesse sentido, as conferências nacionais, realizadas no período de 2008 a 2015, fortaleceram o movimento em defesa dos direitos da juventude do campo, cujo discurso teve como foco “a agricultura familiar centrada na sustentabilidade ambiental, bem como acerca das condições estruturais que devem proporcionar à juventude do campo para que permaneça no campo” (DANTAS; OLIVEIRA; REIS, 2019, p. 94), com qualidade de vida, segurança, saúde e educação, ou saia para a cidade, caso seja sua vontade.

Nesse cenário, torna-se visível o avanço do estatuto brasileiro no contexto das políticas públicas para a juventude do campo quando institui, por meio do Decreto n.º 8.736, de 3 de maio de 2016, o Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural. O Art. 1º desse plano assinala que o objetivo central é “integrar e articular políticas, programas e ações para a promoção da sucessão rural e a garantia de direitos da juventude do campo” (BRASIL, 2016). Assim, o Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural, no Art. 4º, aponta suas diretrizes:

I – garantia dos direitos sociais e da juventude; II – garantia de acesso a serviços públicos; III – garantia de acesso às atividades produtivas com geração de renda e promoção do desenvolvimento sustentável e solidário; IV – estímulo e fortalecimento das redes da juventude nos territórios rurais; V – valorização das identidades e das diversidades individual e coletiva da juventude rural; e VI – atuação transparente, democrática, participativa e integrada (BRASIL, 2016).

Nesse contexto, as iniciativas e programas apresentados demonstram que o Estado brasileiro, mesmo que lentamente, está empreendendo ações que visam contemplar as demandas e necessidades da juventude urbana e rural por meio de políticas que possam possibilitar o “enfrentamento das suas dificuldades postas por sua inserção na sociedade moderna” (DANTAS; OLIVEIRA; REIS, 2019, p. 94), como por exemplo a negação dos direitos sociais ao povo camponês. Especificamente no âmbito educacional, após um longo processo de luta e reivindicações, tem havido, paulatinamente, avanços no reconhecimento da juventude como sujeitos de direitos e que devem ter acesso a políticas públicas, em especial programas e ações voltadas para a educação. Nesse sentido, os jovens do meio rural têm contado com programas como o Pronera, Pronacampo e o ProJovem Campo, a institucionalização da Licenciatura do Campo, ampliação do Movimento Pedagogia da Alternância, com as experiências pioneiras das Casas Famílias Agrícolas e das Escolas Famílias Agrícolas. No Quadro 7 é possível visualizar como essas ações estão estruturadas e quais suas principais finalidades.

Quadro 7 – Programas no âmbito da Educação do Campo

(continua)

PROGRAMAS	FINALIDADE	PERÍODO
Licenciatura do Campo - Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo – Procampo.	Apoiar a implementação de cursos regulares de licenciatura em educação do campo nas instituições públicas de ensino superior de todo o país, voltados especificamente para a formação de educadores para a docência nos anos finais do ensino fundamental e ensino médio nas escolas rurais (SANTOS; SILVA, 2016).	Criado em 2007.
Programa Nacional de Inclusão de Jovens - ProJovem Campo.	Contribuir para a formação integral do jovem do campo, potencializando a sua ação no desenvolvimento sustentável e solidário de seus núcleos familiares e comunidades, por meio de atividades curriculares e pedagógicas, em conformidade com o que estabelecem as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo – Resolução CNE/CEB Nº 1 de 03 de abril de 2002.	Resolução/CD/FNDE n. 45 de 14 de agosto de 2009.
Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - Pronera.	Fortalecer a educação nas áreas de Reforma Agrária estimulando, propondo, criando, desenvolvendo e coordenando projetos educacionais, utilizando metodologias voltadas para a especificidade do campo, tendo em vista contribuir para a promoção do desenvolvimento sustentável. (BRASIL, 2004).	Decreto n.º 7.352, de 4 de novembro de 2010.
Programa Nacional de Educação do Campo - Pronacampo.	Um conjunto de ações articuladas que asseguram a melhoria do ensino nas redes existentes, bem como a formação dos professores, produção de material didático específico, acesso e recuperação da infraestrutura e qualidade na educação no campo em todas as etapas e modalidades (BRASIL, 2012).	Criado pelo Decreto n.º 7.352 e instituído por meio da Portaria n. 86, de 1º de fevereiro de 2013.
Casas Famílias Agrícolas e Escolas Famílias agrícolas	Utiliza a pedagogia da alternância, onde os alunos permanecem uma semana na CFR e duas na propriedade agrícola. Cada semana na CFR tem tema de interesse regional, escolhido pela associação	Em 1969, foram criadas as três primeiras experiências de formação por alternância no Brasil,

Quadro 7 - Programas no âmbito da Educação do Campo

(conclusão)

	das famílias dos alunos. Esta semana é programada com vários espaços, na sua maioria diferentes da escola tradicional (VISBISK; WEIRICH NETO, 2004).	com o nome de Escolas Famílias Agrícolas (EFAs).
--	--	--

Fonte: Produção da pesquisadora (2020).

Os programas evidenciados no Quadro 7 são fruto da disputa política dos movimentos que lutaram pela sua implementação com características emancipatórias. Situados no contexto das políticas públicas, esses programas fortalecem a compreensão dos jovens como sujeitos sociais e com direitos e os aproxima dos movimentos sociais do campo. Ante essa reflexão a respeito da juventude do campo no âmbito das políticas públicas, vale ressaltar que os programas empreendidos para efetivação dos direitos dos jovens assumem importância não apenas para promover um processo formativo, mas para superar a visão estereotipada que cerca as pessoas desse espaço.

A inclusão da juventude campesina na agenda política nacional, como foi mostrado, abre um leque de possibilidades para jovens pertencentes a um espaço que, por muito tempo, não oferecia possibilidades de estudar e trabalhar; do mesmo modo, um processo formativo pautado nas especificidades juvenis e no seu contexto sociocultural viabiliza a formação para a emancipação humana, com uma consciência crítica de sua existência no mundo e possibilidades de exercer o protagonismo juvenil.

### 1.5 Juventude do meio rural

O entendimento do conceito de juventude vem sendo tecido nas malhas da história e é determinado pela dinâmica e complexidade da sociedade. A forma como essa categoria é vista atualmente é diferente daquela que é comumente lembrada pelos mais velhos e está profundamente ligada à vida moderna. Por esse motivo, o ciclo da vida e as fases em que se divide não são universais, eles se diferenciam de uma sociedade para outra, podendo assumir características distintas no interior de um grupo social. Desse modo, a idade e a faixa etária, assim como as características atribuídas às mesmas, não são fatos apenas biológicos, mas construídos social e culturalmente.

Esse fato pode ser verificado ao observar as diferenças existentes entre os jovens de camadas sociais distintas, tanto no espaço onde vivenciam suas experiências diárias quanto por meio das imagens que são construídas a respeito deles na sociedade. São

marcadores das diferenças na constituição da juventude a desigualdade econômica, fatores étnico-raciais, de gênero, de oportunidades de acesso ao mundo de consumo, educacionais, de trabalho, de moradia, entre outros. A esses fatores somam-se a exposição à violência física e simbólica, a subjetividade e as formas variadas de discriminação e segregação social. Devido a isso, as pesquisas sociológicas e antropológicas não trabalham com a ideia de uma única juventude, ao contrário, elas pluralizam o termo, esclarecendo que em um mesmo espaço pode haver várias juventudes.

É no cerne dessas diferenças que se constituem as culturas juvenis. Entre o que é herdado dos pais e o que é construído cotidianamente por meio das experiências vividas no seu grupo social, os jovens vão criando sua identidade e definindo uma cultura própria. Martins e Carrano (2011, p. 44) apontam que

os jovens possuem um significativo campo de autonomia perante as instituições do denominado “mundo adulto” para construir seus próprios acervos e identidades culturais. Há uma via de mão dupla entre aquilo que herdam e a capacidade de cada um construir seus próprios repertórios culturais.

Isso confirma a diversidade cultural que faz parte do universo da juventude. Pais (1953) discute que as culturas juvenis devem ser analisadas a partir dos campos simbólico e pragmático. O autor afirma:

Achei por bem explorar essas expressões culturais juvenis não apenas como campos simbólicos, mas também como campos pragmáticos da vida cotidiana dos jovens, partindo sempre do princípio de que a vida cotidiana deve ser entendida como uma articulação de campos simbólicos e pragmáticos. A cada campo pragmático corresponde uma galáxia de sentidos (campo simbólico). Nessa galáxia, os sentidos encontram-se intimamente ligados. As significações influem umas nas outras, de forma que o sentido mais global da vida cotidiana encontra-se, por assim dizer, difuso num conjunto (PAIS, 1953, p. 134).

Nesse sentido, as práticas juvenis estão carregadas de sentidos e não se constituem apenas uma reprodução de práticas herdadas de seus ancestrais ou copiadas de seus amigos. Cada prática juvenil traduz a visão de mundo, a maneira de relacionar-se com o outro e de posicionar-se frente à realidade do jovem. Assim, esse autor aponta que é necessário contextualizar as práticas culturais juvenis para melhor entendê-las, apontando duas variáveis contextuais que podem orientar o estudo das culturas juvenis: a condição social dos jovens, ligada ao sentimento de pertencimento de classe e a condição geracional, ligada ao conjunto social e seus elementos que se situam numa determinada fase da vida. Pais (1953, p. 134-135), com relação às variáveis, afirma:

Em relação à variável condição social pensei ser interessante investigar se as práticas que me propunha analisar correspondiam mais a estilos particulares de vida do que a condicionamentos sociais derivados da estrutura de classes em que os jovens desenvolviam essas práticas. Em que medida a estrutura de classes se constitui ou não como forma estruturante da ordem dos tempos cotidianos juvenis, em particular dos seus tempos de lazer? (...) Com relação à condição geracional pensei ser interessante avaliar as possíveis distâncias que separam, se é que separam, as diferentes gerações das normas sociais mais prevalentes em cada uma das comunidades (...).

Os estudos de Pais (1953) dialogam com as correntes teóricas da sociologia da juventude, que divide a análise da temática em duas correntes, a corrente geracional e a corrente classista. Entretanto, ao mesmo tempo em que se, elas se distanciam, pois “para a corrente geracional as culturas juvenis são culturas específicas de uma geração, a ‘geração dos jovens’; para a corrente classista, as culturas juvenis devem ser entendidas como culturas de classe” (PAIS, 1953, p. 89). Essa distância se dá em função da diversidade de possibilidades de se ver as culturas juvenis, dependendo do foco da observação, “de tal forma que umas vezes elas aparecerão como culturas de geração, outras como culturas de classes, (...), como culturas de sexo, de rua, etc.” (PAIS, 1953, p. 89). Nesse sentido, atentar-se apenas a uma teoria priva o pesquisador do conhecimento de outras tantas de igual importância.

É no seio da diversidade que os jovens constroem sua cultura, processo no qual escolhem suas companhias, estilos de roupas, de andar, de música, enfim, como apontam Martins e Carrano (2011, p. 44-45):

A cultura se manifesta como espaço social privilegiado de práticas, representações, símbolos e rituais. A produção das identidades, além de demarcar territórios de sociabilidades e de práticas coletivas, põe em jogo interesses em comum que dão sentido ao “estar junto” e ao ser dos grupos. Nos territórios culturais juvenis delineiam-se espaços de autonomia conquistados pelos jovens e que permitem a eles e elas transformar esses mesmos ambientes ressignificando-os a partir de suas práticas específicas.

Assim, a juventude, mesmo sendo uma categoria construída socialmente, estabelece territórios culturais em que prevalecem seus gostos, maneiras de agir, sonhos, sentidos, sentimentos; as vivências sociais na contemporaneidade marcam as identidades juvenis com um desejo profundo de viver e pertencer a um grupo. As observações de Dubet (1996, apud WEISHEIMER, 2015, p. 34) consideram a própria categoria “juventude” como portadora de uma ambiguidade intrínseca, pois seria, ao mesmo tempo, um momento no ciclo da vida, experimentando as características socioculturais de uma determinada historicidade; e um processo de inserção social ou ainda uma experiência delimitada pela estrutura social. Sendo assim, levando-se em

conta que os sujeitos não constroem sua história da mesma forma, não vivem as situações na mesma intensidade, nem tampouco vivem as mesmas situações, é possível falar em juventudes.

No que concerne à juventude do meio rural, ao longo do tempo, tem se consolidado a imagem desse jovem ligado meramente às questões inerentes à agricultura familiar, da sucessão na terra, ou da migração para a cidade. “O jovem seria aquele que vive um período da vida de aprendizado, de preparação para suceder aos pais, por meio da transmissão de bens e da terra, mas também de poderes entre as gerações” (CHAMPAGNE, 1979, apud CASTRO *et al.*, 2009, p. 55). Entretanto, os estudos de Martins (2008) evidenciam que a figura do jovem rural ganha contornos diferentes a partir do momento em que se considera essa categoria no contexto das mudanças nas estratégias de reprodução das famílias de agricultores, que fazem emergir questões como o êxodo rural, a crise dos processos sucessórios e a tensa relação entre campo e cidade. Questões essas que influenciam fortemente nos modos de ser e agir dos jovens do campo.

O processo de saída do campo para a cidade é antigo em nosso país e está profundamente relacionado à má distribuição de terras, dificuldades na produção de alimentos pelos agricultores e falta de trabalho para aqueles que não possuem terra. Na maioria dos casos, migrar para a cidade se constitui único meio para garantir a subsistência da família. Na década de 1990, essa problemática passa a ser associada à juventude do meio rural que “torna-se uma importante entrada para os estudos do meio rural, o que coloca o jovem, ao mesmo tempo, como ‘problema’ e ‘solução’” (CASTRO *et al.*, 2009, p. 56).

Concebidos como “solução” para alguns problemas do meio rural, os jovens passam a ser vistos como elemento importante para a agricultura familiar, mas ainda assim convivem com o dilema da locomoção entre campo e cidade, assim como são afetados significativamente pelas transformações sociais no meio rural. Com isso, o jovem vive o dilema constante entre ficar no campo ou sair para a cidade, enfrentar as dificuldades impostas pela falta de investimento no meio rural ou procurar trabalho e uma vida melhor na cidade, ao mesmo tempo em que esse processo pode assumir caráter de contradição se pensar a cidade como lugar cheio de atrativos e divertimentos em contraposição ao campo como lugar de atraso e sem “movimento”.

Nessa perspectiva, compreender como a juventude rural constrói suas representações a respeito do seu espaço e do meio urbano é um aspecto importante para compreender o perfil dos jovens do campo. Estudos de Castro (2005) e Martins (2008) discutem que as pesquisas a respeito do interesse dos jovens pelo campo apresentam um caráter dual, por um lado há o desinteresse dos jovens pelo meio rural e de não aceitar a profissão de agricultor, por outro evidenciam que “experiências de exploração do trabalho nas cidades, bem como os processos de *luta pela terra*, têm contribuído para a ressignificação do meio rural por parte dos jovens” (CASTRO *et al.*, 2009, p. 57). Nesse sentido, o campo deixa de ser relacionado ao atraso, isolamento e lugar parado, para tornar-se espaço de vida, de moradia, em contraposição à visão da cidade grande com sua violência. Nessa direção, os jovens desse espaço possuem a especificidade de terem o meio rural como seu espaço de vida, como marca de sua situação juvenil, embora transitem por espaços urbanos (WANDERLEY, 2006).

Nesse contexto, falar de juventude do meio rural exige que se discuta também acerca da situação do meio rural no contexto político, econômico e social brasileiro, pois os problemas que permeiam esse espaço, desde a herança da chegada dos portugueses ao Brasil, até o que tem acontecido nos últimos anos, em especial, no cenário político, têm afetado os jovens diretamente. Discutir sobre juventude do meio rural implica, portanto, refletir a respeito do modelo de desenvolvimento do campo na atualidade e as contradições que esse modelo impõe aos jovens que vivem nesse espaço. De acordo com Luiza Dulci, economista com mestrado em Sociologia, assessora de Juventude do Ministério do Desenvolvimento Agrário, em entrevista para o *site* Teoria e Debate, “há dois desafios postos para a juventude rural: conquistar o seu lugar no espaço rural e disputar seu lugar no âmbito das juventudes”<sup>15</sup>. O jovem do meio rural tem diante de si o desafio de enfrentar a invisibilidade da juventude em espaços como a família, cooperativas, associações, escola, etc., ao mesmo tempo precisa lutar por espaço nas pautas políticas e, ainda, superar a visão preconceituosa que acompanha o rural como atrasado e ingênuo, sem grande importância no desenvolvimento local e nacional.

Esses desafios contribuem para que os jovens do campo não construam o desejo de ficar nesse espaço, contribuindo para que as autoridades políticas se aproveitem

---

<sup>15</sup> Revista Teoria e Debate. Disponível em: <https://teoriaedebate.org.br/2016/02/15/%EF%BB%BFa-juventude-rural-e-o-futuro-da-agricultura-familiar-no-brasil/>



desse fato como desculpa para a pouca existência de projetos e políticas públicas que garantam ao jovem do meio rural o acesso a direitos como saúde, trabalho, educação e lazer. Em prefácio do livro “Juventudes do Campo”, Molina (2015, p. 13) coloca que é preciso reconhecer que “sujeitos nascidos em determinado tempo histórico compartilham de seu tempo em estreita relação com as especificidades do ciclo de vida a que pertencem”. Isso exige do setor político ações que vão ao encontro das demandas da juventude rural, que contemplem as necessidades socioculturais atuais, os projetos de futuro, anseios e promovam espaços de lazer. Assim, a juventude, categoria construída socialmente, se constitui de acordo com as configurações sociais de seu tempo e espaço; os jovens do campo, expostos à perversidade do agronegócio e de sua ‘modernidade’, precisam desenvolver estratégias de sobrevivência ao mesmo tempo em que conquistem espaço para expressarem sua visão da realidade e vivenciarem os elementos culturais juvenis. De acordo com Molina (2015, p. 13):

As juventudes camponesas contemporâneas enfrentam um tempo histórico no qual os horrores da sociedade capitalista se intensificaram profundamente no campo brasileiro. As transformações trazidas com a mudança da lógica de acumulação de capital no campo, pelo modelo agrícola representado pelo agronegócio, que exige cada vez mais vastas extensões de terra para implementação de suas monoculturas para exportação, transformando os alimentos em commodities, intensifica, por diversas estratégias, a superexploração dos camponeses e suas famílias, e, entre eles, dos jovens.

Nesse sentido, a juventude do meio rural faz parte de um contexto histórico dominado pelo sistema capitalista que contrapõe a agricultura familiar ao agronegócio, criando a visão de que o primeiro é sinônimo de atraso e o segundo representa a modernidade, gerando uma migração intensa dos trabalhadores rurais, entre eles os jovens, de suas terras para procurar emprego na cidade ou para trabalhar em grandes propriedades de cultivo da cana, laranja, café, entre outras. Modelo de desenvolvimento do campo que a elite brasileira impõe ao país, latifúndio, monocultura e ausência de vida, de comunidades, de direitos. Processo esse que submete os jovens do campo a condições de sobrevivência insalubres e a impossibilidade de acesso à terra, assim como a ausência de políticas públicas que lhes possibilitem a permanência em seu território.

No processo de compreensão e construção de um conceito que busque traduzir da melhor forma a categoria juventude do meio rural, Leão e Antunes-Rocha (2015, p. 21) discutem que é preciso levantar questionamentos como:

Que desafios vivenciam na superação identitária de sujeitos definidos historicamente a partir da vinculação geoespacial abordam como atrasados, ignorantes, distantes do progresso e da modernidade localizadas no espaço

urbano? Como a migração em busca de trabalho e estudo impacta a continuidade e permanência dos grupos familiares camponeses? Questões relacionadas aos aspectos geracionais, étnico-raciais e de gênero são temas importantes quando falamos em juventude camponesa? Quais os caminhos encontrados pelos jovens que persistem em continuar em seus territórios? A participação em movimentos sociais vem se constituindo como um caminho promissor para eles?

Nesse contexto, percebemos que a temática juventude do campo é ampla e ultrapassa as fronteiras geográficas. A discussão vai além das condições necessárias para ficar no meio rural ou como vivem os jovens desse espaço; o estudo a respeito desse grupo social revela a complexidade na construção de um panorama que represente fielmente a juventude em todas as suas especificidades. A esse respeito, Leão e Antunes-Rocha (2015, p. 21) apontam que “ao usarmos o termo ‘juventude do/no campo’ chama-se a atenção para a dificuldade em nomear esses sujeitos sem cair em uma visão estereotipada e tradicional do campo brasileiro como espaço limitado a um perímetro não-urbano”. Sobre a abordagem a respeito dos jovens do meio rural, Leão e Antunes-Rocha (2015, p. 26) apontam ainda que

exige compreender o território do campo para muito além de um espaço de produção agrícola em contraposição à produção industrial, de uma cultura rústica versus cultura moderna ou de um lugar sem trabalho para um espaço onde se pode produzir para viver com dignidade (...). O campo como (...) território onde se forma a juventude camponesa, de múltiplas possibilidades, de novas relações entre os seres humanos e entre estes e a natureza, de novas articulações e possibilidades de produção/reprodução da vida.

Assim, ao tratar sobre os jovens do meio rural é preciso que se considere o jovem de maneira global; é necessário levar em conta sua subjetividade e que eles sejam vistos enquanto sujeitos históricos que congregam em suas ações os traços de sua identidade construída socialmente e com maneiras próprias de entender sua realidade e produzir sua maneira de viver. Entendemos então que os jovens do campo têm diante de si desafios que vão desde conquistar condições para permanecer em seu território com recursos para uma vida digna, até as condições para poderem expressar-se diante de sua realidade. Nessa discussão surgem dois elementos de grande pertinência na constituição da juventude: o trabalho e a escola. A esse respeito, Dayrell (2007, p. 1109) aponta que

no Brasil, a juventude não pode ser caracterizada pela moratória em relação ao trabalho, como é comum nos países europeus. Ao contrário, para grande parcela de jovens, a condição juvenil só é vivenciada porque trabalham, garantindo o mínimo de recursos para o lazer, o namoro ou o consumo. Mas isso não significa, necessariamente, o abandono da escola, apesar de influenciar no seu percurso escolar.

Nesse sentido, os significados atribuídos ao trabalho e à escola pelos jovens são variados e complexos, pois envolvem fatores como situação socioeconômica, influência da família, acesso e condições de permanência na escola, entre outros fatores. Dayrell (2007, p. 1109) discute que “para os jovens, a escola e o trabalho são projetos que se superpõem ou poderão sofrer ênfases diversas, de acordo com o momento do ciclo de vida e as condições sociais que lhes permitam viver a condição juvenil”. Dessa maneira, a questão do trabalho apresenta caráter dual na vida do jovem. A esse respeito, Renato Russo foi categórico em sua música quando diz que “Sem trabalho eu não sou nada/ Não tenho dignidade/ Não sinto o meu valor/ Não tenho identidade/ Mas o que eu tenho/ E só um emprego/ E um salário miserável/ Eu tenho o meu ofício/ Que me cansa de verdade”.

Nessa perspectiva, no que concerne ao trabalho, a música mostra que se por um lado o trabalho é uma atividade que faz os jovens sentirem-se realizados, traz reconhecimento, autonomia e possibilidade de adquirir bens que lhes possibilitam viver sua condição juvenil, por outro se resume apenas a uma tarefa árdua. A segunda característica que o trabalho pode assumir se deve, em grande parte, ao fato de que nas sociedades capitalistas ele se resume a uma atividade meramente instrumental e sem sentido para o jovem, o que pode causar-lhe frustração por não se identificar com o tipo de função que exerce.

Aliado a esse fato somam-se as condições precárias e os salários paupérrimos que os jovens recebem, seja pela falta de experiência, seja pelo caráter do trabalho que fazem e da falta de cuidados do empregador pelos seus funcionários. Entretanto, ter um trabalho, para a maioria dos jovens, não pode estar relacionado às suas preferências, mas, em primeiro lugar, relacionar-se à oportunidade de suprir suas necessidades, de alimentação, vestimenta, diversão ou para ajudar a família, realidade da maioria dos jovens das classes populares.

Na relação entre a juventude e o trabalho, é importante considerar que o Brasil não possui um programa de proteção social que garanta um processo formativo e de preparação para o ingresso do jovem, e de muitos adultos, ao mercado de trabalho. Faz parte da realidade de grande parte dos jovens das classes populares a realização de pequenas tarefas desde a infância, experiências essas que se constituem em pequenos “bicos” como, por exemplo, ajudar nas casas, em pequenos mercados, cuidar de crianças menores, para contribuir na renda familiar, ou simplesmente ajudar a família seja em casa ou no trabalho que os pais realizam. “No meio rural, o trabalho também

aparece desde cedo em alguns casos, como no plantio e na colheita de outros agricultores ou no auxílio aos pais em suas atividades diárias” (LEÃO; NONATO, 2014, p. 19). Embora essas atividades nem sempre sejam consideradas como trabalho, elas já inculcem na criança e no jovem a compreensão de que sua condição social exige que tenham uma função remunerada que lhes possibilitem os meios para adquirir seu sustento alimentar e recursos para interagir em seu grupo social.

Nesse contexto, exercer uma ocupação desde muito cedo torna-se uma experiência comum no cotidiano dos filhos das famílias das classes populares e, em muitos casos, o primeiro contato com o trabalho e com as experiências oriundas dele pode contribuir para que seja o único futuro de muitos jovens, visto que estes não podem contar com uma formação profissional adequada que garanta melhores oportunidades de inclusão no mundo do trabalho.

Há que se considerar também que, embora o trabalho não seja exercido apenas por prazer, “como atividade humana é um processo de criatividade e transformação da natureza, por meio do qual o homem produz a si mesmo e a sociedade. Ele tem um sentido muito mais amplo do que apenas ser uma atividade maçante” (LEÃO; NONATO, 2014, p. 13). Isso revela a centralidade do trabalho na vida do sujeito, que se constrói, transforma e atende suas necessidades no exercício de suas atividades.

A reflexão a respeito da relação entre juventude e trabalho nos remete à discussão sobre a migração dos jovens do campo para a cidade, do dilema latente entre ficar ou sair do meio rural. Dilema esse que surge não apenas pelo deslumbre causado pelas luzes e atrativos das cidades, mas pela ausência de meios que garantam a produção material da vida no meio rural. Para exemplificar, Brumer (2004, apud CASTRO *et al.*, 2009, p. 57) chama a atenção para a saída das moças do meio rural, apontando que “relaciona-se também à maneira como se dá a divisão do trabalho nas unidades rurais de produção e pela invisibilidade do trabalho doméstico – representado pela categoria “ajuda”, atribuída ao trabalho de mulheres, jovens e crianças”. Esses projetos de saída do campo não significam, necessariamente, a negação da vida nesse espaço, mas apenas a busca por melhores condições de vida. Sendo possível manter o trânsito entre campo e cidade.

Na visão de Weisheimer (2015, p. 32), “a situação juvenil na agricultura familiar e estabelecer sua relação com a construção de projetos profissionais por jovens agricultores familiares” evidencia a existência de projetos de futuro diversos em relação

ao meio rural, em que negar-se a ser agricultor não significa o desejo de sair do seu local de origem.

Nesse cenário, a escola assume papel fundamental na construção da autonomia da juventude, de projetos de futuro, do protagonismo juvenil, como possibilidade de identificar os jovens como sujeitos de direitos e, conseqüentemente, como atores em sua realidade. Processo que visa resgatar a juventude rural da invisibilidade e levá-la ao conhecimento de todos, social e politicamente. “Jovem da roça, juventude rural, jovem rural, jovem agricultor, camponês são categorias mobilizadoras de atuação política. Apesar dessa ‘movimentação’ esse ‘novo ator’ é pouco conhecido” (CASTRO, 2006, p. 1).

Desse modo, trabalho e escola são dois elementos de fundamental importância na vida dos jovens. Um lhe garante os meios para o acesso ao lazer, a sentir-se aceito pelo grupo, a possuir roupas e aparelhos eletrônicos que fazem parte do sonho de consumo dos jovens, sendo possível afirmar que “o trabalho também faz a juventude” (SPOSITO, 2005, apud DAYRELL, 2007, p. 1109); o outro passa a ser visto para além de um espaço de aquisição de conhecimento, mas como espaço de encontro de seus amigos, de socialização, de troca de ideias, de manifestação dos elementos de sua cultura juvenil, num processo que movimenta a juventude no caminho da atuação sobre sua realidade.

Essa realidade coloca novos desafios à escola dos jovens do campo, nessa direção Caldart (2003, p. 66) afirma que “não há escolas do campo sem a formação dos sujeitos sociais do campo, que assumem e lutam por essa identidade e por um projeto de futuro”. Na escola, os jovens vivem experiências diversas e socializam com seus amigos, o que mostra que ela é um espaço propício à formação humana. Nesse sentido, a escola é um espaço importante na vida dos jovens e embora eles estejam inclusos em outros processos educativos, é tarefa da escola atuar na contramão da ‘invisibilidade da juventude na vida escolar’ (CAMACHO, 2004). Isso exige que a escola enxergue os jovens para além do ser aluno, mas que os reconheça em todas as suas especificidades, considerando os elementos que os identificam.

A escola precisa, então, repensar seu papel, sua forma de organização e pensar ações para a juventude. No processo de análise da juventude rural, Castro (2006) aponta que há dois eixos centrais:

- 1) juventude como uma identidade política que aglutina em torno de demandas sociais específicas e estruturais visando mudanças na realidade do

campo brasileiro; 2) e juventude como identidade que é acionada relacionalmente, em oposição à “velhos” e “adultos”, nos processos de disputa pelos espaços de decisão nas organizações sociais (CASTRO, 2006, p. 13).

É aí que se insere a importância da escola em desenvolver uma proposta pedagógica que valorize as experiências dos jovens com vistas à formação política e à formação de um ator político, que tenha consciência dos seus direitos e das lutas do povo do campo por seu território. Discute-se, então, “a escola como lugar que pode propiciar a autoformação e não simplesmente a formação” (SOUZA, 2011, p. 13). Ao tratar da juventude rural, a escola não priorizará a aquisição e transmissão de conteúdos, embora sejam necessários têm que ser trabalhados imbuídos de uma concepção de campo e das pessoas que formam esse espaço. Para além da aquisição de certificados, o que se propõe é a formação crítica, que habilite os jovens a questionarem e transformarem sua realidade.

Conceber a formação dos jovens camponeses a partir da compreensão do campo é estratégia importante para superar a visão do meio rural como lugar de atraso e para promover a formação do jovem enquanto ator social. Assim, o termo campo deve ser entendido como “o lugar, os sujeitos, suas práticas, acrescentando a intencionalidade de resistência e luta por mudanças na realidade camponesa” (LEÃO; ANTUNES-ROCHA, 2015, p. 20). Portanto, a escola do campo tem o desafio de superar a dicotomia entre campo e cidade, percebendo esses espaços como diferentes e não de maneira hierárquica, desfazendo a visão da cidade como espaço de excelência e o campo como sinônimo de atraso.

Aliada a uma proposta que contemple as especificidades socioculturais do povo camponês, há a necessidade de a escola pensar a formação para a emancipação humana, “a formação para a tomada de decisões em qualquer instância da vida e a formação para valores democráticos” (MUNARIM, 2011, p. 29). Isso reforça que a relação entre escola e juventude rural deve ser pautada numa formação que preconiza a autonomia, a consciência dos direitos e da dignidade dos jovens e a construção do protagonismo juvenil, que conduzirá à formação do ator político. O jovem do meio rural passa a ser visto como sujeito social.

## 2 METODOLOGIA

A metodologia de uma pesquisa nasce com a definição do problema, visto que cada área do conhecimento exige uma maneira diferente de lidar com os conhecimentos. Isso caracteriza a definição do problema como algo decisivo para traçar os rumos da pesquisa, já que a metodologia, como já mencionado, é traçada de modo a atender os objetivos e a intenção do pesquisador. De acordo com Oliveira (1998), o objeto da metodologia é, então, o de estudar as possibilidades explicativas dos diferentes métodos, situando as peculiaridades de cada um, as diferenças, as divergências, bem como os aspectos em comum. Tendo em vista que os conhecimentos estudados e verificados por meio da pesquisa não podem ser tratados de forma aleatória, a metodologia assegurará ao pesquisador, portanto, a veracidade dos dados levantados durante a investigação, visto que ela norteará toda sua trajetória de modo sistematizado, servindo como um roteiro de viagem.

Assim, para a construção do conhecimento a respeito do “Ensino Médio no/do Campo com Intermediação Tecnológica – EMITec: expectativas de formação dos jovens de uma comunidade rural do município de Serra do Ramalho/BA”, esta pesquisa seguiu a abordagem qualitativa que, segundo Minayo (1994, p. 21-22), “responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado”. Essa abordagem possibilitou a ampliação da compreensão e interpretação do fenômeno estudado por meio da imersão do pesquisador no mundo simbólico e subjetivo dos participantes da pesquisa. A abordagem qualitativa pressupõe a realização de uma análise interpretativa dos significados atribuídos pelos sujeitos participantes da pesquisa ao fenômeno em estudo.

O tipo de pesquisa adotado para a realização da investigação foi a pesquisa participante, que “consiste na participação real do pesquisador com a comunidade ou grupo. Ele se incorpora ao grupo, confunde-se com ele. Fica tão próximo quanto um membro do grupo que está estudando e participa das atividades normais deste” (LAKATOS; MARCONI, 2003, p. 194). Como integro o quadro de professores da escola do campo, esta pesquisa é natural e nasceu das inquietações e questionamentos dos professores da escola com relação ao processo formativo e acolhimento das experiências dos jovens do campo no contexto do Ensino Médio por Intermediação Tecnológica. De acordo com Prodanov e Freitas (2013, p. 67), a pesquisa participante “caracteriza-se pela interação entre pesquisadores e membros das situações

investigadas. (...) implica compreender, numa perspectiva interna, o ponto de vista dos indivíduos e dos grupos acerca das situações que vivem”.

Thiollent (1985) discute que a pesquisa participante nasce da necessidade de conhecer e estudar os problemas da população envolvida. Assim, meu comprometimento com a escola, com a comunidade e com a Educação do Campo e meu laço com os participantes da pesquisa explicam essa opção metodológica de pesquisa. Minha implicação com o tema e os sujeitos envolvidos justifica essa escolha porque se propõe a apresentar uma contribuição para o processo formativo dos jovens estudantes do programa EMITec, nesse caso a proposta do Produto Educacional.

Nesse contexto, para a construção coletiva de conhecimento e delineamento de ações, a pesquisa teve como sujeitos participantes 14 jovens estudantes do EMITec, as 3 professoras mediadoras e a coordenadora Geral do EMITec, a direção da escola e cinco pessoas moradoras da comunidade.

## **2.1 Contexto da pesquisa**

Esta seção apresenta a descrição do município de Serra do Ramalho, onde está localizada a comunidade lócus desta pesquisa. Apresentamos as características sociais, econômicas e culturais do município e as características da comunidade Flor do Oeste<sup>16</sup>. Em seguida, caracterizamos a escola e apresentamos os participantes da investigação.

### **2.1.1 Breve histórico de Serra do Ramalho**

A presente pesquisa foi realizada no Município de Serra do Ramalho-BA, cuja origem está relacionada à construção da barragem de Sobradinho, que alagou as cidades de Casa Nova, Remanso, Sento Sé, Pilão Arcado e Xique Xique. As famílias que habitavam essas cidades foram obrigadas a fixarem residência na região que hoje conhecemos como Serra do Ramalho, representada na Figura 4.

---

<sup>16</sup> Nome fictício.



Figura 4 – Localização do Município de Serra do Ramalho/BA



Fonte: [www.google.com.br](http://www.google.com.br). Domínio público.

A criação do assentamento que deu origem ao Município foi coordenado pelo INCRA que, por meio do Projeto Especial de Colonização de Serra do Ramalho – PEC'SR, criado em 13 de maio de 1975, fez a transposição das 1800 famílias, mais os sem-terra de várias partes do país, distribuindo-os em 23 povoados denominados, hoje, de Agrovilas. Essa área pertencia, inicialmente, ao Município de Bom Jesus da Lapa e era habitada pelas populações ribeirinhas, sendo em sua maioria remanescentes de quilombos.

Até o início dos anos 1970, essa região era formada por uma mata complexa e virgem, chamada de Mata Caatingada, Cerrado com Vegetação Hidrófila. Nessa época havia espécies de árvores como o ipê, o cedro, a aroeira e a baraúna, bem como rios e riachos na encosta da Serra do Ramalho, que deu origem ao nome da cidade, assim como rios perenes, o rio Carinhanha e o São Francisco. Essa região ficou famosa devido suas terras férteis localizadas em meio ao semiárido. Sua emancipação política se deu em 13 de junho de 1989, pela Lei Estadual n.º 5.018.

Segundo informações do site <http://serradoramalhoba.com.br/>, com uma população urbana de 6.274 habitantes, uma população rural de 25.364 habitantes e uma taxa de crescimento anual de 2.29% (IBGE, 2010), suas principais atividades econômicas são a agricultura de subsistência como o milho, o sorgo, o feijão de corda, a mandioca e o algodão; a pecuária que tem como destaque a criação de bovinos e, em menor escala, a criação de suínos, ovinos e aves; na indústria destaca-se a Indústria de Transformação (algodão e madeira); Indústria de Móveis; Indústria de Esquadrias (serralharia); Indústria Alimentícia (laticínios e panificação); Artesanato (madeira, linhas, tecidos); Indústria de Vestuário (roupas) e Indústria de Cerâmica; na área do extrativismo, o município conta com extrativismo mineral da rocha calcária para brita,

ardósia, cascalho para terraplanagem, vegetal, madeira e animal, pesca, caça e mel de abelhas. Recentemente iniciou-se a Apicultura (criação de abelhas).

A mão de obra predominante é não especializada, voltada para as atividades agrárias e prestação de serviços. Os servidores da educação e saúde e os profissionais liberais apresentam melhor qualidade profissional. A renda per capita média é de R\$60,00 (sessenta reais) (<http://serradoramalhoba.com.br/>).

Com relação ao comércio, conforme registro da Junta Comercial do Estado da Bahia – JUCEB, existem 109 estabelecimentos comerciais no município, destacando-se o Comércio Varejista de Produtos Alimentícios e Bebidas, Papelaria, Vestuários, Móveis e Eletrodomésticos, Material de Construção, Farmacêutico e Agrotóxicos, Combustível, Hortifrutigranjeiros. Ocupa a 224ª posição entre os municípios baianos. No setor de serviços, a cidade conta com o Banco do Brasil, Banco do Bradesco, Caixa Econômica Federal e Lotérica, Empresa de Correios e Telégrafos, Prefeitura Municipal, Delegacia de Polícia, Cesta do Povo, FUNASA (Fundação Nacional de Saúde), Banco do Nordeste S/A (Bom Jesus da Lapa) e INSS (contemplando cerca de 3.000 benefícios aos serramalhenses).<sup>17</sup>

Na área da saúde, o Município dispõe do Hospital Municipal Gilvan Wanderley de Farias, com 30 leitos, com as especialidades médicas Clínica Médica, Cirúrgica e Pediátrica, além de oferecer serviço odontológico e os Programas de Combate à Dengue, Leishmaniose, Chagas, Hanseníase, Febre Amarela, Imunização, Preventivo, Pré-Natal e Planejamento Familiar. Tem postos de saúde na Sede, Agrovila 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 12, 13, 14, 17, 18, 20 e 21. Os habitantes de Serra do Ramalho são beneficiados por 4 ambulâncias para transporte interno e 3 para transporte intermunicipal.

No campo da educação, são oferecidas às crianças, aos jovens e adultos as seguintes modalidades de ensino: Educação Infantil – 0 a 03 anos (creches) e de 04 a 05 anos (Pré-escolar); Ensino Fundamental – 06 a 14 anos (Ensino regular - 1º a 9º anos) e acima de 15 anos (Aceleração) e Ensino Médio – 15 a 17 anos e acima de 18 anos (Aceleração). Também os estudantes do Ensino Fundamental fazem parte das atividades educacionais desenvolvidas pelo programa Mais Educação. A cidade possui 2

---

<sup>17</sup> Disponível em: <http://serradoramalhoba.com.br>.

instituições de ensino da rede estadual, 47 da rede municipal e uma da rede privada<sup>18</sup>. No que concerne à formação de professores, o Município mantém a Plataforma Freire – PARFOR, pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB), e atende em média 100 professores; como formação continuada, há o Pacto pela Alfabetização na Idade Certa – PENAIC, que atende em média 120 professores que atuam nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

No âmbito do esporte, da cultura e do lazer, o Município tem vaquejadas, futebol e Futsal, além de festas dançantes com apresentação de artistas locais e nacionais, pescarias e banhos nas “CRÔAS” (bancos de areia) do rio São Francisco e Lagoas. A vaquejada mais famosa das festas acontece todo mês de junho geralmente entre os dias 12 e 25, festa muito conhecida pela sua alegria e quantidade de pessoas que a cidade recebe.<sup>19</sup>

### 2.1.2 Espaço da pesquisa

Especificamente a pesquisa está concentrada em uma escola situada na Comunidade Flor do Oeste<sup>20</sup>, que nasceu no ano de 1974 com o nome de Companhia Sudoeste da Bahia, onde antes era uma fazenda. Com a desapropriação decorrente da construção da barragem de Sobradinho, a área ficou reservada para a criação de gados, ovelhas e animais dos colonos das agrovilas. Em 1995, a área foi legalizada pelo INCRA para novos assentados com a quantidade de 207 famílias, numa área de 209 lotes, com 2 lotes de reserva medindo um total de 5.600 hectares, fazendo divisa com a Agrovila 18, Agrovila 20, Agrovila 04, Agrovila 02 e a BR 349.

A economia de sustentação da comunidade é proveniente da criação de gado, ovelha, porco, galinha, pequenas plantações de milho, feijão de corda, mandioca; nas pequenas áreas irrigadas há o plantio de bananas, mamão, melão, goiaba, cebola e melancias; algumas famílias contam ainda com o gado leiteiro e de corte. Muitos moradores vivem do trabalho prestado como diarista nas lavouras no Projeto Formoso, Município de Bom Jesus da Lapa. A renda familiar da maioria das famílias é complementada pelo benefício recebido do Programa Bolsa Família.

---

<sup>18</sup> Disponível em: <http://serradoramalhoba.com.br>.

<sup>19</sup> Informações adquiridas no site <http://www.serradoramalhoba.com.br>.

<sup>20</sup> Nome fictício.

Na área da saúde, a comunidade é atendida no posto de saúde que fica localizado na Agrovila 02 e no hospital na sede (Agrovila 09). Quando há emergência, as pessoas se encaminham para a Unidade de Pronto Atendimento – UPA, que fica localizada na cidade de Bom Jesus da Lapa.

Os meios de transporte que a comunidade utiliza são de tração animal (carroça) e motos, pois nessa comunidade não circula transporte público. Muitos dependem do transporte escolar para chegar até a BR 349, para então pegar o ônibus que dá acesso à cidade. A comunidade não possui serviços de coleta de lixo, que é queimado. Recentemente foi agraciada com o fornecimento de água potável, porém não há uma regularidade na distribuição desse recurso.

Com relação à cultura local, a comunidade segue a religião de tradição católica, com a realização de missas e festas anuais em louvor à sua padroeira, ocasião em que realizam a cavalgada. No que diz respeito aos meios de comunicação, as famílias possuem televisão e rádio; nos últimos anos, alguns passaram a ter acesso ao telefone móvel, mas a comunidade não possui sinal telefônico; poucas famílias possuem acesso à internet em suas casas.

A comunidade está situada próxima à BR 349, km 27, em frente à portaria do Projeto Formoso “A”, Município de Bom Jesus da Lapa; foi fundada em 1997 e iniciou suas atividades na casa do Sr. Antônio. A escola iniciou com uma sala alugada pela prefeitura onde oferecia aulas de 1ª a 4ª série do Ensino Fundamental, com classe multisseriada. Em 1998, foi transferida para um barracão no lote do Sr. Olímpio Pereira da Cruz e em outubro de 1998, por meio de convênio com o INCRA, foi construído o prédio escolar num terreno doado pelo Sr. Olímpio. Esse prédio tinha uma sala de aula, uma cantina, uma secretaria e dois banheiros.

Após várias modificações, hoje conta com 6 (seis) salas de aulas grandes e arejadas; 3 (três) banheiros pequenos, um masculino, um feminino e outro para os funcionários; 1 cozinha com dispensa; 1 sala de professor; 1 secretaria; 1 laboratório de informática (PROINFO) com cinco computadores com acesso à internet, também usado como biblioteca; 1 pátio coberto apenas a metade e 1 pátio ao fundo da escola. A escola possui um telefone móvel e internet para uso dos professores e secretaria.

É importante salientar que quando esta pesquisa teve início, a escola atuava com 136 alunos, desde a Educação Infantil até os anos finais do Ensino Fundamental, e com 28 alunos do Ensino Médio por Intermediação Tecnológica - EMITec, distribuídos do 1º ao 3º ano. Entretanto, no mês de abril de 2019, houve a nucleação dos anos finais do

Ensino Fundamental, com a transferência dos alunos do 6º ao 9º ano para a escola de outra comunidade.

A escola recebe alunos da comunidade CSB, da Vila Formosa, do Projeto Formoso e de diversas localidades, pois atende alunos de famílias que vêm trabalhar nos lotes de produção de banana situados próximos à escola. Como este estudo objetiva analisar se o EMITec contempla as perspectivas de formação dos jovens da comunidade, a pesquisa envolve a direção, as professoras mediadoras do EMITec e os alunos das três turmas.

### 2.1.3 Participantes da pesquisa

Os alunos que frequentam o EMITec são em sua maioria moradores da Comunidade Flor do Oeste, e uma pequena parcela faz parte de uma comunidade rural vizinha, o Projeto Formoso, do Município de Bom Jesus da Lapa.

As três monitoras do programa são pedagogas e residem em outra comunidade de Serra do Ramalho, próxima à Comunidade Flor do Oeste, e utilizam o transporte escolar para chegar até a escola. Para atuar no EMITec, elas passaram por um processo seletivo do estado.

A diretora da escola reside na comunidade Projeto Formoso, próxima à escola, pertencente ao Município de Bom Jesus da Lapa, e atua no turno noturno em dias alternados, mas devido à ausência de um funcionário do estado na escola, possui uma relação muito próxima com os jovens devido ao fato de ser a pessoa responsável por resolver muitas questões relacionadas à documentação, à matrícula, ao transporte escolar, entre outras.

Também objetivando conhecer e compreender os impactos do EMITec na vida dos estudantes, tanto no que diz respeito ao seu funcionamento quanto ao fechamento, foram entrevistadas cinco pessoas da comunidade com diferentes graus de parentescos com os estudantes.

## 2.2 Fases da pesquisa: processo de coleta de dados

Os procedimentos metodológicos objetivaram delinear os caminhos a serem trilhados pela pesquisadora, assim como definir o método que viabilizou a realização da

pesquisa. Nesse sentido, foram escolhidas técnicas e normas de acordo com o tipo de estudo em curso, nesse caso a pesquisa participante. Lakatos e Marconi (2003, p. 83) colocam que os procedimentos de uma pesquisa dizem respeito ao “conjunto das atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permite alcançar o objetivo – conhecimentos válidos e verdadeiros, traçando o caminho a ser seguido, detectando erros e auxiliando as decisões do pesquisador”. Desse modo, para desenvolver esta pesquisa, seguimos os procedimentos descritos a seguir.

### 2.2.1 Primeira Fase – Procedimentos preliminares

Os procedimentos preliminares da pesquisa foram divididos em dois momentos. No primeiro, que ocorreu na segunda quinzena de julho de 2019, foi realizada uma visita ao campo de estudo para uma aproximação inicial com a diretora da escola. Nessa visita, apresentamos o projeto de pesquisa, esclarecendo os objetivos e sua relevância sociopolítica. Depois de uma conversa com a diretora, em que foi informada sobre os procedimentos do desenvolvimento da pesquisa, esclarecemos as dúvidas e entregamos o ofício para aprovação da realização da pesquisa na escola.

No segundo momento, já com o documento de aprovação para a realização da pesquisa assinado pela diretora, foi feita a submissão do projeto de pesquisa ao Conselho de Ética da UESC. Após os trâmites para avaliação do projeto junto ao referido conselho, o projeto foi aprovado e passamos à fase seguinte: a visita ao campo de estudo para estabelecer contato com os participantes da investigação.

### 2.2.2 Segunda Fase – Visita ao campo de estudo

A aprovação do projeto pelo Conselho de Ética, em 2 de setembro de 2019, nos habilitou ir a campo e iniciar a coleta de dados. Para tanto, voltamos ao campo de estudo, em 24 de setembro de 2019, para entregar o ofício à direção escolar, comprovando que o trabalho foi considerado legal para pesquisa, e marcar uma reunião com os participantes da investigação. A reunião foi marcada para o dia seguinte, 25 de setembro de 2019.

No dia marcado para a reunião, realizamos a apresentação do projeto de pesquisa com a presença da direção escolar, das professoras mediadoras e dos estudantes, evidenciando a temática, a problemática, os objetivos e a justificativa. Durante essa

reunião, ficou acertado que teríamos encontros individuais com os segmentos de participantes da pesquisa: diretora, professoras mediadoras e estudantes.

Assim, o primeiro encontro foi com a diretora da escola, sendo apresentados a entrevista e o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE. Como ela não podia realizar a entrevista no mesmo dia, marcamos para fazer em sua residência no fim de semana. O segundo encontro foi com as professoras mediadoras, nele explicamos os procedimentos que a pesquisa seguiria, a entrevista a ser realizada e o TCLE; após as devidas explicações, as professoras assinaram o TCLE e marcaram a entrevista para o dia seguinte, uma vez que já estava próximo do horário da merenda e elas precisavam se organizar para fazer o lanche dos estudantes. Importante alertar que são as professoras mediadoras responsáveis pela merenda. Os documentos utilizados na pesquisa se encontram nos anexos.

O terceiro encontro foi com os estudantes. Seguindo a sugestão das professoras, passamos de sala em sala para apresentar o projeto e esclarecer possíveis dúvidas. Com isso, ficou acertado que faríamos as entrevistas individualmente na sala dos professores e os alunos assinariam o TCLE no momento da entrevista. Entretanto, devido aos acontecimentos como o fechamento do EMITec e a pandemia de Covid-19, situações que serão aprofundadas mais adiante, só foi possível realizar a entrevista com dois alunos e, posteriormente, foi necessário o questionário para os alunos responderem em casa.

Após a realização dos procedimentos iniciais, construímos junto com os participantes um cronograma para a aplicação dos instrumentos de pesquisa, estabelecendo as datas para iniciar o processo de coleta de informações. No entanto, os fatos acima mencionados exigiram uma mudança de percurso. Primeiro, devido ao fechamento do EMITec na comunidade, em março de 2020, para dar continuidade à coleta de dados, foi necessário visitar os estudantes em suas casas e, devido à distância, foi possível entrevistar mais dois alunos. Segundo, com a pandemia de Covid-19 e a exigência de isolamento social, as entrevistas foram substituídas por questionários para os alunos responderem em casa.

Com o decorrer do estudo, sentimos a necessidade de aprofundarmos os conhecimentos a respeito do processo de criação e implantação do EMITec, assim foi enviado um *e-mail* à coordenadora do programa para solicitar sua participação na pesquisa por meio da realização de um questionário. Após o envio do parecer do Comitê

de Ética, do TCLE e do ofício assinado pela orientadora, a coordenadora aceitou participar da pesquisa e autorizou o envio do questionário.

### 2.2.3 Terceira Fase: A pesquisa de campo

Para o desenvolvimento deste estudo, foi realizada inicialmente a observação direta, com o diário de campo, a entrevista semiestruturada e a análise documental; posteriormente, devido a fatores inesperados, foi realizada a aplicação de questionários.

Para a coleta de informações iniciais, com o objetivo de conhecer como os jovens se comportam na escola, como exercem a sua subjetividade e qual seu posicionamento frente às regras escolares, a pesquisa utilizou da observação direta que segundo Lakatos e Marconi (2003, p. 190) “não consiste apenas em ver e ouvir, mas também em examinar fatos ou fenômenos que se desejam estudar”. Por meio da observação, foi possível conhecer os valores e objetivos que norteiam o comportamento dos sujeitos que, muitas vezes, não têm consciência nem expressaram claramente na entrevista e respostas do questionário. A observação aconteceu durante o turno noturno, de 26 de setembro a 30 de novembro de 2019, em dias alternados da semana (segunda, sala do 1º ano; terça, sala do 2º ano; quarta, sala do 3º ano) a partir do momento da chegada dos estudantes à escola até o término das aulas; foram observadas questões como: horário de chegada dos participantes, relação dos estudantes com as professoras mediadoras e a direção da escola, atuação dessas professoras, comportamento dos estudantes durante a transmissão das aulas e a relação grupal dos jovens estudantes.

Nos dias de observação, a pesquisadora assistiu às aulas desde o início e acompanhou cada turma durante o intervalo. Vale ressaltar que durante o processo de observação, foi utilizado o diário de campo para registro das impressões e fatos observados e vividos diariamente. De acordo com Demo (2012):

[...]. O analista qualitativo observa tudo, o que é ou não dito: os gestos, o olhar, o balanço, o meneio do corpo, o vaivém das mãos, a cara de quem fala ou deixa de falar, porque tudo pode estar imbuído de sentido e expressar mais do que a própria fala, pois a comunicação humana é feita de sutilezas, não de grosserias. Por isso, é impossível reduzir o entrevistado a objeto (DEMO, 2012, p. 33).

Esse recurso se constituiu um espaço que possibilitou o registro das pequenas nuances das ações, expressões, maneiras de se colocar perante o outro, dos participantes da pesquisa; foi um instrumento que permitiu materializar na escrita situações efêmeras



como olhares, gestos, sorrisos, sinais pequenos, mas que são carregados de significados. Assim, foi registrado o que ouvimos e vivemos na relação com o outro com o intuito de interpretar os fatos observados e dar sentido às falas dos participantes.

Com o intuito de estabelecer um contato com os jovens da escola, para ouvir seus posicionamentos diante das questões pertinentes à sua condição juvenil e relação com a escola, utilizamos a aplicação de um questionário que de acordo com Gerhardt e Silveira (2009, p. 69) “objetiva levantar opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas”. Por meio do questionário, foi possível também traçar o perfil dos jovens estudantes do ensino médio por intermediação tecnológica da unidade escolar localizada na comunidade de Serra do Ramalho. A princípio, o questionário seria aplicado coletivamente na sala, como combinado com os alunos, mas devido ao fechamento do EMITec, e posterior pandemia do Coronavírus, fatos que serão explicados mais adiante, foi necessário enviar o questionário para os alunos responderem em casa.

Para conhecer como a proposta do EMITec foi implementada e está sendo desenvolvida na escola, foi realizada uma entrevista com as três professoras mediadoras, com a coordenadora do programa e com alguns alunos; a entrevista foi formal e semiestruturada, com um roteiro preestabelecido. Para complementar as informações sobre as implicações do fechamento do EMITec na comunidade, foram entrevistadas cinco pessoas moradoras da comunidade. A entrevista foi muito útil na pesquisa, pois permitiu fazer uma reflexão mais profunda a respeito do fenômeno estudado, possibilitando um exame mais detalhado da situação e problemas identificados. Assim, segundo Andrade (2003, p. 146), uma entrevista

pode ter como objetivos averiguar fatos ou fenômenos; identificar opiniões sobre fatos ou fenômenos; determinar, pelas respostas individuais, a conduta previsível em certas circunstâncias; descobrir os fatores que influenciam ou que determinam opiniões, sentimentos e condutas; comparar a conduta de uma pessoa no presente e no passado, para deduzir seu comportamento futuro, etc.

Desse modo, como a pesquisa teve como objetivo averiguar um fenômeno, a entrevista constitui-se uma importante técnica, uma vez que ela possibilitou o fortalecimento dos laços entre o pesquisador e os sujeitos participantes. Também permitiu analisar como é desenvolvida a prática pedagógica dos professores especialistas e como esta dialoga, ou não, com os interesses dos jovens do meio rural, o que oportuniza compreender qual o sentido que os jovens atribuem à escola. A

entrevista seguiu um roteiro prévio e aconteceu de maneira diferente. Com as professoras mediadoras, ocorreu em dois momentos: primeiro com as professoras do 1º e 2º ano, cujas respostas foram gravadas, depois com a professora do 3º ano, pois estava doente e não pôde ir trabalhar no dia marcado para entrevista, preferindo digitar as respostas. Com os alunos, aconteceu na sala dos professores, como eles não quiseram gravar, escreveram as respostas em papel sulfite.

Por último, objetivando descrever e analisar a proposta pedagógica do EMITec desenvolvida no contexto da unidade escolar de uma comunidade rural da Ex-PEC Serra do Ramalho e em que medida dialoga com as expectativas de formação dos jovens estudantes da unidade escolar em discussão, foi realizada a análise documental que serviu como complemento aos dados obtidos a partir da observação, da entrevista e dos registros do diário de campo, assim como da convivência com os participantes da pesquisa. Quanto à análise documental, Neves (1996) aponta que

a pesquisa documental é constituída pelo exame de materiais que ainda não receberam um tratamento analítico ou que podem ser reexaminados com vistas a uma interpretação nova ou complementar. Pode oferecer base útil para outros tipos de estudos qualitativos e possibilita que a criatividade do pesquisador dirija a investigação por enfoques diferenciados. Esse tipo de pesquisa permite o estudo de pessoas a que não temos acesso físico (distantes ou mortas). Além disso, os documentos são fontes não restivas e propícias para o estudo de longos períodos de tempo.

Dessa forma, a análise documental permitiu estabelecer o diálogo entre o que está posto nos documentos e as falas dos participantes da pesquisa. Ressalto que a análise documental aconteceu depois das entrevistas e aplicação do questionário devido ao fato de o acesso aos documentos acontecer em meados do mês de novembro. Também, durante o processo de coleta de informações, foi definido o aporte teórico a respeito do tema, que forneceu as bases práticas para o desenvolvimento das atividades com os participantes e as bases teóricas para fundamentar a construção desta dissertação.

No que diz respeito à seleção dos sujeitos que participaram da pesquisa, esta seguiu os seguintes critérios: a) no que diz respeito aos alunos: ter entre 15 e 29 anos de idade, estudar na escola do meio rural onde se desenvolveu a pesquisa, trabalhar com a família no campo ou em outros setores desse espaço; b) com relação às professoras mediadoras: atuarem no EMITec nas escola onde se desenvolveu a pesquisa; c) gestão: fazer parte da gestão da escola pesquisada e atuar no turno noturno, onde acontece o EMITec. Aliado a esses critérios de ordem prática, há o critério que diz respeito à

necessidade de estudos voltados para os jovens do meio rural do município de Serra do Ramalho, e neste caso da Comunidade Flor do Oeste.

Os instrumentos e técnicas de pesquisa escolhidos para a realização da pesquisa contribuíram para o desenvolvimento de uma compreensão mais ampla das expectativas de formação dos jovens, do mundo juvenil, da sua cultura, da visão de mundo e opiniões a respeito do EMITec e de diversos aspectos da vida como trabalho, escola, religião, família, lazer, entre outros. A imersão no ambiente da pesquisa possibilitou discussão de temas que se conectam ao objeto de estudo, permitindo ao investigador fazer o levantamento de informações pertinentes sobre as atividades desenvolvidas e observadas.

Nesse processo, a relação dialógica estabelecida com os participantes da pesquisa oportunizou o compartilhamento de experiências e a realização de reflexões a respeito de questões que muitas vezes não paramos para pensar, assim como sobre o universo simbólico dos jovens, sobre as práticas pedagógicas dos professores, sobre o papel da escola na vida da juventude. Esse processo, mediado pelo diálogo e interação entre os sujeitos, nos possibilitou conhecer uma parte mais profunda do ideário e realidade dos participantes da pesquisa.

### **2.3 Mudança de percurso: o fechamento do EMITec**

O mês de janeiro de 2020 chegou com uma notícia que inquietou a comunidade e os alunos do EMITec: a possível transferência dos alunos para a escola da Agrovila 2; comunidade rural do município de Serra do Ramalho, localizada a 7 km da escola da Comunidade Flor do Oeste. Ao entrar em contato com a professora mediadora para saber sobre o início do ano letivo, ela falou que estava apreensiva devido ao fato da existência da possibilidade de transferir os alunos para outra comunidade, pois alegaram (os responsáveis pelo EMITec na região) que o número de alunos estava muito pouco. A professora disse que o secretário do CEMIT estava tentando conseguir a permanência dos alunos na escola atual (da Comunidade Flor do Oeste), mas que não podia garantir nada. Segundo ela há fatores que não estão claros quanto a essa mudança dos alunos.

Assim, no final do mês de fevereiro de 2020 foi efetivada a transferência dos alunos do EMITec para a escola da Agrovila 2, que oferta o ensino médio na modalidade regular. A mudança dos estudantes para uma escola situada a 7 km da atual acarretou uma perda irreparável para a comunidade e para os sujeitos afetados, pois alguns alunos não foram para a outra escola. Entre eles estavam as alunas casadas que os esposos não permitiram que elas saíssem para estudar longe de casa e os alunos que precisavam pegar dois transportes para chegar até a outra comunidade.

Desse modo, os estudantes farão um deslocamento maior, uma vez que terão que vir até a escola para, daí, pegar outro transporte até a escola da outra comunidade. Levando-se em conta que os alunos do EMITec têm uma jornada de trabalho intensa, o deslocamento para uma escola mais longe de suas casas constituirá um desafio maior para a continuidade dos estudos. Nesse cenário, é preciso levar em conta também a modalidade de educação, a dinâmica da sala de aula, os aspectos culturais, pois vai ser um choque frequentar uma escola de ensino médio regular, salas de aula muito cheias, dinâmica escolar diferente e elementos culturais diversos. Importante destacar que os alunos frequentarão uma escola de ensino regular porque a escola que oferta o ensino médio por intermediação tecnológica está localizada em uma comunidade muito distante de onde os alunos residem.

Outra questão que precisa ser questionada nesse processo é o fato de a situação ir na contramão dos objetivos que levaram à criação do EMITec: levar o ensino médio às comunidades remotas e de difícil acesso, garantindo o acesso à educação aos adolescentes, jovens e adultos que não concluíram a educação básica e não podem

frequentar uma escola de ensino regular, independentemente da quantidade de alunos. Em muitos casos, o ensino a distância é o único meio para concluir os estudos, o que torna importante a continuidade do EMITec na comunidade.

Nesse sentido, esse fato precisou ser analisado do ponto de vista político e questionando quais interesses estão envolvidos nesse processo. Do ponto de vista político, porque o sucateamento e o descaso com a escola e a educação do povo do campo são históricos; também é necessário refletir quais interesses estão implícitos nesse fenômeno, uma vez que não haverá economia de recursos nesse processo, pois os gastos com transporte aumentarão.

O fechamento do EMITec na escola exigiu que a metodologia de levantamento de dados fosse redimensionada. Assim, no mês de março de 2020, entramos em contato com os alunos que residem mais próximos da escola e enviamos os primeiros questionários para serem respondidos em casa. Entretanto, devido à dificuldade em visitar os alunos e entrar em contato com eles por telefone, apenas três alunos receberam e responderam ao questionário.

#### **2.4 Um desafio no caminho:** a pandemia de coronavírus – Covid-19

Durante a pesquisa, nos deparamos com outro desafio: a pandemia do coronavírus, a Covid-19. Essa pandemia vem gerando repercussões de ordem médica e epidemiológica, causando sérios impactos sociais, econômicos, políticos, culturais e históricos em escala mundial e sem referências na história das epidemias. Embora a humanidade já tenha sido atingida por doenças e pragas no passado, nunca houve algo que alcançasse o nível de contaminação, em escala global, como o novo coronavírus vem produzindo.

Diante da gravidade de tal vírus, para o qual a vacina ainda não chegou para todos, a única forma de prevenção ao contágio que vem assolando o mundo é a adoção da quarentena e outras medidas como o uso de máscaras, de álcool em gel, da lavagem das mãos constantemente com água e sabão, mas isso não garante a segurança das pessoas; em decorrência desse fato, foi necessário delinear novas estratégias para a realização da pesquisa e construção da dissertação.

Dessa forma, tentamos conversar com os alunos por aplicativos de mensagens e por telefone, entretanto, devido ao sinal de internet ruim, conseguimos conversar apenas com dois alunos; desses, apenas um respondeu o questionário e o outro ainda não havia

respondido até a escrita deste texto. Assim, os dados aqui apresentados, no que se refere aos alunos, foram obtidos a partir dos questionários aplicados com 14 estudantes envolvidos na pesquisa.

## 2.5 Cuidados éticos

A palavra ética deriva do grego *ethos* e diz respeito ao caráter e ao modo de ser de uma pessoa. Configura-se como o conjunto de valores e princípios morais que regulam e norteia a conduta do homem no seu meio social. Os princípios éticos promovem um equilíbrio dentro da sociedade, objetivando a construção da harmonia entre as pessoas, para que ninguém seja prejudicado. No que se relaciona à pesquisa científica, de acordo com Prodanov e Freitas (2013, p. 46),

Ética na pesquisa científica indica que o estudo em questão deve ser feito de modo a procurar sistematicamente o conhecimento, por observação, identificação, descrição, investigação experimental, produzindo resultados reprodutíveis, realizado de forma moralmente correta.

Desse modo, dentro do processo de pesquisa, os princípios éticos não podem ser negligenciados, o pesquisador deve ter em mente que mais que uma fonte, os sujeitos colaborativos são seres humanos e devem ser respeitados. Quanto a isso, a Resolução CNS n. 510/2016 considera que

a ética é uma construção humana, portanto histórica, social e cultural; Considerando que a ética em pesquisa implica o respeito pela dignidade humana e a proteção devida aos participantes das pesquisas científicas envolvendo seres humanos; Considerando que o agir ético do pesquisador demanda ação consciente e livre do participante; Considerando que a pesquisa em ciências humanas e sociais exige respeito e garantia do pleno exercício dos direitos dos participantes, devendo ser concebida, avaliada e realizada de modo a prever e evitar possíveis danos aos participantes; [...] (BRASIL, 2016).

Nesse contexto, para a apresentação dos dados coletados na pesquisa, esta dissertação não cita o nome da escola onde aconteceu a investigação, da comunidade nem os nomes dos participantes da pesquisa com o objetivo de preservar sua identidade e integridade. Para tanto, os nomes dos sujeitos que participaram da pesquisa foram substituídos por nomes de flores. Assim, sem perder de vista os cuidados éticos, respeitando as opiniões e preservando a identidade dos sujeitos, será possível conhecer a política educacional do Ensino Médio no Campo com Intermediação Tecnológica – EMITec e quais as expectativas de formação dos jovens da Comunidade Flor do Oeste.

## 2.6 Análise e tratamento dos dados

Após a coleta de dados por meio de instrumentos e técnicas de pesquisa, a investigadora tem diante de si a tarefa de organizar as informações coletadas para realizar uma análise e reflexão de maneira crítica e sistemática. Essa fase da pesquisa não é fácil, pois requer responsabilidade e bom senso, visto que é a etapa de manipulação dos dados confiados ao pesquisador pelos colaboradores da pesquisa, dando-lhes interpretações fundamentadas teoricamente e fiel aos fatos vivenciados. O que exige da pesquisadora não perder de vista os cuidados éticos com as informações obtidas, demonstrando seu respeito pelos indivíduos envolvidos na pesquisa, seu comprometimento com o trabalho desenvolvido e fidelidade aos discursos dos sujeitos. Assim,

a análise tem como objetivo organizar e sumarizar os dados de tal forma que possibilitem o fornecimento de respostas ao problema proposto para investigação. Já a interpretação tem como objetivo a procura de sentido mais amplo das respostas, o que é feito mediante sua ligação e outros conhecimentos anteriormente obtidos (GIL, 1995, p. 168).

Desse modo, “a análise está presente em vários estágios da investigação, tornando-se mais sistemática e mais formal após o encerramento da coleta de dados” (LÜDKE; ANDRÉ, 1986, p. 45). As escolhas feitas pela investigadora durante seu processo investigativo, no que concerne ao método, procedimentos, técnicas e instrumentos, não são neutras, visto que elas exigirão um determinado tratamento dos dados. Tendo em vista que a presente pesquisa seguiu uma abordagem qualitativa de pesquisa, utilizou-se do método dialético e de instrumentos como a observação direta, o diário de campo, a entrevista semiestruturada e o questionário, metodologias que abordaram o universo simbólico dos sujeitos, histórias de vida, visões de mundo, vivências, a análise dos dados constituiu-se em análise discursiva.

Nesse tipo de análise, o trabalho vai além do tratamento de variáveis ou informações, pois o ato de transformar em texto, por meio da interpretação, tudo o que foi dito e ouvido conduz o pesquisador no caminho de volta ao momento da coleta de informações, revivendo sentimentos e emoções, ao mesmo tempo em que faz uma revisão de conceitos, valores, construção e desconstrução de conhecimentos. Nesse sentido,

o processo de análise discursiva tem a pretensão de interrogar os sentidos estabelecidos em diversas formas de produção, que podem ser verbais e não-verbais, bastando que sua materialidade produza sentidos para interpretação; podem ser entrecruzadas com séries textuais (orais e escritas), ou imagens

(fotografias) ou linguagem corporal (dança) (CAREGNATO; MUTT, 2006, p. 680).

Assim, a análise das informações coletadas é a fase mais complexa da pesquisa, pois requer criatividade e sensibilidade do pesquisador, não podendo ser esquecidos os valores éticos e o respeito com o discurso dos participantes da pesquisa. Constitui-se um dos maiores desafios do investigador, pois ele extrairá os significados dos discursos analisados e estruturará em um texto onde dissertará sobre os conhecimentos construídos, comprovados, ou não, por meio da investigação. De acordo com Caregnato e Mutt, (2006, p. 680), a análise discursiva “trabalha com o sentido e não com o conteúdo do texto, um sentido que não é traduzido, mas produzido”.

Dessa forma, entendendo que toda fala e posicionamento dos sujeitos frente às diversas situações é produto da relação com o meio, a análise discursiva possibilita interpretar os sentidos do dizer e como foi produzido esses dizeres a partir da compreensão do contexto no qual os participantes da pesquisa estão inseridos. Nessa direção, Caregnato e Mutt (2006) esclarecem que a análise discursiva é formada por um *corpus* que compreende a ideologia + história + linguagem. Assim,

a ideologia é entendida como o posicionamento do sujeito quando se filia a um discurso, sendo o processo de constituição do imaginário que está no inconsciente, ou seja, o sistema de idéias que constitui a representação; a história representa o contexto sócio histórico e a linguagem é a materialidade do texto gerando ‘pistas’ do sentido que o sujeito pretende dar (CAREGNATO; MUTT, 2006, p. 680-681).

Nessa perspectiva, o processo de análise de dados desta pesquisa tomou como ponto de partida a significação que os sujeitos dão ao objeto investigado, nesse caso o EMITec, no diálogo com o contexto sociocultural, econômico e político do qual fazem parte. Nessa análise, nos preocupamos em compreender os sentidos manifestados pelos sujeitos em seus discursos. Num primeiro momento, analisamos o corpus dos arquivos que subsidiaram a construção do aporte teórico e os documentos e legislações que regem o EMITec, fundamentam a Educação do Campo e as políticas para a juventude; num segundo momento, realizamos a análise do *corpus* empírico presente nas entrevistas, na observação direta e na aplicação do questionário.



### 3 O QUE A PESQUISA REVELOU

Diante da natureza e das especificidades do EMITec, o programa ainda é pouco conhecido e pouco compreendido, visto que são poucos os estudos a seu respeito. Assim, foi fundante a realização de um levantamento dos estudos empreendidos a respeito do programa no estado da Bahia. Usando o descritor Ensino Médio com Intermediação Tecnológica – EMITec, dentro do recorte de tempo 2011 a 2019, fizemos uma busca das produções científicas no Banco de Dados de Teses e Dissertações – BDTD da CAPES e das universidades estaduais e federais da Bahia. No BDTD da CAPES, não encontramos nenhum resultado referente ao EMITec. Como nem todas as produções científicas são disponibilizadas no portal da BDTD, realizamos uma busca nos bancos de teses e dissertações dos programas de pós-graduação das universidades públicas da Bahia, a saber: Universidade Federal da Bahia – UFBA, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB, Universidade Federal do Sul da Bahia – UFSB, Universidade Federal do Vale do São Francisco – UNIVASF, Universidade do Estado da Bahia – UNEB, Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB e Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS. Entre essas universidades, no período de 2015 a 2018, encontramos apenas cinco trabalhos que fazem uma análise sobre o EMITec, com destaque para a UNEB, onde encontramos quatro estudos sobre o programa. Por meio do *Google Acadêmico* e de busca geral, encontramos um trabalho monográfico sobre o EMITec, da UnB; mesmo não sendo da Bahia, achamos importante mencionar aqui porque discute sobre o EMITec na Bahia. No Quadro 8, podemos visualizar os trabalhos encontrados e seu ano de publicação.

Quadro 8 – Monografia, Dissertações e Tese sobre o EMITec

(continua)

Universidade	Tipo de trabalho	Título/Autor	Ano	Programa
Universidade de Brasília (UnB) – Universidade Aberta do Brasil/UAB	Monografia	Educação e Tecnologia no Campo: potencialidades e limites do Programa Ensino Médio com Intermediação Tecnológica	2013	Curso de Pedagogia a distância

Quadro 8 – Monografia, Dissertações e Tese sobre o EMITec

(continuação)

		(EMITec) para a formação de jovens em Angico, na Bahia. Wesley Brunno Silva do Nascimento Gomes		
Universidade do Estado da Bahia – UNEB	Dissertação	Ensino Médio com Intermediação Tecnológica (EMITec): percepções dos sujeitos sobre os avanços e limitações deste programa nas comunidades rurais do Município de Itaguaçu da Bahia.  Maria da Conceição Araújo Correia	2015	Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação - GESTEC
Universidade do Estado da Bahia – UNEB	Tese	Do Ensino Médio ao Superior: a trajetória dos egressos da Rede Pública Estadual nos Campi Universitários de Serrinha e Conceição do Coité da UNEB. Maria Isabel de Quadro Vivas	2015	Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade (PPGEduC)
Universidade do Estado da Bahia – UNEB	Dissertação	Ser Professor do Ensino Médio Rural: condições de trabalho da Professora-Mediadora do EMITec.  Susilara Moreira Reis Coutinho	2016	Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade (PPGEduC)

Quadro 8 – Monografia, Dissertações e Tese sobre o EMITec

(conclusão)

Universidade do Estado da Bahia – UNEB	Dissertação	Ensino Médio Com Intermediação Tecnológica: Um Estudo da Implementação de uma Política Pública Educacional no Estado da Bahia.  Rachel Regis de Oliveira Aranha	2018	Programa de Pós-Graduação em Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação GESTEC – Mestrado Profissional
Universidade Estadual de Santa Cruz-UESC.	Dissertação	EMITec: perfil, desafios e perspectivas do professor mediador.  Sandra Mabel Rosa dos Santos	2018	Programa de Pós-graduação em Educação em Ciências - Departamento de Ciências Exatas e Tecnológicas

Fonte: Banco de Monografia, Dissertações e Tese das Universidades do Estado da Bahia e da UnB. Construção da pesquisadora (2020).

Os dados apresentados no Quadro 8 mostram que o programa EMITec é uma discussão nova no meio acadêmico, ainda cheia de lacunas e que demanda mais pesquisas, visto que num período de 5 anos, encontramos apenas 6 pesquisas que discutem sobre este programa, deixando entrever a necessidade de aprofundamento teórico sobre o mesmo para que a população compreenda seu funcionamento e seus objetivos sociopolíticos.

O trabalho de Gomes (2013) teve como objetivo central investigar o potencial e os limites do Programa Ensino Médio com Intermediação Tecnológica – EMITec para a formação de jovens do Ensino Médio do povoado de Angico, na Bahia e evidenciou dois aspectos relevantes do programa: de um lado o EMITec possui alguns elementos limitantes, em especial, as constantes falhas da internet e a falta de um diálogo mais próximo entre os gestores locais; de outro, o programa tem possibilitado aos jovens e adultos o acesso e a conclusão da educação básica, garantindo o direito à formação de nível médio a esses sujeitos. Vale destacar que das produções elencadas anteriormente, esse estudo foi o único que chama a atenção para a formação dos jovens.

A dissertação de Correia (2015) buscou conhecer as características, avanços e

limitações da experiência do Programa Ensino Médio com Intermediação Tecnológica - EMITec nas comunidades rurais do município de Itaguaçu da Bahia, a partir da percepção dos sujeitos envolvidos. Esse estudo mostrou que o EMITec se apresenta como uma alternativa de acesso à educação no campo, a despeito dos entraves que impedem sua efetividade. Os resultados da investigação propõem como produto um plano de intervenção e um relatório científico com indicações de aperfeiçoamento da política pública do EMITec, com o intuito de que o programa contribua de fato com o desenvolvimento social das pessoas do campo.

A tese de Vivas (2015) objetivou estabelecer relação entre o Ensino Médio versus a Educação Superior, com foco no ensino médio público estadual e a Universidade do Estado da Bahia nos municípios de Serrinha e Conceição do Coité. Nesse estudo, a pesquisadora não tem o EMITec como foco de seu estudo, mas leva-o em consideração em sua investigação devido ao fato de possibilitar a muitos jovens e adultos o acesso ao ensino superior.

A dissertação de Coutinho (2016) objetivou analisar as condições de trabalho docente das professoras-mediadoras que atuam no Programa Ensino Médio com Intermediação Tecnológica (EMITec) em territórios rurais, desenvolvido pela Secretaria de Educação do estado da Bahia. O estudo revelou que o Programa EMITec precisa adequar-se à formação, à legitimação de direitos trabalhistas e à infraestrutura das escolas onde funciona, para se tornar condizente com o que preconizam os pressupostos legais e o Projeto Político Pedagógico (PPP), devendo, portanto, atentar para um currículo contextualizado com as particularidades da Educação do Campo.

A pesquisa de Aranha (2018) objetivou analisar a implementação do Ensino Médio com Intermediação Tecnológica (EMITec), enquanto política pública educacional para o Ensino Médio no estado da Bahia. Em sua dissertação, a pesquisadora destaca que a implementação do EMITec provocou mudanças no currículo, na avaliação, na pedagogia e na organização do modelo de escola e de sala de aula e, por conseguinte, os efeitos dessas mudanças foram observados em áreas específicas da prática escolar, como resultado da implementação do EMITec nas localidades de difícil acesso ou de melhorias nas condições de trabalho nas escolas.

Por fim, a dissertação de Santos (2018) buscou analisar quais os desafios e as perspectivas do professor mediador do EMITec em relação à mediação das aulas de Ciências da Natureza e suas Tecnologias. De acordo com a pesquisadora, os dados da pesquisa sinalizam que o EMITec precisa superar vários desafios para atender aos

alunos do Ensino Médio por meio da educação a distância, entre eles propor um Programa de formação para os professores mediadores, juntamente com os professores especialistas, com diretrizes delineadas, por onde se podem construir caminhos para avançar no desenvolvimento profissional, especialmente do professor mediador, maior apoio ao professor mediador e ao aluno, além de melhorar na inovação dos processos administrativos e na conectividade. Mais que isso, o papel das professoras mediadoras precisa ser mais bem definido.

No âmbito da coordenação de execução do programa, com o objetivo de divulgar as experiências exitosas do EMITec, os professores do Programa lançaram o livro “Educação Básica com Intermediação Tecnológica: tendências e práticas”<sup>21</sup>. A obra possui três volumes e objetiva publicizar as estratégias realizadas dentro do EMITec com os alunos e foi organizada pela coordenadora do projeto, Prof.<sup>a</sup> Letícia Machado, com textos produzidos pelos professores do Programa.

O levantamento das produções científicas sobre o EMITec nos levou à reflexão sobre o lugar da juventude rural no contexto do EMITec. Como já foi mencionado, apenas um trabalho do Quadro 8 discute sobre a juventude do campo, revelando que há a necessidade de aprofundar os estudos sobre essa categoria social no âmbito das discussões acadêmicas associadas às pesquisas sobre o EMITec.

Usando os descritores juventude e juventude rural, relacionados à educação, no período de 2011 a 2019, identificamos 170 trabalhos sobre juventude e apenas 10 sobre juventude rural no site de publicações acadêmicas *SciELO*; no BDTD da CAPES foram encontrados 6.258 trabalhos sobre juventude e 2.079 sobre juventude rural. É possível perceber que a temática juventude vem despertando o interesse de pesquisadores e estudantes de graduação, pós-graduação, mestrado e doutorado, mas no que concerne à juventude do meio rural, ainda há carência de aprofundamento teórico. O Quadro 9 mostra como as discussões a respeito da juventude vêm sendo delineadas historicamente.

---

<sup>21</sup> Disponível em: <http://educadores.educacao.ba.gov.br/noticias/professores-do-emitec-lancam-segunda-edicao-do-livro-%E2%80%99Ceducacao-basica-com-intermediacao-tec>.

Quadro 9 – Ações nacionais e internacionais desenvolvidas para a Juventude

Ano	Ação
1965	Declaração sobre o Fomento entre a Juventude dos Ideais de Paz, Respeito Mútuo e Compreensão entre os Povos, compromisso assumido pela Organização das Nações Unidas – ONU.
1985	Ano Internacional da Juventude.
1995	A ONU lança o Programa Mundial de Ação para a Juventude – PMAJ.
2005	Informe sobre a Juventude Mundial da ONU. No Brasil é criada a Secretaria Nacional de Juventude.
2013	Criação do Estatuto da Juventude.

Fonte: Série NEAD Estudos (2013).

As informações revelam que a temática juventude vem paulatinamente atraindo o olhar da esfera política e social e sendo compreendida como uma categoria com necessidades específicas e características particulares. Mesmo que as iniciativas sejam tímidas, aos poucos a juventude vem ganhando visibilidade e sendo reconhecida enquanto categoria da sociedade com uma cultura própria. Desse modo, torna-se importante conhecer os estudos realizados a respeito da juventude para melhor compreender a construção de seu conceito e direcionar esse estudo. Ainda considerando o período de 2011 a 2019, no que concerne às produções científicas realizadas nos cursos de algumas faculdades baianas, o Quadro 10 mostra o quantitativo dos trabalhos abordando a categoria juventude e juventude rural.

Quadro 10 – Produção científica sobre Juventude e Juventude rural

Universidade	Teses, dissertações e artigos	Juventude Rural
Universidade do Estado da Bahia – UNEB	11	2
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB	22	3
Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC	16	1
Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS	13	1
Universidade Federal da Bahia – UFBA	58	3
Universidade do Recôncavo da Bahia - UFRB		

Fonte: Levantamento de dados realizado em maio de 2020 nos bancos de teses e dissertações virtuais das referidas universidades e no site <http://bddt.ibict.br/vufind/Search/Results?lookfor=juventude&type=Subject&limit=20&sort=relevance>. Construção da pesquisadora (2020).

O Quadro 10 nos mostra que as discussões acadêmicas a respeito da juventude ainda são recentes, principalmente no estado da Bahia, e no que se referem à juventude do meio rural, os estudos e trabalhos ainda são poucos. Mesmo assim, as pesquisas e discussões a respeito da juventude já ocupam um espaço relevante nas atividades de

investigação acadêmica brasileira, embora ainda não abarquem de maneira plena toda a complexidade da realidade a que esta categoria está relacionada. Isso nos revela que ainda há muito a galgar tanto na compreensão dos modos de ser e agir dessa categoria da sociedade e do seu processo de socialização, quanto de estratégias que considerem suas expectativas de formação e que melhorem sua inserção nas diferentes esferas da sociedade.

Nesta seção, fazemos uma descrição analítica de como a proposta curricular está organizada e em quais documentos legais se embasa, dos sujeitos envolvidos na construção e execução dessa proposta, como são delineados os aspectos metodológicos e avaliativos e o papel dos professores mediadores de base.

Na seção seguinte, traçamos o perfil dos jovens estudantes que fazem parte do EMITec na escola da comunidade rural onde aconteceu a pesquisa. Buscamos identificar quem são esses jovens, o que desejam para o futuro, como vivem e o que esperam da escola. Em seguida, abordamos as expectativas de formação desses jovens; com base na ideia de que a formação da juventude campesina transcende a obtenção de certificados de conclusão de um curso, buscamos identificar como o EMITec pode contribuir não apenas para a continuação dos estudos, mas também para a formação dos jovens enquanto atores sociais e habilitados para transformar sua realidade. Partimos da compreensão de formação como formação humana e global do sujeito, aspecto que exige um processo educativo para além da transmissão mecânica de conhecimentos, mas que esteja a favor de que os jovens estudantes vejam a si mesmos como sujeitos de direitos e produtores de conhecimento.

Em seguida, fazemos uma discussão sobre o desmanche das políticas direcionadas para a educação do povo do campo, com destaque para o fechamento do EMITec na comunidade rural em estudo. Por fim, apresentamos uma reflexão sobre a Pedagogia da Alternância como meio para a materialização da Educação do Campo nas comunidades campesinas.

### **3.1 Processo de implantação e funcionamento do EMITec: algumas considerações**

Com vistas a possibilitar aos estudantes das comunidades campesinas baianas o acesso ao Ensino Médio, foi criado o Programa Ensino Médio no Campo com Intermediação Tecnológica - EMC@MPO, para atender as demandas educacionais desses sujeitos. Esse programa foi desenvolvido em 2008, durante o governo de Jacques

Wagner, na gestão do secretário de educação da época, Adeum Hilário Sauer, e teve como objetivo a democratização do acesso ao Ensino Médio no campo, numa tentativa de reduzir a exclusão de muitos jovens e adultos impossibilitados de frequentar essa etapa da educação básica devido às grandes distâncias e às dificuldades de transporte para a cidade. Essa política educacional tinha como objetivos

[...] assegurar prioritariamente a jovens e adultos que moram e trabalham no campo, o acesso, a permanência e conclusão do ensino médio possibilitando o acesso a outros conhecimentos globais, tecnologias e à concepção de desenvolvimento sustentável com enfoque nos territórios. Implementar uma política pública de oferta de ensino médio para populações que vivem no campo tendo a intermediação tecnológica como metodologia. Elaborar uma proposta político pedagógica específica para o programa que respeite os saberes e a cultura local tomando como referência os princípios político-pedagógicos que orientam a concepção de Educação do Campo. Estruturar e/ou adequar os espaços escolares existentes para a intermediação tecnológica, visando atender à demanda por ensino médio no campo. Promover formação inicial e continuada para a equipe de trabalho com base no desenho teórico-metodológico do programa [...] (BAHIA, 2011, p. 8).

Esses objetivos foram delineados a partir do reconhecimento das especificidades socioculturais dos jovens e adultos do meio rural, que exigem uma proposta que vá ao encontro das necessidades educativas, dos tempos, das dificuldades de deslocamento, da valorização dos saberes locais e que respeite a visão de mundo desses sujeitos. Possibilitando, assim, a conclusão da educação básica.

O processo de implementação do programa EMC@MPO envolveu a visita de uma equipe de profissionais da Secretaria de Educação do Estado da Bahia – SEC à cidade de Manaus, no estado do Amazonas, para conhecer um programa que utilizava as mídias tecnológicas para transmitir aulas do Ensino Médio em comunidades de difícil acesso e distantes das escolas de ensino regular. A proposta da oferta do Ensino Médio por Intermediação Tecnológica do Amazonas serviu de base para a Coordenação Pedagógica da SEC e os técnicos do Instituto Anísio Teixeira – IAT desenvolverem o arcabouço teórico-metodológico e tecnológico do Programa EMC@MPO.

O Programa foi estruturado da seguinte forma: oferta das três séries do Ensino Médio, abordagem metodológica dos conteúdos por meio de recursos tecnológicos, embasado em um Projeto Político Pedagógico que “considera o exercício da cidadania num ambiente de diversidades e no mundo do trabalho, assegurando às pessoas que vivem no campo o direito à Educação Básica de qualidade, em respeito às suas especificidades” (COUTINHO, 2016, p. 92). A Proposta Curricular foi composta por documentos como: Projeto Político Pedagógico, Regimento Interno das Unidades



Escolares, Regimento Interno do Programa e Descrição da Solução de Comunicação e Documentos Orientadores a professores mediadores e especialistas, com a descrição de estratégias de trabalho, utilizando-se da formação continuada, objetivando cumprir com a missão do programa que se constituía em

[...] assegurar aos jovens e adultos que moram e trabalham no campo o acesso, a permanência e a conclusão do ensino médio, possibilitando o acesso a outros conhecimentos globais, tecnologias à concepção de desenvolvimento sustentável, com enfoque em territórios (BAHIA, 2011 p. 10).

Nesse sentido, o EMC@MPO visava levar em conta a identidade cultural dos estudantes, a diferença de faixa-etária e étnico-racial na execução de sua proposta pedagógica, procurando fortalecer valores socialmente associados à educação enquanto meio para a formação humana, o entendimento da cultura como base para a construção de conhecimento, o trabalho como princípio educativo, a autonomia e a cooperação entre o povo campestre e o sistema educacional. A organização da matriz curricular levou em conta eixos temáticos transversais e temas contextualizados com as particularidades da educação campestre e das áreas do conhecimento, a saber: Linguagens e Códigos e suas Tecnologias (Educação Física, Língua Inglesa, Artes, Língua Portuguesa e Literatura Brasileira); Ciências Humanas e suas Tecnologias (História, Geografia, Atividades Integradoras, Filosofia, Sociologia); Ciências da Natureza e suas Tecnologias; Matemática e suas Tecnologias (Matemática, Biologia, Física, Química), observando o desenvolvimento de habilidades e competências nos alunos, específicas de cada área. Vale destacar que as atividades integradoras eram destinadas à discussão de temas específicos do meio rural, objetivando tratar de temas ligados aos biomas, territórios de identidade e cidadania, estudo do meio ambiente, sustentabilidade, cultura, memória, diversidade e trabalho (COUTINHO, 2016).

No que concerne à gestão do EMC@MPO, esta era estruturada de maneira hierárquica e na forma de colegiado, composta por comissões e coordenações, sendo: o comitê gestor e coordenação geral do projeto. Para integrar a gestão do programa, eram exigidos requisitos como: graduação em Pedagogia, experiência em gestão, ensino médio, educação do campo, vivência em EaD e tecnologia educacional, além de disponibilidade para viagens aos municípios atendidos pelo Programa. O Programa contava ainda com instâncias como: Coordenação de Transmissão, Coordenação Administrativa e a Coordenação Pedagógica. Cada um desses órgãos gestores do

EMC@MPO possuía objetivos e integrantes com atribuições específicas, como é possível visualizar no Quadro 11:

Quadro 11 – Gestão e profissionais do EMC@MPO e suas respectivas funções  
(continua)

<b>Coordenação/Membros</b>	<b>Função</b>
Coordenação Geral	Gerenciar a atuação das assessorias e coordenações; assegurar o desenvolvimento do projeto, monitorar os objetivos e metas estabelecidos, garantir o desenvolvimento da proposta pedagógica, disseminar os princípios do projeto, desenvolvendo atividades que assegurassem a orientação metodológica, acompanhar o gerenciamento dos recursos materiais e financeiros do projeto.
Coordenação de Transmissão	Coordenar a infraestrutura de transmissão e o bom funcionamento do núcleo de produção, composto por diretor de TV, assistente de produção, roteirista, produtor, programador visual, cinegrafista, operador de som, operador de TV, eletricitista, arquivista, iluminador, maquiador, editor de vídeo, analista de sistemas, técnico em informática e <i>webdesigner</i> .
Coordenação Administrativa	Gerenciar os recursos materiais e financeiros do projeto, assegurando o desenvolvimento dos processos logísticos e operacionalizando as ações, em parceria com a coordenação e as demais assessorias.
Coordenação Pedagógica	Gerenciar, monitorar e acompanhar a atuação dos articuladores, pedagógico e de base; Garantir o desenvolvimento pedagógico do projeto; Apoiar o coordenador do projeto no desenvolvimento de atividades que assegurassem a orientação metodológica; Divulgar e analisar documentos e projetos do Órgão Central (BAHIA, 2008, p. 16).
Técnico Administrativo e Assistente Administrativo	Apoiar o desenvolvimento das atividades, assegurando a logística do trabalho.
Articulador Pedagógico	Acompanhamento e avaliação da atuação dos professores especialistas e coordenação o planejamento e a execução das ações pedagógicas do projeto; articulava a elaboração participativa do Projeto da Escola; acompanhava o processo de implantação das diretrizes da Secretaria, relativas à avaliação da aprendizagem e dos currículos, orientando e intervindo junto aos professores e alunos, quando solicitado e/ou necessário; e avaliava os resultados obtidos na operacionalização das ações pedagógicas, visando à sua reorientação.

Quadro 11 - Gestão e profissionais do EMC@MPO e suas respectivas funções  
(conclusão)

Professor Especialista	Responsável por ministrar as aulas que eram gravadas em estúdio e teletransmitidas para as escolas.
Articulador de Base	Acompanhava o desenvolvimento e a avaliação da proposta pedagógica do projeto; apoiava o coordenador do projeto e a assessoria pedagógica, no desenvolvimento de atividades que assegurassem a orientação metodológica.
Professor-mediador de base	Conhecer projetos pedagógicos de aprendizagem, na perspectiva de estimular e favorecer o desenvolvimento criativo das atividades propostas, além de apoiar os estudantes na construção do conhecimento.

Fonte: BAHIA (2008 apud COUTINHO 2016, p. 93-96). Construção da pesquisadora (2020).

O Programa EMC@MPO se constituiu uma proposta de educação para o campo inovadora, pois desenvolveu um modelo de educação permeado pelas novas tecnologias e que promoveu o acesso ao Ensino Médio de centenas de jovens e adultos que não poderiam concluir a educação básica sem a presença dessa proposta em sua localidade (COUTINHO, 2016). Após três anos de funcionamento do EMC@MPO, em 2011, dada a extensão territorial da Bahia e a diversidade de povos que a constitui, a SEC ampliou a oferta de Ensino Médio para outras modalidades: indígenas, quilombolas, MST e sistema penitenciário. Entretanto, foi mantido o objetivo inicial de desenvolver uma proposta pedagógica para acolher jovens e adultos, residentes em localidades distantes ou de difícil acesso, em relação às escolas localizadas nos centros urbanos, onde não há oferta de Ensino Médio. Com a reformulação do EMC@MPO, o projeto de ensino por meio do uso dos recursos tecnológicos tornou-se Ensino Médio com Intermediação Tecnológica – EMITec.

Segundo a Coordenadora Geral do EMITec, a reformulação do EMC@MPO aconteceu, pois não estava trazendo os resultados esperados. Foi nesse momento que o EMITec foi criado, em 2011, com um currículo semelhante ao de uma escola urbana, com o intuito de permitir aos jovens e adultos do meio rural, que não podiam frequentar uma escola de ensino regular, o avanço nos estudos, maior treinamento dos professores especialistas para atuação por meio de vídeo e novo modelo de aulas, dando maior dinâmica aos estudos (ENTREVISTA COORDENADORA, 2019).

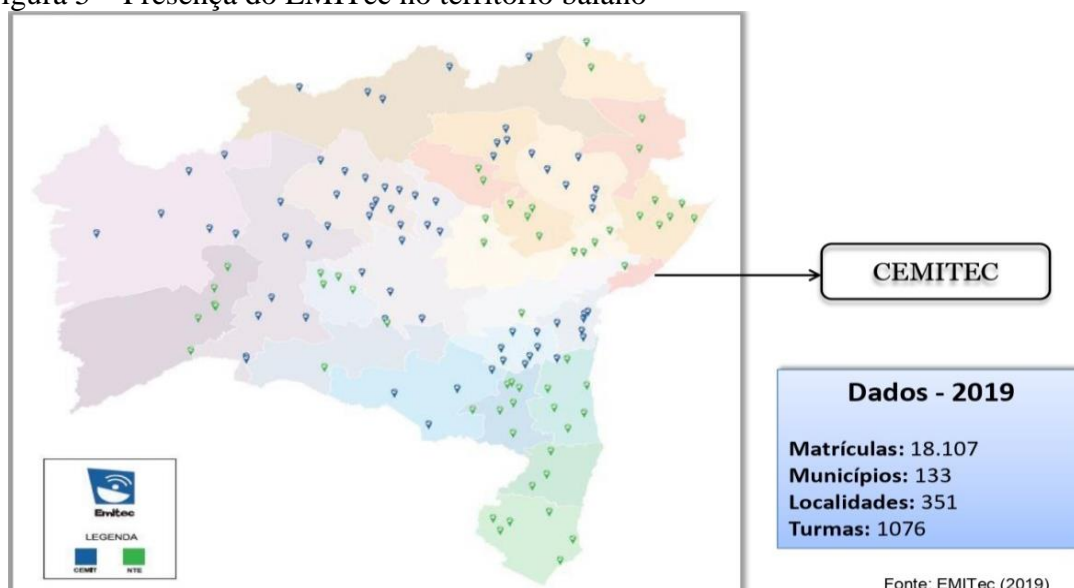
A proposta curricular do programa adota as características de uma escola de Ensino Médio e passa a ter uma matriz curricular comum a essa etapa da educação básica, mas a distância. Com isso, a organização do EMITec deixa de fora a abordagem dos temas, eixos, formação continuada e orientações que tratem exclusivamente das

especificidades e diversidade cultural da Educação do Campo, de acordo com a Portaria 424/2001, que resolve:

Implantar em Unidades Escolares da Rede Pública Estadual de Ensino o Programa Ensino Médio com Intermediação Tecnológica. O SECRETÁRIO DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições legais, considerando o inciso II do Art. 208 da Constituição Federal, o inciso II do Art. 247 da Constituição Estadual, com fundamento na Resolução CNE/CEB nº 04 de 13 de julho de 2010, RESOLVE Art. 1º Fica implantado, a partir do ano letivo de 2011, em escolas da Rede Pública Estadual de Ensino, o Programa Ensino Médio com Intermediação Tecnológica. Parágrafo único. O referido Programa ocorrerá nas unidades escolares onde funcionava o extinto Curso de Ensino Médio no Campo com Intermediação Tecnológica e suas extensões, bem como em outras, conforme necessidade do Programa. Art. 2º O currículo escolar relativo ao Programa obedecerá à legislação vigente correlata ao ordenamento curricular do Ensino Médio, bem como às Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica. Art. 3º As Unidades Escolares de vinculação associadas até então ao extinto Curso de Ensino Médio no Campo com Intermediação Tecnológica continuarão responsáveis por emitir a certificação parcial e de conclusão do curso de Ensino Médio com Intermediação Tecnológica. Art. 4º Os docentes que participaram do extinto Curso de Ensino Médio no Campo com Intermediação Tecnológica poderão participar do Processo Seletivo interno do Programa Ensino Médio com Intermediação Tecnológica, a ser divulgado oportunamente pela Secretaria da Educação. Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário. Salvador, 21 de janeiro de 2011. OSVALDO BARRETO FILHO Secretário da Educação (BAHIA, 2011).

Dessa forma, o EMITec adota uma matriz curricular unificada, semelhante ao Ensino Médio regular, enquanto 70% dos estudantes atendidos residem no campo, representando a maioria dos jovens e adultos que participam do Programa.

Figura 5 – Presença do EMITec no território baiano



Fonte: EMITec (2019).

A presença significativa no território baiano denota que o EMITec tem como foco principal garantir o acesso, a permanência e a conclusão da educação básica a

jovens e adultos que moram em localidades onde não existem Unidades Escolares de Ensino Médio, favorecendo a continuação dos estudos em outro nível de ensino. A Figura 5 mostra a abrangência do programa no território baiano, revelando a taxa de matrículas no ano de 2019 de municípios onde está presente, as comunidades atendidas e a quantidade de turmas funcionando.

No que se refere à organização dos espaços de ensino e aprendizagem nas escolas campesinas atendidas pelo EMITec, o Projeto Político Pedagógico aponta o atendimento às especificidades dos sujeitos contemplados, de modo que se faz necessário que a organização dos tempos e espaços formativos sejam adequados a essa proposta didático-pedagógica, assegurando assim as estratégias específicas de desenvolvimento do currículo do Ensino Médio e a flexibilização da organização do calendário escolar (COUTINHO, 2016). Dessa forma, o programa conta com professores mediadores com a função de administrar os espaços destinados aos estudantes para realização de pesquisas e de produção do conhecimento, assim como contribuir com a mediação do estudante entre o meio físico e o virtual, por meio de recursos metodológicos e tecnológicos como

Biblioteca básica (física e virtual) com acervo especializado nas áreas e Componentes Curriculares Disciplinas do Ensino Médio, (01 (um) por localidade); Videoteca com acervo especializado nas áreas e Componentes Curriculares Disciplinas do Ensino Médio com temas diversos, (01 (um) por localidade); TV LCD 50" (01 (um) por espaço de construção da aprendizagem); Microcomputador (mínimo de 01 (um) por espaço de construção da aprendizagem), com conexão a Internet e garantia de acesso a Chat Público e a Espaços Colaborativos, tipo blog, Fórum, Wiki, Twiki, etc, e acesso a um Portal; Webcam com microfone (01 (um) por espaço de construção da aprendizagem); Impressora Laser-Multifuncional (01 (um) por espaço de construção da aprendizagem); e Nobreak (01 (um) por espaço de construção da aprendizagem) (SEC-BA, 2013, p. 24).

Outro recurso tecnológico que complementa as ferramentas elencadas e oferece suporte teórico-metodológico aos professores especialistas e mediadores é a Plataforma Moodle<sup>22</sup>, ambiente virtual que agrega conteúdo e espaço para socialização das produções educativas dos estudantes. Essa plataforma é formada por diretórios que possibilitam o acesso a aulas, informações administrativas e pedagógicas, legislação educacional, material de ensino: vídeo, áudio, *slides*, textos, livros, revistas, jornais e outros de interesse geral, didático e formação de professores, literatura, além das

---

<sup>22</sup> Disponível em: <http://www.emitec.educacao.ba.gov.br>.

produções discentes e docentes (tanto do corpo de professores especialistas quanto do corpo de professores mediadores) (SEC-BA, 2013).

Semelhante ao EMC@MPO, o EMITec adota uma metodologia inovadora que, por meio da utilização de multimeios, propõe a construção de um processo de aprendizagem colaborativa e dispõe de aulas teletransmitidas por *videostreaming*<sup>23</sup> e atividades presenciais feitas em grupo ou individualmente. Assim, as aulas transmitidas aos alunos são gravadas em sala/estúdios por professores especialistas que propõem a realização de atividades ditas interdisciplinares e contextualizadas. Do outro lado, nas salas de aula/espços de aprendizagem, os estudantes, cada um em sua comunidade, interagem com o professor especialista sob a orientação do professor mediador, do mesmo modo que no EMC@MPO. O processo de ensino e aprendizagem acontece por meio da transmissão de imagem, voz e dados, objetivando um diálogo efetivo e a comunicação, em tempo real, entre educandos, professores especialistas e professoras-mediadoras.

O quadro docente do EMITec é formado, então, pelo professor especialista, responsável pela transmissão das aulas direto de Salvador para as comunidades, e pelo professor mediador, responsável pela mediação entre o estudante e o professor especialista. Com as reformulações no EMC@MPO, esses profissionais não precisam possuir uma formação específica sobre as particularidades da Educação do Campo (COUTINHO, 2016). Os professores especialistas, responsáveis pela transmissão das aulas, têm formação específica na área em que atuam, em sua maioria com especialização, alguns com mestrado e doutorado, e residem na capital do estado da Bahia (Salvador), onde se localiza a sede do Programa.

Essa metodologia oportuniza que o estudante frequente a escola em sua localidade, sem precisar percorrer grandes distâncias até as escolas situadas nos centros urbanos. Assim, de acordo com a Coordenadora Geral (2019) do Programa, os interesses que nortearam a criação e implantação do EMITec foram, de fato, a melhoria da qualidade dos trabalhos educacionais, fazendo uso do aparato tecnológico, uma vez que o governo do estado não tinha como atender aos estudantes que moravam em localidade de difícil acesso, e que as Unidades Escolares existentes para esse atendimento ficavam muito distantes. Até mesmo o transporte escolar não consegue

---

<sup>23</sup>Tecnologia que envia informações multimídia, através da transferência de dados, utilizando redes de computadores, especialmente a Internet, e foi criada para tornar as conexões mais rápidas.

chegar em algumas localidades da zona rural da Bahia – o difícil acesso não permite. Entretanto, ao realizar uma análise dos documentos da pesquisa, a ausência da exigência formativa dos professores especialistas, relacionada ao conhecimento das particularidades do campo, ampliou a distância entre estes professores, que não moram em meio rural, e seus alunos, apresentando uma desconexão entre o conteúdo e os saberes dos sujeitos a que esse Programa se destina, visto que ignoram a diversidade sociocultural na qual os jovens estudantes estão inseridos.

Nesse cenário, os critérios para a implantação do EMITec em uma determinada comunidade levam em conta a distância da localidade para a UE mais próxima, o grau de dificuldade para deslocamento, a existência de demanda de estudantes para ingresso e se o município ter interesse de implantar o EMITec, pois precisa dessa anuência para funcionar, visto que o programa faz uso das escolas municipais. A respeito da parceria entre estado e município, a Coordenadora Geral do programa afirma que existia um convênio (hoje não possui mais validade) que estabelecia o papel de cada um: o estado montava a sala com todo equipamento tecnológico e adequação da sala quando era necessário; o município se responsabilizava pelo empréstimo da sala de aula e pagamento do mediador. Hoje, o estado assume 95% do pagamento dos mediadores.

Na escola da comunidade rural onde aconteceu a pesquisa, o EMITec é implantado em substituição ao Ensino Médio Presencial devido a questões como a falta de professores habilitados nas diversas áreas específicas para atuarem em uma comunidade rural, no turno noturno, à quantidade de alunos, à falta de funcionários do estado para dar suporte aos professores e alunos durante as aulas. Entretanto, essa afirmação de que não há professor é falsa, pois na escola pesquisada havia professores contratados que atuavam presencialmente antes de o EMITec ser implantado. Realidade que valida o objetivo do Programa em oferecer o Ensino Médio aos estudantes que não podem estudar em outras localidades, mas que denuncia a falta de interesse do estado em promover concursos e pagar para os professores atuarem nas comunidades camponesas, assim como ofertar cursos de formação específica para esses professores. Essa realidade faz surgir a “questão sobre que conhecimentos e que ciência interessam à classe trabalhadora [...] e, portanto, da disputa no processo educativo das crianças, jovens e adultos” (MARX, 2020, p. 291).

Assim, na escola investigada, o primeiro ano, 2013, iniciou com apenas uma turma do 1º ano do Ensino Médio; no ano seguinte, passou a atender alunos do 1º e do 2º ano; no ano de 2015, passou a funcionar com as turmas de 1º, 2º e 3º anos do Ensino

Médio. Com relação aos professores mediadores de base, nos primeiros anos, eles trabalharam por indicação política, mas no ano de 2017 foi exigido que prestassem o concurso do Regime Especial de Direito Administrativo - REDA e que possuíssem formação em manuseio da Plataforma Moodle (ENTREVISTA DA DIRETORA, 2019).

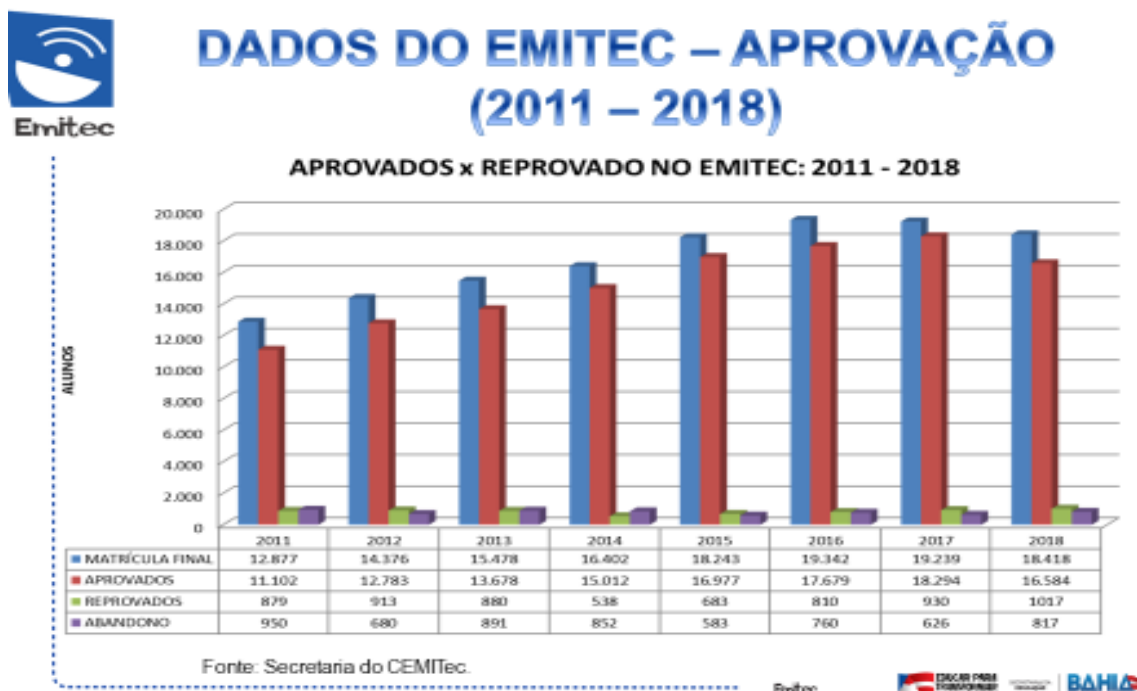
No processo de implementação e funcionamento do EMITec, a tecnologia é ferramenta fundamental para a transmissão das aulas. Ao utilizar-se de serviços de comunicação multimídia com som e imagem, o programa transmite as aulas via satélite e procura promover a interação entre o professor a distância por meio de *chats* mediados pelo professor mediador presencial. Mas será que está de fato contribuindo com a formação estudantil dos jovens camponeses? Sendo as aulas baseadas apenas na transmissão dos conteúdos, será que essa tecnologia está colaborando com a construção de conhecimento pelos jovens alunos? A interação entre professor e aluno por meio dos *chats* é suficiente para a mediação e troca de conhecimento entre professor-aluno?

Esses questionamentos surgiram no momento em que nos debruçamos sobre a questão da oferta do ensino médio no campo por meio de teleaulas, levando-nos à reflexão sobre como o referido programa tem contemplado a cultura do jovem desse espaço e se a tecnologia utilizada pelo programa está de fato possibilitando a aprendizagem dos jovens. Segundo Rabelo (2006, apud SANTOS; ARAÚJO, 2017, p. 3), a utilização das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) possibilita “[...] não só o atendimento a grandes contingentes de alunos, dispersos geograficamente, mas também a igualdade de oportunidades educativas e, conseqüentemente, a inclusão social”. Nesse contexto, a Coordenadora Geral do EMITec colocou que o programa tem conseguido atingir os interesses que levaram à sua criação ao longo desses 10 anos, apesar das dificuldades. Acredito que um dos fatores foi conseguir a credibilidade dos estudantes e familiares, com aulas regulares ocorrendo, sem aulas “vagas”, sem falta de professores, aulas bem planejadas e com transmissão em tempo real.

Desse modo, o EMITec tem chegado a regiões de difícil acesso e distantes dos centros urbanos e atendido a grande número de alunos em várias comunidades camponesas, oportunizando a conclusão do ensino médio por jovens e adultos que não tiveram condições de concluir na idade certa. A Coordenadora aponta que os resultados são positivos e têm alcançado o objetivo primordial do programa: a oferta da educação para jovens e adultos que moram em localidades de difícil acesso. A Figura 6 representa o quantitativo de matrícula, aprovação, reprovação e abandono (evasão) no período de 2011 a 2018.



Figura 6 – Dados de desempenho/resultados do EMITec 2011-2018



Fonte: Secretaria do CEMIT (2020).

Os dados evidenciam que a taxa de matrícula e aprovação tem crescido ao longo do tempo e que os índices de reprovação e abandono, embora sejam estáveis, são irrisórios. Isso mostra o grau de aceitação do programa dentro das comunidades e a importância do mesmo para a conclusão da educação básica pelos sujeitos das localidades atendidas. Entretanto, a Coordenadora Geral aponta que o programa vem enfrentando alguns desafios ao longo do tempo como quebra dos equipamentos, roubos, contratação de mediadores, contratação/manutenção das empresas responsáveis pela transmissão das aulas, entre outros. Para a superação dessas dificuldades, foram criados, por meio do Decreto n.º 13.316, de 27 de setembro de 2011, os Centros Regionais de Ensino Médio com Intermediação Tecnológica (CEMIT), que vêm auxiliando a resolver esses problemas na ponta (salas de aulas), e junto à comunidade. Os CEMITs estão localizados nos Territórios de Identidade onde o EMITec funciona; conforme Art. 1º, do Decreto n.º 13.316/11:

Ficam instituídos, no âmbito da Secretaria da Educação, os Centros Regionais de Ensino Médio com Intermediação Tecnológica - CEMIT, com a finalidade de promoverem o Programa Ensino Médio com Intermediação Tecnológica, conforme Portaria nº 424/2011, editada pela Secretaria da Educação, objetivando expandir o ensino e potencializar os espaços escolares já existentes (BAHIA, 2011).

No entanto, no que concerne à inclusão social, ainda há aspectos que precisam ser pensados na execução desse programa nas comunidades campesinas. A utilização das tecnologias na educação, mais especificamente na modalidade a distância, é uma questão que precisa ser repensada, pois, conforme observação das aulas do EMITec na escola de uma comunidade rural do município de Serra do Ramalho - BA, no mês de novembro de 2019, os alunos ficam entediados durante as aulas. O professor mediador

procura chamar a atenção dos estudantes nesses momentos, convidando-os a interagir por meio do *chat*, mas essa estratégia não desperta o interesse dos jovens. Percebemos a necessidade de que a proposta pedagógica do EMITec abra espaço para as discussões inerentes à história e cultura do povo do campo. Levando-se em conta que o programa atende principalmente aos estudantes que residem em meios rurais, revela a importância da inserção de saberes locais no currículo, a fim de atribuir sentido àquilo que aprendem de forma abrangente, evitando a fragmentação, a compartimentação e a exclusão no processo de ensino-aprendizagem (COUTINHO, 2016).

Dessa forma, ao adotar uma proposta curricular comum e que não aborda os saberes locais, o programa desconsidera os valores direcionados para a aprendizagem integral e global do sujeito e atém-se apenas ao conteúdo numa perspectiva educacional de transmissão de conteúdos. Na comunidade lócus da pesquisa, o EMITec funcionava no turno noturno e percebemos que a organização da proposta não leva em conta o fato de o aluno trabalhar durante o dia. O Projeto Político Pedagógico do programa aponta que se apoia em uma proposta didático-pedagógica inovadora e com vistas à solução de problemas educacionais no estado da Bahia, que possui uma grande extensão territorial e desigualdades sociais. De acordo com o PPP (2018), o programa embasa-se nas Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica, Art. 26, § 3º, que determina:

Os sistemas educativos devem prever currículos flexíveis, com diferentes alternativas, para que os jovens tenham a oportunidade de escolher o percurso formativo que atenda seus interesses, necessidades e aspirações, para que se assegure a permanência dos jovens na escola, com proveito, até a conclusão da Educação Básica (BRASIL, 2010).

Nesse sentido, o Programa Ensino Médio com Intermediação Tecnológica do estado da Bahia almeja garantir aos sujeitos o direito à educação no lugar onde residem, respeitando os conhecimentos e a cultura local. Em teoria, essa proposta está em consonância com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN n.º 9.394/96, Art. 35, que prevê:

O ensino médio, etapa final da educação básica, com duração mínima de três anos, terá como finalidades: I - a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos; II - a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores; III - o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico; IV - a compreensão dos

fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina (BRASIL, 1996).

Com o intuito de colocar em prática o que está posto em lei, o PPP do EMITec, que é comum a todo o programa, aponta que a Secretaria de Educação da Bahia apoia a implantação do Ensino Médio por meio da intermediação tecnológica ofertado em três séries, com caráter presencial do aluno, utilizando recursos tecnológicos como forma de abordagem metodológica, respaldado por um projeto político pedagógico que considere o exercício da cidadania num ambiente de diversidades e o mundo do trabalho, assegurando a todos o direito à Educação Básica de qualidade que respeite suas especificidades (PPP, 2018). Nesse ponto, faz-se necessário chamar atenção para o fato de que embora se fale em exercício da cidadania, preparação para o mundo do trabalho e respeito às especificidades dos estudantes, percebemos a implementação de uma proposta rígida e que trabalha com conhecimentos generalizados, desconsiderando o lugar de cada um desses aspectos no processo de construção da identidade do estudante do campo.

Nessa perspectiva, ao adotar uma proposta pedagógica semelhante à do ensino regular e igual para todas as comunidades do estado da Bahia atendidas pelo programa, o processo de ensino desconsidera “a singularidade de quem aprende – o sujeito; a realidade ambiente onde se aprende – a pluralidade do que aprende –, os processos e as metodologias e as formas de como se aprende [...]” (CARNEIRO, 2008, p. 142). Assim, ao comparar os aspectos técnicos, administrativos, pedagógicos e conceituais do EMC@MPO e do EMITec, é possível perceber a invisibilização da educação do campo, das especificidades locais e dos sujeitos que compõem esse espaço. Isso culmina com a implementação de uma proposta de ensino pautada na transmissão e aprendizagem de conteúdos generalizados, com um currículo engessado e descontextualizado das características dos jovens e de suas reais necessidades.

Por outro lado, o EMITec tem se destacado como método inovador no processo de ensino por meio da intermediação tecnológica no contexto do ensino médio, embora não tenha atendido os jovens do campo em suas especificidades socioculturais e contribuído de forma plena com o processo de aprendizagem. Segundo a Coordenadora Geral do Programa, este obteve a certificação de Tecnologia Social, através do Banco do Brasil, em reconhecimento ao seu trabalho educacional, sendo finalista da premiação dessa fundação; foi premiado como inovação em educação pela Associação Brasileira de Educação a Distância – ABED; foi selecionado também como Escola Inovadora pela

Fundação Iberdrola. A Coordenadora Geral destaca também que os resultados positivos do Programa podem ser observados por meio dos muitos alunos premiados nas Olimpíadas Nacionais de Física e Matemática, no ingresso de muitos estudantes no ensino superior em cursos variados, como Direito, Odontologia, Medicina, Administração, Publicidade, entre outras, em instituições públicas e privadas do estado da Bahia. Nessa direção, Barreto Filho e Santos (2015, p. 21) apontam que

o EMITec se constitui em uma política pública estadual voltada para a educação que impacta na melhoria de vida da população, constituindo-se numa alternativa viável de formação para aqueles que encontram nessa modalidade um ensino voltado a suas necessidades, expectativas e desejos. Desse modo, o EMITec vem proporcionando maior desenvolvimento humano regional, conseqüentemente, melhor qualidade de vida à população menos favorecida do interior do Estado da Bahia, podendo ser utilizado como modelo de educação de qualidade pela Secretaria de Educação de outros estados do território brasileiro.

Entretanto, tomando como ponto de análise as expectativas dos jovens e a realidade dos mesmos no contexto escolar, percebemos que o EMITec, enquanto política pública direcionada para os alunos do Ensino Médio que residem em comunidades de difícil acesso, e que na sua maioria são pertencentes aos meios rurais, “apresenta um equívoco pedagógico significativo, que é adotar um currículo comum padrão e, com isso, negligenciar os saberes dos seus alunos” (COUTINHO, 2016, p. 109). Ao desconsiderar os saberes locais, construídos culturalmente no grupo social, o Programa deixa de levar em conta, também, os anseios e desejos dos jovens; a implementação de um currículo unificado, com um programa de estudos a cumprir, não pensa o lugar da escola na vida dos estudantes camponeses. Importante esclarecer que no que tange aos alunos do EMITec, a utilização do termo escola remete ao programa; e nesse contexto, a escola do município não possui propostas ou ações de trabalho com os jovens e adultos que fazem parte do EMITec.

Diante da aproximação com os jovens participantes da pesquisa, com as professoras mediadoras e das observações realizadas na escola onde a pesquisa teve início, foi possível perceber que qualquer projeto educacional a ser desenvolvido no meio rural precisa partir do conhecimento das especificidades socioculturais dos sujeitos desse espaço. No cerne dessa questão está a importância em identificar quais as expectativas que os jovens colocam na escola (EMITec) e como ela, por meio de sua proposta pedagógica, pode favorecer a formação plena desses sujeitos. Considero importante ressaltar que enquanto política pública voltada para os estudantes do Ensino Médio no campo, a implantação do EMITec é importante e necessária, pois possibilita a

muitos jovens e adultos a conclusão da educação básica e habilita-os a continuar seus estudos. Entretanto, no que diz respeito ao fenômeno estudado nesta pesquisa, identificamos que o EMITec carece de uma reformulação em sua proposta curricular, pois percebemos a necessidade de contemplar as particularidades da juventude camponesa e seus projetos de futuro na elaboração e execução da proposta pedagógica do programa.

### **3.2 A proposta pedagógica do EMITec e o diálogo com as expectativas de formação dos jovens**

Quem são os jovens do Ensino Médio no Campo com Intermediação Tecnológica? O que estes jovens esperam da escola e o que ela significa para eles? Quais os elementos da cultura juvenil estão presentes no cotidiano escolar? Qual a influência do EMITec na vida e nas expectativas de formação dos jovens? Esses questionamentos surgiram no momento em que nos voltamos para pensar a questão das expectativas de formação da juventude camponesa e como a proposta pedagógica do EMITec está contribuindo para isso. Também, leva-nos a refletir se realmente conhecemos nosso aluno, se paramos para observar seu modo de ver o mundo, suas manifestações culturais e como esses elementos influenciam sua aprendizagem e continuidade dos estudos.

Uma possibilidade para entender o lugar do aluno no cotidiano escolar e da proposta pedagógica é a compreensão de que o ambiente escolar faz parte do processo de construção da identidade juvenil e é um local onde os jovens constroem e encontram elementos culturais com os quais se identificam e os levam a integrar grupos culturais segundo suas crenças, seus gostos, sua visão de mundo, seja em busca de aceitação, seja em busca de um grupo de amigos para sentir-se parte de algo. Nesse sentido, a escola configura-se, para os jovens, como um espaço que vai além da aprendizagem de conhecimentos formais, constitui-se primeiramente como um local de troca de experiências, de interação com seus semelhantes e de socialização. Esse fato faz surgir a necessidade de uma reconfiguração do Ensino Médio, pois sua estrutura organizacional e física, seu currículo, a prática pedagógica, a gestão escolar ainda não são pensadas de modo a acolher o jovem-aluno em toda sua amplitude cultural. O Ensino Médio brasileiro ainda traz resquícios de suas origens aristocráticas, cujo objetivo é profissionalização para um possível mercado de trabalho “qualificado” porque a

expectativa não é o ensino superior. Seguindo a lógica da transmissão dos conteúdos curriculares, os jovens são vistos apenas como alunos, deixando sua cultura e seus conhecimentos prévios aquém do processo de ensino e aprendizagem.

No cerne dessa questão, investigar a respeito da política educacional do Ensino Médio no campo com Intermediação Tecnológica – EMITec vai além da investigação sobre leis, decretos ou pareceres. Falar do EMITec no campo pressupõe falar de educação de qualidade para a juventude desse espaço; de uma educação que contemple as perspectivas de formação dos jovens do campo; de um modelo educacional construído de acordo com as especificidades da juventude em cada contexto, seja indígena, ribeirinha, quilombola, caiçara, entre outros. E para construir um processo de ensino que vá ao encontro das necessidades formativas e especificidades culturais da juventude campesina, é essencial a existência de políticas públicas educacionais eficientes, que garantam de fato uma educação de qualidade, escolas com infraestrutura adequada e profissionais habilitados para atuarem nesse espaço de formação, no sentido de oportunizar uma verdadeira educação do campo. Entretanto, a pesquisa tem evidenciado que os povos do campo têm sua história marcada pelas

desigualdades econômicas, sociais e para nós desigualdades educativas, escolares. Sabemos como o pertencimento social, indígena, racial, do campo é decisivo nessas históricas desigualdades. Há uma dívida histórica, mas há também uma dívida de conhecimento dessa dívida histórica. E esse parece que seria um dos pontos que demanda pesquisas. Pesquisar essa dívida histórica (ARROYO, 2006, p. 104).

Nesse cenário, é claro que somente a educação não solucionará os problemas sociais dos jovens que vivem do campo; são necessárias outras políticas públicas nas áreas do campo brasileiro para que os jovens que decidirem ficar e trabalhar nesse espaço construam sua vida com mais dignidade. Dessa forma, está posto um desafio ao Estado, a articulação das políticas públicas já existentes no governo e a criação de novas políticas que gerem qualidade de vida, acesso à terra, geração de trabalho e renda (MDA, 2016), assim como a concretização dos direitos dos jovens do campo, no sentido de promover condições dignas de permanência (ou não) no campo e sua emancipação socioeconômica e política. É nesse contexto de busca pela promoção da qualidade de vida da juventude que o estado da Bahia criou o EMITec.

No artigo 205 da Constituição Federal de 1988 está posto que “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo

para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1988). Assim, com o avanço da modernização e utilização das tecnologias no setor educacional tem sido possível levar a educação, na modalidade a distância, a diversas comunidades que ficam distantes das escolas de ensino regular.

No que concerne ao EMITec, está posto no Projeto Base do Ensino Médio com Intermediação Tecnológica do Estado da Bahia a oferta do Ensino Médio nas comunidades por meio de uma proposta político pedagógica específica para o Programa e que respeite os saberes e a multiculturalidade<sup>24</sup> das comunidades. Nesse sentido, a base conceitual que referencia o Programa aponta que

É necessário gerir a educação reconhecendo os envolvidos como sujeitos de direitos e garantindo esses direitos, por meio de processos democráticos, no sentido de estimular, promover e consolidar a plena participação dos agentes educacionais, favorecendo assim uma formação cidadã e de inclusão social (BAHIA, 2011).

Desse modo, a educação precisa ser pensada a partir das especificidades culturais dos sujeitos e organizada de maneira que propicie processos participativos e espaços de produção de conhecimento. Entretanto, essa investigação tem evidenciado que o programa ainda segue um modelo educacional pautado no professor e no ensino; a despeito das mudanças estruturais na sociedade, o programa de ensino a distância fundamenta-se na fala do professor e no conteúdo transmitido, em um processo repetitivo onde o aluno precisa assimilar um determinado conhecimento em um tempo estipulado.

Assim, foi possível observar que para além das aulas transmitidas via satélite, o EMITec poderia propor metodologias em que os jovens sejam instigados a utilizar a internet para a realização de atividades pedagógicas diversas. Durante os meses de outubro e novembro de 2019, período em que se iniciou a pesquisa, pudemos observar que os alunos acham cansativo ficar sentados apenas ouvindo as teleaulas. Durante a transmissão da aula, há um momento em que o professor pausa o vídeo e pede para os alunos copiarem o slide referente à explicação da aula; esse constitui um dos poucos momentos em que os alunos usam o caderno ou são solicitados a realizar alguma ação.

A aula é de matemática. O professor pede que os alunos copiem o slide da aula. O aluno vê que o tempo é curto para copiar a fórmula, então pega seu celular e tira uma foto. Vira-se para a professora mediadora que o observa e

---

<sup>24</sup> Projeto Base do Ensino Médio com Intermediação Tecnológica do Estado da Bahia – EMITec/2011.

diz que vai copiar no caderno, tirou a foto apenas para garantir (DIÁRIO DE CAMPO, 2019).

Percebemos que a interação entre professor e aluno é ausente, uma vez que esta acontece unicamente por meio do *chat*, que na visão dos jovens não é suficiente para tirar as dúvidas ou garantir uma aproximação com os professores. Também a falta de ‘movimentação’, de atividades que exijam esforço e desafiem os alunos causa desânimo e sonolência nos jovens. Estes, apesar do cansaço, chegam à escola com toda euforia característica da juventude, querendo ver seus amigos, entrar em suas redes sociais, compartilhar posts, e a escola não possibilita isso a eles. Quando chegam à escola, os jovens são destituídos de sua condição juvenil e passam a ser reconhecidos apenas como alunos. Nesse cenário, de acordo com Afonso (2001), faz-se relevante fazer uma análise do setor educacional do ponto de vista dos estudos de Pierre Bourdieu que entende que

a Escola se tornou um dos lugares centrais do exercício da violência simbólica – e é precisamente isso que está aqui em causa quando verificamos que a função de socialização (ou homogeneização) faz parte de um mais amplo processo de transmissão da cultura hegemônica e de inculcação de conhecimentos, valores e visões do mundo que, sendo embora considerado um arbitrário cultural, dissimula o seu carácter impositivo, ao levar a considerar como sendo do interesse de todos aquilo que, de facto, tende a coincidir sobretudo com interesses das classes dominantes, a que o Estado capitalista, neste caso, continua a ser particularmente permeável (AFONSO, 2001, p. 21).

Assim, ao desenvolver um programa pautado unicamente na transmissão de conteúdos, no livro didático e na realização de avaliações periódicas, é possível perceber uma fragilidade nesse programa no que diz respeito às expectativas de formação e aos elementos da cultura juvenil na proposta pedagógica do EMITec. Desse modo, mesmo o programa contando com professores especialistas, com salas equipadas com os aparelhos tecnológicos necessários para a transmissão das aulas, sinal de internet e disponibilização do transporte escolar, por meio da parceria entre estado e município, há a necessidade de uma ampliação na proposta pedagógica no sentido de prever a realização de atividades extra classe que sejam dinâmicas, elaboradas segundo os interesses dos alunos e que oportunizem o protagonismo juvenil dentro e fora da escola.



### 3.2.1 Proposta e Organização Curricular do EMITec

Por muito tempo, o currículo foi pensado apenas do ponto de vista dos conteúdos e da transmissão de conhecimento, por meio de métodos e procedimentos tradicionais para alcançar resultados que possam ser mensurados. Entretanto, o currículo não diz respeito apenas a uma relação de conteúdos, mas envolve também

questões de poder, tanto nas relações professor/aluno e administrador/professor, quanto em todas as relações que permeiam o cotidiano da escola e fora dela, ou seja, envolve relações de classes sociais (classe dominante/classe dominada) e questões raciais, étnicas e de gênero, não se restringindo a uma questão de conteúdos (HORNBERG; SILVA, 2007, p. 1).

A respeito da concepção e organização do currículo, Veiga (2002) complementa:

Currículo é uma construção social do conhecimento, pressupondo a sistematização dos meios para que esta construção se efetive; a transmissão dos conhecimentos historicamente produzidos e as formas de assimilá-los, portanto, produção, transmissão e assimilação são processos que compõem uma metodologia de construção coletiva do conhecimento escolar, ou seja, o currículo propriamente dito (VEIGA, 2002, p. 7).

Sendo assim, o currículo escolar tem que ser dinâmico, por que ele precisa ir ao encontro das necessidades pedagógicas de um modo geral, constituindo-se como um ponto de partida para a construção e efetivação de uma educação de qualidade para “todos”. O currículo pressupõe então uma proposta de ação na resolução de questões relacionadas ao “que fazer” do cotidiano da sala de aula. As decisões educativas têm a ver com os objetivos (Por quê? Para quê? Para quem ensinar?), com a seleção do conhecimento (conteúdos, matérias, disciplinas e sua integração), com a forma pela qual este conhecimento será transmitido e com o acompanhamento dos resultados deste processo (avaliação).

A organização curricular do Ensino Médio é embasada na Lei n.º 9394/96, que determina que os fins específicos dessa etapa do ensino são a preparação dos estudantes para o exercício da cidadania e para o mundo do trabalho; na Lei 13.415, de 16 de fevereiro de 2017, que altera a Lei 9394/96; na Resolução CNE n.º 03/1998, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, destacando eixos como a educação tecnológica básica, a compreensão do significado da ciência, das letras e das artes, o processo histórico de transformação da sociedade e da cultura e o exercício da cidadania. A Constituição Federal (CF) de 1988 aponta a democracia e a cidadania como princípios fundamentais na constituição da sociedade brasileira, entretanto essa

liberdade vem sendo tolhida mediante as medidas do governo federal brasileiro, especialmente no período pós-impeachment de 2016 (SANTOS; NUNES, 2020); a educação, entre outros setores, tem sido atingida por ações conservadoras, como por exemplo no que diz respeito ao Ensino Médio:

A Reforma do Ensino Médio, que iniciou com a proposição da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 241/2016; Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (BRASIL, 2018), aprovada pela Resolução nº 4, de 17 de dezembro de 2018, as quais retiram muitas conquistas obtidas com as políticas educacionais voltadas para o público da diversidade no último período pós-ditatorial, dentre outras, (SANTOS; NUNES, 2020, p. 23).

Esse panorama delata que vem acontecendo um acelerado desmonte da educação pública e que ela vem sendo tratada como mercadoria ou política compensatória, constituindo-se um entrave para a implementação de um processo educacional que promova a emancipação e formação humana do trabalhador como sujeito de direito.

Desse modo, segundo o Projeto Político Pedagógico (2018) do EMITec, a proposta curricular do Programa está em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (DCNEM), Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (PCNEM), Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), Orientações Curriculares Estaduais para o Ensino Médio e com os Princípios e Eixos da Educação na Bahia. Nessa perspectiva, o currículo do Programa está estruturado em quatro áreas do conhecimento: Linguagens, Códigos e suas Tecnologias; Ciências Humanas e suas Tecnologias; Ciências da Natureza e suas Tecnologias; e Matemática e suas Tecnologias. O Quadro 12 mostra como o Programa organiza cada uma dessas áreas segundo o PPP.

Quadro 12 – Organização das áreas do conhecimento do EMITec

(continua)

<b>Área do conhecimento</b>	<b>Componentes Curriculares</b>	<b>Eixo norteador da área</b>	<b>Atividades Complementares</b>
Linguagens, Códigos e suas Tecnologias	Língua Portuguesa e Literatura Brasileira (integrantes da Base Nacional Comum), Língua Inglesa (integrante da Parte Diversificada), Educação Física e Artes	Leitura ou expressão das diversas linguagens que coexistem na sociedade. Para contemplar os princípios da autonomia, identidade e diversidade, a proposta para essa área concentra-se na leitura e produção dos mais diversos tipos de discursos para que os	

Quadro 12 – Organização das áreas do conhecimento do EMITec

(conclusão)

		educandos desenvolvam o seu potencial crítico e criativo.	
Ciências Humanas e suas Tecnologias	Geografia, História, Filosofia e Sociologia e Atividades Complementares	Promover a formação da cidadania, inserção dos indivíduos na sociedade, construção pessoal engajada, projetando seu cotidiano, associada às novas tecnologias e ciências humanas, incorporadas ao mundo do trabalho e aos critérios de cidadania e identidade.	Retomada de temas específicos de Língua Portuguesa e Matemática, no sentido de rever defasagens de conteúdos da série anterior.
Ciências da Natureza e suas Tecnologias	Física, Química e Biologia.	Desenvolvimento de competências para a compreensão e a utilização dos conhecimentos científicos e os saberes da comunidade.	
Matemática e suas Tecnologias	Matemática	Usar a Matemática para resolver problemas práticos do cotidiano, modelar fenômenos em outras áreas do conhecimento e compreender a Matemática como ciência.	

Fonte: Projeto Político Pedagógico do EMITec (2018). Construção da autora (2020).

Desse modo, de maneira a promover uma interlocução entre as áreas, a organização curricular do Ensino Médio está embasada em quatro eixos norteadores: o trabalho, a diversidade, a educação ambiental e a cidadania. A prática pedagógica organizada a partir desses eixos objetiva promover o diálogo com os eixos dos componentes curriculares de modo que possibilitem a ampliação e compreensão de conceitos e questões fundamentais para elevar o nível de escolarização e das práticas sociais, contemplando a interdisciplinaridade e contextualização dos temas em estudo. De acordo com o PPP do EMITec, a organização da proposta pedagógica da maneira como foi apresentada se dá a partir da compreensão de que

A concepção dos componentes curriculares científicos, tecnológicos, socioculturais e de linguagens é considerada base estruturante para o desenvolvimento humano. [...] garantindo conhecimentos que permitam uma leitura crítica de mundo em todos os momentos da vida, uma vez que a principal função de educar criticamente é formar sujeitos capazes de construir um mundo melhor, mais justo e solidário (PPP, 2018, p. 16).

Nesse sentido, para haver contextualização e a aquisição dos conhecimentos se transforme em aprendizagem, adquira sentido para os estudantes e aconteça a construção de novos saberes, é necessário que haja a confluência entre teoria e prática. Para tanto, segundo a Coordenadora Geral do Programa, a construção do PPP do EMITec aconteceu com a participação da equipe no diálogo com a comunidade, tendo como base os seguintes princípios: o trabalho como princípio educativo; a escola formadora de sujeitos, articulada a projeto de emancipação humana; valorização dos diferentes saberes no processo educativo, vinculando a escola à realidade dos sujeitos; autonomia e colaboração entre os sujeitos do campo e o sistema nacional de ensino e aprendizagem.

A metodologia do programa tem como base a utilização das tecnologias digitais, cujos recursos de multimeios possibilitam aos professores especialistas o desenvolvimento de atividades pedagógicas e a exposição dos conteúdos; os professores fazem o trabalho pedagógico em um estúdio, que se transforma em sala de aula, situado na cidade de Salvador. Kenski (2003, p. 5) chama a atenção para o fato de que “os atributos das novas tecnologias digitais tornam possíveis o uso das capacidades humanas em processos diferenciados de aprendizagem”. Assim, os professores, diante de uma câmera no estúdio, fazem a transmissão de imagem, voz e dados sobre o conteúdo. Do outro lado, nas salas de aula, compreendidas como espaços de construção da aprendizagem, das escolas parceiras do Programa localizadas nas comunidades, estão os estudantes. Eles contam com a orientação de um professor mediador, que faz a mediação via *chat* entre os estudantes e o professor especialista. Com relação aos espaços educativos, o PPP (2018) aponta que estes precisam estar equipados com, no mínimo, um computador para compor o ambiente interativo que seja capaz de funcionar em *chats* públicos e privados, *blogs*, fóruns, com capacidade para acesso a programas em rede e do tipo *Wiki* e *Twiki*, *e-mails*, assim como permitindo a possibilidade de rever aulas, com o objetivo de fortalecer a interação entre os atores desse processo.

O processo de interação prevê que haja o esclarecimento de dúvidas, organização de projetos, divulgação de resultados de atividades como feiras de conhecimento, manifestações artístico-culturais, entre outras. Entretanto, os professores

enfrentam alguns desafios para delinear sua prática no contexto da educação a distância. Sobre esses desafios, a Coordenadora Geral do EMITec apontou que se referem à

pouca quantidade de recursos para se trabalhar no dia a dia; espaço físico, computadores para acompanhamento e construção das aulas. Manter o programa vivo é um desafio, é um dos grandes desafios enfrentados ao longo dos anos.

A despeito dos desafios e da limitação de recursos, de acordo com o PPP (2018), a metodologia do EMITec é desenvolvida de maneira a viabilizar a construção do conhecimento mediante o trabalho cooperativo, investigativo e de integração de grupos, com incentivo à criatividade, à estética e à sensibilidade. Assim, o processo de ensino e aprendizagem do Programa é direcionado para a ressignificação de conceitos e a construção de conhecimentos numa perspectiva epistemológica, por meio da interação e da apropriação de um dado objeto/fato. Isso exige do professor uma prática pedagógica diferente, pois este precisa adequar-se ao uso de recursos tecnológicos variados e ao distanciamento físico entre professor e estudante, ao mesmo tempo em que precisa incentivar a interação em tempo real com alunos de diferentes comunidades. O planejamento das aulas, que é realizada pelos professores especialistas em Salvador, é outro fator que exige atenção especial, sendo planejadas antecipadamente. A esse respeito, a Coordenadora Geral do EMITec esclareceu que

as aulas são planejadas com antecedência de 15 dias, levando-se em conta os conteúdos prioritários das disciplinas, com base na matriz do Sistema de Avaliação da Educação Básica – SAEB e Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM.

Assim, há uma preocupação sistêmica e cuidadosa na preparação das aulas de modo a contemplar os conteúdos, as habilidades e competências exigidas pelo SAEB e ENEM. Ao ser elaborado de acordo com as matrizes citadas, o planejamento é padronizado para as transmissões em todas as comunidades atendidas pelo EMITec. Nesse contexto é pertinente chamar a atenção para os aspectos relacionados às especificidades locais dos estudantes. Sobre o lugar das características locais das comunidades no planejamento do Programa, a Coordenadora explicou que

as especificidades são dadas através de uma atividade denominada de Atividade Dirigida, em que cada comunidade realiza a interlocução da teoria trabalhada nas aulas e a realidade local. Nesse sentido, faz-se o uso de temas transversais por unidade letiva. Esses são eleitos ao final do ano anterior com indicações dos estudantes, mediadores e professores, com um longo processo até a escolha final. As especificidades da realidade local também são dadas durante a aula ao vivo, em que vêm questionamentos dos estudantes.

Com isso, é possível perceber que há um espaço limitado para a discussão dos conteúdos na perspectiva da realidade local dos estudantes, para não dizer que inexistem, pois a atividade já vem estruturada e com as delimitações a serem seguidas. Diferente de cursos regulares em que há interação com um professor presencial, sendo possível trabalhar de maneira mais flexível e com projetos de futuro dos jovens, as aulas do EMITec precisam cumprir um programa e tempo previamente estipulados, o que deixa pouco espaço para contemplar as expectativas de formação dos jovens e os elementos da cultura juvenil no planejamento pedagógico do EMITec. Tendo como base a transmissão de conteúdos e a realização de avaliações periódicas, contribui para que muitos alunos percam o interesse pelas aulas e expressem esse descontentamento por meio de comportamentos inadequados, dispersão durante as transmissões, ausências da sala de aula, faltas e sonolência. Aliado a isso, outro aspecto do Programa carece de atenção, a atuação dos professores mediadores, que tem se limitado a manusear os equipamentos de transmissão da teleaula. Tudo isso revela a existência de uma fragilidade nesta modalidade de ensino, carecendo de uma reflexão e possível reformulação em sua constituição para que, de fato, alcance os objetivos propostos em seu projeto base.

Dessa forma, promover o acolhimento da juventude na escola é uma questão desafiadora e buscar compreender como se constrói a juventude é uma tarefa fundamental para entender o que acontece no interior da escola enquanto ambiente de socialização e aprendizagem. Dayrell (2007, p. 1120) afirma que “a escola é invadida pela vida juvenil, com seus *looks*, pelas grifes, pelo comércio de artigos juvenis, constituindo-se como um espaço também para amores, amizades, gostos e distinções de todo tipo”. No contexto do Ensino Médio por Intermediação Tecnológica, em que as transmissões das aulas acontecem via satélite em tempo real, seguindo um currículo padronizado para várias localidades, carga horária a ser cumprida e regras a serem obedecidas, o jovem é submetido a um processo que vê apenas um aluno a quem deve ser ensinada alguma coisa, sempre com vistas ao futuro, deixando o presente suspenso no espaço. Isso contribui para que, aos olhos do jovem, a escola se apresente como um espaço onde ele precisa assumir atitudes e uma personalidade diferente, vendo os professores como pessoas distantes, visto que a proposta do EMITec não possibilita uma interação efetiva entre o jovem e o professor; os *chats* não são suficientes para garantir o estabelecimento de uma relação entre os sujeitos do processo de ensino e aprendizagem.

Com relação às aulas transmitidas, os alunos entrevistados foram unânimes ao responderem que a qualidade das aulas é boa, os professores têm domínio do conteúdo e que sabem explicar, mas eles sentem falta de um professor presencial. Pensam que pelo menos uma vez por mês poderia haver oficinas com professores para tirar dúvidas dos conteúdos trabalhados, pois consideram a interação pelo *chat* muito ‘fraca’ e, nas palavras deles, ‘sem graça’. Outro aspecto em que todos concordam é que os estudantes poderiam ter mais atividades práticas, que pudessem usar internet na escola para realizar pesquisas e atividades pedagógicas. Eles afirmam que se sentem cansados em ficar a noite toda sentados assistindo aula após aula, e como passam o dia trabalhando gostariam que tivessem aulas mais dinâmicas. É certo que em um tempo de mudanças rápidas, “o conhecimento científico-tecnológico desempenha um papel cada vez mais central como fator de mudanças e de dinamismo econômico e social” e exige que toda a sociedade se coloque em contínuo processo de aprendizagem (TORTAJADA; PELÁEZ, 1997, p. 143). Entretanto, para que isso aconteça, é necessário que as instituições e o programa de ensino promovam um processo educativo que dialogue com as expectativas, anseios, necessidades e demandas dos estudantes e da sociedade.

No que se relaciona à temática da juventude do campo, percebe-se que há duas demandas postas à escola de Ensino Médio no meio rural: de um lado há a necessidade de uma escola que agregue o jovem de maneira global, com todas as suas especificidades e anseios; do outro há a necessidade de construir uma escola de acordo com o contexto sociopolítico, cultural e econômico do homem do campo. A esse respeito, Leite (2002, p. 14) afirma que “pensar a escola rural é pensar o homem rural, seu contexto, sua dimensão como cidadão”. Entretanto, os estudantes entrevistados afirmam que não sentem sua realidade contemplada durante as aulas do EMITec, pois, segundo eles:

Não sinto minha realidade contemplada. Eles só falam de outros lugares (Aluna 3).

Não contemplam (as aulas) a realidade do oeste (Alunos 1 e 2).

Não, se baseiam mais no livro (Alunos 4 e 6).

Não. Porque eles só falam sobre outros lugares e não fala do nosso cotidiano (Alunos 9 e 11).

Não sinto minha realidade contemplada nas aulas. Os professores só falam de assuntos que não vemos no cotidiano. Só dão exemplos de outras cidades, (Aluno 13).

Assim, ao trabalhar sob uma perspectiva homogeneizadora, a escola cria um atrito com os jovens, pois não lhes dá espaço para expressar suas opiniões ou expressar-se livremente. Essa configuração de ensino pode ser entendida, segundo Dayrell (1996, p. 5), como um modelo educacional que “expressa uma lógica instrumental, (...) centrada na transmissão de informações. Reduz os sujeitos a alunos, apreendidos, sobretudo pela dimensão cognitiva”. Isso é vivenciado no modo como a escola organiza seu espaço, seu currículo, os tempos e os ritmos das atividades, assim como produz seu fracasso. A sociedade transforma-se, mas a escola continua com as mesmas regras, os mesmos hábitos e um modelo educacional pautado no ensino. E tendo em vista que um dos objetivos do projeto de implantação do EMITec é elaborar uma proposta político pedagógica específica para o programa que respeite os saberes e a multiculturalidade da Bahia, percebemos a necessidade de que os saberes locais sejam incluídos problematizados na proposta pedagógica do programa.

Por outro lado, ao fazer uma análise a respeito das aulas ministradas pelos professores especialistas, no que se refere à discussão sobre os conteúdos e as professoras mediadoras, afirmam que as aulas são de ótima qualidade, pois sentem que eles têm conhecimento e formação específica para ministrá-las. A professora Mediadora 2 diz:

Eu, se tivesse tido um professor desses quando eu estudava minha formação seria outra. Eles (alunos) têm um ensino de qualidade, mas não têm aptidão por aquilo, não valorizam. Eles preferem aquele ensino que era antes, presencial, com aqueles professores qualquer sem formação.

O relato da professora revela que a proposta do EMITec é tão cruel com os professores mediadores da comunidade que a própria professora os (se) menospreza, enxergando no professor especialista um professor de excelência. Nem percebe que os alunos querem ter aulas com eles, com os professores presenciais! Nesse sentido, é verdade que o Ensino a Distância constitui-se como uma ferramenta moderna para promover uma educação pública para quem tem dificuldades de frequentar o ensino regular, mas sua configuração metodológica é pautada na transmissão de conteúdos, sem problematizá-los ou propor uma relação com a realidade dos jovens. Na fala da professora, chama a atenção o fato de ela responsabilizar o aluno pelo pouco envolvimento com o programa, desconsiderando a trajetória do estudante para chegar até a escola, sua realidade socioeconômica que o obriga a trabalhar o dia inteiro, assim como as especificidades da cultura juvenil.

De acordo com Gugé (et al., 2017, p. 2941), a respeito da evolução da EaD, “a



Educação a Distância (EaD) no Brasil vem crescendo de forma substancial nos últimos anos. Segundo o Censo da Educação Superior (2012), divulgado pelo Ministério da Educação (MEC), somente entre os anos de 2011 e 2012 houve um aumento de 12,2% nas matrículas da EaD”. Entretanto, esses dados não refletem, em muitas escolas, uma realidade positiva, pois além da interação entre professor e aluno ser muito frágil, não leva em conta aspectos como a falta de preparação dos monitores, a qualidade do sinal da internet em muitas regiões, as características locais relacionadas ao trabalho, ao período de chuvas, por exemplo, ausência de um trabalho pedagógico que complemente as aulas transmitidas no sentido de contemplar as características socioculturais de cada localidade. A respeito do envolvimento dos alunos nas aulas, foi observada certa apatia nos jovens durante as transmissões e pouco desejo em interagir por meio do *chat*, o que pode ser observado durante a aula de Língua Inglesa.

Após exposição dos conteúdos o professor especialista pede para as escolas enviarem suas dúvidas via chat. A monitora pega o teclado e pergunta aos alunos o que desejam perguntar. Ninguém se manifesta. Enquanto isso, o professor lê as mensagens enviadas pelos alunos das outras comunidades. Como os alunos não desejam enviar perguntas, a monitora manda um ‘olá’ e parabeniza o professor pela aula (DIÁRIO DE CAMPO, 2019).

Isso revela a inconsistência no processo de interação proposta pela metodologia da educação mediada por meio das tecnologias. Assim, mesmo considerando que as aulas são boas, as professoras mediadoras consideram que os jovens estudantes sentem necessidade de se expressarem e que no desenvolvimento do programa

Falta contato, interação; o aluno chega e só assiste a aula, isso cansa, a participação fica a desejar, por isso ele não foca tanto no programa. Eu acho o programa excelente, mas falta interatividade, de fazer mais atividades dinâmicas. Eles (os professores especialistas) passam trabalhos para os alunos, mas é totalmente fora da realidade deles; com o aluno que mora na zona rural é mais fácil trabalhar com ele individualmente ou em grupos na sala de aula; eles moram muito longe um do outro, não têm acesso à internet, não têm acesso um com outro, só se encontram aqui na escola e a maioria trabalha durante o dia; tem alunos que moram na beira da pista, mas tem outros que moram a quilômetros de distância (Mediadora 1).

O posicionamento da professora revela a importância das mediadoras no processo de ensino e aprendizagem do EMITec, entretanto, não há cursos de formação continuada para elas, nem espaço para que possam fazer a interligação dos saberes locais com os conteúdos, uma vez que todas as atividades que elas executam são determinadas pelo Programa. Desse modo, observamos que se por um lado a EaD facilita a escolarização de sujeitos que não têm ou tiveram oportunidade de frequentar escolas nos centros urbanos e concluir a educação básica, por outro a EaD não

contempla a diversidade sociocultural dos jovens alunos. Diariamente a escola é frequentada por sujeitos de contextos socioculturais e familiares diversos, com visões de mundo próprias e cheios de entusiasmo pela diversão, pela tecnologia, pela moda, pela música, entre outros.

No caso dos jovens, suas experiências são pouco contempladas no cotidiano da sala de aula, havendo uma homogeneização do processo de ensino. Isso revela falta de relação entre a metodologia do EMITec e os jovens alunos. Nesse cenário, “é muito comum, nas escolas, a visão da juventude tomada como um ‘vir a ser’ projetada para o futuro (...)” (DAYRELL, 2007, p. 1117). Isso mostra a necessidade de um projeto educativo que contemple os jovens em todas as suas particularidades e considere os elementos de sua cultura e as experiências do seu contexto social no cotidiano escolar. No âmbito da Educação do Campo, o problema tende a agravar-se, pois além de sofrer com um modelo educacional que não é do campo nem construído com o seu povo, sofre com a ausência de incentivo do Estado, desde a infraestrutura e recursos materiais, até a falta de profissionais habilitados para atuar no meio rural e nos programas que contemplem os jovens desse espaço.

Dessa forma, foi relevante investigar a respeito de como se desenvolve a proposta do EMITec nas escolas situadas no meio rural para identificar o quanto a proposta do Programa se distancia do conceito de Educação do Campo e aproxima-se da Educação Rural, onde não há, de acordo com Ribeiro (2012, p. 293), “nenhuma tentativa de adequar a escola rural às características dos camponeses ou dos seus filhos, quando estes a frequentam”. Modelo esse que se ocupa apenas em oferecer conhecimentos de ordem geral, sem levar em conta as especificidades das comunidades. A respeito das particularidades dos estudantes, o PPP (2018, p. 21) descreve que

para atender à especificidade dos sujeitos que serão contemplados, faz-se necessário que a organização dos tempos e espaços formativos sejam adequados a esta proposta didático-pedagógica, assegurando assim as estratégias específicas de desenvolvimento do currículo do ensino médio e a flexibilização da organização do calendário escolar.

Entretanto, sabendo que o EMITec atende aos 27 territórios de identidade do estado da Bahia, torna-se um desafio para o Programa desenvolver uma proposta de modo a contemplar as características socioculturais dos estudantes. Para garantir a inclusão dos estudantes no processo de ensino e aprendizagem, levando em conta a diversidade, o PPP (2018, p. 21) aponta os espaços formativos como

de articulação entre o estudo, a pesquisa e as ações de intervenção na comunidade. Devem, portanto, ser organizados de modo a estimular e desenvolver o resgate da autoestima e das culturas étnicas, a reconstrução da identidade pessoal, o espírito coletivo e os valores de solidariedade e de autonomia.

Assim, o PPP do EMITec prevê um processo formativo global e uma formação plena, desenvolvendo “uma práxis progressista e dispõe-se a contribuir, enquanto agente de transformação social, de forma concreta na intervenção da realidade destes estudantes atendidos na zona rural do estado da Bahia” (BARRETO FILHO; SANTOS, 2015, p. 33). Para tanto, o Programa divide sua proposta em espaços destinados a etapas específicas da organização do mesmo e disponibiliza materiais tecnológicos e impressos para realização das atividades didático-pedagógicas. O Quadro 13 mostra como esses espaços estão organizados, sua finalidade e os recursos disponíveis.

Quadro 13 – Espaços educativos, finalidade e recursos/estrutura do EMITec

<b>ESPAÇOS</b>	<b>FINALIDADES</b>	<b>RECURSOS/ESTRUTURA</b>
Produção Pedagógica	Espaço físico destinado à reunião de professores especialistas para realização de pesquisa, análise e produção de materiais pedagógicos e planejamento das atividades a serem desenvolvidas, utilizando-se dos recursos físicos, virtuais e tecnológicos.	Biblioteca básica (física e virtual); Videoteca; Microcomputadores com acesso à internet; Impressora Multifuncional; Televisor ‘50’ LCD e DVD; Scanner; Retroprojektor.
Construção da Aprendizagem	Locais destinados aos professores mediadores de base e estudantes para pesquisa e produção do conhecimento, interagindo por meio físico e virtual com os espaços de produção pedagógica.	Biblioteca básica (física e virtual); Videoteca; Microcomputadores com acesso à internet; Webcam com microfone; Impressora laser-multifuncional; Nobreak.
Plataforma Moodle	Ambiente destinado a oferecer suporte teórico e metodológico a professores especialistas e professores mediadores de base, bem como para socializar as produções educativas dos estudantes.	Aulas; Informações administrativas e pedagógicas; Legislação Educacional; Material de ensino – áudio, vídeo e escrito; Literatura; Produções discentes; Produções docentes.

Fonte: Projeto Político Pedagógico do EMITec (2018). Construção da pesquisadora (2020).

De acordo com as informações dispostas no Quadro 13, podemos perceber que apesar dos desafios impostos à educação, decorrentes de políticas públicas ineficientes e

do corte de recursos financeiros, pois é financiado pelo governo do estado, o Programa está organizado de maneira sistemática e conta com recursos tecnológicos para oferecer um processo educativo que abrange todos os conteúdos, competências e habilidades exigidas pelos referenciais pedagógicos do Ensino Médio. Nessa perspectiva, “o EMITec, que tem como propósito ir até onde o aluno está, busca dinamizar e garantir o processo de formação e conclusão da etapa final da educação básica, de forma a atender as demandas da sociedade” (BARRETO FILHO; SANTOS, 2015, p. 22).

Percebemos que o Programa se constitui uma ação social com custo tecnológico alto e de grande importância para as comunidades atendidas, uma vez que seu objetivo é acabar com a falta de oportunidade de acesso ao Ensino Médio regular, visto que grande parte da população do meio rural baiano ainda não conta com escolas que o ofertem. O Programa desenvolve metodologia partindo do entendimento de que o computador e a *internet* são artefatos também culturais e que podem construir relações dialógicas entre os sujeitos, harmonizando espaços para o ensino e a aprendizagem.

Para garantir o desenvolvimento da prática pedagógica segundo os objetivos acima descritos, o Programa aponta a necessidade da formação de professores para atuarem no Ensino Médio a distância. Segundo o PPP (2018) do EMITec, os professores especialistas e os professores mediadores de base receberão, em comum, formação sobre concepção e diretrizes do Ensino Médio com Intermediação Tecnológica, os princípios da contextualização e da interdisciplinaridade, por área do conhecimento, e os conhecimentos da tecnologia utilizada; de maneira específica, os professores especialistas receberão formação para planejamento político-pedagógico de espaços de interatividade proporcionados pela solução tecnológica adotada, pesquisa e produção de material pedagógico e avaliação; os professores mediadores de base receberão formação em estratégias de pesquisa, aprendizagem e avaliação. Para atuar no Programa, o PPP (2018) aponta que são exigidos alguns requisitos que estão apresentados no Quadro 14.

Quadro 14 – Requisitos e atribuições dos professores especialista e mediador do EMITec

(continua)

<b>Professor especialista</b>	<b>Professor mediador</b>
Licenciatura Plena, conforme Lei 9394/96.	Preferencialmente Licenciatura Plena.
Ser professor efetivo da Rede Estadual.	Possuir conhecimentos nas especificidades metodológicas e tecnológicas.

Quadro 14 – Requisitos e atribuições dos professores especialista e mediador do EMITec

(conclusão)

Possuir conhecimentos de especificidades metodológicas e tecnológicas.	Residir nos limites dos territórios.
Planejar e executar as aulas, planejar as atividades avaliativas.	Possuir conhecimentos sobre a realidade local.
Ter uma prática docente diferenciada, cooperativa e de integração de grupos, criando um ambiente propício e incentivador da criatividade da estética e da sensibilidade.	Mediar os estudantes na construção do conhecimento.

Fonte: PPP (2018). Construção da pesquisadora (2020).

Embora o Programa esteja situado na maioria das comunidades rurais, os processos formativos e a prática pedagógica dos professores especialistas e dos professores mediadores de base não estão direcionados para a atuação junto aos jovens alunos do meio rural que fazem parte do EMITec, visto que, como já foi mencionado, o planejamento pedagógico é centrado nos conteúdos, realizado em um ambiente distante das comunidades atendidas e sem priorizar os conhecimentos prévios e a realidade cultural dos sujeitos. Do ponto de vista teórico, no tocante à formação dos professores do meio rural, Molina e Antunes-Rocha destacam que

a formação de educadores do campo não cabe em uma perspectiva tradicional, visto que o mesmo deverá necessariamente organizar suas práticas no sentido de promover rupturas, estranhar o que aparece como natural e legal, fazer perguntas, investigar, problematizar e propor e promover, junto com seus educandos, intervenções nessa realidade. O educador do campo precisa ter a compreensão da dimensão do seu papel na construção de alternativas de organização do trabalho escolar, (...) uma atuação que entenda a educação como prática social (MOLINA; ANTUNES-ROCHA; 2014 p. 227).

Nessa perspectiva, o trabalho pedagógico precisa ser direcionado para a problematização da realidade, possibilitando a ampliação da visão de mundo do povo do campo, valorização de seus conhecimentos e reconhecimento enquanto sujeitos de direitos. Entretanto, mesmo sendo requisito possuir conhecimentos sobre a realidade local, os professores mediadores que estão em contato diário com os jovens não têm espaço/tempo para promover essas discussões, visto que há pouco tempo de intervalo entre uma aula e outra. A organização dos tempos das aulas do programa não considera o período de trabalho dos jovens, pois as aulas são iniciadas às 18 horas e 30 minutos e termina às 22 horas, de segunda a sexta-feira. O cronograma diário de aula é composto

por 5 aulas de 45 minutos; ao término da terceira aula, há um intervalo de 15 minutos para o lanche.

Com relação ao material didático, o PPP (2018) esclarece que a elaboração é feita em equipe composta por professores especialistas nas diversas áreas e respectivos componentes curriculares do Ensino Médio e por Técnicos da Secretaria de Educação do estado. Esse material é desenvolvido tendo como base a concepção curricular e a base de referência, as Diretrizes Orientadoras, e o que está disposto nos mecanismos legais. Entretanto, as professoras mediadoras informaram que os jovens da comunidade não estão recebendo esse material. Nos últimos anos, eles recebem os livros do programa PNLD, mas elas ressaltam que os alunos não trazem para a escola, uma vez que as aulas não são planejadas de acordo com a sequência de conteúdos e linguagem dos livros que os alunos recebem.

No que concerne à avaliação do processo de ensino e aprendizagem do EMITec, esta é compreendida a partir de uma dimensão processual, contínua e formativa com o objetivo de possibilitar o desenvolvimento das potencialidades cognitivas, afetivas e sociais, com vistas à construção da autonomia do estudante e consequente compreensão de seu papel enquanto sujeito ativo na construção de seus conhecimentos. De acordo com o PPP (2018, p. 26), o processo avaliativo do Programa deve considerar a participação e as produções dos educandos, que serão socializadas em sala de aula e acompanhadas pelos professores mediadores de base e pelos especialistas num processo dinâmico e sistemático, em todas as etapas do processo de ensino e aprendizagem, possibilitando a intervenção e possíveis ajustes no planejamento durante todo o curso da ação didática. Também, para aqueles que encontram problemas durante o percurso avaliativo, o Programa oferece estudos de recuperação ao final do ano letivo por meio de planos de estudos, elaborados pelos professores especialistas e acompanhados pelos professores mediadores, que contemplam os conteúdos nos quais os estudantes apresentaram dificuldades.

No que diz respeito aos requisitos da legislação educacional para aprovação, promoção e certificação do aproveitamento dos estudantes do curso, é exigida a média final igual ou superior a 50,0 (cinquenta) pontos e frequência igual ou superior a 75% do total de aulas dadas. Desse modo, o EMITec possui um sistema de avaliação padronizado, mas considerando as especificidades de cada componente curricular. O PPP (2018) esclarece que o sistema avaliativo é delineado em consonância com os princípios da Constituição Federal (1988), da Lei de Diretrizes e Bases da Educação

Nacional – LDBEN n.º 9394/96, das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio – DCNEM, dos Parâmetros Curriculares para o Ensino Médio – PCNEM, dos Parâmetros Curriculares Nacionais, das Orientações Curriculares Estaduais para o Ensino Médio e os Princípios e Eixos da Educação na Bahia. O Programa conta com uma equipe para operacionalização de todo processo de avaliação, que está dividido em oito instrumentos avaliativos. O Quadro 15 apresenta esses instrumentos e os critérios de cada um.

Quadro 15 – Instrumentos avaliativos, suas características e critérios

(continua)

INSTRUMENTO	CRITÉRIOS
Avaliação Qualitativa – AQ – valor: 2,0	Assiduidade (0,3); pontualidade (0,3); interação (0,3); capacidade comunicativa (0,3); realização das atividades (0,5); cumprimento dos prazos (0,3) = 2,0.
Atividade Dirigida – AD – valor: 3,0	Tem caráter teórico-prático e considera a carga-horária da disciplina na unidade, realizadas ao final da Unidade Pedagógica; leva em conta os temas transversais e culminância durante o ano letivo.
Avaliação Presencial por Área – APA – valor: 4,0	Individual e sem consulta; questões objetivas e discursivas de acordo com o tema transversal da unidade; feita por áreas do conhecimento. Composta por questões referentes à área do conhecimento valendo 3,5 mais uma questão optativa valendo 0,5.
Momento de retorno de Conteúdo – MRC Questões objetivas valem 5,0. Questões discursivas valem 5,0.	Realizado ao final do 1º semestre (contemplando a 1ª e 2ª unidades) e do 2º semestre (contemplando a 3ª e 4ª unidades); é dividido em dois momentos: teleaulas do MRC e provas do MRC. A prova é constituída por 5 questões objetivas e 2 questões discursivas para Matemática e EMITec Urbano, e 10 questões objetivas e 2 questões discursivas para as demais áreas.
Segunda chamada – valor: 5,0.	Deve ser solicitada pelos estudantes num prazo de 48 horas; os critérios para sua realização são: licença maternidade/paternidade, doença/atestado médico, para qualquer ausência deve ser comprovada com documento; reposição da APA a cada unidade letiva.
Prova final – recuperação final – valor: 10,0	Realizada mediante reprovação na Retomada de Conteúdos do 1º e 2º semestres; acompanhar as aulas gravadas do MRC I e realizar estudos autônomos indicados para o MRC I e MRC II; avaliação com 20 questões objetivas; para aprovação no componente curricular é necessário obter nota igual ou superior a 5,0.
Atividade domiciliar – AD – valor: 10,0	Mecanismo de reposição de conteúdos para estudantes que por algum motivo, devidamente comprovado, não puderam realizar a Atividade Dirigida ou a APA. É constituída por aulas de revisão da unidade letiva, materiais de apoio e listas de exercícios.

## Quadro 15 – Instrumentos avaliativos, suas características e critérios

(conclusão)

Simulado ENEMITec	Atividade preparatória e de fortalecimento das aprendizagens adquiridas durante o período letivo antes da realização do ENEM; composto por 20 questões por área do conhecimento, totalizando 80 questões além de uma proposta de redação (obrigatória), a aferição de nota serve apenas para o 3º ano, como parte da AQ. Os alunos do 1º e 2º anos podem realizar o simulado como treinamento.
----------------------	--

Fonte: PPP-EMITec (2018). Construção da pesquisadora (2020).

O Quadro 15 evidencia que o EMITec possui uma proposta de avaliação estruturada de maneira a permear todo o processo de ensino delineado pelo Programa, disponibilizando aos estudantes oportunidades de obter aprovação ao final do ano letivo. As informações disponíveis no Quadro 15 levam à reflexão se o modelo de avaliação adotado prioriza a internalização de conteúdos ou se favorece a construção de conhecimentos, formação de visão crítica dos estudantes, autonomia, contextualização com a realidade deles e se contribui para a continuação dos estudos e formação acadêmica da juventude que faz parte do EMITec. A esse respeito, a Coordenadora do Programa afirma:

O EMITec vem contribuindo para o ingresso dos estudantes no ensino superior através das aulas, resolução de questões e preparação de aulão para o ENEM além de que, com a modalidade de aula através da intermediação tecnológica, os estudantes vêm demonstrando interesse também nos cursos da modalidade EaD do ensino superior. Existe a motivação junto aos estudantes durante as aulas para que eles deem prosseguimento aos estudos no ensino superior, apesar de não ser o objetivo principal do EMITec.

Segundo a Coordenadora Geral, mesmo que o ingresso no ensino superior não seja o objetivo primordial, o Programa tem desenvolvido sua proposta que contribui para que os estudantes ingressem no ensino superior. Sabendo que o projeto base do EMITec foi elaborado para jovens e adultos de comunidades campesinas, observa-se a necessidade de uma ampliação no desenvolvimento da proposta no sentido tanto de incentivar quanto preparar os estudantes para o ingresso em faculdades e universidades. Aqui entende-se preparar não no sentido mecânico, mas criar meios que possibilitem aos estudantes o acesso e a permanência no ensino superior; permanência significando as habilidades necessárias para integrar-se à dinâmica acadêmica, no que concerne aos tempos, espaços, rotinas de estudos e produção intelectual.

Dessa forma, entendemos a importância do EMITec em ampliar seus objetivos educacionais e ofertar a estes estudantes um ensino que ultrapasse o trabalho com conteúdos e que propicie uma formação política. Um processo de ensino com vista ao



acesso ao ensino superior é uma possibilidade para a formação de sujeitos que, por conseguinte, possam contribuir com o desenvolvimento local.

### 3.2.2 Quem são os professores mediadores de base?

Para realizar uma análise mais profunda a respeito do diálogo entre a proposta pedagógica do EMITec e as expectativas dos jovens estudantes, além da observação realizada, foi feita uma entrevista com os professores mediadores de base (os monitores) com o objetivo de conhecer sua atuação na execução da proposta no contexto escolar durante as transmissões das aulas. Também buscou-se conhecer a visão desses professores sobre seu papel dentro do Programa, os desafios e as perspectivas em relação ao seu trabalho e se a formação dos professores mediadores é adequada para o cumprimento de suas atividades.

A entrevista possibilitou ainda conhecer um pouco mais os professores quanto à sua visão da Educação do Campo e seu processo formativo. Assim, o Quadro 16 mostra a distribuição de professores da escola, assim como sua formação inicial e continuada.

Quadro 16 – Perfil dos professores mediadores de base do EMITec na escola pesquisada

<b>Idade</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• 31 a 36</li> </ul>
<b>Moradia</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Agrovila 02 – comunidade rural de Serra do Ramalho.</li> </ul>
<b>Transporte</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Particular e ônibus escolar.</li> </ul>
<b>Número de professores</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Uma professora responsável pelo 1º ano;</li> <li>• Uma professora responsável pelo 2º ano;</li> <li>• Uma professora responsável pelo 3º ano.</li> </ul>
<b>Formação inicial</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Pedagogia.</li> </ul> <p>(uma é licenciada e duas estão cursando)</p>
<b>Formação continuada</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Plataforma <i>Moodle</i></li> </ul>

Fonte: Entrevista (2019). Construção da autora (2020).

De acordo com o Quadro 16, cada turma conta com uma professora mediadora de base, que é responsável por ligar os aparelhos, intermediar o *chat* entre os alunos e os professores especialistas, enviando comentários e dúvidas durante as aulas, aplicar as provas enviadas pela coordenação do Programa, atuar na execução das Atividades Dirigidas, promovendo o intercâmbio com a organização do Programa. Também, como foi observado e descrito pelas professoras, elas são responsáveis por fazer a merenda e

limpar a cozinha. De acordo com as professoras, o estado não disponibiliza uma pessoa para auxiliar com a parte da merenda.

Com relação à moradia, as três professoras residem em outra comunidade rural do município de Serra do Ramalho. Para chegar à escola, elas utilizam transporte particular até determinado ponto do trajeto, onde esperam o ônibus escolar. Isso se constitui um desafio às professoras, pois além de ficarem esperando na margem do asfalto, à noite, não contam com auxílio transporte.

As três professoras são contratadas pelo concurso do Regime Especial de Direito Administrativo – REDA e atuam no Programa há dois anos, mas antes elas já atuavam no Programa por indicação. No que se refere à formação inicial, uma professora é licenciada em Pedagogia e duas estão cursando Pedagogia. No que diz respeito à formação específica para atuar no EMITec, as três professoras fizeram o curso na Plataforma *Moodle*, curso exigido para integrar o corpo de funcionários do Programa. Podemos observar que a formação na Plataforma *Moodle* se destina apenas ao manuseio dos aparelhos e do ambiente virtual, onde são disponibilizados os documentos referentes ao Programa, as atividades e provas dos alunos e as informações relacionadas às avaliações. As Orientações Gerais para Mediadores do EMITec (BAHIA, 2011) consideram que o professor mediador se constitui um elo entre os alunos e a equipe de professores especialistas e coordenadores do Programa, sendo indispensável a capacidade de promover a interação almejada pela proposta educativa do EMITec. Assim, os mediadores possuem algumas atribuições no funcionamento do Programa, a saber:

- acesso constante ao Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) para obtenção de orientações pedagógicas e materiais necessários para a orientação dos alunos durante a realização das atividades do Programa;
- acompanhamento, orientação e motivação dos alunos durante a exibição das videoaulas e realização das atividades avaliativas e projetos do Programa;
- envio de questões lançadas pelos alunos, através do IPTV, para que sejam respondidas pelos professores durante as aulas;
- acompanhamento, orientação e motivação dos alunos durante a realização das atividades relacionadas aos sábados letivos;

- correção das atividades avaliativas realizadas pelos alunos, considerando os gabaritos e espelhos disponibilizados no AVA pelo Setor de Avaliação do EMITec;
- registro de frequência dos alunos em caderneta física e envio para o CEMIT para registro no Controle Integrado de Frequência SGE;
- contato com a coordenação pedagógica, através de fóruns específicos do AVA, para dirimir possíveis dúvidas quanto aos procedimentos pedagógicos do Programa;
- contato com os professores, através de fóruns específicos do AVA, para dirimir possíveis dúvidas quanto a aspectos associados a cada disciplina;
- participação no conselho de classe, a partir de orientações enviadas pela coordenação executiva do Programa;
- contato com a Secretaria do EMITec, através do e-mail [secretaria.emitec@educacao.ba.gov.br](mailto:secretaria.emitec@educacao.ba.gov.br), para dirimir possíveis dúvidas quanto às atividades associadas a este setor;
- disponibilizar no AVA as Planilhas de notas por Unidade e MRC dentro dos prazos estabelecidos pela Coordenação do EMITec;
- contato com o diretor da escola de vinculação e/ou diretores do CEMIT para organização da documentação legal do aluno, dos registros de notas e faltas no SGE e da resolução de problemas relacionados a equipamentos que apresentarem defeitos;
- contato com o coordenador local para dirimir dúvidas relacionadas ao funcionamento de equipamentos e IPTV e informar problemas que impeçam a recepção das aulas teletransmitidas ou outros de competência deste setor;
- contato com o HELPDESK da Secretaria da Educação através do telefone 0800 095 1414 para abrir chamado relacionado a não funcionamento do IPTV e não carregamento da página de frequência (BAHIA, 2011, p. 5-6).

Concomitante a todas essas atribuições, o professor mediador tem a “função de mediar os estudantes na construção do conhecimento, criando condições para que eles desenvolvam estratégias facilitadoras da aprendizagem” (BAHIA, 2011, p. 20). Nessa perspectiva, percebemos que a função do professor mediador é de grande responsabilidade, pois além do caráter técnico, no que diz respeito ao manuseio dos equipamentos e manutenção do ambiente virtual, diariamente ele está em contato direto

com os estudantes na sala de aula e precisa coordenar questões de ordem tecnológica, pedagógica e mediar a interlocução entre os professores especialistas e os estudantes, tentando amenizar a distância física entre eles. De acordo com o PPP do Programa Ensino Médio com Intermediação Tecnológica (PPP, 2018, p. 21), “os momentos destinados aos exercícios propostos pelos professores especialistas serão orientados pelos professores mediadores de base”.

Assim, é tarefa do professor mediador fazer a mediação pedagógica por meio do estímulo ao educando a questionar, buscar o esclarecimento de dúvidas e incentivar a interação dos estudantes com os colegas e os professores especialistas. Nesse sentido, Kenski (2003, p. 6) aponta que

a aprendizagem não precisa ser mais apenas um processo solitário de aquisição e domínio de conhecimentos. Ela pode se dar de forma coletiva e integrada, articulando informações e pessoas que estão em locais diferentes e que são de idade, sexo, condições físicas, áreas e níveis diferenciados de formação.

No contexto dessa nova configuração nas maneiras de ensinar e aprender, a utilização das tecnologias digitais denuncia que o objetivo principal é a promoção do acesso à informação e à formação por todos, sem distinção. Com o uso de artefatos tecnológicos e com o acesso às redes digitais, os sujeitos envolvidos no processo de ensino e aprendizagem têm a possibilidade de aprender cooperativamente por meio de intercâmbio com outras pessoas e instituições. Entretanto, a proposta pedagógica do EMITec, mesmo utilizando tecnologias digitais, não tem contribuído para essa aprendizagem cooperativa, pois o processo de ensino tem se constituído como mera transmissão de conteúdos por meio das teleaulas.

A entrevista com as professoras mediadoras evidenciou que além das atribuições nomeadas anteriormente, elas desempenham tarefas que não fazem parte do seu trabalho enquanto mediadoras. As professoras relataram que além de promover a mediação entre os estudantes e os professores especialistas, elas são encarregadas de fazer a merenda, lavar a louça e limpar a cozinha, entre outras atividades. A respeito das funções exercidas fora dos requisitos exigidos pelo Programa, elas relataram:

Não é nossa obrigação fazer merenda, lavar louça e limpar a cozinha. Mas por conta dos alunos, a gente cria uma afetividade e faz com carinho (Mediadora 3).

Quando a gente olha um aluno dizendo que está com fome porque não jantou antes da aula, pois estava trabalhando e não teve tempo de jantar antes de vir

para a escola, a gente sente a necessidade de ajudar, de colaborar com esse aluno (Mediadora 1).

Não é nossa atribuição ministrar aula, mas quando há problema com o equipamento e fica sem transmissão não tem como deixar os alunos sem aula durante muito tempo. Quando percebemos pegamos material de apoio, juntamos as turmas, e damos algum conteúdo para o aluno não ter que voltar para casa sem aula. Como aconteceu da última vez, por exemplo, que o equipamento ficou parado durante um mês inteiro (Mediadora 2).

Quando o equipamento quebra é uma dificuldade enorme. O técnico do CEMITE dificilmente vem. Se fôssemos atuar como está descrito no contrato, nós apenas ligaríamos para o CEMITE e pronto. Mas como a demora é demais nós buscamos ajuda de todas as formas. Na última vez que o equipamento apresentou defeito ligamos para o técnico e, por meio de aplicativo de mensagens, ele nos orientou como proceder, mas não funcionou. A diretora, então, chamou um técnico em informática que mora próximo à escola e, por meio de mensagens, tentou solucionar o problema. Entretanto, não deu certo, mas ele conseguiu identificar que o problema era sério e que não daria para resolver remotamente, seria necessário a presença de um técnico. Foi aí que veio um técnico enviado diretamente pela empresa de internet, a Hughs Net. Só assim resolveu o problema e as transmissões voltaram ao normal. Às vezes até o vigia da escola nos ajuda, quando o problema é simples (Mediadora 1).

Os depoimentos das professoras revelam a situação precária de muitas escolas que estão situadas no meio rural. Concordamos com Bof *et al.* (2006) que, ao tratar sobre os profissionais que atuam no campo, afirmam: “(...) a condição de trabalho desses profissionais tem se precarizado cada vez mais”. Precarização que se manifesta no acúmulo de serviços, como foi citado pelas professoras, no acesso até a escola, como é o caso das professoras que, na maioria das vezes, precisam fazer todo o percurso que os alunos fazem até chegar em casa e quando usam o transporte particular não contam com ajuda de custo.

Com relação às dificuldades na execução do Programa na comunidade, as professoras relataram:

A escola não tem *webcam* para apresentar as turmas e mandar as apresentações dos alunos. Isso é uma falha na interatividade do programa, pois os professores mostram muitas turmas no momento do chat e nossa comunidade não tem *webcam* (Mediadora 2).

O EMITec é um ótimo programa, porém precisa de alguns ajustes para facilitar, como a Internet e mais atividades complementares onde valorize a realidade do aluno (Mediadora 3).

Um problema no reconhecimento do programa é a pouca influência dos pais na vida estudantil dos alunos. Parece que quando chega ao ensino médio os pais e os alunos acham que não há necessidade de que a família não pode interferir na vida do estudante. A parceria entre estado e município deveria começar pela conscientização dos pais e alunos da importância, os pais deveriam conhecer o EMITec por dentro (Mediadora 1).

Falta funcionários de apoio do estado na secretaria para lidar com documentos dos estudantes, para fazer a merenda, e para a limpeza da cozinha. Há contratos do estado para contratar funcionários de apoio, mas a locação dos mesmos nas escolas onde o EMITec funciona não é bem distribuído. Tanto que tem escolas com três funcionários de apoio e aqui não tem nenhum (Mediadora 2).

Tem professor que é muito desmotivado; ministra a aula de maneira automática. Fica sentado durante todo o tempo da aula. Acaba passando a desmotivação para os alunos. Já tem professores que conseguem chamar a atenção dos alunos. Acho que falta uma técnica para despertar os alunos, chamar a atenção deles. O EMITec deveria criar uma estratégia para estabelecer uma relação mais próxima com os alunos (Mediadora 3).

Percebemos então que existem alguns desafios a serem vencidos na execução da proposta do EMITec, o que impõe limites para a eficácia do Programa. A fala da Professora Mediadora 3 mostra que ela sabe como fazer para promover uma aproximação entre os conteúdos e os saberes da realidade do campo, entretanto o EMITec não abre espaço para a participação das professoras mediadoras além da manutenção dos aparelhos. De acordo com a proposta de implantação do programa, além do objetivo de assegurar o acesso, a permanência e a conclusão da educação básica a jovens e adultos que moram em localidades que não têm Unidades Escolares de Ensino Médio, possibilitando-lhes dar continuidade aos estudos em outro nível de ensino, são também objetivos do EMITec: elaborar uma proposta político pedagógica específica para o programa que respeite os saberes e a multiculturalidade da Bahia e estruturar e/ou adequar os espaços escolares existentes para a intermediação tecnológica, visando atender à demanda por ensino médio. Entretanto, o que vemos na prática é a execução de um currículo urbanocêntrico e distante das especificidades socioculturais do povo do campo. O que evidencia a necessidade de elementos como planejamento segundo a realidade de cada comunidade, materiais, recursos humanos para que o Programa alcance seu propósito e possa contribuir não apenas para a conclusão da educação básica, mas também para que os estudantes possam continuar seus estudos, seja ingressando numa faculdade ou fazendo outros cursos.

No que concerne à qualidade das aulas do EMITec e à sua contribuição com o processo de formação dos jovens estudantes, as professoras reforçaram que as aulas são muito boas (no sentido de transmissão de conhecimento e de domínio de conteúdo pelos professores especialistas) e que facilitam a realização do vestibular e a continuação dos estudos, uma vez que os professores possuem formação específica na área em que atuam. Elas relataram:

Há uma parceria muito ativa por parte da escola, pois a diretora demonstra interesse em ajudar o programa e as monitoras. Quando os alunos precisam de documentos a diretora imprime e, muitas vezes, vai até o CEMITE para resolver questões relativas à transferência, matrículas, histórico, por exemplo. Também, quando as monitoras precisam de materiais a diretora solicita junto ao CEMITE (Mediadora 1).

O programa é um excelente aliado no ensino e aprendizagem. Muito bem executado com ótimas aulas e professores capacitados (Mediadora 3).

Uma coisa boa é a qualidade da merenda, que é muito boa, apesar de faltar alguns temperos e verduras (Mediadora 2).

O EMITec desenvolve uma excelente proposta através de aulas maravilhosas e tenta buscar alunos de regiões de difícil acesso. O ensino é de alta qualidade e dará acesso e aprovação em vestibulares sem dúvida, porém sabemos que nem todos os alunos têm interesse e atenção (Mediadora 3).

O ensino oferecido pelo EMITec é de alta qualidade e isso facilita ao aluno que sair daqui entrar numa faculdade, se assim ele se interessar. É cansativo para quem trabalha o dia todo, mas os conteúdos são trabalhados com propriedade, o que favorece a aprendizagem dos estudantes (Mediadora 1).

Como eu já disse, as aulas são ótimas. Prepara os alunos para continuarem a estudar. Os professores possuem formação específica para a disciplina e isso faz com que as aulas sejam ótimas (Mediadora 2).

Por meio das falas das professoras, percebemos que a proposta do EMITec por meio da Resolução n.º 4, de 13 de julho de 2010, determina a utilização das TIC no processo de ensino e aprendizagem. Essa resolução aponta a importância do

estímulo à criação de métodos didático-pedagógicos utilizando-se recursos tecnológicos de informação e comunicação, a serem inseridos no cotidiano escolar, a fim de superar a distância entre estudantes que aprendem a receber informação com rapidez utilizando a linguagem digital e professores que dela ainda não se apropriaram (BRASIL, 2010, Art. 13, § 3º; VII).

Pelos relatos, as professoras descrevem que o Programa e os professores são bons, e os alunos até podem passar no vestibular. Com a observação das aulas do EMITec, percebemos que a internet tem sido uma ferramenta importante no processo de ensino, por possibilitar aos estudantes o acesso ao conhecimento formal no lugar onde estiver e de maneira rápida. O Programa se baseia numa concepção de aula diferente. Mesmo havendo a distância entre professor e aluno, o processo de aprendizagem acontece. As aulas são semelhantes às do ensino regular, com a diferença que o professor se encontra em Salvador e o estudante conta com um professor mediador para administrar as questões relacionadas às dúvidas e questionamentos, aproximando professor especialista e aluno por meio do *chat*.

Com relação à preparação para trabalhar no Programa, as três professoras mediadoras responderam unanimemente que não sentem dificuldades para fazer a

mediação entre os alunos e os professores especialistas, uma vez que as dúvidas a respeito dos conteúdos e conceitos são enviadas para os professores. Em determinadas disciplinas, elas se sentem à vontade para esclarecer os questionamentos dos alunos, mas nas áreas de Matemática, Física, Química e Inglês, que tratam de conceitos muito distantes de sua área de formação, a Pedagogia, as professoras entram em contato com os professores especialistas para responder às dúvidas dos estudantes. Para garantir a eficácia no processo de ensino e aprendizagem e na mediação é importante que haja a promoção da formação inicial e continuada para professores especialistas, professores mediadores e coordenadores, enfim, para todos os envolvidos, com base no desenho teórico-metodológico do Programa.

Desse modo, a partir dos dados coletados, percebemos que o EMITec apresenta uma nova visão de docência, de educação e do processo de ensino e aprendizagem, numa perspectiva transformadora e inovadora. Levando em consideração que o Programa é desenvolvido em muitas comunidades rurais do estado da Bahia, essa concepção do processo educativo vai ao encontro do que está posto no Documento-Síntese do Seminário da Articulação Nacional por uma Educação Básica do Campo:

É preciso lutar para garantir que todas as pessoas do meio rural tenham acesso à educação em seus diversos níveis, uma educação de qualidade e voltada aos interesses da vida no campo. Nisto está em jogo o tipo de escola, o projeto educativo que ali se desenvolve, e o vínculo necessário desta educação com estratégias específicas de desenvolvimento humano e social do campo, e de seus sujeitos (ARROYO; FERNANDES, 1999, p. 59).

Nesse contexto, no cerne do processo de ensino e aprendizagem nas escolas localizadas no campo por meio da intermediação tecnológica, é necessário que seja despertado o interesse e determinação do jovem aluno em progredir nos estudos e construir novos conhecimentos. Isso exige do EMITec eficiência na transmissão das aulas e que estas garantam a interatividade e sejam dinâmicas, assim como promovam o diálogo efetivo entre os sujeitos, possibilitando a permanência e sucesso dos jovens estudantes. No cenário campesino, o EMITec pode favorecer a formação de jovens e adultos no sentido de que estes possam lutar por seus direitos, pela valorização da sua cultura e desenvolvimento de sua comunidade.



### 3.3 Os jovens estudantes do Ensino Médio no Campo com Intermediação Tecnológica – EMITec

A escola do EMITec, localizada na Comunidade Flor do Oeste<sup>25</sup>, funciona no turno noturno e possui 28 alunos matriculados. A faixa etária dos estudantes varia entre 15 anos e 45 anos. Estes alunos residem em sua maioria na comunidade citada, mas alguns residem na Vila Formosa, Município de Serra do Ramalho e no Projeto Formoso, comunidade vizinha pertencente ao Município de Bom Jesus da Lapa. Para chegar até a escola, a maioria dos alunos utiliza o transporte escolar, mas alguns jovens utilizam moto para ir até a escola, pois o transporte não passa na comunidade do Projeto Formoso. O Quadro 17 mostra o perfil dos jovens alunos.

Quadro 17 – Perfil dos jovens estudantes do EMITec participantes da pesquisa

(continua)

Participantes da pesquisa	14 participantes
Jovens homens	8 homens
Jovens mulheres	6 mulheres <sup>26</sup>
Faixa etária	17 a 49 anos
Moradia	Comunidade Flor do Oeste <sup>27</sup>
Utilizam transporte escolar	11 jovens
Utilizam outro meio de transporte ou residem próximo à escola	3 jovens
Trabalho	Homens: <ul style="list-style-type: none"> <li>• Serviços gerais nos lotes de banana (despalhar, capinar, cortar banana);</li> <li>• Operar máquinas agrícolas (trator, plantadeira);</li> <li>• Trabalhar em cargas de banana (lavar e encaixotar a fruta);</li> <li>• Execução de serviços com a família na agricultura (plantio, colheita e revenda);</li> </ul>

<sup>25</sup> Nome fictício.

<sup>26</sup> A diferença entre o quantitativo de homens e mulheres se deu devido à distância em que residem as jovens mulheres, o que inviabilizou enviar o questionário para a maioria das alunas. Também houve caso de não devolução do questionário por parte das alunas. No caso dos homens, temos três irmãos que estudam no EMITec e outros que residem próximos à escola, o que facilitou o envio do questionário.

<sup>27</sup> Nome fictício.

Quadro 17 – Perfil dos jovens estudantes do EMITec participantes da pesquisa  
(conclusão)

	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Criação de ovinos, caprinos e porcos.</li> </ul> <p>Mulheres:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Sacoleiras;</li> <li>• Revendedoras de produtos em catálogos;</li> <li>• Diaristas em casas de família;</li> <li>• Trabalho doméstico;</li> </ul> <p>Ajudando a família ou o esposo nos lotes.</p>
--	--

Fonte: Questionário (2019-2020). Construção da autora (2020).

Destaco aqui que embora de acordo com a Lei 12.852, de 5 de agosto de 2013 (PLC 98/2011), seja considerado jovem o sujeito com idade entre 15 (quinze) a 29 (vinte e nove) anos, esta pesquisa conta com a participação de duas alunas com faixa etária de 35 a 49 anos de idade, pois manifestaram interesse em colaborar com o estudo. Embora inicialmente a pesquisa tenha apontado como participantes apenas os alunos da comunidade, no decorrer da investigação houve a necessidade de agregar todos os jovens estudantes que fazem parte do EMITec.

Para conhecer o perfil dos jovens estudantes que participaram da pesquisa, este estudo partiu dos seguintes questionamentos: o que é ser jovem em sua opinião? E como é ser jovem no campo? Como é ser jovem dentro da escola e da sala de aula? O que você faz para se divertir onde mora? No campo falta alguma coisa para sua diversão? Desenvolve algum tipo de trabalho na comunidade onde vive? Você gosta do seu trabalho? Se pudesse mudaria de trabalho? Quais suas expectativas para o futuro?

Isso considerando que as experiências e práticas dos jovens não são homogêneas, variam de pessoa para pessoa, sofrendo influência do contexto e do tempo; do mesmo modo, variam de acordo com a classe social, o gênero, a etnia e o lugar onde vivem. Enfim, a juventude é uma fase da vida do sujeito marcada por mudanças significativas no corpo, nas atitudes, nas relações com a família e na sociedade, na forma de enxergar o mundo. Nessa etapa da vida, portanto,

os jovens passam a ampliar seu campo de ação para além de algumas instituições, especialmente a família. Passa-se a experimentar uma maior autonomia em relação a algumas escolhas. Aumenta-se o desejo de independência, muitas vezes, na forma de uma aspiração a trabalhar (LEÃO; CARMO; 2014, p. 22).

Nessa perspectiva, entendemos que o conceito de juventude e a cultura juvenil são construídos segundo suas referências familiares e no convívio com seu grupo social;

também fica evidente que os jovens associam essa fase da vida não apenas à diversão, mas também ao trabalho e à aquisição de responsabilidades. Essa realidade relaciona a constituição da cultura juvenil ao sentido de classe, pois a inserção dos jovens da classe trabalhadora no mercado formal ou informal de trabalho acontece muito cedo. Esses jovens, na maioria das vezes, precisam ajudar a família e têm no trabalho um meio para garantir não apenas a sobrevivência, mas também para adquirir os meios para viver sua condição juvenil. Essa situação, segundo Frigoto (2009, p. 25) é, portanto, “muito diversa da dos jovens de ‘classe média’ ou filhos dos donos de meios de produção, que estendem a infância e juventude”.

Podemos compreender então que a constituição da juventude está ligada às transformações sociais que colocam os jovens diante de novas possibilidades e desafios a todo instante, em que cada jovem constrói seu conceito de juventude segundo suas experiências sociais e realidade na qual está inserido. Assim, esta seção apresenta uma caracterização dos estudantes que participaram da pesquisa com destaque para a sua relação com a escola, com o trabalho, com o mundo à sua volta e como esses sujeitos vivenciam sua condição juvenil no espaço escolar e no campo.

### 3.3.1 A Escola Desperta

Aos poucos, a escola desperta do descanso vespertino; a passos lentos, o vigia percorre cada dependência da escola e acende suas luzes. Em pouco tempo, ela se veste de luz, destacando-se na noite escura, e abre seus portões para receber seus jovens estudantes. A chegada do transporte escolar marca o início de mais uma noite de aula. Os risos, os cumprimentos, os burburinhos, os abraços significam que, lentamente, a escola ganha vida. Ao adentrarem a escola, os estudantes dirigem-se às suas respectivas salas e põem as mochilas e bolsas nas carteiras onde se sentam habitualmente; alguns permanecem na sala usando o celular, outros preferem ficar no portão conversando e observando a chegada dos colegas, à espera da namoradinha, ou sentam-se no pátio em pequenos grupos. Rapidamente os espaços escolares são preenchidos; os alunos que moram próximo à escola chegam e integram as rodas de conversa. A escola respira, sorri, brinca, gargalha; em instantes deixa de ser apenas um prédio de concreto e transforma-se em ambiente que aconchega aqueles jovens cheios de expectativas, de sonhos e desejos.

A escola fica localizada no centro de uma comunidade rural do Município de Serra do Ramalho/BA. Com algumas residências, oficina de mecânica, bares, uma igreja e um mercado em volta, a escola constitui-se um espaço onde os jovens de diferentes realidades e gostos encontram seus amigos e suas paqueras. A chegada dos jovens na escola é um ritual em que diariamente repetem-se os gestos, as falas, os sentimentos, as paqueras ou meramente o tédio de quem enxerga tudo aquilo como um passatempo ou como algo que não tem significado algum para suas expectativas para o futuro ou para o presente. Mesmo sendo algo que acontece cotidianamente, a cada dia os jovens adentram a escola de uma forma diferente, seja nas atitudes com os outros, na forma de andar, de falar, de olhar, há sempre um elemento novo, o que torna esse fato tão dinâmico e significativo. Assim, eles se apropriam da escola, ocupam seus espaços e a transformam em ambiente de socialização, de confraternização e de construção de amizades e de conhecimento.

A escola é pequena e pintada de azul e branco; com um pátio frontal em piso grosso, uma horta à esquerda de quem entra e uma área à direita, possui uma estrutura simples e carente de algumas reformas, mas isso não impede que seja acolhedora para aqueles que a frequentam diariamente. Ao passarem pelo portão, os estudantes têm uma visão das cinco salas de aula, da secretaria, da sala dos professores, da área ao fundo e da cantina. Seguindo pelo corredor à direita, os jovens têm acesso aos banheiros, a uma sala de aula e à sala onde armazenam os computadores, e que é usada como biblioteca; o corredor à esquerda conduz à área ao fundo onde, às vezes, os estudantes jogam futebol. O espaço escolar é pequeno para acomodar toda a efervescência juvenil, mas as plantas e os cartazes que decoram as suas paredes tornam esse espaço em ambiente familiar, que inspira confiança e a troca de experiências com o outro.

Enquanto os jovens atualizam seus assuntos, as professoras mediadoras dedicam-se à arrumação das salas de aula; colocam as cadeiras em semicírculo e ligam a televisão por meio da qual os alunos serão conectados às aulas transmitidas (DIÁRIO DE CAMPO, setembro a novembro, 2019). Quando o secretário toca o sino, é sinal para que os jovens se dirijam às suas respectivas salas, a transmissão vai começar. Entretanto, isso não significa o fim das conversas ou brincadeiras; apesar da presença da monitora e da transmissão estar começando, os alunos não se retraem, alguns continuam suas conversas, mesmo que baixinho, uns ouvem música no celular, outros simplesmente recostam-se na cadeira e deixam a mente divagar no infinito, talvez

pensando no trabalho que será feito no dia seguinte, na namorada distante ou se está no lugar certo, se a escola lhe servirá no futuro.

A organização do EMITec precisa estabelecer um diálogo mais consistente com os jovens estudantes para, assim, acolhê-los com toda sua ansiedade, agitação e alegria, despertar a atenção, pois seu sistema de ensino não pensa na diversidade de interesse juvenil; talvez isso explique o fato de alguns jovens saírem da sala e ficarem no pátio conversando tranquilamente com o vigia. À medida que decorre o primeiro tempo das aulas, a impaciência dos estudantes é quase palpável, uns olham para o pátio, outros olham o relógio incansavelmente, outros mexem-se na cadeira constantemente, em busca de uma posição que torne aqueles minutos mais toleráveis. Até que enfim chega o momento tão esperado: a monitora toca o sino que os ‘libertará’ para o lanche. E é com grande euforia que todos se dirigem para a porta da cantina, onde as monitoras os esperam para servir o lanche. É visível o deleite dos estudantes ao pegar seu prato, visto que muitos não comem antes de vir para a escola, pois trabalham até o final da tarde (DIÁRIO DE CAMPO, setembro a novembro, 2019).

Durante o pequeno intervalo para o lanche, os estudantes se reúnem no pátio e na sala para uma conversa descontraída, uma moça passa de grupo em grupo mostrando revistas de cosméticos e vendendo produtos diversos; o intervalo é momento também para os jovens combinarem o serviço para o dia seguinte. Assim, sozinhos ou em grupos, os jovens manifestam sua visão e postura diante do mundo e estabelecem relações com o outro e com a escola. Nessa dinâmica, eles se divertem e constituem seus grupos de acordo com a identificação de seus pontos em comuns e a partir dos aspectos culturais que os aproximam (DIÁRIO DE CAMPO, outubro a novembro, 2019).

E mais uma vez, ouve-se o sino. Sinal que é o momento de retornar à sala para terminar de assistir à transmissão das aulas. E vagarosamente, após entregarem os copos e pratos na cantina, se encaminham para a sala. Nessa etapa da noite, cada jovem demonstra uma atitude diversa, alguns já demonstram cansaço e pensam no trabalho que começará muito cedo na manhã seguinte; outros ainda sorriem, felizes com a perspectiva de logo mais ir para casa assistir seus filmes preferidos; os casais de namorados já anteveem a breve separação que se aproxima. Dayrell (1996, p. 8) explica que a escola “é essencialmente um espaço coletivo, de relações grupais. O pátio, os corredores, a sala de aula materializam a convivência rotineira de pessoas”. Assim, o espaço escolar não é somente lugar de ensino, mas também de construção e troca de

conhecimentos, de socialização, de estabelecimento de relações a partir de afinidades, de manifestação da cultura e de suas concepções de mundo.

Por fim, chega a hora ansiosamente esperada, a hora de ir para casa; isso não significa, no entanto, que os jovens não gostam de estar na escola, de cumprir com a rotina diária de encontrar seus amigos; muitas vezes, a ansiedade de ir embora se explica pela falta de entusiasmo, pela monotonia e pela falta de contextualização com sua realidade provocada pelas aulas a distância. Esse sistema de ensino, embora conte com profissionais capacitados em suas respectivas áreas, não dialoga com as expectativas da juventude rural nem contempla sua cultura nos temas abordados nas teleaulas. Assim, quando ouvem o som do transporte escolar chegando, os jovens arrumam suas coisas, se despedem dos amigos e companheiros de brincadeiras, combinam atividades, fazem uma piada com o outro e saem eufóricos. Quando todos se acomodam, o motorista deixa a escola e ainda é possível ver uma cabeça fora da janela fazendo sinal para os colegas, numa alegre promessa de reencontro (DIÁRIO DE CAMPO, outubro a novembro, 2019).

Quem mora próximo à escola sai caminhando lentamente; os outros pegam suas motos e saem desabalados, com a típica coragem e ousadia que para muitos só é possível para os jovens. Do portão, o vigia sorri diante de tamanha animação, fecha-o e aos poucos vai desligando as luzes da escola; em poucos minutos, ela adormece para começar tudo de novo no outro dia (DIÁRIO DE CAMPO, outubro a novembro, 2019). Nesse cenário, percebemos como a escola tem um significado marcante na vida dos jovens, mais que uma instituição de ensino, a escola se constitui um espaço de socialização, onde os jovens estudantes encontram seus amigos, vivem sua condição juvenil, se divertem, enfim, a escola é um lugar que transmite segurança e apoio.

### 3.3.2 Mas afinal, quem são esses jovens? Como vivem? O que desejam?

Traçar uma discussão que caracterize os jovens camponeses constitui-se uma tarefa complexa, pois é um desafio “nomear esses sujeitos sem cair em uma visão estereotipada e tradicional do campo brasileiro como espaço limitado a um perímetro não-urbano” (LEÃO; ANTUNES-ROCHA, 2015, p. 21). Levando-se em conta os limites tênues entre campo e cidade, é preciso considerar esse jovem como um sujeito inserido num contexto mais amplo, que transita por espaços distintos e, embora suas raízes estejam no campo, isso não impede que incorpore certos costumes e valores de

outros espaços. Desse modo, iniciamos a discussão abordando o conceito que os jovens participantes construíram a respeito do termo juventude; do significado de ser jovem e estar no campo. De acordo com os estudantes:

Ser jovem é curtir muito e ser feliz. No campo é tudo diferente, não tem muito o que curtir, fazer e são poucas tradições (Aluna 3 e Aluno 11).

Ser jovem é aproveitar a vida; e no campo é fazer as coisas na roça. Podemos também aproveitar tudo que a natureza traz para nós (Aluno 5).

É ser mais 'criança', que só espera pela mãe ou pelo pai; não trabalha e só quer ficar na rua. Ser jovem no campo significa trabalhar para ajudar o pai a plantar na roça (Aluno 3).

É curtir a vida loucamente, não tenho responsabilidades. Minha única responsabilidade é por causa do dinheiro (Aluno 1).

Ser jovem é viver a vida loucamente, mas temos várias responsabilidades. Ser jovem no campo significa ter mais liberdade (Aluno 2).

Sem preocupação. Ser feliz (Aluna 8 e Aluno 9).

Pessoas em fase de desenvolvimento, muito mais difícil, pois às vezes a distância da escola não permite que eles cheguem a tempo de assistir todas as aulas. E às vezes por trabalharem na roça muitos nem frequentam a escola (Aluna 10).

Dar muita risada junto com os amigos. Não quer dizer que não temos responsabilidades, porque precisamos trabalhar para comprar as coisas. Mas é diferente dos mais velhos, quando a gente é jovem a gente se diverte mais (Aluno 14).

A compreensão do conceito de juventude não é simples, pois envolve aspectos históricos, culturais e espaciais, evidentes na fala da Aluna 10. Os discursos dos alunos nos revelam que eles associam a juventude ao aspecto da diversão e da alegria, mas para viver esse momento, é necessário condições financeiras adequadas, como observam os Alunos 3 e 1. De acordo com Dayrell (2003, p. 42), a juventude pode ser entendida como

parte de um processo mais amplo de constituição de sujeitos, mas que tem especificidades que marcam a vida de cada um. A juventude constitui um momento determinado, mas não se reduz a uma passagem; ela assume uma importância em si mesma. Todo esse processo é influenciado pelo meio social concreto no qual se desenvolve e pela qualidade das trocas que este proporciona.

Assim, os jovens participantes desta pesquisa constroem modos diversos de vivenciar a juventude no campo e apresentam especificidades, que mesmo sendo comuns em alguns aspectos, se diferenciam conforme sua visão de mundo, vivência familiar, tradições e valores com os quais convivem. É nessa perspectiva que atentamos para a noção plural da juventude; entendemos que estamos falando de juventudes, visto

que há diferentes modos de ser jovem, como podemos perceber mediante os relatos dos estudantes.

Os jovens estão constantemente construindo e reconstruindo os espaços que habitam e frequentam. Por meio de seus estilos de vida e modos de ver a vida, contribuem para a ressignificação desses lugares e a construção das culturas juvenis do meio rural. A maneira como os sujeitos concebem a juventude influencia na construção de suas relações com o outro e no processo de socialização. A forma como o jovem vê a si mesmo e entende a sua condição juvenil determina em quais grupos culturais ele será inserido, se em grupos religiosos, esportivos, de arte ou música, por exemplo. Se a escola toma conhecimento dos gostos e preferências dos jovens estudantes e desenvolve ações que contemplem as especificidades juvenis, poderá estabelecer um diálogo efetivo com esses jovens estudantes.

Desse modo, para compreendermos os jovens estudantes, seus estilos de ser e estar no mundo e como vivenciam sua condição juvenil no contexto escolar e no seu espaço de vivência, é de grande importância conhecer as relações que esses sujeitos estabelecem entre si, com o conhecimento e com o mundo a sua volta. Ao conhecermos os sujeitos que compõem a escola, poderemos entender as especificidades socioespacial e cultural da escola campesina. Assim, procuraremos conhecer esses sujeitos, compreender quem são, como vivem e o que desejam para o futuro, assim como compreender o lugar da escola nesse processo; para isso, tomaremos como pontos de análise a relação dos estudantes com a escola, com o trabalho e suas formas de lazer e sociabilidade.

### RELAÇÃO COM A ESCOLA

Ao adentrarmos na análise da relação jovem-aluno e escola e do lugar desta em suas vidas, foi observado, durante a investigação e por meio das respostas aos questionários, que os jovens relacionam a escola com seus projetos para o futuro, visto que associam o ensino formal à conquista de uma vida melhor e de um bom emprego. Sobre a importância da escola e de sua importância em suas vidas, os jovens alunos se expressaram assim:

Eu gosto de estudar, porque estudando adquirimos conhecimento. Eu gosto da minha escola porque já estou acostumado; estudo nela há bastante tempo (Aluno 2).



Gosto de estudar porque ter conhecimento é muito bom. Também gosto muito da escola porque estudo aqui há muito tempo (Aluno 1).

Sim. Gosto porque na escola tem professores legais e fazemos muitas amizades (Aluno 3).

Sim, porque tem um ótimo processo de aprendizagem (Aluna 4).

Gosto. É bom porque a escola fica perto da minha casa e não preciso usar transporte (Aluno 5).

Sim. Gosto da escola porque ela é confortável e os professores são capacitados (Aluna 6).

Sim, pois foi lá que realizei o sonho de me formar aos 34 anos, casada, dona de casa e mãe de três filhas. Amo minha escola e quero ver minha filha se formar (Aluna 10).

Gosto de estudar porque aprendo muito e tenho vínculo com as pessoas que estudam comigo (Aluno 12).

Ah, eu adoro minha escola. Estudo aqui desde pequenininho. As pessoas são afetivas (Aluno 13).

Percebemos por meio das respostas dos alunos ao questionário a centralidade da escola na vida dos estudantes, mas que não se resume apenas a um espaço de escolarização, ao contrário, é também lugar de troca de experiências, de constituição de amizades, de socialização. Entretanto, mesmo tendo um lugar central no cotidiano do jovem aluno, é necessário considerar que os jovens estão inseridos em outros espaços educativos e que chegam à escola com uma diversidade cultural que precisa ser levada em conta no contexto escolar. Sendo importante dar atenção aos desejos, expectativas e ao mundo simbólico dos jovens alunos. Segundo Leão e Carmo (2014, p. 28),

As relações dos jovens com a escola são complexas, pois vão além do horizonte cognitivo ou normativo que preocupa boa parte dos professores. Na ótica dos jovens, entram em jogo suas esperanças e frustrações, suas relações e construção de identidade. Eles têm grandes expectativas quanto ao impacto da escolarização nos planos futuros, muitas vezes, na forma de sonhos e projetos pouco elaborados.

Isso coloca a escola diante de um desafio: uma reorganização curricular que conceba o jovem aluno em toda a sua diversidade sociocultural, estabelecendo uma relação efetiva com os elementos culturais e os conhecimentos prévios do mesmo. É esperado da instituição escolar que desenvolva um trabalho de acordo com as características da juventude, ou das juventudes modernas; exige-se um trabalho pedagógico pensado para alunos reais, pois “é comum ouvirmos que os alunos não são mais os mesmos” (SPOSITO; GALVÃO, 2004, p. 353). E se a escola reconhece que os alunos não são mais os mesmos, espera-se que o planejamento escolar acompanhe as

transformações sociais e se adequa às novas demandas que se impõem de acordo com cada contexto e realidade, reconhecendo que os jovens alunos possuem elementos culturais próprios que precisam ser valorizados no cotidiano escolar. A respeito de como é ser jovem no contexto escolar, os estudantes assim se expressaram:

Ser jovem na escola é muito complicado, tem muitas regras (Aluno 2).

É um confinamento, porque tem muitas regras (Aluno 1).

Na escola tem gente cheia de gracinha de mau gosto. Na sala tem gente com piadinhas que tiram a atenção dos outros alunos (Aluno 4).

Na escola não tem muito o que curtir, mas fora sim (Aluna 3).

Ser jovem na escola é fazer as coisas da escola e conversar com os amigos (Aluno 5).

Ser jovem dentro da escola é estar disposto a descobrir a cada dia coisas novas (Aluna 6).

Um máximo, pois mente nova recebe e desenvolve os conteúdos com mais facilidade. Estão sempre dispostos a aprender coisas novas (Aluna 10).

É conhecer novas fronteiras e novas coisas sem sair do lugar (Aluno 12).

É bom, mas não podemos nos comportar igual na rua. Na escola tem regras, aí conversamos com os amigos e ouvimos música juntos (Aluno 13).

Martins e Carrano (2011, p. 44) colocam que “os jovens possuem um significativo campo de autonomia perante as instituições do denominado ‘mundo adulto’ para construir seus próprios acervos e identidades culturais”. Assim, o sistema escolar precisa entender que ao frequentar a escola, o jovem-aluno traz consigo elementos de seu cotidiano, de suas experiências para o ambiente escolar; a escola, ao apresentar-se como outro mundo, cheio de regras, exigências e proibições, deixa de cumprir sua função que é a promoção de uma educação para a vida, contextualizada com as demandas da realidade do estudante e do trabalho, possibilitando a construção da autonomia e senso crítico. Esse impasse pode ser explicado, em parte, segundo Carrano (2000, p. 16) devido ao fato de que “a escola sinaliza dificuldades de lidar com a diversidade que caracteriza esta juventude, sendo a homogeneidade muito mais desejável à cultura escolar do que a noção de heterogeneidade quer seja ela de faixa etária, de gênero, de classe, de cultura regional ou ética”.

Levando-se em conta que a escola segue um ritual diário, com um desfile de professores que entram e saem da sala de aula, com um único objetivo de repassar conteúdos, a escola atua segundo a lógica da homogeneização, mas ao contrário do

esperado, da oferta da educação para todos, acontece a exclusão. E mesmo que os alunos permaneçam na escola eles não conseguem desenvolver as aprendizagens desejadas, nem tão pouco são instigados à construção de novos conhecimentos, ficando à margem do processo de ensino e aprendizagem e, ainda, lhes é atribuída a responsabilidade pelo seu “fracasso” na escola. Isso se deve ao fato de que o currículo escolar não contempla a diversidade juvenil que preenche cotidianamente os muros da escola. A escola está no século XXI, mas ainda é pensada nos moldes da escola de séculos passados, visto que não possui um currículo que dê conta da diversidade cultural dos jovens do Ensino Médio.

Nesse sentido, conforme a matriz curricular apresentada anteriormente<sup>28</sup>, foi observado que o EMITec não possui uma proposta pedagógica que norteia o trabalho docente de modo a considerar as especificidades da juventude nem considera os saberes locais; seguindo um currículo padrão, cada professor seleciona os conteúdos no livro didático e elabora seus planos de curso individualmente. Isso culmina em aulas descontextualizadas da realidade dos jovens e que não contemplam a cultura juvenil que constitui a identidade dos alunos. De acordo com as Diretrizes Curriculares para o Ensino Médio:

Entender o jovem do Ensino Médio dessa forma significa superar uma noção homogeneizante e naturalizada desse estudante, passando a percebê-lo como sujeito com valores, comportamentos, visões de mundo, interesses e necessidades singulares. Além disso, deve-se também aceitar a existência de pontos em comum que permitam tratá-lo como uma categoria social. Destacam-se sua ansiedade em relação ao futuro, sua necessidade de se fazer ouvir e sua valorização da sociabilidade. Além das vivências próprias da juventude, o jovem está inserido em processos que questionam e promovem sua preparação para assumir o papel de adulto, tanto no plano profissional quanto no social e no familiar (BRASIL, 1998<sup>a</sup>, p. 155).

Nessa perspectiva, é importante que a educação dê atenção às atitudes do presente, ao agora, que não seja pensada apenas no ‘vir a ser’ do jovem; a escola precisa ser transformada em espaço de formação/preparação para a vida que está sendo vivida, para a realidade que se vive hoje. No que concerne ao acolhimento da juventude, foi observado que isso acontece mais pelo lado humano, das professoras mediadoras, do que no aspecto da valorização dos conhecimentos dos alunos durante as aulas transmitidas. Significa dizer que os jovens não são acolhidos segundo as especificidades socioculturais de seu contexto social e do campo, tão pouco em relação às

---

<sup>28</sup> Ver página 35.

particularidades inerentes à categoria juventude. Assim, os estudantes apontaram que são recebidos na escola da seguinte forma:

Eu me sinto bem acolhido na escola. Os professores são legais e amigos. Acho que falta uma quadra de esportes e momentos para usarmos a internet na escola. Se pudesse mudar alguma coisa eu colocaria um telão no lugar da televisão (Aluno 2).

Sim, me sinto muito acolhido. Os professores são bons e trata a gente muito bem. Na escola falta uma quadra de esportes, uma rede internet para a gente usar livremente, de vez em quando. Acho que a claridade da TV incomoda muito e que a escola precisa de uma reforma (Aluno 1).

Os professores só ensinam quem tem interesse (Aluno 4).

Sim, a escola é muito acolhedora. As pessoas da escola e as professoras são muito boas e tratam os alunos muito bem (Aluna 3).

Sim, na escola a gente passa a ter mais uma família, as pessoas são mais que amigos (Aluno 5).

Sim, todos são unidos e transmite carinho um pelo outro (Aluna 6).

Me sinto acolhida sim; todas as vezes que vou para a escola eu volto feliz (Aluna 7).

Sim, pois somos como uma família, uma parceira total (Aluna 10).

Sim, porque se eu sentir alguma coisa eles dão toda atenção (Aluna 11).

Sim, pois todos que trabalham lá cuidam muito bem da gente; têm muita responsabilidade (Aluno 12).

Me sinto muito acolhido, pelos amigos e pelas professoras mediadoras, que tratam a gente com muito respeito e carinho. Também, a gente conhece elas (as professoras) desde quando estudava de tarde (no Ensino Fundamental), (Aluno 14).

Desse modo, foi observado que a proposta do EMITec, não desenvolve um trabalho que contemple as especificidades da cultura juvenil, nem tampouco abre espaço para discussão, em que os jovens possam expor suas opiniões, anseios ou ideias a despeito da escola. Por outro lado, as professoras mediadoras e a diretora procuram criar um ambiente em que os jovens se sintam à vontade e possam expressar suas opiniões. Ao serem questionados sobre o que mais os deixavam chateados nas aulas do EMITec, responderam:

O que mais me deixa chateado é que não pode voltar os assuntos quando a gente não entende. Também, gostaria que as luzes fossem desligadas durante as aulas (Aluno 2).

O que me deixa chateado é não poder pedir para o professor repetir os assuntos que eu não entendi (Aluno 1).

O comportamento de alguns alunos, porque atrapalha a gente que quer aprender e atrapalha a concentração das professoras mediadoras (Aluno 4).

Não poder tirar as minhas dúvidas porque não temos um professor em sala de aula (Aluna 3).

Às vezes não dá tempo de escrever o que está nos slides, então acho que isso atrapalha a aprendizagem (Aluno 5).

O barulho, porque tira a concentração da gente (Aluna 6).

Falta de livros para acompanhar os conteúdos que os professores explicam (Aluno 12).

Os professores explicam muito rápido e não dá para tirar dúvidas. Não gosto do tal do chat (Aluno 13).

Dessa forma, não há possibilidades de justificar o modelo didático-metodológico do EMITec, tendo em vista que não está proporcionando aos jovens do campo um processo de aprendizagem confortável. Os relatos mostram a necessidade de que o EMITec construa seu planejamento tendo o aluno e suas especificidades culturais como objetivo central da ação educativa e não apenas como um receptáculo de informações. Pois mesmo havendo a parte diversificada no currículo, percebemos que o Programa com o currículo prescrito e formal não abre espaço para discussões pautadas na realidade dos estudantes. Aliado a isso, há o problema dos chats que não são suficientes para garantir a interação entre os professores especialistas e os estudantes. Nesse contexto, Freire (2005) discute que

[...] o educador já não é o que apenas educa, mas o que enquanto educa, é educado, em diálogo com o educando que, ao ser educado, também educa [...] Já agora ninguém educa ninguém como tampouco alguém se educa a si mesmo; os homens se educam em comunhão mediatizados pelo mundo (FREIRE, 2005, p. 79).

Freire deixa clara a importância de saber agregar os saberes dos sujeitos, do senso comum aos saberes científicos dentro da prática do educador. No caso do EMITec, há a necessidade de que a proposta do Programa abra espaço para uma articulação da escola municipal com os professores mediadores para desenvolverem atividades extras de acordo com a realidade da qual os jovens fazem parte. Desse modo, a atuação com jovens-alunos do meio rural exige do educador um planejamento que valorize as práticas culturais e o universo simbólico desses jovens; uma prática pedagógica alinhada com os elementos que constituem a identidade cultural, a realidade e concepção de mundo dos jovens. Entretanto, foi possível perceber que a proposta pedagógica desenvolvida pelo EMITec carece de uma reformulação nas práticas

pedagógicas frente a sua responsabilidade com a educação. Nesse processo, identificamos que alguns alunos possuem uma consciência a respeito da necessidade de essa proposta pedagógica levar em conta seus saberes e cultura. Assim, sobre os conteúdos do EMITec, os estudantes apontaram:

Eu acho legais as aulas das matérias novas que eu estou aprendendo, como Filosofia, Sociologia, Física e Biologia. Mas nas aulas os professores falam uma coisa e na prova colocam outra coisa. Eu gostaria que acrescentassem Religião, porque trata de vários conhecimentos sobre as pessoas (Aluno 2).

Sim, mas os conteúdos não caem na prova. Eles explicam uma coisa e na prova colocam outras coisas. Se pudesse acrescentaria Religião às aulas porque nós aprendemos outros conhecimentos e culturas religiosas (Aluno 1).

Sim. A gente sempre aprende alguma coisa nova. Eu não mudaria nem acrescentaria nada. O que nos ensina já da para aprender (Aluno 4).

Sim, os conteúdos são bons e interessantes para serem estudados. Eu não mudaria nada, pois são muito bons para estudar (Aluna 3).

Acho os conteúdos interessantes e bastante legais, por isso não mudaria (Aluno 5).

Gostaria que falassem mais sobre o povo do nordeste e do sertão, que ninguém fala (Aluna 11).

Bem, os conteúdos são interessantes pois trazem conhecimento, mas não gosto da rapidez da explicação. Nem fala das nossas coisas (Aluno 14).

O longo processo de exclusão dos povos camponeses da agenda política, da histórica marginalização da educação do campo na construção de políticas públicas, que direciona aos estudantes do meio rural uma política educacional compensatória, contribui para o surgimento de um processo educacional com vistas à alienação de centenas de jovens estudantes. Entretanto, mesmo sendo destituídos de um processo formativo que valorize as lutas do povo do campo pela terra e pela garantia de seus direitos, isso não tem impedido que os jovens estudantes desse espaço desenvolvam uma consciência crítica sobre a escola, sua proposta e o tipo de educação que lhes é oferecida. Com isso, os jovens alunos do EMITec demonstram perceber que a proposta implementada pelo Programa desconsidera sua cultura, os saberes gerados da experiência e a dinâmica cotidiana dos homens e mulheres do campo.

Por meio da observação realizada durante a transmissão das aulas do EMITec, foi possível perceber que o planejamento das aulas não toma como referência a realidade sociocultural dos jovens estudantes do campo, as especificidades da juventude camponesa, nem tampouco as particularidades do meio rural. Nessa perspectiva,

os povos do campo querem que a escola seja o local que possibilite a ampliação dos conhecimentos; portanto, os aspectos da realidade podem ser pontos de partida do processo pedagógico, mas nunca o ponto de chegada. O desafio é lançado ao professor, a quem compete definir os conhecimentos locais e aqueles historicamente acumulados que devem ser trabalhados nos diferentes momentos pedagógicos. Os povos do campo estão inseridos nas relações sociais do mundo capitalista e elas precisam ser desveladas na escola (PARANÁ, 2006, p. 29).

Dessa forma, a escola do povo do campo é concebida como um espaço para além da assimilação de conhecimentos científicos construídos historicamente pela humanidade; também não pode ser pensada apenas como ambiente de produção de conhecimentos articulados com o mundo da ciência e a vida cotidiana. A pesquisa evidenciou que todo o processo de construção e implementação da proposta pedagógica não leva em conta as especificidades das comunidades onde está presente, desconsiderando os aspectos socioculturais que constituem as localidades baianas. Outro elemento que merece destaque diz respeito ao currículo do Programa, pois embora o EMITec esteja presente em mais de 400 comunidades baianas, cada uma delas situada em um Território de Identidade distinto, com características diversas, ele adota uma proposta curricular unificada, tomando os estudantes como receptores de conhecimentos.

Desse modo, a relação que os jovens estudantes estabelecem com a escola se dá no campo da socialização com o outro, uma vez que a proposta e o trabalho pedagógico do EMITec não concebem o jovem estudante como sujeito histórico, que transforma sua realidade e constrói sua cultura. Então, se por um lado o Programa favorece o encontro dos jovens na escola, por outro não contempla suas necessidades e anseios na proposta de ensino. As pessoas que residem no meio rural não podem ser consideradas como atrasadas, submissas ou coitadinhas, carentes de serviços compensatórios; ao contrário, o povo do campo possui uma maneira diferente de ver, de se relacionar e de estar no mundo. Isso exige que a escola desenvolva ações que oportunizem aos estudantes do campo o exercício da consciência crítica para, assim, lutar por seus direitos e criar alternativas econômicas para enfrentar as relações impostas pelo capitalismo selvagem.

### RELAÇÃO COM O TRABALHO

Para discutir a respeito da condição juvenil, é necessário levar em consideração a categoria trabalho, que é elemento essencial para os jovens viverem sua condição. Os jovens da Comunidade Flor do Oeste e que frequentam o EMITec, em sua maioria,

trabalham em lotes de plantação de banana (cortando e arrumando no caminhão), outros trabalham com a família em seus lotes rurais ou trabalham em pequenos comércios e em casas de família da vizinhança. De acordo com Dayrell (2007, p. 2), o trabalho faz parte da condição juvenil das camadas populares e constitui “um grande desafio cotidiano, é a garantia da própria sobrevivência, numa tensão constante entre a busca de gratificação imediata e um possível projeto de futuro”. Ao serem indagados sobre o trabalho que desenvolvem em sua comunidade, os estudantes responderam:

Sim, cortando troncos de banana (Aluno 2).

Sim, eu trabalho nas cargas de banana embalando e descarregando as caixas. Também trabalho na roça com máquinas de arar e outros serviços gerais (Aluno 1).

Sim, porque são os rendimentos de produção de bananas que dão trabalho para os povos da minha comunidade (Aluno 4).

Não trabalho em emprego formal. Sou dona de casa (Aluna 3).

Sim, trabalho como porteiro na escola no turno da manhã (Aluno 5).

Sim, trabalho na roça, fazendo coisas como plantar, colher e arrancar mato (Aluna 6).

Sim. Diarista e sacoleira (Aluna 7).

Sim, trabalho no sistema de embalagem da banana (Aluno 12).

Sim, trabalho e muito. Trabalho cortando banana e nas cargas, embalando. Às vezes trabalho colhendo feijão ou mandioca (Aluno 14).

A jornada de trabalho desses jovens alunos é intensa, pois geralmente as atividades laborais relativas à banana se iniciam desde às 6 horas da manhã e se estendem até à noite; muitos chegam atrasados para as aulas, muitas vezes perdem o transporte escolar e precisam vir de moto para a escola. As alunas casadas têm uma jornada dupla, além do trabalho fora de casa, precisam cuidar dos filhos antes de ir para a escola. Os desafios são muitos, mas todos demonstram interesse em continuar frequentando a escola. Ao tratar a respeito desta esfera da vida juvenil, observa-se que há uma inserção precoce dos jovens no mundo do trabalho, pois a esse respeito todos foram unânimes em afirmar que começaram a trabalhar desde muito cedo, primeiro com a família, depois por conta própria, em média com 14 anos de idade, de forma remunerada; inserção marcada por baixos rendimentos, trabalho em excesso e sem carteira assinada. É comum os alunos chegarem atrasados para as aulas no turno noturno



devido ao fato de as cargas de banana terminarem depois das 18 horas. A respeito da importância do trabalho que desenvolvem, os alunos se posicionam deste modo:

Eu gosto do meu trabalho. Mas se eu pudesse mudar de trabalho, mudaria para um mercado ou uma empresa. Trabalhar na roça, eu gosto, mas é bem cansativo (Aluno 2).

Gosto do meu trabalho. No momento não penso em mudar de trabalho porque é sempre bom ter experiência (Aluno 1).

Sim, porque serve para eu ter uma vida melhor. Se pudesse trocava de trabalho para ter um salário mais alto (Aluno 4).

Não trabalho, mas gostaria de trabalhar na polícia (Aluna 3).

Gosto sim e não mudaria (Aluno 5).

Eu gosto do meu trabalho, porque traz ajuda financeira. Se pudesse mudaria, porque trabalhar na roça é muito pesado (Aluna 6).

Trabalho como sacoleira e gosto muito, mas se tivesse oportunidade seria cuidadora de crianças (Aluna 7).

Não mudaria, eu gosto de trabalhar com a terra (Aluno 9).

Eu gosto de ser sacoleira e vender produtos nas revistas. Gosto de ser autônoma e independente (Aluna 10).

Só trabalho em casa, mas se pudesse seria cozinheira profissional (Aluna 11).

Eu gosto de trabalhar com a banana, mas as vezes é muito cansativo. Eu gostaria de trabalhar cortando cabelo, porque poderia montar meu salão e as pessoas não iam precisar ir para o Projeto ou Agrovila para cortar o cabelo (Aluno 14).

Os relatos mostram que embora o trabalho mais comum para os jovens da comunidade seja relacionado aos cuidados com a banana, isso não impede que os estudantes pensem em desenvolver outras atividades. As falas dos estudantes revelam que os aspectos de ordem econômica assumem grande importância no mundo juvenil por estarem relacionados com a qualidade de vida dos jovens. De acordo com Dayrell (2009, p. 18), “no Brasil (...), para grande parcela dos jovens, a condição juvenil só é vivenciada porque trabalham, garantindo o mínimo de recursos para o lazer, o namoro ou o consumo”. Nesse sentido, o trabalho se situa no campo dos direitos porque “é mediante esta atividade que o ser humano produz a sua existência material e as condições da vida social, e condição para que tenha tempo livre, tempo com liberdade de escolha e de fruição” (MARX, 2020, p. 289). Entretanto, analisando o trabalho no contexto do capitalismo, percebemos que este “transforma a atividade vital de produção do ser humano em trabalho alienado e cinde a relação entre o ser humano e a natureza”

(MARX, 2020, p. 290), fato que impõe obstáculos aos jovens para o acesso a momentos de lazer, fruição e para se dedicar aos estudos.

No entanto, a pesquisa tem mostrado que os desafios enfrentados pelos alunos não pressupõem o abandono da escola, mas exercem forte influência no percurso escolar do jovem, porque há uma ideologia na sociedade e na escola de que a educação transforma, faz você ser alguém na vida. Isso foi evidenciado durante a pesquisa, ao observar que embora chegando tarde do trabalho em casa, os jovens alunos não deixam de ir à escola, mesmo chegando atrasados, pois acreditam que por meio da educação, podem adquirir melhores condições materiais, de emprego, entre outras. Assim, seja como espaço de sociabilidade, de interação com o outro, seja como meio para alcançar um futuro melhor, a escola assume papel importante na vida dos jovens alunos.

### LAZER E SOCIABILIDADE

Um aspecto interessante que a observação possibilitou conhecer foi o fato de que os alunos da escola pesquisada não possuem grupos definidos ou delimitados por gostos musicais, de estilo, entre outros aspectos; embora determinados alunos curtam certos tipos de músicas, dança, estilo de roupa, festa, esses elementos não são determinantes para a constituição de grupos dentro da sala de aula ou na escola. Foi observado que há uma relação amigável entre todos os alunos, sem restrição, é certo que há aqueles alunos que se isolam um pouco, mas isso acontece mais por timidez que por qualquer motivo ligado aos elementos da cultura juvenil.

No que concerne ao lazer, a pesquisa evidenciou que os jovens da escola se divertem de maneiras diversas e o fato de residirem no campo não constitui obstáculo à diversão. É certo que no meio rural os jovens encontram limites para viverem sua condição juvenil, mas independente do lugar onde estiverem, “eles são jovens, amam, sofrem, divertem-se, pensam a respeito das suas condições e de suas experiências de vida, posicionam-se diante delas, possuem desejos e propostas de melhorias de vida” (DAYRELL, 2009, p. 19). Desse modo, formas de expressão como

a música, a dança, o vídeo, o corpo e seu visual, dentre outras formas de expressão, têm sido os mediadores que articulam jovens que se agregam para trocar ideias, ouvir ‘um som’, para dançar, dentre outras diferentes formas de lazer. Mas também tem se ampliado o número daqueles que se colocam como produtores culturais e não apenas fruidores, agrupando-se para produzir músicas, vídeos, danças (...) (DAYRELL, 2009, p. 19).

Nesse sentido, no curso das experiências desses jovens, o universo simbólico e sua linguagem expressiva são instrumentos para se comunicar com seus pares, posicionar-se diante da realidade e de si mesmos e atuar na sociedade. O mundo da cultura com suas produções, práticas e símbolos torna-se, portanto, espaço ideal para a construção de uma identidade juvenil e constituição de uma cultura juvenil, que se manifesta de maneira diversa. A respeito de suas práticas e atividades de lazer, os jovens responderam:

Ir a festas, fazer trilhas com moto, jogar futebol e sair com os amigos, dançar “pizeiro” e brega funk (Aluno 2).

Gosto de empinar moto, fazer trilha de moto, participar de motocross, jogar futebol, dançar “pizeiro” e brincar de guerra de lama e de coca-cola. Acho que no campo falta mais amigos para nos divertirmos juntos (Aluno 1).

Andar de bicicleta. No campo tem mais espaço para isso (Aluno 4).

Vou às festas, à praça na Vila do 33 e a lugares diferentes. No campo falta muita coisa, porque tenho que sair para fora para me divertir. Aqui não tem nada para curtir (Aluna 3).

Jogo futebol com meus amigos da escola (Aluno 5).

Apenas fico com minha família e nos eventos que a gente faz em casa. Sinto falta de sorveteria, pizzaria, praça, quadra para jogar bola, essas coisas (Aluna 6).

Passeio nas vilas vizinhas e vou a igreja (Aluna 7).

Jogar futebol (Aluna 8).

Simplesmente dar gargalhadas com os colegas. Sim, falta área de lazer como: campo de futebol, basquete, vôlei, jogos, piscina etc. (Aluna 10).

Vou para o campo assistir jogo e também vou para a igreja (Aluna 11).

Ah, eu gosto de ir em festas e namorar. E quando temos uma namorada na escola é melhor ainda (Aluno 13).

Por meio das falas dos alunos, percebemos que suas práticas culturais são diversas, mas é comum a todos a interação com amigos, com outros que partilham dos mesmos gostos e interesses. Segundo Dayrell (2009, p. 20), é preciso enfatizar

que as práticas culturais juvenis não são homogêneas e se orientam conforme os objetivos que as coletividades juvenis são capazes de processar num contexto de múltiplas influências externas e interesses produzidos no interior de cada agrupamento específico.

Desse modo, de acordo com os elementos culturais que cada jovem agrega às suas vivências e práticas, é comum identificarmos diferentes agrupamentos de jovens em um mesmo espaço, e a escola é um ambiente que propicia o encontro entre jovens

que compartilham dos mesmos estilos de música, de vestir-se, de dança e de tantas outras práticas inerentes ao universo juvenil. Outro aspecto observado no que se refere às atividades de lazer dos jovens diz respeito ao uso do celular para acessar a internet e participar das redes sociais, fato que não difere dos jovens do meio urbano. Quanto a isso, os alunos foram unânimes ao afirmarem que a escola deveria oportunizar momentos em que pudessem usar a internet no intervalo das aulas. O que demonstram também que as redes sociais, nos últimos anos, têm assumido um lugar importante no processo de compartilhamento e absorção de práticas culturais. Por meio das redes sociais, as distâncias são encurtadas e amplia-se a dimensão simbólica do mundo dos jovens, o que faz parte do processo de construção da condição juvenil no contexto das transformações socioculturais ocorridas ao longo das últimas décadas.

### CULTURAS JUVENIS E TECNOLOGIAS

Se pararmos para analisar a constituição das culturas juvenis desde a época de nossos pais até o presente, percebemos que a imagem e os costumes associados aos jovens mudam de acordo com o tempo, o lugar e o contexto social. A pluralidade de formas e emblemas que caracterizam a juventude demonstra que há maneiras, lugares e símbolos diversos que concorrem para a construção da identidade juvenil. Assim, Pais (2003, p. 42) ressalta que “a juventude aparece socialmente dividida em função dos seus interesses, das suas origens sociais, das suas perspectivas e aspirações”. Isso reforça a ideia da pluralidade da juventude, visto que esta passa por mudanças no decorrer do tempo, nos espaços e de acordo com o contexto sociocultural, influenciando na maneira de ser, de estar, perceber e vivenciar o mundo.

No que concerne ao campo, as transformações que aconteceram nesse espaço vêm permitindo aos jovens camponeses trilharem caminhos diferentes de seus pais. Esse fato nos instiga a conhecer e compreender os novos modos de vida que a juventude camponesa tem construído no contexto do uso das novas tecnologias, tendo como foco central o acesso à internet. De acordo com Sales (2011), situar as novas tecnologias no mundo juvenil significa reconhecer as mudanças significativas nas práticas sociais, na vida e no cotidiano dos jovens. O autor aponta que

falar de juventude e das novas tecnologias da informação e comunicação (NTIC) implica em percorrer um território sempre em fluxo. A linguagem, por exemplo, é ressignificada pelos grupos juvenis e pela internet, o que pode

ser percebido nos símbolos e palavras que ganham novos sentidos (SALES, 2011, p. 2).

Dessa forma, a disseminação da internet e do celular, principais meio de comunicação e informação utilizados pelos jovens participantes da pesquisa, vem contribuindo com transformações significativas nas maneiras de socialização desses jovens. Isso porque “a internet é um meio de comunicação que permite, pela primeira vez, a comunicação de muitos com muitos, num momento escolhido, em escala global” (CASTELLS, 2003, p. 8).

Nesse contexto, quando analisamos o meio rural entrelaçado com o uso das tecnologias, percebemos que esse espaço não pode mais ser concebido apenas do ponto de vista da produção econômica, do cultivo da terra e de tradições homogêneas. Wanderley (2000, p. 89) aponta a necessidade de apreender o espaço campesino a partir das “profundas transformações resultantes dos processos sociais mais globais – a urbanização, a industrialização, a modernização da agricultura”. E no bojo dessas transformações está a apropriação dos artefatos tecnológicos e a utilização da internet pelos jovens campesinos. De acordo com a observação realizada nos meses de outubro e novembro de 2019, os jovens estudantes do EMITec, além das pesquisas escolares, utilizam a internet e o celular para conversar com amigos virtuais.

É necessário destacar também que além das inúmeras possibilidades de intercâmbio com muitas pessoas ao mesmo tempo, as *selfies* produzidas com as câmeras digitais dos celulares fazem parte do universo cultural dos jovens participantes deste estudo. A utilização da tecnologia no contexto escolar pode ser uma ferramenta para os jovens vivenciarem uma parte de sua condição juvenil.

São 19:00 horas, início das transmissões das aulas. As monitoras procuram alguns alunos. Ao dar uma volta pela escola encontram-nos no canto do muro usando o *wifi* do vizinho. Ao serem chamados para entrarem na sala de aula pedem mais alguns minutinhos para visitarem suas redes sociais e interagem com seus amigos virtuais. As professoras mediadoras avisam que a aula já começou e, com isso, os alunos se dirigem às salas, contrariados (DIÁRIO DE CAMPO, 2019).

Isso evidencia que utilizar a tecnologia e seus artefatos na educação pode viabilizar a adequação no “ritmo dos processos educativos, dinamizando-os com metas e produtos que respondam à ansiedade juvenil por resultados imediatos. É fazer da escola um espaço de produção de ações, de saberes e relações” (DAYRELL, 2007, p. 4). Assim, percebemos que o jovem do campo, da mesma forma que os jovens da

cidade, têm o mesmo desejo em acessar a internet e participar das redes sociais. Sales e Almeida (2015, p. 268) destacam que

através do ciberespaço esses/as jovens do campo produzem formas diferenciadas de se comunicar, de trabalhar e de se divertir, pois há várias pessoas conectadas ao mesmo tempo, dispostas a compartilhar dados pessoais, fotos, opiniões, desejos, sentimentos e conhecimentos. Com isso, o jovem do campo, em seu espaço geográfico, conhece outras realidades sociais, ao atravessar fronteiras e compartilhar ideias.

Tendo em vista que o ciberespaço, ou rede, constitui-se um espaço virtual de informações e de interconexão mundial entre computadores por meio da internet, ele é “desterritorializante, dando a ideia de não-lugar como um espaço constituído por um fluxo de informações” (SALES; ALMEIDA, 2015, p. 268), o que possibilita aos jovens a construção de novos padrões de comportamento e de relações sociais. Entretanto, isso não significa abandonar as tradições adquiridas com a família em suas experiências de vida no campo; significa agregar essas novas maneiras de relacionar-se com o mundo ao modo de vida no meio rural.

No percurso da pesquisa identificamos, por meio da observação, que a maioria dos jovens possui um perfil em uma rede social na internet, mas nem todos dispõem de celulares ou internet em casa. A maneira que eles utilizam a internet é por meio dos dados móveis, utilizando o sinal da empresa de telefonia, e como na comunidade o sinal não é bom, os jovens têm dificuldades em acessar a internet. Os jovens que não possuem celulares usam os aparelhos de alguém da família, geralmente da mãe ou de algum(a) irmão(ã).

Identificamos que na escola há 8 computadores, mas os alunos do EMITec não têm acesso, pois o Programa não contempla em sua proposta pedagógica a realização de atividades por meio da internet. O que desperta insatisfação nos estudantes, pois estes, como já foi mencionado nesta dissertação, sentem-se cansados em apenas “assistir” as aulas. Também os estudantes não podem usar os computadores da escola fora do horário das aulas do EMITec. Quando eles precisam fazer alguma pesquisa, contam com a ajuda da diretora para usar o computador da sala dos professores, entretanto, por ser um computador para o uso dos professores do Município, os jovens do EMITec têm pouco tempo para usá-lo. Em conversa informal, os jovens estudantes manifestaram que eles achariam as aulas mais interessantes e motivadoras se pudessem realizar exercícios nos computadores com uso da internet. Os estudantes afirmaram também que o programa poderia dispor de um tempo para eles acessarem a internet livremente, como

uma forma de descanso no intervalo entre as aulas. Nessa direção, Sales e Almeida (2015, p. 273) ressaltam:

Essa transitoriedade entre a vida no campo e o mundo virtual seria, para Carneiro (2007), o desejo de conjugar dois mundos: a tradição representada pela família, altamente valorizada como universo afetivo além da expressão e condição de pertencimento à localidade e à cultura de origem, e a 'modernidade', que se traduz no descobrir e realizar seus desejos e projetos, como ter acesso à internet, possuir um notebook, ingressar na universidade, etc.

Entretanto, a sedução que o mundo virtual exerce sobre os jovens, com suas redes sociais, possibilitando a interação com muitas pessoas ao mesmo tempo, acesso ao universo musical e da moda, entre outros aspectos, não significa que a maneira de ser e estar no campo sofra modificações severas. Como foi observado nas conversas com os jovens participantes da pesquisa, o acesso à internet não provoca o afastamento desses sujeitos com relação ao campo ou à sua localidade de origem, mas estabelece um diálogo entre a modernidade e o tradicional, como se fosse uma janela pela qual eles podem visualizar e interagir com uma realidade diferente.

Percebemos que o acesso à internet se constitui um caminho para criar visibilidade, em que a juventude campesina pode fazer-se vista e ouvida, ao mesmo tempo em que o conhecimento adquirido por meio da internet pode possibilitar a construção de novas experiências e de mudanças na maneira de colocar-se diante da realidade vivenciada cotidianamente. Significa dizer que os jovens têm a possibilidade de questionar a situação do campo e buscar a transformação sociopolítica de seu espaço.

### FICAR OU SAIR DO CAMPO?

Um aspecto importante da realidade da juventude campesina analisado durante a pesquisa diz respeito à permanência do jovem no campo. As transformações que vêm afetando o campo têm colocado os jovens diante da possibilidade entre ficar ou sair do meio rural. Castro (2005, p. 245) discute que

a dualidade 'ficar e sair' é marcada não só pela cobrança da atuação no lote e pela continuidade do trabalho familiar, como também pela forte valorização da formação escolar e mesmo do trabalho remunerado fora do lote, principalmente com salário fixo, o que, na maioria das vezes, implica uma ocupação urbana.

Desse modo, vários são os fatores que levam a juventude campesina a levar em consideração a permanência, ou não, no meio rural: de um lado está a escola, o trabalho,

o lazer, o acesso a serviços, entre outros, e de outro estão seus desejos, expectativas e necessidades. Assim, sobre o desejo de sair ou não do campo para a cidade, os jovens responderam:

Se um dia eu morar na cidade é por motivo de trabalho. Caso contrário, se eu arrumar um trabalho no lugar onde eu moro, eu quero ficar na zona rural (Aluno 2).

Desejo ficar aqui, porque o sossego do campo é ótimo (Aluno 1).

Não desejo morar na cidade, porque lá o meio de trabalho é difícil (Aluno 5).  
Não, porque gosto de morar no campo (Aluna 3).

Sim, mas apenas pela vantagem de ficar mais perto do hospital, etc. (Aluno 4).

Às vezes sim, porque na cidade tem mais facilidade para arrumar trabalho, (Aluna 6).

Não. Na zona rural é tranquilo (Aluna 7).

Não, aqui na comunidade a vida é boa, tranquila (Aluna 8).

Não, por que me acostumei com a vida no campo, tudo aqui é mais leve, saudável e feliz (Aluna 10).

Não. Por que na cidade é muito violento (Aluna 11).

Se eu precisar ir para a cidade é por causa de trabalho (Aluno 12).

Não, eu não me mudaria para a cidade. Quando eu quero alguma coisa que aqui não tem eu compro na cidade ou vou ao médico lá. Aqui tem minha família e meus amigos; é tranquilo também (Aluno 14).

Os relatos denunciam a ausência do Estado no campo ao negar o acesso dos sujeitos camponeses aos direitos básicos como moradia, assistência à saúde, trabalho, educação. As falas dos alunos demonstram que o campo tem lugar central na vida dos jovens e a possibilidade de sair desse espaço está associada unicamente aos meios para a sobrevivência. Isso denuncia a necessidade de políticas públicas de valorização do meio rural de modo a garantir condições dignas de vida para as pessoas desse espaço. Percebemos que os motivos para permanecer no meio rural são diversos, mas todos expressam a importância desse lugar enquanto território de identidade, onde os jovens têm construído seus modos de vida, de ser, de relacionar-se com seu espaço e com o outro.

Observamos que o principal interesse dos jovens é possuir um trabalho e ter estabilidade financeira, mas para isso não colocam a saída para a cidade como elemento essencial. De acordo com os estudos de Carneiro (2008), a juventude camponesa convive com duas culturas: a rural e a urbana, fazendo surgir desejos contraditórios



entre permanecer em seu local de origem ou seguir para o meio urbano. Embora os jovens demonstrem interesse por atrativos da vida urbana, o acesso à internet, o uso de celulares e atividades de lazer, não significa necessariamente que desejam sair do meio rural. Assim, percebemos que os jovens participantes da pesquisa desejam permanecer no campo, mas com acesso aos recursos da modernidade, como a internet, por exemplo.

### **3.4 Expectativas de formação acadêmica dos jovens alunos do EMITec**

A Educação do Campo, gestada segundo as especificidades do meio rural, é um conceito que propõe transformações na sociedade por meio do trabalho pedagógico. Resultado das lutas dos movimentos sociais do campo, a Educação do Campo compreende ações pautadas em um trabalho de conscientização do povo do meio rural enquanto sujeitos de direitos, gestores de sua própria vida. Arroyo, Molina e Caldart (2004) defendem que somente haverá uma educação endereçada às singularidades dos povos do campo se, simultaneamente, existir a construção de um projeto de desenvolvimento para o campo, que seja parte de um projeto nacional que priorize a sobrevivência do campo na sociedade brasileira. Afirmam, ainda, que tal projeto deve ter como protagonistas os sujeitos e os seus processos de produção da vida. Esse ideal tem fomentado, no âmbito dos movimentos sociais, a luta pela garantia do direito à escola, ao conhecimento, à ciência e à tecnologia socialmente produzidos.

No que concerne ao estudo sobre as expectativas de formação dos jovens camponeses do EMITec, entendemos que é importante levar em consideração os elementos da cultura juvenil dos jovens do meio rural; processo em que a aprendizagem significativa perpassa, portanto, pela valorização e dialogicidade entre ensino formal e as culturas juvenis. O mundo cultural dos jovens é um território em que eles constroem e demarcam sua identidade, o que exige que as práticas pedagógicas desenvolvidas com jovens priorizem seus elementos culturais, estabelecendo um relacionamento efetivo com os jovens sujeitos que compõem a escola.

Quando falamos das culturas juvenis, estamos nos referindo, portanto, a todos os elementos que demarcam uma identidade própria desse grupo, por exemplo, a linguagem, as roupas e acessórios, os estilos musicais, os aparelhos tecnológicos, os espaços e modos de lazer e sociabilidade (ALVES; HERMONT, 2014, p. 18).

Nesse sentido, no processo de construção do currículo escolar é necessário que se leve em conta os aspectos culturais dos jovens para que ocorra uma aproximação

verdadeira entre a escola e o jovem aluno, possibilitando a interação entre cultura escolar e cultura juvenil. Assim, a questão do planejamento curricular relaciona-se ao tema investigado, expectativa de formação da juventude rural, por ser um instrumento por meio do qual a escola pode desenvolver ações que promovam a participação e protagonismo dos jovens dentro do ambiente escolar. Entretanto, a pesquisa revelou que não acontece um planejamento com as professoras mediadoras ou com os jovens; as professoras apenas executam as ordens que vêm de Salvador, tanto no que diz respeito à transmissão das aulas, quanto no que se refere à aplicação das provas, das atividades e das recuperações.

Ao pensar no protagonismo juvenil, a escola precisa conceber o jovem como elemento central da prática educativa, que participa de todas as fases desta prática, desde a elaboração, execução até a avaliação das ações propostas. Nesse contexto, tomar a cultura e realidade do jovem como ponto de partida para a prática pedagógica e organizacional escolar, significa pensar para além do desenvolvimento de competências cognitivas, mas ao contrário, pensar também a construção das competências socioemocionais. Nessa perspectiva, cria-se espaço para a discussão de projetos de vida, aprendizagem ao longo da vida, inserção no mundo do trabalho e o convívio dos jovens em uma sociedade marcada pela diversidade cultural e social.

No que concerne à proposta curricular, portanto, é necessário que dê sentido às aprendizagens dos jovens alunos, dialogando com seus interesses, permitindo a personalização e manipulação de conhecimento de acordo com suas necessidades. Dessa forma, um elemento importante a ser levado em conta pelo trabalho pedagógico são os projetos de futuro dos jovens. Sendo o Ensino Médio a última etapa da educação básica, muitas são as dúvidas com relação às questões profissionais e pessoais, com relação ao futuro; muitos são os questionamentos sobre o que fazer após essa fase do ensino e, “nesse momento de suas vidas, o diálogo estreito com as questões que os desafiam pode ser uma estratégia valiosa” (ALVES; HERMONT, 2014, p. 18). Com relação aos planos para o futuro, os alunos expuseram seus desejos desse modo:

Eu pretendo terminar os estudos e me alistar no exército. Depois, pretendo investir em uma oficina de motos ou numa academia (Aluno 2).

Desejo investir em motocross e ser um piloto profissional (Aluno 1).

Ter uma vida com amor, paz felicidade e uma família. E um futuro melhor com trabalho e uma faculdade (Aluno 4).

Minha expectativa é se formar e entrar para a polícia (Aluna 3).

Bom, quero continuar trabalhando e conseguir meus objetivos, uma vida melhor e confortável (Aluno 5).

Arrumar um bom trabalho e fazer cursos (Aluna 6).

Ser uma boa mãe educar meus filhos Aluna (Aluna 7).

Uma boa educação, com novas experiências para um futuro brilhante e disciplina de informática (Aluna 10).

Eu queria que fosse menos violento e com mais igualdade e uma escola do futuro que todo mundo tivesse acesso à internet (Aluna 11).

Melhor condição de trabalho (Aluno 12).

Pretendo arrumar um trabalho melhor, menos cansativo e fazer alguns cursos que possam me dar dinheiro (Aluno 13).

Quero ter um bom emprego, menos cansativo, diferente da roça (Aluno 14).

Assim, o mundo do aluno deve ser o ponto de partida do planejamento escolar, que precisa ser sistematizado a partir dos seus interesses culturais, sua visão de mundo, seus gostos, seus amores e paixões, sua interação com o outro e sua linguagem. Considerando que a escola lida diariamente com a diversidade e multiplicidade de interesses de seus jovens alunos, torna-se importante que a escola procure conhecer esses interesses e a diversidade cultural da juventude escolar.

Nesse sentido, é válido que a escola conheça e incorpore no seu currículo temas relacionados às preferências, esportes, moda, estilos musicais dos jovens. De acordo com Corti e Souza (2012), é importante que a escola faça uma reflexão a respeito da juventude e da condição juvenil como caminho para o delineamento de estratégias que contemplem os jovens no contexto escolar. O reconhecimento das especificidades do mundo juvenil contribui para o desenvolvimento de ações educativas correlacionadas com as necessidades e desejos dos estudantes.

Os jovens são marcados por uma heterogeneidade sociocultural que precisa ser levada em conta no contexto escolar, desde os projetos curriculares, os projetos pedagógicos a serem desenvolvidos no dia a dia e no decorrer do ano letivo, até a elaboração do Projeto Político Pedagógico. O processo de construção do conhecimento só ocorrerá de maneira significativa quando abarcar a cultura, os significados atribuídos ao mundo e a realidade dos jovens. Ao serem questionados se a escola pode contribuir para atingir suas expectativas para o futuro, os jovens responderam:

As aulas são muito boas. Porém, eu queria que acontecessem com professores presentes, para tirar nossas dúvidas. Os assuntos das aulas não têm nada a ver com as provas. Acho que falta interação (Aluno 2).

As aulas são muito boas, mas nós não temos muito foco nelas. Falta muita interação, eu prefiro os professores “puxando minhas orelhas” (Aluno 1).

Sim. Com estudo a gente pode ter uma vida melhor e ajudar a família. O estudo nos ajuda a ter um futuro melhor (Aluno 4).

Sim, para uma formação e melhor aprendizagem (Aluna 3).

Pode sim, porque na escola vou aprender o necessário para ter um futuro melhor (Aluno 5).

Sim, claro buscando mais recursos para o desenvolvimento dos alunos como: computadores e tecnologias (Aluna 10).

Sim, colocando mais cursos (Aluna 11).

A escola ajuda para adquirir um bom emprego, em casa e melhor nível de desenvolvimento (Aluno 12).

Em minha opinião sem educação não somos nada, porque não arranjamos nada. A escola pode me ajudar a conseguir um curso para eu ter uma renda melhor (Aluno 14).

As falas dos estudantes revelam que a escola tem papel importante nos projetos de formação e na construção de conhecimento, entretanto, mesmo concordando que as aulas são boas, eles apontam pontos negativos como a ausência de conexão das aulas com as provas e a falta da interação com os professores. Nesse sentido, de acordo com a observação realizada de outubro a novembro de 2019, e de conversas com os alunos no intervalo das aulas, foi possível verificar que eles sentem falta de mais dinamismo, de eventos na escola, da sua atuação na caracterização da escola, de aulas mais inovadoras e que despertem seu interesse, que tenham utilidade prática em suas vidas e que dialoguem com suas experiências e respondam aos seus questionamentos. Isso exige que o cotidiano escolar abrace a cultura juvenil e os temas ligados ao universo dos jovens requerem a participação coletiva de todo corpo escolar, do engajamento de professores, diretores e órgãos governamentais ligados à educação. Segundo as Diretrizes Operacionais para o Ensino Médio:

A formação dos indivíduos é hoje atravessada por um número crescente de elementos. Se antes ela se produzia, predominantemente, no espaço circunscrito pela família, pela escola e pela igreja, em meio a uma razoável homogeneidade de valores, muitas outras instituições, hoje, participam desse jogo, apresentando formas de ser e de viver heterogêneas (BRASIL, 2013, p. 156).

Isso revela que para o aluno desenvolver uma aprendizagem que tenha significado prático, a atuação da escola e dos professores vai além da transmissão de conceitos, relaciona-se ao ‘fazer sentido’ para o aluno, daí a necessidade de que os novos saberes sejam trabalhados sob a ótica da contextualização, que no caso desse estudo diz respeito às expectativas de formação dos jovens. É necessário que a escola seja uma extensão do mundo simbólico dos jovens, que lhes sejam agradáveis as quatro horas diárias que passam nesse espaço. Contextualizar, nesse processo, significa criar uma ligação verdadeira entre o aprendiz e o aprendido, entre aluno e escola, em que o primeiro se apropria da segunda, ocupando-se seus espaços e imprimindo sua marca nela. O que pressupõe a inclusão de assuntos relacionados à cultura juvenil no currículo e no cotidiano escolar; valorizando os contextos culturais dos quais os jovens fazem parte e aos quais estão expostos diariamente.

Desse modo, as propostas voltadas para a construção de conhecimento pelos jovens estudantes podem ser desenvolvidas de maneiras diversas, como a possibilidade de participação dos jovens estudantes, desenvolvimento de estratégias pedagógicas dinâmicas e que levem em conta os elementos da cultura juvenil, assim como novas maneiras de organização das estruturas da gestão com abertura para a colaboração dos jovens na tomada de decisões (CORTI; SOUZA, 2012). Nessa perspectiva, ao serem questionados a respeito do desejo de mudanças na metodologia do EMITec, os estudantes se manifestaram da seguinte forma:

Eu queria que houvesse aulas presenciais também, com os professores do EMITec para explicar melhor os conteúdos (Aluno 2).

Sim. Se pudesse teria um professor presencial, pois a interação é muito pouca. Gostaria que tivéssemos livros (Aluno 1).

Sim. Eu gostaria que houvesse mais explicação dos conteúdos; nas provas não tem quase nada dos assuntos passados nas aulas; o tempo para escrever deveria ser maior e se tivéssemos livros seria mais fácil para aprender (Aluno 4).

Mudaria sim, porque não temos material para estudar nem professores presenciais (Aluna 3).

Não mudaria, para mim está perfeito assim (Aluno 5).

Pra começar as aulas juntas, pouco intervalo entre elas (Aluna 7).

Só o tempo de copiar os assuntos, que é curto, e não temos livros (Aluna, 11).

Se pudesse mudaria os professores e teria aulas com professores presenciais (Aluno 13).

As falas dos estudantes revelam que o EMITec possui pontos fracos, gerando insatisfação nos jovens. Sendo a ausência de professores presenciais e a impossibilidade de tirar dúvidas pontos em comum entre as queixas dos alunos. Sobre as fragilidades do EMITec no atendimento aos jovens da comunidade, a diretora se posicionou da seguinte forma:

Bem, embora o programa desse acesso aos alunos da comunidade ao Ensino Médio é perceptível várias áreas que necessitam ser melhoradas. Hoje o programa infelizmente deixou de funcionar na unidade de ensino, mas quando funcionava apresentava falhas como falta de apoio técnico e pedagógico do núcleo responsável pela polo; falta de funcionários como serviços gerais, merendeira; demora na manutenção das máquinas quando as mesmas apresentavam problemas, pouco comprometimento de alguns dos mediadores, deixando a desejar muitas vezes o desenvolvimento de suas funções, despreparo dos mediadores em funções básicas exigida pelo programa, demora no reparo quando apresentava problemas técnicos, como desconfiguração da rede, etc. (Diretora).

Durante a pesquisa, percebemos que a questão da interação é latente, embora haja o professor mediador para promover a “interação” dos estudantes com os professores especialistas por meio do *chat*, as falas dos estudantes revelam que isso não é suficiente. O posicionamento dos estudantes mostra que a proposta do EMITec necessita de uma reformulação de modo a alcançar esses jovens, tanto no que diz respeito à construção de conhecimento quanto no que se refere à interação. Outro aspecto que os alunos chamam a atenção é para a questão da ausência de um material didático que os auxiliasse durante as aulas e servisse de apoio para estudar em casa. Como foi observado durante a transmissão das aulas, o tempo para copiar os conteúdos é muito curto, o que prejudica os alunos quanto aos conteúdos que ficam incompletos; para resolver esse problema, muitos alunos tiram foto dos slides para copiar em casa.

Desse modo, se por um lado o EMITec oportuniza que jovens e adultos terminem a educação básica, por outro é importante, então, que a metodologia do Programa reconheça que “eles são jovens, amam, sofrem, divertem-se, pensam a respeito das suas condições e de suas experiências de vida, posicionam-se diante dela, possuem desejos e propostas de melhorias de vida” (DAYRELL, 2007, p. 5). Assim, entre os jovens alunos do Ensino Médio há aqueles que querem ser jogador de futebol, modelo, atriz/ator, médico, professor, tomar conta da terra da família ou simplesmente casar-se e ser feliz para sempre, projetos e sonhos que exigem do trabalho pedagógico uma atenção especial e que podem ser tratados de maneiras diversas e em todas as disciplinas escolares.

Outro aspecto que precisa ser levado em consideração no contexto das práticas pedagógicas do EMITec, de maneira que contribua com a formação dos jovens, são os conhecimentos prévios desses sujeitos, os saberes que constituem seu universo de significados e que lhes servem de base para dar sentido ao mundo ao seu redor. Esses conhecimentos são um espaço favorável à construção de um trabalho pedagógico que contemple as angústias, os desejos, dúvidas e necessidades dos jovens estudantes. Ao propor um diálogo com os saberes que a juventude traz para o ambiente escolar, a escola, por meio de sua proposta pedagógica, e os professores, com sua prática em sala de aula, concorrem para que os jovens se sintam valorizados e contemplados em suas especificidades, ao mesmo tempo em que têm a possibilidade de tomar conhecimentos dos limites e potencialidades dos jovens para desenvolver um projeto de ensino que permita a ampliação dos seus saberes e descoberta de novas habilidades.

Nesse contexto, as questões inerentes ao mundo simbólico juvenil possuem significado importante para a constituição da identidade dos jovens e precisam ser levadas em conta no currículo escolar. Questões como sexualidade, gênero, raciais, religiosas, trabalho e família além de afetar o sujeito desde a puberdade influenciam de maneira significativa na formação do jovem e na sua interação com o mundo. Essas dimensões da vida da juventude estão presentes no cotidiano escolar e podem se constituir como elementos para o desenvolvimento de estratégias educativas nas diversas áreas do conhecimento formal. O que se propõe não é um trabalho pautado na transmissão mecânica desses temas, mas ações que sejam significativas para os jovens, atividades que priorizem a linguagem juvenil a partir de músicas, filmes, danças, pesquisas utilizando a internet, gincanas, competições esportivas, entre outras. Com relação às atividades mais envolventes e significantes para os jovens, Alves e Hermont (2014, p. 20) destacam aquelas

que dialoguem com suas linguagens (...); que sejam negociadas e não impostas (...); que exijam autonomia, responsabilidade e confiança; das quais se sintam parte integrante e não apenas cumpridores de tarefas delegadas pelos adultos, demandando participação efetiva no desempenho de tarefas importantes; que sejam dinâmicas, não rotineiras, pautadas em experiências; que valorizem suas capacidades e seus saberes, (...); que utilizem tecnologias, como internet, aparelhos de celular, músicas, imagens, vídeos, filmes, programas de rádio etc.

Importante salientar que não se espera que o professor adote a linguagem dos jovens, mas que saiba adequar a linguagem científica à linguagem juvenil, sabendo mesclar a formalidade e informalidade; do mesmo modo é importante que o professor

não use de autoritarismo com os jovens, que as decisões e atividades sejam decididas em conjunto, levando os jovens a se sentirem parte do processo de ensino e aprendizagem e valorizados em seus conhecimentos e desejos. Nesse contexto, há que se pensar também que o programa conta com professores mediadores e que eles precisam de apoio pedagógico para fazer a mediação com os alunos.

Nessa perspectiva, é necessário que os jovens alunos se percebam como uma parte importante do trabalho pedagógico, como participantes desse processo, não apenas como executores de atividades e cumpridores de ordens. Até mesmo porque a dinâmica juvenil não pode ser contida pela rigidez do currículo escolar, com horários bem definidos, cadeiras enfileiradas e conteúdos a serem dados. No entanto, para eles “se perceberem” assim, eles têm que ser uma parte importante do trabalho pedagógico. O que não acontece no EMITec, uma vez que as aulas chegam prontas e todas iguais independentemente do alunado.

Por outro lado, observamos que a proposta de ensino e aprendizagem do EMITec seria mais eficiente se contemplasse em seu percurso atividades envolvendo a prática de esportes, aulas de campo, feira cultural, uso do celular, eventos como gincanas e projetos envolvendo música e dança, entre outras ações que oportunizem aos jovens o exercício da criatividade e da fruição que lhes é natural.

No contexto da execução da proposta do EMITec, é perceptível que os alunos sentem falta de mais dinamicidade nas aulas e no cotidiano escolar, assim como é possível perceber que os jovens alunos podem contribuir com a elaboração de metodologias e estratégias que vão ao encontro de seus interesses e necessidades. É comum os professores reclamarem sobre indisciplina na sala de aula, mas não atentam para o fato de que muitas vezes o que chamam de indisciplina é a manifestação da falta de significados que a escola está tendo na vida dos estudantes, sendo necessário, portanto, “consolidar a percepção dessa etapa educacional considerando o diálogo com a juventude, ou seja, reconhecer os jovens e seus saberes, suas relações com o mundo e a perspectiva que têm para seu futuro” (ALVES; HERMONT, 2014, p. 27).

Importante ressaltar que não basta usar recursos tecnológicos ou atividades diferenciadas, é necessário em primeiro lugar que tais metodologias estejam conectadas com os desejos, interesses e necessidades do jovem aluno, que sejam utilizadas a favor de questões que se relacionem diretamente com o mundo cultural do mesmo, caso contrário apenas contribuirão para o cansaço dos professores e desinteresse dos estudantes. Nesse cenário, desenvolver um trabalho pedagógico com jovens, seja no



campo ou na cidade, constitui-se um grande desafio, pois entre tantos fatores, nem a faculdade desenvolve uma linha de discussão especificamente para a juventude desses espaços, nem o governo promove programas de formação docente para atender as questões da juventude campestre e urbana.

Nesse sentido, as inúmeras questões da sociedade moderna, as indecisões juvenis, a multiplicidade de escolhas que estão diante da juventude exigem que a escola desempenhe o papel de auxiliar os jovens campestres a desvendarem suas potencialidades, possibilitando que eles vivenciem momentos de reflexão, questionamento, problematização da sua realidade e de questões inerentes ao mundo juvenil para poderem delinear seus planos para o futuro.

Nesse processo é necessário o acesso à informação a respeito do mundo do trabalho e suas possibilidades, num processo em que os alunos sejam concebidos como sujeitos produtores de conhecimento. A pesquisa evidenciou, entretanto, que a proposta do EMITec não tem promovido esse espaço de autoconhecimento e descobertas aos jovens; com um ensino pautado na transmissão dos conteúdos, em que cada noite os alunos precisam assistir 4 aulas diferentes, com pouco intervalo entre uma aula e outra, não há espaço para a discussão das suas expectativas de formação ou do que eles querem para o futuro. Nesse contexto, seria interessante que o EMITec, por meio de sua proposta de ação, considerasse que

o presente não é somente uma ponte entre passado e futuro, mas um tempo de preparação para esse futuro. É nesse processo, permeado por descobertas, experimentações, emoções e conflitos, que os jovens se questionam: “Quem sou eu?”, “Para onde vou?”, “Qual rumo devo dar na minha vida?” (VILLAS; NONATO, 2014, p. 17).

A partir desses questionamentos, os jovens elaboram seus projetos e aos poucos definem o papel que a escola terá na realização desses projetos. Em sua trajetória, os jovens se constituem e se reconhecem nas restrições impostas pelo seu tempo e o contexto no qual estão inseridos. As restrições com as quais os jovens se deparam dizem respeito às possibilidades objetivas que podem afetar a vida dos jovens, tanto para alcançar seus desejos quanto no sentido contrário. Com isso, entendemos que para conquistar seus desejos, os jovens campestres não podem contar apenas com seu esforço pessoal ou vontade, uma vez que no seu percurso se deparam com limites relacionados ao seu contexto social, cultural, político e econômico.

Compreendemos que sendo conhecedora desses limites, a escola, nesse caso o Programa EMITec, precisa criar espaço em sua proposta que possibilite aos jovens a

interlocução a respeito de seus planos para o futuro. Nesse contexto, a escola tem papel significativo na definição das expectativas de formação da juventude. Sendo importante para o desenvolvimento do sujeito, a escola assume papel determinante no processo de formação pessoal e na construção de aspectos da identidade dos jovens. Assim, a escola precisa ser entendida para além da transmissão de conhecimentos científicos, mas ao contrário, precisa ser vista também como espaço sociocultural. Na visão de Dayrell (1996, p. 1), significa

compreendê-la na ótica da cultura, sob um olhar mais denso, que leva em conta a dimensão do dinamismo, do fazer-se cotidiano (...) enfim, alunos e professores, seres humanos concretos, sujeitos sociais e históricos, presentes na história, atores na história. Falar da escola como espaço sociocultural implica, assim, resgatar o papel dos sujeitos na trama social que a constitui, enquanto instituição.

Dessa forma, a escola não pode separar o ser jovem do ser aluno, pois o processo educativo engloba sujeitos concretos, possuidores de valores, saberes e experiências construídos e vivenciados no seu grupo social, com suas práticas e visão de mundo. É papel da escola estabelecer uma interação entre as atribuições do ser estudante e os elementos que constituem a identidade e a cultura dos jovens. De acordo com Leão e Carmo (2014, p. 35-36),

a escola é lugar de aprender. Então, é importante compreender como os jovens aprendem. (...) nos interessa apenas notar que os jovens demandam da escola conhecimentos que lhes sejam importantes para a vida. As posturas, atitudes e críticas expressas à escola denunciam, em muitos casos, a falta de sentido dos currículos e métodos de ensino.

Nesse contexto, quando a escola realiza atividades dinâmicas, que propiciam a participação dos jovens, a interação com os colegas, exercício da criatividade e de seus conhecimentos, ela passa a ter outro sentido para os jovens; isso contribui para que os jovens alunos passem a ter mais interesse pela escola, o que se constitui uma ferramenta para que os professores repensem suas metodologias, adotando estratégias que tratem de assuntos conectados com os interesses e necessidades dos jovens.

Dessa forma, observamos que o aparente desinteresse pelas aulas demonstrado pelos jovens participantes da pesquisa não significa que a escola não seja importante em suas vidas, mas que a proposta de ensino desenvolvida pelo Programa do EMITec não está relacionada aos interesses, necessidades e desejos dos jovens camponeses. Mesmo estando inseridos em um contexto social carente de políticas públicas de valorização dos seus sujeitos, como é o meio rural, os jovens desse espaço sabem o que querem para seu

futuro. E seja para estudar e trabalhar no campo ou na cidade, a escola precisa criar espaço para debater essas questões com os jovens.

### **3.5 Desmonte das políticas públicas educacionais para o meio rural: o caso do fechamento do EMITec**

A educação para o meio rural ainda é um espaço de disputas no que concerne à criação, efetivação e manutenção de políticas públicas que garantam um processo educacional de qualidade para o povo campesino e também que possibilitem aos sujeitos que residem nesse espaço uma vida digna e com acesso a serviços como saúde, transporte, lazer, entre outros.

Embora possamos apontar avanços como a criação de diretrizes educacionais, compra da merenda escolar, alguns cursos de formação para educadores do campo, ainda vivenciamos situações que exigem maior atuação dos governos no que concerne ao desenvolvimento rural e dos sujeitos que constituem esse espaço. Percebemos a ausência do cuidado com o povo campesino por meio da falta de estrutura nas estradas, no atendimento à saúde, na ausência de assistência técnica para os pequenos produtores, educação construída segundo as especificidades do homem e mulher do campo, escolas com infraestrutura adequada às diversas atividades pedagógicas e profissionais habilitadas para atuar junto às pessoas desse espaço.

A Lei 9394/96 assegura o direito de educação a todos, inclusive o povo do campo, como previsto no Art. 28, que dispõe:

Na oferta da educação básica para a população rural, os sistemas de ensino proverão as adaptações necessárias à sua adequação, às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente: I - conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural; II - organização escolar própria, incluindo a adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas; III - adequação à natureza do trabalho na zona rural (BRASIL, 1996).

Essa Lei evidencia que a educação para os povos do campo deve ser construída segundo as especificidades de cada comunidade, sejam “posseiros, boias-frias, ribeirinhos, ilhéus, atingidos por barragens, assentados, acampados, arrendatários, pequenos proprietários ou colonos ou sitiantes, caboclos dos faxinais, comunidades negras rurais, quilombolas e, também, as etnias indígenas” (PARANÁ, 2006), sendo necessária a adequação no currículo, nas metodologias de ensino, no calendário de acordo com o ciclo agrícola, organização e gestão escolar. Esse artigo chama atenção

para outro aspecto importante, que é a diferença, a singularidade dessas comunidades, o que leva à compreensão de que seu sistema educacional não pode ser submisso aos valores urbanos.

Entretanto, notamos que esse direito não está sendo garantido pela esfera política, pois na última década o fechamento e nucleação de escolas tem atingido as comunidades rurais de maneira drástica e vem contribuindo para o aumento do analfabetismo e desistência dos estudos de muitas pessoas que residem no meio rural. Esse fenômeno pode ser analisado sob dois aspectos, de um lado do ponto de vista dos gastos de recursos com a oferta e manutenção de escolas no campo e, por outro, do ponto de vista da educação como elemento de emancipação e transformação. Dessa forma, entendemos que o poder público não considera lucrativo construir escolas no meio rural e nem seguro, para a manutenção do status de dominação sobre o povo rural, oferecendo uma educação de qualidade aos sujeitos desse espaço.

Leite (2002) aponta que aliada à criação das leis é imprescindível a participação da comunidade de maneira incisiva por meio de reivindicações e da pressão pela efetivação do que está posto na lei. O autor ressalta, também, a importância de a sociedade conhecer quem realmente é o povo do campo, uma vez que o que a maioria das pessoas sabe a respeito desse povo se restringe ao que as feiras agropecuárias mostram e o que transmitem as letras de músicas sertanejas (cada vez mais urbanizadas). Assim, o distanciamento e a invisibilização dos sujeitos do campo dificultam a definição de estratégias de ações que contribuam de fato com o desenvolvimento desse espaço. Decorrente do desconhecimento da realidade do meio rural, Leite (2002, p. 11) afirma que surgem enigmas como

o que dizer, então, do conhecimento da realidade educacional do campo? Quais são as aspirações dessa população? Quem são essas 'estranhas' pessoas que conseguem viver ao largo de um shopping center? De que tipo de escola necessitam? Como devem agir seus professores? Quais os conteúdos que precisam aprender?

Com estes questionamentos, entendemos que qualquer serviço realizado no campo, com especial atenção para a educação, precisa estar associado a um aprofundamento teórico e conhecimento sociocultural do meio rural. Esse espaço possui uma práxis educacional com características específicas que exigem uma educação construída com a participação das pessoas que constituem o espaço campesino. Nesse cenário, podemos identificar a omissão do Estado na oferta e manutenção das escolas campesinas. O Grupo Permanente de Trabalho de Educação do Campo – GPTE,

instituído pelo Ministério da Educação em 3 de junho de 2003, reconhece as históricas omissões do Estado neste setor ao detectar que

o Estado brasileiro omitiu-se: (1) na formulação de diretrizes políticas e pedagógicas específicas que regulamentassem como a escola do campo deveria funcionar e se organizar; (2) na dotação financeira que possibilitasse a institucionalização e a manutenção de uma escola com qualidade em todos os níveis de ensino; (3) na implementação de uma política efetiva de formação inicial e continuada e de valorização da carreira docente no campo (BRASIL, 2005a, p. 7).

Assim, a educação para o povo do meio rural não se caracterizou, ao longo da história de nosso país, como um local para implementação de ações projetadas e efetivadas pelo Estado. A ausência da institucionalização de estratégias educacionais para o meio rural tem privado a população campesina de ter acesso a escolas e a uma educação de qualidade. Geralmente as escolas do meio rural possuem um currículo pautado na discussão dos direitos básicos relacionados à cidadania e restritos aos limites geográficos e culturais do meio urbano, fortalecendo a negação do campo como espaço social e de constituição de identidades e sujeitos de direitos sociais. O GPTE reforça essa ideia ao afirmar que

a concepção de que o meio rural é um espaço de atraso foi fortalecida a partir da primeira metade do século XX, com o surgimento de um discurso modernizador e urbanizador, que enfatizava a fusão entre os dois espaços, urbano e rural, por acreditar que o desenvolvimento industrial, em curso no Brasil, faria desaparecer dentro de algumas décadas a sociedade rural. Segundo a ideologia da modernização, ‘o campo é uma divisão sociocultural a ser superada, e não mantida’ (BRASIL, 2005a, p. 8).

Nessa perspectiva, a educação campesina tem sido destituída de sua identidade e marcada por políticas compensatórias, que não possuem uma filosofia ou política específica para a formação das comunidades rurais. Nesse contexto, percebemos um desmanche nas políticas públicas direcionadas para o meio campesino.

No que diz respeito ao objeto de estudo desta pesquisa, as expectativas de formação dos jovens do Ensino Médio com Intermediação Tecnológica – EMITec de uma comunidade rural da Ex-PEC Serra do Ramalho, observamos que a reformulação da política sem ouvir os sujeitos do campo contribuiu para o fechamento do Programa na Comunidade Flor do Oeste. Esse fato, de acordo com a Coordenadora Geral (2019) do Programa, aconteceu devido à política partidária existente no município, que tem imposto grandes desafios aos alunos da comunidade. Por outro lado, quando indagada sobre a justificativa oficial para o fechamento do EMITec, a Professora Mediadora 1

respondeu que não há uma resposta objetiva sobre a questão para a comunidade e para os alunos. Ela afirmou:

O encarregado pelo EMITec no município falou que quem fechou o programa foi a Secretaria de Educação do município de Serra do Ramalho, alegando que estava tendo muito gasto com o transporte escolar. Entretanto, ao invés de economizar, como a gente constatou depois, aumentaram os gastos, pois surgiu mais uma rota nos transportes. Antes havia duas rotas que pegavam os alunos e traziam até a escola, agora, a outra rota para levar os alunos da CSB para a escola da Agrovila 2. Não entendi. A secretaria do município fala que foi o Estado que quis fechar pela quantidade de alunos, porém o Estado criou o EMITec para levar aula de qualidade para comunidades de difícil acesso independente da quantidade de alunos nas turmas. Inclusive teve uma época que eu segurei uma única aluna para não fechar a turma. Mas, ficou esse impasse entre a Secretaria de Educação do município e o Estado e nenhuma resposta clara para a gente.

Dessa forma, a comunidade não recebeu uma justificativa a respeito dos fatores que levaram ao fechamento do EMITec; não houve comunicados prévios ou reuniões com os estudantes e as professoras mediadoras para dialogarem sobre a questão. Sobre as rotas do transporte escolar, é preciso explicar que como a comunidade em questão é extensa, havia dois carros que traziam os alunos até a escola, mas com o fechamento do Programa foi preciso contratar outro carro, para levar os alunos da escola onde estudavam para a nova escola na comunidade vizinha. Para os participantes da entrevista, o fechamento do EMITec tem afetado de maneira negativa os alunos do Programa. A esse respeito, eles afirmaram:

Na minha opinião foi uma grande perda na comunidade, muito ruim o turno noturno sem funcionamento; a escola é pertinho de casa e agora está longe, os adolescentes tendo que sair de casa para estudar longe, em outra escola, outra comunidade; ainda mais nessa idade que é difícil a disciplina (Morador 1).

O fechamento do EMITec prejudicou muitos alunos; alguns desistiram de estudar. Em minha casa meu filho mais velho desistiu por causa da distância da outra escola. Não dá para descansar antes de pegar o transporte da escola, aí ele não aguentou (Moradora 2).

O prejuízo foi grande, antes eu não tinha preocupação com meu filho porque ele estava aqui pertinho. E minha preocupação aumentou porque ele disse que não vai estudar enquanto precisar ir para a outra escola (Moradora 3).

O EMITec foi bom porque quase não tinha alunos. As professoras precisavam sair da sala de aula e deixava os alunos sozinhos para poder fazer merenda, pois o EMITec não tem merendeira (Aluno 4).

Aqui ficou ruim depois que tiraram o EMITec da comunidade. Agora os alunos têm que se deslocarem para outra escola (Aluna 3).

O fechamento do EMITec aqui ficou ruim porque os alunos têm que ir estudar em outro lugar. E tem gente que não pode ir para outra escola e teve que desistir de estudar. Sem o EMITec ficou ruim para a comunidade (Aluno 5).

Com o fechamento do EMITec complicou para a gente estudar; agora está ruim, porque tem que ficar mais tempo no transporte nessas estradas esburacadas. Tem hora que dá vontade de desistir (Aluno 14).

Com o fechamento do polo os alunos foram obrigados a se deslocarem para outra unidade de ensino, completamente diferente da realidade ao qual vivenciavam, além de obrigar muitos desses a desistirem dos seus estudos. A maioria dos alunos são trabalhadores, com o novo trajeto é longo para outra comunidade, muitos deixaram de estudar. A escola é uma instituição que sempre sofre ameaças de fechamento, com a retirada do programa, só acirra cada vez mais as ameaças, o que não é bom pra a comunidade em si, a escola é a única representação que temos na comunidade. Perder a escola é como perder a sua referência (Diretora).

Por meio das falas dos participantes, percebemos que embora o EMITec apresente algumas falhas no processo de construção e execução da sua proposta, no que diz respeito às especificidades da juventude campesina, o Programa se constitui uma alternativa para a conclusão da educação básica e continuidade dos estudos. Nesse contexto, retomamos a ideia de que a educação, situada na esfera do estado de direitos, configura-se como uma ação viabilizadora da formação emancipatória e cidadã dos sujeitos que vivem do campo e constituem esse espaço, assim como possibilita o desenvolvimento sustentável local. Levando-se em conta que a educação é um direito social, a construção de uma política de educação do campo precisa garantir que os seus sujeitos tenham a oportunidade de estudar em seu local de vivências, sem deslocar-se para outras comunidades ou para a cidade. Assim, com relação ao fechamento do EMITec e à necessidade de estudar em outra escola, os entrevistados afirmaram que se constitui um desafio, pois:

O fechamento do EMITec tornou a vida dos alunos difícil; eles têm que pegar dois transportes para chegar até a outra comunidade; as alunas que têm filhos precisam deixar em casa. Também, os alunos chegam muito tarde à noite, pois o trajeto ficou muito maior, muito complicado (Morador 1).

A escola longe de casa obriga os estudantes a percorrer uma longa distância tarde da noite. Eles chegam cansados e no outro dia precisa sair muito cedo (Moradora 2).

Com o fechamento da escola à noite ficou muito ruim para os meus filhos e para mim. Eles têm que pegar dois transportes para chegar até a outra escola e como as estradas são ruins eles chegam em casa muito tarde e muito cansados. Meu filho não queria ir para a outra escola, até chorou, mas não pode ficar sem estudar. E para mim é ruim porque fico muito preocupada; quando ele estudava aqui, na escola da comunidade, eu deitava despreocupada; sabia que no horário certo ele chegava e que estava bem perto de casa, mas agora demora para chegar e está em outro lugar, longe de casa (Morador 3).

O deslocamento para longe, arriscando a vida à noite; outros perdem o emprego por não ter o ensino à noite (Moradora 4).

Muitos têm que pegar dois transportes, outros trabalham o dia todo e não dá tempo chegar a tempo de pegar a van da escola. Nesses dias se quiser ir estudar tem que ir de moto, o que me preocupa muito (Moradora 5).

A entrevista reforça, ainda, que os prejuízos vão além do deslocamento para outra comunidade ou do longo trajeto, mas aponta que com o fim do Programa na comunidade muitos alunos deixarão de estudar, principalmente as alunas casadas. Em suas falas fica claro que o EMITec se constituía uma alternativa para preparar os alunos para cursar uma faculdade. A esse respeito os moradores colocam que

Na minha condição, em que meus filhos precisam trabalhar para se manterem, o EMITec já prepara para fazer uma faculdade à distância, tendo interesse é uma boa oportunidade para aprender (Morador 1).

Para cursar uma faculdade eles precisam terminar o Ensino Médio e com o EMITec aqui ficava mais fácil concluir. Como meu filho trabalha o dia todo não dá para ir para a cidade ou para a escola do Projeto, aí com a escola na própria comunidade temos a garantia de que nossos filhos vão terminar os estudos (Moradora 2).

Não gosto muito dessas aulas pela televisão, os meninos dizem que é cansativo, mas era melhor quando tinha porque não precisava que os alunos fossem para outra escola tão longe (Moradora 3).

A diretora da escola complementa as falas dos (as) Moradores (as) ao afirmar que

o programa oportunizou aos alunos continuar seus estudos sem sair da sua própria comunidade, uma vez que para cursar o Ensino Médio muitos tiveram que se deslocar pra outro município, os que não tinham essa escolha acabavam desistindo dos estudos. Então, o programa é extremamente importante tanto para escola como para a comunidade em si (Diretora).

Nesse contexto, observamos que embora o EMITec necessite de reestruturação para contemplar as especificidades socioculturais dos seus jovens alunos, sua presença na comunidade é necessária para que os jovens estudantes continuem seus estudos. Ao realizarmos uma análise estrutural sobre os aspectos pedagógicos e do processo de construção e implementação da proposta curricular do programa em destaque, identificamos que o mesmo não está em consonância com os estudos do Grupo Permanente de Trabalho e Educação no Campo (BRASIL, 2005a, p. 37-39), que defende os seguintes princípios pedagógicos de uma Educação do Campo:

1) o papel da escola é formar sujeitos, e isso deve articular-se a um projeto de emancipação humana; 2) é valorizar os diferentes saberes oriundos da diversidade de sujeitos no processo educativo; 3) é valorizar os diferentes espaços e tempos de formação dos sujeitos da aprendizagem, pois a educação no campo ocorre tanto em espaços escolares quanto fora deles; 4) é vincular a escola à realidade dos sujeitos; 5) é ter a educação como estratégia para o



desenvolvimento sustentável; 6) desenvolver a autonomia e colaboração entre os sujeitos do campo e o sistema nacional de ensino.

Dessa forma, observamos que o Programa EMITec, ao adotar uma proposta generalizada e currículo padrão, está na contramão da formação emancipatória do jovem camponês. E embora seja a única alternativa dos jovens do campo de cursar o Ensino Médio, se constitui em uma estratégia falha, uma vez que não está em consonância com a política de Educação do Campo e com as reivindicações dos movimentos sociais.

### **3.6 A Pedagogia da Alternância como possibilidade de materialização da Educação do Campo nas comunidades camponesas**

A partir das análises empreendidas sobre a proposta pedagógica do EMITec e a forma como acontece o processo de ensino na oferta do Ensino Médio no campo, compreendemos que os jovens e adultos do campo precisam de uma educação implementada a partir de uma proposta pedagógica construída com esses sujeitos, levando em conta o processo sócio-histórico de construção de sua identidade, de sua cultura e das maneiras de construir a vida no meio rural. Partindo do princípio de que um modelo educativo pautado na transmissão de conteúdos por meio de teleaulas não contempla as especificidades socioculturais e econômicas do povo camponês, vê-se a necessidade da tomada de outros caminhos para possibilitar aos estudantes do campo o acesso a um processo educacional que favoreça a continuação dos estudos e que seja desenvolvido de acordo com as necessidades desses sujeitos. Sobre a proposta e forma de implementação da proposta do EMITec, a Diretora e as moradoras se posicionou da seguinte forma:

Na minha opinião, o único ponto positivo do EMITec é o fato de possibilitar aos jovens que trabalham durante o dia a conclusão da Educação Básica em sua própria comunidade. Mas não concordo com a proposta de aulas à distância e de forma generalizada, como acontece. A mesma aula para todas as comunidades, sem respeitar as diferenças e interesses dos estudantes. Vai totalmente contra as políticas educacionais que tratam da Educação do Campo (Diretora).

De modo geral o EMITec é a melhor oportunidade de estudo para os jovens que não podem estudar em outras escolas, com professor presencial (Moradora 3).

Em termos de conhecimento o EMITec é bom, porque os professores dominam os conteúdos, mas exige atenção redobrada dos alunos. Eles dizem que a explicação é muito rápida e que por isso se tivesse um professor presencial era melhor (Moradora 4).

Nesse cenário, a Pedagogia da Alternância se apresenta como uma possibilidade de materialização de uma proposta educacional do campo para os jovens desse espaço, uma vez que busca valorizar os conhecimentos e experiências diárias dos estudantes e de seu grupo social. Sua proposta pedagógica propõe ações direcionadas para o trabalho no campo, respeito da cultura campesina, reconhecimento dos saberes e valorização do modo de vida nesse espaço. A Pedagogia da Alternância surgiu com as *Maisons Familiales Rurales* da França, na década de 1930 (NOSELLA, 2014). Ao tratar das origens da Pedagogia da Alternância, os estudos de Gimonet (2007) e Nosella (2014) apontam que ela tem sua história marcada pelo nascimento de uma ideia: “a história de uma convicção que permanece viva ainda hoje, contra tudo e contra todos” (NOSELLA, 2014, p. 25).

Segundo Gimonet (2007), a ideia da Pedagogia da Alternância não surgiu de teorias, mas da simplicidade aparente de situações do cotidiano. De acordo com o autor, em 1935, em um vilarejo da França, alguns pais agricultores se viram com um problema simples para resolver: seus filhos, adolescentes, não queriam ir para a escola secundária; então, o que propor-lhes para continuarem os estudos? Do encontro com o vigário do povoado e da exposição do problema com os outros, apareceu uma solução para a demanda: a criação de uma escola “que não mantenha os adolescentes presos entre quatro paredes, mas que lhes permitam aprender através dos ensinamentos da escola, [...] mas também através daqueles da vida cotidiana, graças a uma alternância de períodos entre o ambiente familiar e o centro escolar” (GIMONET, 2007, p. 22).

Analisando com atenção a situação descrita, percebemos sua complexidade quando os sujeitos envolvidos no problema encontram a solução para que os adolescentes continuem seus estudos sem afastar a comunidade. Assim, a Pedagogia da Alternância nasce da necessidade de “uma escola realmente para o meio rural e do meio rural; uma escola que rompesse radicalmente com o modelo urbano, não nascida de um estudo teórico, nem de uma tese pedagógica, nem de um levantamento sociológico” (NOSELLA, 2014, p. 45). Dessa forma, a Pedagogia da Alternância é criada “como uma proposta educacional para o campo, como possibilidade de uma formação para jovens do meio rural centrada na partilha e na interação entre todos os sujeitos envolvidos no processo de ensino e aprendizagem” (VERGUTZ, 2012, p. 4). Uma possibilidade de escolha entre ficar ou sair do campo, de ter acesso a uma escola construída em seu meio e com a participação dos sujeitos desse espaço, assim como uma possibilidade de formação para a vida numa relação dialógica entre o seu ambiente

e os conhecimentos formais. Nesse processo, ao mesmo tempo em que aprende, o estudante produz conhecimentos, de acordo com suas necessidades e ansiedades para o presente e para o futuro.

Diferente da proposta pedagógica do EMITec, que organiza o processo de ensino e aprendizagem com base na transmissão de conteúdos, por meio das teleaulas, e com avaliações periódicas, com vistas a aferir uma nota às respostas dos estudantes, a Pedagogia da Alternância é desenvolvida através de uma proposta que organiza os tempos dos alunos em tempo na escola e tempo na comunidade. Segundo Magalhães e Silva (2020, p. 36), a Pedagogia da Alternância no Brasil configura-se como

uma proposta contra hegemônica, que se revela em quatro aspectos: (a) na organização das escolas por meio da Alternância como fruto do processo da luta de classes, a partir da perspectiva das comunidades do campo; (b) no fortalecimento de identidade de classe em oposição a todas as forças oligárquicas e do capital presente no campo; (c) na defesa de um projeto de desenvolvimento com base na agroecologia e na agricultura familiar em oposição ao modelo de agricultura capitalista (agronegócio, hidronegócio, mineronegócio); (d) no processo pedagógico da alternância, que não se encerra na integração dos saberes, de dois espaços e tempos, a escola e a comunidade, mas que por trabalhar a partir da experiência se torna um processo permanente de integração.

Temos então uma proposta que objetiva formar um coletivo habilitado para fortalecer a identidade dos sujeitos do campo e a vida nesse espaço, num processo de restauração e valorização do vínculo do povo campestre com a terra. O que exige uma escola adaptada, com uma proposta pedagógica que tenha como ponto de partida os seus sujeitos. Assim, enquanto o EMITec segue um currículo único para todas as comunidades, independente das especificidades socioculturais (ver matriz curricular na página 35), a Pedagogia da Alternância adota um plano de formação que contempla os conteúdos formais em diálogo com os saberes relacionados ao campo. Importante ressaltar que o Plano de Formação executado nas escolas que funcionam com esse tipo de pedagogia não é igual para todas, ele é construído de acordo com as necessidades e concepções de cada grupo escolar. A Figura 7 mostra um exemplo de plano elaborado com base na Pedagogia da Alternância.

Figura 7 – Exemplo de um Plano de Formação com base na Pedagogia da Alternância

**Exemplo simplificado de um Plano de Formação dos CEFFAs**

CONHECIMENTO DA REALIDADE Conteúdos vivenciais Pedagogização das alternâncias		DISCIPLINAS PROFISSIONAIS Conteúdos da parte diversificada integrados com os conteúdos vivenciais e da formação geral										DISCIPLINAS DO NÚCLEO COMUM Conteúdos da Base Nacional Comum integrados com os temas de pesquisa dos Planos de Estudo												
Período	Alternância	Eixo gerador	Tema de Pesquisa no meio socioprofissional PLANO DE ESTUDO	Colocação em comum	Visitas de estudo	Colaborações externas	Estágio	Atividades Retorno / meio	Agricultura	Zootecnia	Economia rural	Construções e instalações	Legislação e gestão amb.	Agroindústria	Português	Matemática	História	Geografia	Biologia	Química	Física	Artes	Língua ext.	
1º	A família e o trabalho		1 História da minha família																					
			2 A divisão do trabalho																					
			3 Alimentação animal																					
			4 A propriedade e sua organização																					
			5 Manejo o solo e restos culturais																					
			6 Agricultura orgânica																					
			7 Manutenção e condução do pomar																					
			8 Preparar o solo																					
			9 Seleção de sementes																					
			10 Adubação e plantio																					
			11 Manejo de pragas e doenças																					
			12 Tratos culturais																					
			2º	Os fatores e meios de produção		1 Alimentação e saúde humana																		
2 Água e sua conservação																								
3 O clima na região																								
4 O meio ambiente																								
5 As terras																								
6 A mão-de-obra familiar																								
7 Capital na propriedade																								
8 O crédito rural																								
9 Indústrias rurais																								
10 O mercado																								
11 Legislações rurais																								
12 Associativismo e cooperativismo																								
13 Órgão de assistência ao campo																								

**Exemplo simplificado de um Plano de Formação dos CEFFAs**

CONHECIMENTO DA REALIDADE Conteúdos vivenciais Pedagogização das alternâncias		DISCIPLINAS PROFISSIONAIS Conteúdos da parte diversificada integrados com os conteúdos vivenciais e da formação geral										DISCIPLINAS DO NÚCLEO COMUM Conteúdos da Base Nacional Comum integrados com os temas de pesquisa dos Planos de Estudo											
Período	Alternância	Eixo gerador	Tema de Pesquisa no meio socioprofissional PLANO DE ESTUDO	Colocação em comum	Visitas de estudo	Colaborações externas	Estágio	Atividades Retorno / meio	Agricultura	Zootecnia	Economia rural	Construções e instalações	Legislação e gestão amb.	Agroindústria	Português	Matemática	História	Geografia	Biologia	Química	Física	Artes	Língua ext.
3º	O meio socioprofissional e o projeto		1 Realidade socioprofissional da família																				
			2 Apresentação da ideia do projeto																				
			3 Colocação em comum do estágio																				
			4 Análise comercial Produto, serviços, mercado, viabilidade																				
			5 Estudo técnico Equipamentos, instalações, legislação e produção – Impacto econômico, social e ambiental																				
			6 Estudo econômico/financeiro Orçamento, crédito, Investimento e rentabilidade																				
			7 Planejamento – Cronograma das atividades																				
			8 Indicadores de resultado e viabilidade – Conclusões																				
			9 Elaboração do projeto																				
			10 Digitação do projeto																				
			11 Preparação para apresentação																				
			12 Apresentação final																				
			13 Formatura																				

- O exemplo apresentado não é um modelo a ser seguido igualmente em todas as unidades. Cada CEFFA segue uma mesma metodologia, mas os temas de pesquisa, ou seja, os Planos de Estudo, são selecionados a partir de um estudo da realidade local, com base em diagnósticos participativos.

Fonte: Gimonet (2007, p. 74-75).

Como podemos visualizar na Figura 7, embora esse Plano de Formação contemple os conteúdos da Base Nacional Comum, ele se estrutura a partir da “transversalização de conteúdos da formação geral e profissional de forma integrada

com os conteúdos, os saberes da realidade, numa perspectiva de inter e transdisciplinaridade” (GIMONET, 2007, p. 75). Dessa forma, cada escola tem a autonomia para construir sua proposta curricular de modo a valorizar os saberes e tradições locais. Assim, o nascimento de uma ideia de uma proposta educacional especialmente para o povo do meio rural, há 91 anos na França, com tempos e espaços organizados e implementados de acordo com as especificidades locais e objetivando valorizar a identidade do povo campesino, leva à criação de caminhos que fortaleçam a identidade dos sujeitos do campo. Uma proposta de ensino e aprendizagem que contribua com o processo de construção do sentimento de pertencimento dos sujeitos ao meio rural, mas como pessoas de ação e não como seres receptivos, passivos aos atos de outros.

Nessa perspectiva, considerando como a proposta do EMITec tem sido implementada na escola onde aconteceu a pesquisa, a Pedagogia da Alternância se constitui uma alternativa viável para a materialização da Educação do Campo nas comunidades campesinas. Uma proposta de educação dos sujeitos do campo e não para os sujeitos do campo, “uma educação que seja no e do campo. No: o povo tem direito a ser educado no lugar onde vive; Do: o povo tem direito a uma educação pensada desde o seu lugar e com a sua participação, vinculada à sua cultura e às suas necessidades humanas e sociais” (CALDART, 2009, p. 149). Dessa maneira, a perspectiva da formação por alternância reconhece o campo como território de identidade dos sujeitos, um espaço de formação e de vida. Conforme Fernandes (2006), a demarcação do Campo como território significa compreender sua função multidimensional relacionada à educação, à cultura, ao trabalho, ao mercado e às relações sociais voltadas à organização da sua existência e não apenas como espaço de produção de mercadorias.

Com relação à ligação dos participantes com seu espaço, com o campo, enquanto território identitário, a pesquisa evidenciou que os participantes se relacionam com esse espaço para além da produção de víveres e da sua subsistência; os relatos demonstram que eles têm suas raízes culturais e afetivas plantadas no meio rural, não do ponto de vista idílico, mas como sujeitos que possuem direitos e conscientes de que estão sendo lesados pelo poder público com a ausência de uma escola de Ensino Médio em sua comunidade. Todos os moradores entrevistados, com diferentes graus de parentesco com os estudantes do EMITec, foram unânimes em afirmar que houve um prejuízo muito grande com a transferência dos estudantes para outra comunidade. Eles afirmam que precisam enfrentar diariamente o cansaço da viagem longa, devido à

precariedade das estradas, tendo que pegar dois transportes depois de um dia exaustivo de trabalho; além disso há a diferença de costumes, pois os alunos não se acostumam com o ritmo da outra escola e com a forma de relacionamento entre professores e alunos (os moradores ressaltam a relação familiar na escola da comunidade, visto que todos se conhecem desde a Educação Infantil).

Dessa forma, a Pedagogia da Alternância se apresenta como meio não apenas de formação e continuação dos estudos, mas como instrumento que propicia uma educação contextualizada com a realidade e com os interesses dos estudantes camponeses, pois “Educação do Campo é direito/ e não esmola” (SANTOS, 2006). Um modelo educacional que concebe o processo educativo para além da transmissão de conhecimentos e informações, mas que se preocupa com a formação integral do estudante camponês, com vistas à construção da sua autonomia e emancipação.

O povo camponês / O homem e a mulher  
O negro quilombola / Com seu canto de afoxé  
Ticuna, Caeté/ Castanheiros, seringueiros  
Pescadores e posseiros/ Nesta luta estão de pé  
(Gilvan Santos)

## CONSIDERAÇÕES

Retomo o sentimento de Santos (2006) nesta pausa da discussão sobre a Educação do Campo, pausa porque a discussão continua em outros espaços e por outros sujeitos; a luta continua em outros espaços e territórios. Este texto representa uma voz na multidão que denuncia uma trajetória de descaso com os povos do campo e que clama por mudanças. Uma voz que representa os vários povos camponeses que lutam pela efetivação de políticas públicas que garantam os direitos sociais em seu território, e entre eles a educação. Não uma educação qualquer, mas uma educação construída com e pelo povo do campo.

A educação, seja formal, informal, transmitida pela família ou pela roda de amigos, faz parte da essência da formação do sujeito. Entretanto, o ensino institucionalizado sofre fortes influências das esferas sociais, que o controlam em alguma medida, e que historicamente tem se relacionado com a solidificação de hierarquização da sociedade, em que uma cultura passa a ser reconhecida como superior às outras. Nesse sentido, há, por parte dos profissionais da educação, estudiosos e pesquisadores, a inquietação quanto à finalidade da educação, para ‘que’ serve e a quem ela serve.

Essa inquietação justifica-se pelo fato de que a educação tem papel central na constituição da sociedade moderna, e o processo de formação institucionalizada, ao longo do tempo, passou a ser visto como instrumento de ingresso no mundo do trabalho, de uma vida digna e de garantia dos direitos dos sujeitos. No entanto, a educação tem servido a um ideário de formação que não contribui com a autonomia dos sujeitos, uma vez que se organiza segundo os objetivos econômicos e políticos que visam a manutenção de um sistema de hierarquização social em que uma pequena parcela da sociedade detém a posse dos meios de produção em detrimento da maior parcela da sociedade que é obrigada a viver com pouco.

No que diz respeito à educação do campo, esse espaço vem recebendo um modelo educacional pautado num modelo urbano civilizatório, visto que não contempla a cultura e os saberes dos sujeitos do meio rural, assim como não conta com a efetivação de políticas públicas educacionais desenvolvidas segundo as especificidades socioculturais do povo camponês. Realidade observada na execução da proposta pedagógica do EMITec. Tomando como base o panorama geral da oferta da educação nas comunidades camponesas, percebemos que as escolas do campo sofrem com altos índices de distorção idade-série, desistências, ao lado de significativos índices de



analfabetismo, infraestrutura precária, falta de materiais, falta de profissionais habilitados para atuarem na educação do meio rural e processos de nucleação de escolas do campo. Nesse cenário, instalou-se uma naturalização do processo de separação da vida no campo, das experiências cotidianas, e o ensino formal. Processo que tem afetado significativamente a juventude do meio rural.

A falta de relação entre a vida vivida e a vida escolar inerentes ao EMITec tem contribuído para que muitos jovens acreditem que não possuem aptidões, que não “dão conta” de aprender os conteúdos, que são difíceis e muitas vezes incompreensíveis, ou não encontram sentido entre as experiências vividas em seu contexto social e o contexto escolar. Contrários a essa realidade, os Movimentos Sociais têm empreendido uma luta histórica em prol de uma Educação do Campo para o empoderamento do povo desse espaço e que esteja a favor da garantia dos direitos dos sujeitos do campo. Isso porque a educação também pode ser instrumento de transformação social, desde que seja pensada de acordo com as necessidades, valores e cultura do meio rural e construída com os sujeitos desse espaço, ao mesmo tempo em que promove o protagonismo da juventude do campo. Assim, a Educação do Campo passa a ser sinônimo de construção do conhecimento, de apropriação de maneira crítica dos conhecimentos produzidos historicamente pela humanidade, assim como uma ferramenta de fortalecimento da identidade camponesa, que valoriza a história, a cultura, os saberes, os desafios e as lutas do povo do meio rural.

Nesse contexto, este estudo desenvolveu uma reflexão a respeito das expectativas de formação dos jovens de uma comunidade rural no contexto do EMITec, perpassando pela discussão sobre a relação entre a cultura do jovem camponês e o cotidiano escolar, nesse caso a implementação da proposta do Programa; também discutimos a respeito de como acontece, ou não, o diálogo entre os elementos da cultura da juventude rural e os conteúdos transmitidos pelos professores especialistas. Dessa discussão, compreendemos que o EMITec, enquanto política pública direcionada para a oferta da educação de jovens e adultos no campo, pode ser analisado sob dois aspectos: por um lado é importante porque oferta o Ensino Médio em comunidades de difícil acesso e em um horário que possibilita aos estudantes trabalhar durante o dia e estudar à noite. Entretanto, por outro lado, se revela ineficiente para suprir as necessidades e ansiedades dos jovens camponeses. Entendemos que uma proposta educacional de oferta do Ensino Médio a distância no meio rural não dialoga com as peculiaridades

socioculturais desse espaço, nem oportuniza a formação humana e emancipatória dos jovens estudantes desse espaço.

No que concerne à implementação e funcionamento do Programa na unidade escolar onde aconteceu a pesquisa, observamos que o EMITec carece de melhorias nos aspectos relacionados à conectividade e acessibilidade dos jovens às tecnologias. Mesmo o Programa apresentando como objetivo central disponibilizar o Ensino Médio para os alunos que moram em lugares de difícil acesso, abarcando as comunidades indígenas, quilombolas, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e sistema penitenciário, por meio da tecnologia, isso não garante aos jovens e adultos dessas comunidades o acesso a uma educação que contemple suas especificidades nem tampouco a realização de atividades utilizando computadores, tablets, celulares, entre outros mecanismos. Observamos que o tão propagado acesso às tecnologias se dá meramente pela transmissão das aulas e interação (inexistente) pelos *chats*.

No processo de execução da proposta pedagógica do EMITec, o papel dos alunos está limitado à absorção de conteúdos e de informações descontextualizadas de sua realidade e não oportuniza o protagonismo juvenil. A pesquisa evidenciou que os jovens não sentem o desejo de sair do campo, mas reconhecem que para permanecer em seu espaço precisam de condições dignas para viver como trabalho, saúde, moradia e educação de qualidade, o que exige políticas públicas que garantam a efetivação desses direitos do povo camponês. Assim, analisando o EMITec a partir da concepção de que a escola do campo tem a função social de contribuir com a formação crítica dos sujeitos e formar militantes para lutarem por seus direitos e pela manutenção do seu espaço, percebemos que o Programa precisa de uma reformulação segundo a política de Educação do Campo de forma que possibilite o acesso e a permanência dos jovens a um modelo educacional que, ao contemplar as especificidades de cada comunidade, oportunize a atuação dos sujeitos em sua realidade e em seu ambiente.

Nessa direção, o perfil dos jovens do EMITec mostrou que eles concebem a escola não apenas como espaço de escolarização, mas também como lugar de troca de experiências, de constituição de amizades e de socialização, assim como ambiente para conseguir uma vida mais confortável por meio da educação, que assume o caráter de instrumento de transformação da realidade. Os jovens relacionam a escola com seus projetos para o futuro, visto que associam o ensino formal à conquista de uma vida melhor e de um bom emprego. A pesquisa possibilitou compreender que o campo tem lugar central na vida destes jovens e a possibilidade de sair desse espaço está associada

unicamente à garantia dos meios para a sobrevivência. Os jovens expressam a importância desse lugar enquanto território de identidade e têm construídos seus modos de vida, de ser, de relacionar-se com seu espaço e com o outro. Isso denuncia a necessidade de políticas públicas de valorização do meio rural de modo a garantir condições dignas de vida para as pessoas nesse espaço.

No que concerne às expectativas de formação dos jovens estudantes, percebemos que a escola (EMITec) tem papel importante na vida deles, pois a educação é concebida como meio para alcançar um futuro melhor, representado com a aquisição de um bom emprego. E mesmo enfrentando desafios para frequentar a escola, como longa jornada diária de trabalho, estradas ruins, cansaço, transporte escolar precário, os jovens demonstram ter esperança de que por meio da educação poderão mudar sua situação financeira. Entretanto, percebemos algumas limitações do Programa no que concerne à formação libertadora e emancipatória, uma vez que as aulas seguem um currículo que não abre espaço para o protagonismo juvenil nem tampouco dialoga com as questões relacionadas à cultura do povo camponês. O que exige a criação de alternativas que favoreçam o acesso ao Ensino Médio contextualizado com seus interesses e realidade sociocultural.

Outro aspecto observado e que merece atenção do governo diz respeito à necessidade de formação continuada para os professores mediadores de base. Esses professores possuem um conhecimento profundo da realidade dos jovens do EMITec que precisa ser valorizado em sua prática diária com esses estudantes. O fato de limitar a atuação desses mediadores apenas ao manuseio dos equipamentos para a transmissão, aplicação e correção de provas (enviadas prontas pelo Programa), execução de atividades e para fazer o lanche escolar, acarreta o desperdício de habilidades e desvalorização desse professor. As entrevistas evidenciaram que as professoras mediadoras de base sabem os caminhos para desenvolver uma educação que desperte o interesse dos jovens estudantes e esteja de acordo com a realidade camponesa, entretanto, a configuração da proposta do EMITec não contempla esses aspectos. Realidade que reforça a necessidade de uma reconfiguração na proposta de oferta do Ensino Médio no campo, de maneira que leve em conta não apenas os conhecimentos científicos, mas que dialogue com os temas relacionados à vida dos sujeitos do campo e que valorize os profissionais da educação que fazem parte desse espaço.

Assim, falar sobre a influência do EMITec na vida estudantil do jovem do campo não se limita apenas à discussão sobre certificação acadêmica, mas analisar, também,

como a formação estudantil do jovem do campo pode contribuir para sua atuação social. E nesse contexto, é necessário que o EMITec reconheça que os jovens estão inseridos em outros espaços educativos e que chegam à escola com uma diversidade cultural que precisa ser levada em conta no contexto escolar. Observamos que o projeto de ensino do EMITec vai na contramão da Educação do Campo demandada pelos movimentos sociais. O modelo educacional reivindicado por esses movimentos, com destaque para o MST, abrange a luta pela valorização da cultura e da identidade do povo camponês, a defesa da educação como espaço de formação de militância para defender a terra como espaço de produção da vida e contemplando todas as vivências dos atores dessa história, o respeito à realidade histórica dos sujeitos do campo como centro do processo educacional e uma educação construída dentro de uma complexa e significativa rede de saberes passados de geração para geração.

Nessa perspectiva, os resultados da pesquisa revelaram que, no que diz respeito à juventude do campo, observa-se que as políticas públicas ainda são um assunto pouco discutido e que não chega a muitas comunidades; marcadas por influências diversas as políticas públicas para a juventude camponesa ainda carecem de maior atenção do poder público quanto à sua efetivação e garantia de direitos dessa categoria social. No setor educacional, observa-se que a criação do EMITec denuncia a necessidade de investimento em infraestrutura das escolas do campo, capacitação dos professores mediadores e elaboração de uma proposta condizente com as especificidades de cada comunidade. Isso com vistas à valorização e emancipação política da juventude desse espaço. Assim, o Programa não dialoga com as políticas de Educação do Campo reivindicadas pelos movimentos sociais. Vale ressaltar que as considerações apresentadas não visam depreciar o Programa, mas discutir que a iniciativa governamental, embora seja válida, carece de ponderações e de reorganização curricular com a participação da comunidade e que leve em conta as expectativas de futuro dos jovens.

## REFERÊNCIAS

- ADRIÃO, T. *et al.* Financiamento do Ensino Médio no Brasil: estudo sobre os gastos públicos na região Sudeste. **Políticas Educativas**, Santa Maria, v. 10, n. 2, p. 17-36, 2017. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/Poled/article/view/76802>. Acesso em: 10 jan. 2021.
- AFONSO, A. J. Reforma do Estado e Políticas Educacionais: entre a crise do Estado-Nação e a emergência da regulação supranacional. **Educação e Sociedade**, ano XXII, n. 75, ago. 2001.
- ALVES, M. Z.; OLIVEIRA, I. Juventudes e Territórios: o campo e a cidade. *In*: CORREA, L. M.; ALVES, M. Z.; MAIA, C. L. (orgs.) **Cadernos temáticos: juventude brasileira e Ensino Médio**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.
- ALVES, M. Z.; HERMONT, C. Estratégias metodológicas de trabalho com jovens. *In*: CORREA, M. L.; ALVES, M. Z.; LINHARES, C. (orgs.) **Cadernos temáticos: juventude brasileira e ensino médio**. Belo Horizonte: UFMG, 2014.
- ANDRADE, M. M. de. **Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2003.
- ARANHA, R. R. **Ensino Médio com Intermediação Tecnológica: um estudo da implementação de uma política pública educacional no estado da Bahia**. 2018. Dissertação (Mestrado em Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação) – Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2018.
- ARAÚJO, R. S. de. Contribuições da Metodologia WebQuest no Processo de letramento dos alunos nas séries iniciais no Ensino Fundamental. *In*: MERCADO, L. P. L. (org.). **Vivências com Aprendizagem na Internet**. Maceió: Edufal, 2005.
- ARIÈS, P. **História Social da Criança e da Família**. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981.
- ARROYO, G. M. A escola do campo e a pesquisa do campo: metas. *In*: MOLINA, M. C. **Educação do campo e pesquisas: questões para reflexão**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006.
- ARROYO, M. G. A educação básica e o movimento social do campo. *In*: ARROYO, M. G.; CALDART, R.; MOLINA, M. **Por uma educação do campo**. Petrópolis: Vozes, 2004.
- ARROYO, M. G. A Educação Básica e o Movimento Social do Campo. *In*: ARROYO, M. G.; FERNANDES, B. M. **A educação básica e o movimento social do campo**. Brasília: Articulação Nacional “Por uma Educação do Campo”, 1999.
- ARROYO, M. G. Políticas de formação de educadores(as) do campo. **Cad. CEDES**, Campinas-SP, v. 27, n. 72, maio/ago. 2007. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-32622007000200004](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-32622007000200004). Acesso em: 17 jan. 2021.

ARROYO, M. G.; CALDART, R.; MOLINA, M. C. (Orgs). **Por uma educação do campo**. Petrópolis: Vozes, 2004.

ARROYO, M. G.; FERNANDES, B. M. **A educação básica e o movimento social do campo**. Brasília: Articulação Nacional “Por uma Educação do Campo”, 1999. (Coleção Por uma Educação do Campo, 2).

BAHIA (Estado). **Portaria n.º 424, de 21 de janeiro de 2011**. Implanta o Programa Ensino Médio com Intermediação Tecnológica (EMITEC). Salvador: EGBA, 2011.

BARRETO FILHO, O.; SANTOS, L. M. dos. Ensino Médio com Intermediação Tecnológica (EMITEC): inclusão e escolarização na zona rural e regiões remotas. *In*: SANTOS, L. M. (org.). **Educação Básica com Intermediação Tecnológica: tendências e práticas**. v. 3. Salvador-BA: Fast Designer, 2015.

BEZERRA NETO, L. A Educação Rural no contexto das lutas do MST. *In*: ALVES, G. L. (org.). **Educação no campo: recortes no tempo e no espaço**. Campinas-SP: Autores Associados, 2009. (Coleção educação contemporânea).

BICALHO, R.; CARDOSO, A. Educação do Campo e Movimentos Sociais: possibilidades de formação. *In*: SANTOS, A. R. dos *et al.* **Educação e Movimentos Sociais: análises e desafios**. v. 4. 1. ed. Jundiaí-SP: Paco Editorial, 2019.

BOF, A. M. *et al.* (org.). **A educação no Brasil rural**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2006.

BRASIL. **Lei n. 4024, de 20 de dezembro de 1961**. Fixa Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: Palácio do Planalto, 1961. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/Ccivil\\_03/leis/L4024](http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/L4024). Acesso em: 4 jan. 2021.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário, MDA. 2016. <http://www.abc.gov.br/training/informacoes/InstituicaoMDA.aspx>

BRASIL. **Lei n. 5692, de 11 de agosto de 1971**. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Brasília: Palácio do Planalto, 1971. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/15692.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/15692.htm). Acesso em: 4 jan. 2021.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988: atualizada até a Emenda Constitucional n. 20, de 15-12-1998.

BRASIL. **Lei n. 9394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Palácio do Planalto, 1996. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm). Acesso em: 16 jan. 2021.

BRASIL. **Parecer CEB nº 15/98**. Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Brasília: Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação, 1998a.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais:** terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: introdução aos parâmetros curriculares nacionais. Brasília: MEC, Secretaria de Educação Fundamental, 1998b.

BRASIL. **Lei n. 1172, de 9 de janeiro de 2001.** Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Brasília: Palácio do Planalto, 2001. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/L10172.pdf>. Acesso em: 9 jan. 2021.

BRASIL. **Resolução CNE/CEB 1, de 3 de abril de 2002.** Institui Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. 2002. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=13800-rceb001-02-pdf&category\\_slug=agosto-2013-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=13800-rceb001-02-pdf&category_slug=agosto-2013-pdf&Itemid=30192). Acesso em: 17 jan. 2021.

BRASIL. **PRONERA Manual de Operações.** Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário 2004.

BRASIL. **Grupo Permanente de Trabalho de Educação do Campo.** Referência para uma política nacional de Educação do Campo. Caderno de subsídios. Brasília: MEC, 2005a.

BRASIL. **Decreto n.º 5622, de 19 de dezembro de 2005.** Regulamenta o art. 80 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Palácio do Planalto, 2005b. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2005/decreto/d5622.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%205.622%2C%20DE%2019%20DE%20DEZEMBRO%20DE%202005.&text=Regulamenta%20o%20art%20e%20bases%20da%20educa%C3%A7%C3%A3o%20nacional](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5622.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%205.622%2C%20DE%2019%20DE%20DEZEMBRO%20DE%202005.&text=Regulamenta%20o%20art%20e%20bases%20da%20educa%C3%A7%C3%A3o%20nacional). Acesso em: 4 nov. 2019.

BRASIL. **Guia de Políticas Públicas de Juventude.** Brasília: Secretaria-Geral da Presidência da República, 2006.

BRASIL. **Parecer CNE/CEB nº 23/2007.** Consulta referente às orientações para o atendimento da Educação do Campo. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=14344-pceb023-07&category\\_slug=outubro-2013-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=14344-pceb023-07&category_slug=outubro-2013-pdf&Itemid=30192). Acesso em: 17 jan. 2021.

BRASIL. **Resolução CNE/CEB n. 2, de 28 de abril de 2008.** Estabelece diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=11841-rceb002-08-pdf&category\\_slug=outubro-2012-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=11841-rceb002-08-pdf&category_slug=outubro-2012-pdf&Itemid=30192). Acesso em: 17 jan. 2021.

BRASIL. **Decreto n.º 6.755, de 29 de janeiro de 2009.** Institui a Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica, disciplina a atuação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES no fomento a programas de formação inicial e continuada, e dá outras providências. Brasília: Câmara

dos Deputados, 2009. Disponível em:

<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2009/decreto-6755-29-janeiro-2009-585786-norma-pe.html>. Acesso em: 17 jan. 2021.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2010a.

BRASIL. **Decreto n.º 7.352, de 4 de novembro de 2010**. Dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA. Brasília: Palácio do Planalto, 2010b. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-010/2010/decreto/d7352.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-010/2010/decreto/d7352.htm). Acesso em: 26 jun. 2015.

BRASIL. **Guia de livros didáticos: PNLD Campo 2013**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão Guia de Livros, 2012a.

BRASIL. MEC. **Programa Nacional de Educação do Campo: PRONACAMPO**. Brasília: MEC, 2012b. Disponível em: <http://www.consed.org.br/images/phocadownload/pronacampo.pdf>. Acesso em: 26 jun. 2015.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação (PNE) 2012-2020**. Brasília: MEC, 2012c.

BRASIL. **Portaria n. 86, de 1º de fevereiro de 2013**. Institui o Programa Nacional de Educação do Campo - PRONACAMPO, e define suas diretrizes gerais. Brasília: MEC, 2013a. Disponível em: [http://www.lex.com.br/legis\\_24140877\\_PORTARIA\\_N\\_86\\_DE\\_1\\_DE\\_FEVEREIRO\\_DE\\_2013.aspx](http://www.lex.com.br/legis_24140877_PORTARIA_N_86_DE_1_DE_FEVEREIRO_DE_2013.aspx). Acesso em: 26 jun. 2015.

BRASIL. **Estatuto da juventude**: atos internacionais e normas correlatas. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2013b.

BRASIL. **Cartilha de Políticas Públicas para a Juventude**. Secretaria Nacional de Juventude, 2013c.

BRASIL. **Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014.

BRASIL. **Resolução n. 510, de 7 de abril de 2016**. Trata sobre as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisa em ciências humanas e sociais. Brasília: Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde, 2016.

CANÁRIO, R. A escola no mundo rural: contributos para a construção de um objecto de estudo. **Educação, Sociedade & Culturas**, n. 14, p. 121–139, 2000.

CALDART, R. S. A escola do campo em movimento. **Currículo sem Fronteiras**, v. 3, n. 1, p. 60-81, jan./jun. 2003.



- CALDART, R. S. Elementos para construção do projeto político e pedagógico da Educação do Campo. **Trabalho Necessário**, ano 2, n. 2, 2004.
- CALDART, R. S. Sobre educação do campo. *In*: FERNANDES, B. M. *et al.* **Educação do Campo: campo-políticas públicas – educação**. Brasília: Incra, MDA, 2008.
- CALDART, R. Por uma educação do campo: traços de uma identidade em construção. *In*: ARROYO, M.; CALDART, R.; MOLINA, M. C. (orgs). **Por uma educação do campo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.
- CAMACHO, L. M. Y.; A invisibilidade da juventude na vida escolar. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 22, n. 2, p. 325-343, jul./dez. 2004. Disponível em: <http://www.ced.ufsc.br/nucleos/nup/perspectivas.html>. Acesso em: 17 jan. 2021.
- CAREGNATO, R. C. A.; MUTT, R. Pesquisa Qualitativa: análise de discurso versus análise de conteúdo. **Texto Contexto Enferm**, Florianópolis, out-dez. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/tce/v15n4/v15n4a17.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2021.
- CARRANO, Paulo C. Rodrigues. Identidades juvenis e escola. Alfabetização e Cidadania, São Paulo: Rede de Apoio à Ação Alfabetizadora no Brasil (RAAAB), n.10, p.16, nov. 2000.
- CASTELLS, M. **A galáxia da Internet: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade**. Rio de Janeiro. Zahar, 2003.
- CARNEIRO, M. J. Juventude rural: projeto e valores. *In*: ABRAMO, H. W.; BRANCO, P. P. M. (orgs.). **Retratos da Juventude Brasileira: análises de uma pesquisa nacional**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2008. p. 243-261.
- CARNOY, M. **Educação, Economia e Estado: base e superestrutura e relações e mediações**. Tradução de Dagmar M. L. Zibas. São Paulo: Cortez, Autores Associados, 1984.
- CASTRO, E. G. de. **Entre Ficar e Sair: uma etnografia da construção da categoria jovem rural**. 2005. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Rio de Janeiro, 2005.
- CASTRO, E. G. de. **Os jovens estão indo embora? – a construção da categoria juventude rural em movimentos sociais no Brasil**. Projeto de Pesquisa. Rio de Janeiro: DLCS/UFRRJ/FAPERJ, 2006.
- CASTRO, E. G. *et al.* **Os jovens estão indo embora? Juventude rural e a construção de um ator político**. Rio de Janeiro: EDUR, 2009.
- COELHO, L. R. S. A função social da escola na educação do campo. **Revista Lugares de Educação**, Bananeiras-PB, v. 1, n. 2, p. 136-149, jul./dez. 2011. Disponível em: [www.periodicos.ufpb.br/index.php/rle/article/download/10972/7268](http://www.periodicos.ufpb.br/index.php/rle/article/download/10972/7268). Acesso em: 8 out. 2020.

CORREIA, M. da C. A. **Ensino médio com intermediação tecnológica (EMITec):** percepções dos sujeitos sobre os avanços e limitações deste programa nas comunidades rurais do município de Itaguaçu da Bahia. 2015. Dissertação (Mestrado em Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação) – Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2015.

CORTI, A. P.; SOUZA, R. **Diálogos com o mundo juvenil:** subsídios para educadores. 2. ed. São Paulo: Ação Educativa, 2012.

COUTINHO, S. M. R. **Ser professor do Ensino Rural:** Condições de Trabalho da Professora Mediadora do EMIttec. 2016. Dissertação (Mestrado em Educação e Contemporaneidade) – Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2016.

CORRÊA, J. **Novas Tecnologias da informação e da comunicação.** Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

DANTAS, P. R.; OLIVEIRA, J. M. da S.; REIS, M. S dos. O perfil da juventude escolar de uma comunidade. *In:* SANTOS, A. R. dos *et al.* **Educação e Movimentos Sociais:** análises e desafios. 1. ed. v. 4. Jundiaí, SP: Paco Editorial, 2019.

DAYRELL, J. A escola como espaço sociocultural. *In:* DAYRELL, J. (org). **Múltiplos olhares sobre educação e cultura.** Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1996.

DAYRELL, J.; CARRANO, P. C. R. Jovens no Brasil: difíceis travessias de fim de século e promessas de um outro mundo. *In:* 25ª Reunião Anual Andep. **Anais...** Caxambu, 2002, p. 01-33.

DAYRELL, J. O jovem como sujeito social. **Revista Brasileira de Educação.** n. 24, p. 40-52, set./dez. 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbedu/n24/n24a04.pdf>. Acesso em: 17 jan. 2021.

DAYRELL, J. A escola ‘faz’ as juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil. **Educação e Sociedade,** v. 28, n. 100, p. 1105-1128, out. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/RTJFy53z5LHTJjFSzq5rCPH/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 6 jan. 2021.

DAYRELL, J. Uma diversidade de sujeitos. O aluno do ensino médio: o jovem desconhecido. *In:* BRASIL. **Juventude e escolarização:** os sentidos do Ensino Médio. Ano XIX, boletim 18. Brasília: Secretaria de Educação a Distância. Ministério da Educação, 2009.

DEMO, P. **Pesquisa e informação qualitativa:** aportes metodológicos. 5. ed. Campinas, SP: Papirus, 2012.

DULCI, L. **A juventude rural e o futuro da agricultura familiar no Brasil.** Edição 145, fev. 2016. Disponível em: <http://www.teoriaedebate.org.br/index.php?q=materias/sociedade/juventude-rural-e-o-futuro-da-agricultura-familiar-no-brasil>. Acesso em: 30 out. 2020.

DURAND, O. C. da S.; ALVES, S. de C. Juventude do campo na busca da escolarização/qualificação: uma experiência em Santa Catarina. *In:* LEÃO, G.;

ANTUNES-ROCHA, M. I. (orgs.). **Juventudes do Campo**. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

FERNANDES, B. M. Os campos da pesquisa em educação do campo: espaço e território como categorias essenciais. *In*: MOLINA, M. **A pesquisa em Educação do Campo**. Brasília: Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária, 2006.

FERNANDES, I. de S. Juventude: uma categoria sócio-histórica. *In*: **Formação de Professores, Complexidade e trabalho docente**. XII Congresso Nacional de Educação – EDUCERE. PUC-PR, 2015. Disponível em: [https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/17672\\_8290.pdf](https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/17672_8290.pdf). Acesso em: 17 jan. 2021.

FERNANDES, I. L. A construção de políticas públicas de educação do campo através das lutas dos movimentos sociais. **Revista Lugares de Educação**, Bananeiras-PB, v. 4, n. 8, p. 125-135, jan./jun. 2014. Disponível em: <http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/rle>. Acesso em: 3 abr. 2020.

FERREIRA, G. R. A. M.; SILVA, D. M. V. da.; PEREIRA, S. L. P. de O. **Inclusão de Práticas Educativas como inserção Tecnológica no Ensino de Ciências da Natureza na Modalidade Ead**. Salvador, 2016.

FREIRE, P. **Pedagogia da indignação**. São Paulo: Editora da Unesp, 2000.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. rev. e atual. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

FREITAS, L. G.; FRANÇA, C. C.; ALVES, L. A. de S. Juventude e aprendizagem com as tecnologias: uma reflexão a partir da abordagem histórico-cultural. *In*: SOUSA, C. Â. de M. *et al* (org.). **Juventudes e Tecnologias: Sociabilidades e Aprendizagens**. Brasília: Liber Livro, 2015.

FRIGOTO, G. Expectativas Juvenis e identidades do Ensino Médio. Ensino Médio no Brasil: “Juventudes” com futuro interrompido. *In*: BRASIL. **Juventude e escolarização: os sentidos do Ensino Médio**. Brasília: Ministério da Educação, 2009.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. (orgs.). **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1995.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GIMONET, J. C. **Praticar e compreender a Pedagogia da Alternância dos CEFFAs**. Tradução de Thierry de Burghgrave. Petrópolis-RJ: Vozes, Paris, 2007.

GUIMARÃES, M. C. R. As novas formas de organização e articulação das classes dominantes: o MBL em questão. **Revista de Políticas Públicas**, v. 22, n. 2, 2018. Disponível em: <http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/10558/6164>. Acesso em: 12 jan. 2020.

GODOY, N. A era digital chega aos assentamentos. **Revista Fatos da Terra**, n. 19, 2007. Disponível em: <http://www.itesp.sp.gov.br/br/info/publicacoes/arquivos/FatosTerra19.pdf>. Acesso em: 22 dez. 2019.

GOMES, W. B. S. N. **Educação e Tecnologia no Campo**: potencialidades e limites do Programa Ensino Médio com Intermediação Tecnológica – Emitec para a formação de jovens em Angico, na Bahia. Brasília: UnB, 2013.

GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

GUGÉ, L. R. *et al.* A interatividade no EMITec – Ensino Médio com Intermediação Tecnológica no Distrito de Ressaca situado no município de Piripá – BA. *In: Seminário Gepráxis*, Vitória da Conquista, v. 6, n. 6, p. 2939-2956, 2017. Disponível em: <http://periodicos.uesb.br/index.php/semgepraxis/article/view/7410>. Acesso em: 10 mar. 2020.

HOFLING, E. de M. Estado e Políticas Públicas Sociais. **Cadernos Cedes**, ano XXI, n. 55, nov. 2001.

HORNBURG, N.; SILVA, R. da. Teorias sobre currículo: uma análise para compreensão e mudança. **Revista de divulgação técnico-científica do ICPG**, v. 3, n. 10, jan./jun. 2007. Disponível em: <https://www.trabalhosfeitos.com/ensaios/Teorias-Sobre-Curr%C3%ADculo-Uma-An%C3%A1lise-Para/935718.html>. Acesso em: 17 jan. 2021.

KENSKI, V. M. Aprendizagem mediada pela tecnologia. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 4, n. 10, p. 47-56, set./dez. 2003.

KREMER, A. A nucleação escolar e o processo de desenraizamento nas comunidades rurais do município de Bom Retiro/SC. *In: MUNARIM, A.; BELTRAME, S. A. B.; CONDE, S. F.; PEIXER, Z. I. (orgs.) Educação do Campo*: políticas públicas, territorialidades e práticas pedagógicas. Florianópolis: Insular, 2011.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LEÃO, G.; ANTUNES-ROCHA, M. I. Juventudes no/do campo: questões para um debate. *In: LEÃO, G.; ANTUNES-ROCHA, M. I. (orgs.) Juventudes do Campo*. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

LEÃO, G.; CARMO, H. C. do. Os jovens e a escola. *In: CORREA, L. M.; ALVES, M. Z.; MAIA, C. L. (orgs.) Cadernos Temáticos*: Juventude Brasileira e Ensino Médio. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2014.

LEÃO, G.; NONATO, S. Juventude e trabalho. *In: CORREA, L. M.; ALVES, M. Z.; MAIA, C. L. (orgs.) Cadernos Temáticos*: Juventude Brasileira e Ensino Médio. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2014.

LEITE, S. C. **Escola Rural**: urbanização e políticas educacionais. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

LÉVY, P. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 2005.

LOPES, B.; AMARAL, J. N. **Políticas Públicas**: conceitos e práticas. Belo Horizonte: Sebrae, 2008.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MAGALHÃES, B. A. C. S.; SILVA, L. T. da. Os caminhos da pedagogia da alternância no Brasil: o que temos em comum? **Revista Humanidades e Inovação**, v. 7, n. 12, 2020. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadesinovacao/issue/view/77>. Acesso em: 15 jan. 2021.

MARX, K. **A ideologia alemã**. 9. ed. São Paulo: Hucitec, 1993.

MARX, K. Trabalho e Educação. In: FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; CALDART, R. S. (orgs.). **História, Natureza, Trabalho e Educação**. São Paulo: Expressão Popular, 2020.

MARTINS, C. H. dos S.; CARRANO, P. C. R. A escola diante das culturas juvenis: reconhecer para dialogar. **Educação**, Santa Maria, v. 36, n. 1, p. 43-56, jan./abr. 2011.

MARTINS, M. **Juventude e reforma agrária**: o caso do Assentamento Rural Paz na Terra, RJ. Dissertação, Mestrado de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2008.

MENEZES, M. A.; STROPASOLAS, V. L.; BARCELLOS, S. B. (orgs.). **Juventude rural e políticas públicas no Brasil**. Brasília: Presidência da República, 2014. Disponível em: [http://juventude.gov.br/articles/participatorio/0009/2708/Miolo\\_Juventude\\_rural\\_web.pdf](http://juventude.gov.br/articles/participatorio/0009/2708/Miolo_Juventude_rural_web.pdf). Acesso em: 4 fev. 2020.

MERCADO, L. P. L. **Novas tecnologias na educação**: reflexões sobre a prática. Maceió: EDUFAL, 2002.

MINAYO, M. C. de S. **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. 24. ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 1994.

MOLINA, M. C.; ANTUNES ROCHA, M. I. Educação do campo, história, práticas e desafios no âmbito das políticas de formação de professores – reflexões sobre o Pronera e o Procampo. **Revista Reflexão e Ação**, Santa Cruz do Sul, v. 22, n. 2, p. 220-253, jul./dez. 2014. Disponível em: <http://online.unisc.br/seer/index.php/reflex/index>. Acesso em: 10 maio 2020.

- MOORE, M. G. **Educação a distância**: uma visão integrada. São Paulo: Cengage Learning, 2008.
- MORIN, E. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. 2. ed. Brasília: UNESCO, 2010.
- MUNARIM, A. Educação do Campo e políticas públicas: controvérsias teóricas e políticas. *In*: MUNARIM, A.; BELTRAME, S. A. B.; CONDE, S. F.; PEIXER, Z. I. (orgs.). **Educação do Campo**: políticas públicas, territorialidades e práticas pedagógicas. Florianópolis: Insular, 2011.
- NEVES, J. L. Pesquisa Qualitativa: características, usos e possibilidades. **Cadernos de Pesquisa em Administração**, São Paulo, v. 1, n. 3, 1996. Disponível em: [https://www.academia.edu/8171621/PESQUISA\\_QUALITATIVA\\_CHARACTER%C3%8DSTICAS\\_USOS\\_E\\_POSSIBILIDADES](https://www.academia.edu/8171621/PESQUISA_QUALITATIVA_CHARACTER%C3%8DSTICAS_USOS_E_POSSIBILIDADES). Acesso em: 20 nov. 2020.
- NOSELLA, P. **Educação no campo**: origens da pedagogia da alternância no Brasil. Vitória: EDUFES, 2014.
- OLIVEIRA, P. de S. **Caminhos de construção da pesquisa em Ciências Humanas**. São Paulo: Editora da UNESP, 1998.
- PAIS, J. M. A construção sociológica da juventude – alguns contributos. **Análise Social**, v. XXV, 1990. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/282670420\\_A\\_Construcao\\_Sociologica\\_da\\_Juventude\\_-\\_alguns\\_contributos](https://www.researchgate.net/publication/282670420_A_Construcao_Sociologica_da_Juventude_-_alguns_contributos). Acesso em: 17 dez. 2019.
- PAIS, J. M. **Culturas Juvenis**. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2003.
- PARANÁ (Estado). **Diretrizes Curriculares da Educação do Campo**. Curitiba: Secretaria de Estado da Educação, 2006.
- PINHEIRO, M. do S. D. A concepção de educação do campo no cenário das políticas públicas da sociedade brasileira. **Cadernos ANPAE**, Rio Grande do Sul, 2007.
- PORTO, T. M. E. As tecnologias estão na escola. E agora, o que fazer com elas? *In*: FANTIN, M.; RIVOLTELLA, P. C. **Cultura digital e escola**: Pesquisa e Formação de professores. Campinas-SP: Papyrus Editora, 2012.
- POULANTZAS, N. **O Estado, o Poder, o Socialismo**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. **Metodologia do trabalho científico**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.
- RIBEIRO, M. Educação do Campo e Escola Ativa: contradições na política educacional no Brasil. **Educação em Revista**, Marília, v. 12, n. 2, p. 23, jul./dez. 2011.
- RIBEIRO, M. Verbete: educação rural. *In*: CALDART, R. S. (org.). **Dicionário da Educação do Campo**, Rio de Janeiro/São Paulo: Expressão Popular, 2012.

ROMANELLI, O. de O. **História da Educação no Brasil (1930/1973)**. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

SALES, C. de M. V. Pesquisa Qualitativa: cartografando novos percursos na produção de conhecimento. *In*: DAMASCENO, M. N.; SALES, C. V. (org.). **O caminho se faz ao caminhar**: elementos teóricos e práticas na pesquisa qualitativa. Fortaleza: Editora da UFC, 2005.

SALES, C. de M. V. Juventudes, novas experimentações, conexões e interatividade. *In*: **XV Congresso Brasileiro de Sociologia**. Curitiba-PR, 2011.

SALES, C. de M. V.; ALMEIDA, N. R. O. de. Jovens do campo e o uso das redes sociais online em suas práticas cotidianas. *In*: LEÃO, G.; ANTUNES-ROCHA, M. I. (orgs.). **Juventudes do Campo**. 1 ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

SANCHO, J. M. **Tecnologias para transformar a educação**. Tradução de Valério Campos. Porto Alegre: Artmed, 2006.

SANTOS, G. Não vou sair do campo. *In*: **MST – Setor de Educação, Cantares da Educação do Campo**. São Paulo, 2006.

SANTOS, L. M. (org.) **Educação Básica com Intermediação Tecnológica**: tendências e práticas. v. 3. Salvador-BA: Fast Designer, 2015.

SANTOS, R. B.; SILVA, M. A. Políticas públicas em Educação do Campo: Pronera, Procampo e Pronacampo. **Revista Eletrônica de Educação**, v. 10, n. 2, p. 135-144, 2016.

SANTOS, L. M.; ARAÚJO, H. A. B. Ensino Médio com Intermediação Tecnológica (EMITec): inclusão e escolarização na zona rural e regiões remotas. Salvador-BA, 2017. Disponível em: <https://docplayer.com.br/60530137-Ensino-medio-com-intermediacao-tecnologica-emitec-inclusao-e-escolarizacao-na-zona-rural-e-regioes-remotas.html>. Acesso em: 20 out. 2019.

SANTOS, S. M. R. **EMITec**: perfil, desafios e perspectivas do professor mediador. 2018. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Santa Cruz, Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências. Ilhéus-BA, 2018.

SANTOS, A. R.; NUNES, C. P. **Reflexões sobre Políticas Públicas Educacionais para o Campo no contexto brasileiro**. Salvador-BA: EDUFBA, 2020.

SILVA, R. S.; SILVA, V. R. Política Nacional de Juventude: trajetória e desafios. **CADERNO CRH**, Salvador, v. 24, n. 63, p. 663-678, 2011.

SILVA, D. M. V.; PINHEIRO, M. T. F.; SANTOS, L. M. Educação básica com intermediação tecnológica: aprendizagem significativa dos educandos através da apropriação de artefatos. *In*: **Formação de Professores**: contextos, sentidos e práticas. IV Seminário Internacional de Representações Sociais, Subjetividade e Educação. VI Seminário Internacional sobre Profissionalização Docente. XIII Congresso Nacional de Educação. 2017. Disponível em:

[https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2017/26261\\_13385.pdf](https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2017/26261_13385.pdf). Acesso em: 16 dez 2019.

SOUZA, C. Políticas públicas: questões temáticas e de pesquisa. **Caderno CRH**, Salvador, n. 39, jul./dez. 2003.

SPOSITO, M. P. Estudos sobre juventude em educação. **Revista Brasileira de Educação**, n. 5, 1997. Disponível em: [http://www.feis.unesp.br/Home/DSAA/DSAA/ProjetoGQT-SCM/documentos/educacao/educa%E7%E3o%20e%20juventudeMARILIA\\_PONTES\\_SPOSITO.pdf](http://www.feis.unesp.br/Home/DSAA/DSAA/ProjetoGQT-SCM/documentos/educacao/educa%E7%E3o%20e%20juventudeMARILIA_PONTES_SPOSITO.pdf). Acesso em: 17 jan. 2021.

SPOSITO, M. P.; GALVÃO, I. A experiência e as percepções de jovens na vida escolar na encruzilhada das aprendizagens: o conhecimento, a indisciplina, a violência. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 22, n. 2, jul./dez. 2004. Disponível em: <http://www.unifal-mg.edu.br/cienciassociais/system/files/anexos/Minicurso%20-%20Ensino%20M%C3%A9dio%20-%20Texto%201.pdf>. Acesso em: 17 jan. 2021.

SOUZA, M. A. Educação do Campo: direitos, experiências e inquietações político-pedagógicas. In: MUNARIM, A.; BELTRAME, S. A. B.; CONDE, S. F.; PEIXER, Z. I. (orgs.) **Educação do Campo**: políticas públicas, territorialidades e práticas pedagógicas. Florianópolis: Insular, 2011.

TAFFAREL, C. N. Z.; CARVALHO, M. S. A extinção da SECADI: um golpe fatal nas conquistas no campo da educação. **Cadernos GPOSSHE**, Fortaleza, v. 2, n. 1, 2019. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/CadernosdoGPOSSHE/article/view/1523>. Acesso em: 17 jan. 2021.

TEIXEIRA, P. M. M.; MEGID NETO, J. Uma proposta de tipologia para pesquisas de natureza interventiva. **Ciênc. Educ.**, Bauru, v. 23, n. 4, p. 1055-1076, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ciedu/v23n4/1516-7313-ciedu-23-04-1055.pdf>. Acesso em: 17 jan. 2021.

THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação**. São Paulo: Cortez, 1985.

TORTAJADA, J.; PELÁEZ, A. (eds.). **Ciencia, tecnologia y sociedad**. Madrid: Sistema, 1997.

VEIGA, I. P. A. (org.). **Projeto Político-Pedagógico da escola**: uma construção possível. 14. ed. Papirus, 2002.

VERGUTZ, C. L. B. O caminho da aprendizagem na pedagogia da alternância e o sujeito alternante. In: **IX Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul**. 2012. Disponível em: <http://www.uces.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/3216/67#:~:text=O%20movimento%20alternando%20proposto%20pela,em%20espa%C3%A7os%20e%20tempos%20diversos>. Acesso em: 10 jan. 2021.



VILLAS, S.; NONATO, S. Juventude e projetos de futuro. *In*: CORREA, L. M.; ALVES, M. Z.; MAIA, C. L. (orgs.) **Cadernos temáticos: juventude brasileira e Ensino**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2014.

VIVAS, M. I. Q. **Do ensino médio ao superior**: a trajetória dos egressos da rede pública estadual nos *Campi* Universitários de Serrinha e Conceição do Coité da Uneb. 2015. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade do Estado da Bahia, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade. Salvador, 2015.

VISBISKI, V. N.; WEIRICH NETO, P. H. Casa Familiar Rural: uma escola diferente. **Revista Extensão Rural**, ano XI, jan./dez. 2004.

WANDERLEY, Maria Nazareth. **Juventude rural**: vida no campo e projetos para o futuro. Relatório final de pesquisa CNPq, Universidade Federal de Pernambuco. Recife, maio de 2006.

WEISHEIMER, N. Sobre a invisibilidade social das juventudes rurais. **Densidades**, n. 1, ano 1, dez. 2013.

WEISHEIMER, N. Sobre a situação juvenil na agricultura familiar. *In*: LEÃO, G.; ANTUNES-ROCHA, M. I. **Juventudes do Campo**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

**ANEXO A: OFÍCIO À DIREÇÃO ESCOLAR**

Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC  
Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em Educação - PPGE - Formação de  
Professores da Educação Básica

**Ofício Circular Nº. S/N**

Instituição Cedente: Escola Municipal Marcos Freire  
Nome do Dirigente: Raine Márcia Lopes Cavalcante  
Função: Diretora

Prezada Senhora,

O acesso aos bens culturais produzidos pela humanidade se faz necessário a todo ser humano, e a Educação, direito reconhecido pela Constituição Federal, faz parte do conjunto desses bens. Assim, vimos através deste solicitar que a discente **Inaiara Alves Rolim** regularmente matriculada nesta Instituição de Ensino, Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC, no curso de Pós-graduação *Strictu Sensu* Mestrado Profissional em Educação, matrícula nº **201910163**, possa realizar a Pesquisa de Campo intitulada “*Políticas Educacionais para o Ensino Médio no Campo com Intermediação Tecnológica: perspectivas de formação dos jovens de uma comunidade rural da EX-PEC Serra do Ramalho - BA*”, nessa unidade escolar, com objetivos de colher dados para elaboração e construção de trabalho de conclusão de curso, necessários para integralização de seu curso de mestrado.

Neste sentido, solicitamos de Vossa Senhoria, que se digne conceder ao discente em questão o usufruto desse direito bem como o cumprimento da obrigação que lhe é inerente como estudante da Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC, Campus de Ilhéus/BA.

Atenciosamente,

---

Elis Cristina Fiamengue  
Matr. 73438701-7  
Orientadora

## ANEXO B: TERMO DE CONSENTIMENTO À EQUIPE GESTORA



Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC  
Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em Educação - PPGE - Formação de  
Professores da Educação Básica

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – Para equipe gestora

À Equipe Gestora,

Temos o prazer de convidá-la/o a participar da pesquisa “**Políticas Educacionais para o Ensino Médio no Campo com Intermediação Tecnológica: perspectivas de Formação dos jovens de uma comunidade rural da Ex-PEC Serra do Ramalho – BA**”, realizada por mim, Inaiara Alves Rolim, pesquisadora do curso de pós-graduação Mestrado Profissional em Educação, da Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC, sob a orientação da Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Elis Cristina Fiamengue. Esta pesquisa parte da necessidade de estudar a respeito de como as experiências e perspectivas de formação dos jovens do campo é tratada no ambiente escolar no sentido de elaborar estratégias para desenvolver um trabalho pedagógico que contemple as especificidades dessa categoria social. Com esta pesquisa, buscamos analisar se as políticas públicas educacionais para o Ensino Médio do Campo por Intermediação Tecnológica contribuem com as perspectivas de formação dos estudantes de uma comunidade rural da Ex-PEC Serra do Ramalho – BA. Esse objetivo se desdobra em outros objetivos específicos, que são: descrever e analisar a proposta pedagógica do Ensino Médio no Campo com Intermediação Tecnológica - EMITec e em que medida esta proposta dialoga com as expectativas de formação dos jovens estudantes do campo; identificar as políticas públicas educacionais para o Ensino Médio no Campo com Intermediação Tecnológica - EMITec; traçar o perfil e descrever as perspectivas de formação acadêmica dos jovens em questão.

Para fazer esta pesquisa vamos coletar informações de diferentes formas. Serão analisados dados gerais sobre os jovens estudantes que fazem parte do EMITec nesta Escola Marcos Freire; observaremos os estudantes da pesquisa e sua relação com a escola e os saberes curriculares, além de buscar por meio da observação identificar como os elementos da cultura juvenil são contemplados pela escola. A observação será registrada em diário de campo, com acesso restrito à pesquisadora. Assim, lhe convidamos para participar de uma entrevista com o objetivo de conhecer o processo de implementação e funcionamento do EMITec nesta escola e como a proposta deste programa é desenvolvida na escola. A entrevista será individual, podendo ser gravada ou transcrita, a depender do posicionamento do participante, e abordará questões relacionadas aos desafios, possibilidades de aprendizagem e como a proposta pedagógica do EMITec é concebida e desenvolvida dentro da escola. Os locais e horários de acompanhamentos serão combinados com você respeitando suas

possibilidades e preferências. Por provocar uma intervenção, é possível que esta pesquisa represente alguma forma de risco como, desconforto, constrangimento, incômodo, possibilidade de dano, imediato ou tardio, no plano individual ou coletivo. Para minimizar possível desconforto ou constrangimento a entrevista será respondida de forma individual, apenas com a presença da pesquisadora, em ambiente apropriado e apenas a pesquisadora terá acesso à entrevista. Caso você sinta-se constrangido por algum motivo, terá total liberdade de se negar a continuar participando da pesquisa. É garantido que a pesquisa não representa qualquer forma de gasto, tampouco remuneração aos participantes. É garantido também que, mesmo não previsto, se o participante tiver gastos decorrentes da pesquisa, ele será ressarcido. Ainda, é garantido o direito a indenização se o participante tiver qualquer dano decorrente da sua participação na pesquisa. O benefício relacionado à sua participação será de aumentar o conhecimento científico para a área da Educação do Campo e de sua juventude. É importante dizer que o uso do material coletado será destinado exclusivamente para a realização desta pesquisa e os resultados divulgados em eventos, revistas científicas ou livros. Suas respostas serão tratadas de forma anônima e confidencial, isto é, em nenhum momento será divulgado o seu nome em qualquer fase do estudo. Quando for necessário exemplificar determinada situação, sua privacidade será assegurada uma vez que seu nome será substituído de forma aleatória. As informações coletadas ficarão sob a responsabilidade da pesquisadora responsável, guardados em sua residência por um período mínimo de 05 (cinco) anos. Você tem a liberdade de negar a sua participação em qualquer fase da pesquisa, não tendo nenhum prejuízo ou represália por isto. Este documento foi impresso em duas vias, o Sr (a) receberá uma via deste termo onde consta o e-mail do pesquisador responsável, e demais membros da equipe, podendo tirar as suas dúvidas sobre o projeto e sua participação, agora ou a qualquer momento. Desde já agradecemos!

---

Elis Cristina Fiamengue (Orientadora UESC)

Email: [eliscf@gmail.com](mailto:eliscf@gmail.com)

Tel.: (73)9 9160-9305

---

Inaiara Alves Rolim (Pesquisadora responsável)

Email: [inaiararolim@gmail.com](mailto:inaiararolim@gmail.com)

Tel.: (77)9 9998-0673

Eu \_\_\_\_\_ estou de acordo em participar do estudo proposto, sabendo que dele poderei desistir a qualquer momento, sem sofrer qualquer punição ou constrangimento.

Serra do Ramalho/BA, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2019.

---

Participante da Pesquisa

## ANEXO C: TERMO DE CONSENTIMENTO PARA ALUNOS MAIORES



Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC  
Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em Educação - PPGE - Formação de  
Professores da Educação Básica

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – Para alunos maiores

Caro (a) aluno (a),

Temos o prazer de convidá-la/o a participar da pesquisa “**Políticas Educacionais para o Ensino Médio no Campo com Intermediação Tecnológica: perspectivas de Formação dos jovens de uma comunidade rural da Ex-PEC Serra do Ramalho – BA**”, realizada por mim, Inaiara Alves Rolim, pesquisadora do curso de pós-graduação Mestrado Profissional em Educação, da Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC, sob a orientação da Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Elis Cristina Fiamengue. Esta pesquisa parte da necessidade de estudar a respeito de como as experiências e perspectivas de formação dos jovens do campo é tratada no ambiente escolar no sentido de elaborar estratégias para desenvolver um trabalho pedagógico que contemple as especificidades dessa categoria social. Com esta pesquisa, buscamos analisar se as políticas públicas educacionais para o Ensino Médio do Campo por Intermediação Tecnológica contribuem com as perspectivas de formação dos estudantes de uma comunidade rural da Ex-PEC Serra do Ramalho – BA. Esse objetivo se desdobra em outros objetivos específicos, que são: descrever e analisar a proposta pedagógica do Ensino Médio no Campo com Intermediação Tecnológica - EMITec e em que medida esta proposta dialoga com as expectativas de formação dos jovens estudantes do campo; identificar as políticas públicas educacionais para o Ensino Médio no Campo com Intermediação Tecnológica - EMITec; traçar o perfil e descrever as perspectivas de formação acadêmica dos jovens em questão.

Para fazer esta pesquisa vamos coletar informações de diferentes formas. Serão analisados dados gerais sobre os jovens estudantes que fazem parte do EMITec nesta Escola Marcos Freire; observaremos os estudantes da pesquisa e sua relação com a escola e os saberes curriculares, além de buscar por meio da observação identificar como os elementos da cultura juvenil são contemplados pela escola. A observação será registrada em diário de campo, com acesso restrito à pesquisadora. Assim, lhe convidamos para responder a um questionário e participar de um grupo focal que abordará questões sobre o tema da pesquisa. O questionário será individual, para aprofundarmos em algumas questões sobre a proposta pedagógica do EMITec e o diálogo com as expectativas de formação e os elementos da cultura juvenil. O grupo focal será gravado em áudio, que ficará sob poder apenas da pesquisadora e acontecerá apenas com a participação dos alunos e da pesquisadora e em ambiente apropriado; discutirá sobre questões relacionadas às experiências na escola e em sua comunidade. Os locais e horários de acompanhamentos serão combinados com você e seu (sua)

monitor (a), respeitando suas possibilidades e preferências. Por provocar uma intervenção, é possível que esta pesquisa represente alguma forma de risco como, desconforto, constrangimento, incômodo, possibilidade de dano, imediato ou tardio, no plano individual ou coletivo. Para minimizar possível desconforto ou constrangimento o questionário será respondido de forma individual, apenas com a presença da pesquisadora, em ambiente apropriado e apenas a pesquisadora terá acesso ao questionário. Caso você sinta-se constrangido por algum motivo, terá total liberdade de se negar a continuar participando da pesquisa. É garantido que a pesquisa não representa qualquer forma de gasto, tampouco remuneração aos participantes. É garantido também que, mesmo não previsto, se o participante tiver gastos decorrentes da pesquisa, ele será ressarcido. Ainda, é garantido o direito a indenização se o participante tiver qualquer dano decorrente da sua participação na pesquisa. O benefício relacionado à sua participação será de aumentar o conhecimento científico para a área da Educação do Campo e de sua juventude. É importante dizer que o uso do material coletado será destinado exclusivamente para a realização desta pesquisa e os resultados divulgados em eventos, revistas científicas ou livros. Sua identidade ficará assegurada, tendo em vista que não utilizaremos seu nome verdadeiro na divulgação da pesquisa. As informações coletadas ficarão sob a responsabilidade da pesquisadora responsável, guardados em sua residência por um período mínimo de 05 (cinco) anos. Você tem a liberdade de negar a sua participação em qualquer fase da pesquisa, não tendo nenhum prejuízo ou represália por isto. Este termo foi impresso em duas vias e ficará uma com você e outra com a pesquisadora. Neste termo consta o e-mail do pesquisador responsável, e demais membros da equipe, podendo tirar as suas dúvidas sobre o projeto e sua participação, agora ou a qualquer momento. Desde já agradecemos!

---

Elis Cristina Fiamengue (Orientadora UESC)  
Email: [eliscf@gmail.com](mailto:eliscf@gmail.com)  
Tel.: (73)9 9160-9305

---

Inaiara Alves Rolim (Pesquisadora responsável)  
Email: [inaiararolim@gmail.com](mailto:inaiararolim@gmail.com)  
Tel.: (77)9 9998-0673

Eu \_\_\_\_\_ estou de acordo em participar do estudo proposto, sabendo que dele poderei desistir a qualquer momento, sem sofrer qualquer punição ou constrangimento.

Serra do Ramalho/BA, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2019.

---

Participante da Pesquisa

**ANEXO D: TERMO DE ASSENTIMENTO PARA ALUNOS MENORES**

Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC  
Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em Educação - PPGE - Formação de  
Professores da Educação Básica

**TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO –**  
Discentes de 15 a 17 anos

Caro (a) aluno (a),

Temos o prazer de convidá-la/o a participar da pesquisa “**Políticas Educacionais para o Ensino Médio no Campo com Intermediação Tecnológica: perspectivas de Formação dos jovens de uma comunidade rural da Ex-PEC Serra do Ramalho – BA**”, realizada por mim, Inaiara Alves Rolim, pesquisadora do curso de pós-graduação Mestrado Profissional em Educação, da Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC, sob a orientação da Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Elis Cristina Fiamengue. Esta pesquisa parte da necessidade de estudar a respeito de como as experiências e perspectivas de formação dos jovens do campo é tratada no ambiente escolar no sentido de elaborar estratégias para desenvolver um trabalho pedagógico que contemple as especificidades dessa categoria social. Com esta pesquisa, buscamos analisar se as políticas públicas educacionais para o Ensino Médio do Campo por Intermediação Tecnológica contribuem com as perspectivas de formação dos estudantes de uma comunidade rural da Ex-PEC Serra do Ramalho – BA. Esse objetivo se desdobra em outros objetivos específicos, que são: descrever e analisar a proposta pedagógica do Ensino Médio no Campo com Intermediação Tecnológica - EMITec e em que medida esta proposta dialoga com as expectativas de formação dos jovens estudantes do campo; identificar as políticas públicas educacionais para o Ensino Médio no Campo com Intermediação Tecnológica - EMITec; traçar o perfil e descrever as perspectivas de formação acadêmica dos jovens em questão.

Para fazer esta pesquisa vamos coletar informações de diferentes formas. Serão analisados dados gerais sobre os jovens estudantes que fazem parte do EMITec nesta Escola Marcos Freire; observaremos os estudantes da pesquisa e sua relação com a escola e os saberes curriculares, além de buscar por meio da observação identificar como os elementos da cultura juvenil são contemplados pela escola. A observação será registrada em diário de campo, com acesso restrito à pesquisadora. Assim, lhe convidamos para responder a um questionário e participar de um grupo focal que abordará questões sobre o tema da pesquisa. O questionário será individual, para aprofundarmos em algumas questões sobre a proposta pedagógica do EMITec e o diálogo com as expectativas de formação e os elementos da cultura juvenil. O grupo focal será gravado em áudio, que ficará sob poder apenas da pesquisadora e acontecerá apenas com a participação dos alunos e da pesquisadora e em ambiente apropriado; discutirá sobre questões relacionadas às experiências na escola e em sua comunidade. Os locais e horários de acompanhamentos serão combinados com você e seu (sua) monitor (a), respeitando suas possibilidades e preferências. Por provocar uma intervenção, é possível que esta pesquisa represente alguma forma de risco como, desconforto, constrangimento, incômodo, possibilidade de dano, imediato ou tardio, no plano individual ou coletivo. Para

minimizar possível desconforto ou constrangimento o questionário será respondido de forma individual, apenas com a presença da pesquisadora, em ambiente apropriado e apenas a pesquisadora terá acesso ao questionário. Caso você sinta-se constrangido por algum motivo, terá total liberdade de se negar a continuar participando da pesquisa. É garantido que a pesquisa não representa qualquer forma de gasto, tampouco remuneração aos participantes. É garantido também que, mesmo não previsto, se o participante tiver gastos decorrentes da pesquisa, ele será ressarcido. Ainda, é garantido o direito a indenização se o participante tiver qualquer dano decorrente da sua participação na pesquisa. O benefício relacionado à sua participação será de aumentar o conhecimento científico para a área da Educação do Campo e de sua juventude. É importante dizer que o uso do material coletado será destinado exclusivamente para a realização desta pesquisa e os resultados divulgados em eventos, revistas científicas ou livros. Sua identidade ficará assegurada, tendo em vista que não utilizaremos seu nome verdadeiro na divulgação da pesquisa. As informações coletadas ficarão sob a responsabilidade da pesquisadora responsável, guardados em sua residência por um período mínimo de 05 (cinco) anos. Você tem a liberdade de negar a sua participação em qualquer fase da pesquisa, não tendo nenhum prejuízo ou represália por isto. Se você ou os responsáveis por você tiver (em) dúvidas com relação ao estudo, antes ou durante o andamento da pesquisa, você tem total liberdade para contatar o (a) pesquisador(a), cujos contatos estão listados neste documento. Este termo será impresso em duas vias e ficará uma com você e outra com a pesquisadora. Pode ser que este documento denominado TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO contenha palavras ou ideias que você não entenda. Por favor, peça ao responsável pela pesquisa para explicar qualquer palavra ou informação que você não entenda claramente. Este documento foi impresso em duas vias, você receberá uma via deste termo onde consta o e-mail do pesquisador responsável, e demais membros da equipe, podendo tirar as suas dúvidas sobre o projeto e sua participação, agora ou a qualquer momento. Desde já agradecemos!

---

Elis Cristina Fiamengue (Orientadora UESC)

Email: [eliscf@gmail.com](mailto:eliscf@gmail.com)

Tel.: (73)9 9160-9305

---

Inaiara Alves Rolim (Pesquisadora responsável)

Email: [inaiararolim@gmail.com](mailto:inaiararolim@gmail.com)

Tel.: (77)9 9998-0673

Eu \_\_\_\_\_ estou de acordo com a minha participação no estudo proposto, sabendo que dele poderá desistir a qualquer momento, sem sofrer qualquer punição ou constrangimento.

Serra do Ramalho/BA, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2019.

---

Assinatura do participante



## ANEXO E: TERMO DE CONSENTIMENTO PARA OS PAIS



Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC  
Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em Educação - PPGE - Formação de  
Professores da Educação Básica

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO Para pais ou responsáveis

Caro Sr<sup>o</sup>. Pai ou responsável,

Temos o prazer de solicitar sua permissão para seu(sua) filho(a) participar da pesquisa **“Políticas Educacionais para o Ensino Médio no Campo com Intermediação Tecnológica: perspectivas de Formação dos jovens de uma comunidade rural da Ex-PEC Serra do Ramalho – BA”**, realizada por mim, Inaiara Alves Rolim, pesquisadora do curso de pós-graduação Mestrado Profissional em Educação, da Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC, sob a orientação da Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Elis Cristina Fiamengue. Esta pesquisa parte da necessidade de estudar a respeito de como as experiências e perspectivas de formação dos jovens do campo é tratada no ambiente escolar no sentido de elaborar estratégias para desenvolver um trabalho pedagógico que contemple as especificidades dessa categoria social. Com esta pesquisa, buscamos analisar se as políticas públicas educacionais para o Ensino Médio do Campo por Intermediação Tecnológica contribuem com as perspectivas de formação dos estudantes de uma comunidade rural da Ex-PEC Serra do Ramalho – BA. Esse objetivo se desdobra em outros objetivos específicos, que são: descrever e analisar a proposta pedagógica do Ensino Médio no Campo com Intermediação Tecnológica - EMITec e em que medida esta proposta dialoga com as expectativas de formação dos jovens estudantes do campo; identificar as políticas públicas educacionais para o Ensino Médio no Campo com Intermediação Tecnológica - EMITec; traçar o perfil e descrever as perspectivas de formação acadêmica dos jovens em questão.

Para fazer esta pesquisa vamos coletar informações de diferentes formas. Serão analisados dados gerais sobre os jovens estudantes que fazem parte do EMITec nesta Escola Marcos Freire; observaremos os estudantes da pesquisa e sua relação com a escola e os saberes curriculares, além de buscar por meio da observação identificar como os elementos da cultura juvenil são contemplados pela escola. A observação será registrada em diário de campo, com acesso restrito à pesquisadora. Assim, pedimos autorização para seu(sua) filho(a) responder a um questionário e participar de um grupo focal que abordará questões sobre o tema da pesquisa. O questionário será individual, para aprofundarmos em algumas questões sobre a proposta pedagógica do EMITec e o diálogo com as expectativas de formação e os elementos da cultura juvenil. O grupo focal será gravado em áudio, que ficará sob poder apenas da pesquisadora e acontecerá apenas com a participação dos alunos e da pesquisadora e em ambiente apropriado; discutirá sobre questões relacionadas às experiências na escola e em sua comunidade. Os locais e horários de acompanhamentos serão combinados com seu(sua) filho(a) e o(a) monitor(a), respeitando suas possibilidades e preferências. Por provocar uma intervenção, é possível que esta pesquisa represente alguma forma de risco como,

desconforto, constrangimento, incômodo, possibilidade de dano, imediato ou tardio, no plano individual ou coletivo. Para minimizar possíveis riscos de desconforto ou constrangimento questionário será respondido de forma individual, apenas em presença da pesquisadora, em ambiente apropriado e apenas a pesquisadora terá acesso ao questionário. Caso o Sr<sup>o</sup>.(a) ou seu filho(a) sinta-se constrangido por algum motivo, terá total liberdade de negar a participação na pesquisa. É garantido que a pesquisa não representa qualquer forma de gasto, tampouco remuneração aos participantes. É garantido também que, mesmo não previsto, se o participante tiver gastos decorrentes da pesquisa, ele será ressarcido. Ainda, é garantido o direito a indenização se o participante tiver qualquer dano decorrente da sua participação na pesquisa. O benefício relacionado à sua participação será de aumentar o conhecimento científico para a área da Educação do Campo e de sua juventude. É importante dizer que o uso do material coletado será destinado exclusivamente para a realização desta pesquisa e os resultados divulgados em eventos, revistas científicas ou livros. O anonimato dos participantes ficará assegurado, tendo em vista que não utilizaremos o nome verdadeiro na divulgação da pesquisa. As informações coletadas ficarão sob a responsabilidade da pesquisadora responsável, guardados em sua residência por um período mínimo de 05 (cinco) anos. Você tem a liberdade de negar a sua participação em qualquer fase da pesquisa ou retirar seu consentimento a qualquer momento, não tendo nenhum prejuízo ou represália por isto. Este documento foi impresso em duas vias, o Sr (a) receberá uma via deste termo onde consta o e-mail do pesquisador responsável, e demais membros da equipe, podendo tirar as suas dúvidas sobre o projeto e sua participação, agora ou a qualquer momento. Desde já agradecemos!

---

Elis Cristina Fiamengue (Orientadora UESC)  
Email: [eliscf@gmail.com](mailto:eliscf@gmail.com)  
Tel.: (73)9 9160-9305

---

Inaiara Alves Rolim (Pesquisadora responsável)  
Email: [inaiararolim@gmail.com](mailto:inaiararolim@gmail.com)  
Tel.: (77)9 9998-0673

Eu \_\_\_\_\_  
responsável por \_\_\_\_\_ estou de acordo  
com a participação do meu(minha) filho(a) no estudo proposto, sabendo que dele poderá  
desistir a qualquer momento, sem sofrer qualquer punição ou constrangimento.

Serra do Ramalho/BA, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2019.

---

Pai ou responsável ou impressão datiloscopia

---

Testemunha 1

---

Testemunha 2

## ANEXO F: TERMO DE CONSENTIMENTO PARA OS PROFESSORES MEDIADORES



Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC  
Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em Educação - PPGE - Formação de  
Professores da Educação Básica

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – Para professores mediadores

Caro(a) Professor(a),

Temos o prazer de convidá-la/o a participar da pesquisa “**Políticas Educacionais para o Ensino Médio no Campo com Intermediação Tecnológica: perspectivas de Formação dos jovens de uma comunidade rural da Ex-PEC Serra do Ramalho – BA**”, realizada por mim, Inaiara Alves Rolim, pesquisadora do curso de pós-graduação Mestrado Profissional em Educação, da Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC, sob a orientação da Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Elis Cristina Fiamengue. Esta pesquisa parte da necessidade de estudar a respeito de como as experiências e perspectivas de formação dos jovens do campo é tratada no ambiente escolar no sentido de elaborar estratégias para desenvolver um trabalho pedagógico que contemple as especificidades dessa categoria social. Com esta pesquisa, buscamos analisar se as políticas públicas educacionais para o Ensino Médio do Campo por Intermediação Tecnológica contribuem com as perspectivas de formação dos estudantes de uma comunidade rural da Ex-PEC Serra do Ramalho – BA. Esse objetivo se desdobra em outros objetivos específicos, que são: descrever e analisar a proposta pedagógica do Ensino Médio no Campo com Intermediação Tecnológica - EMITec e em que medida esta proposta dialoga com as expectativas de formação dos jovens estudantes do campo; identificar as políticas públicas educacionais para o Ensino Médio no Campo com Intermediação Tecnológica - EMITec; traçar o perfil e descrever as perspectivas de formação acadêmica dos jovens em questão.

Para fazer esta pesquisa vamos coletar informações de diferentes formas. Serão analisados dados gerais sobre os jovens estudantes que fazem parte do EMITec nesta Escola Marcos Freire; observaremos os estudantes da pesquisa e sua relação com a escola e os saberes curriculares, além de buscar por meio da observação identificar como os elementos da cultura juvenil são contemplados pela escola. A observação será registrada em diário de campo, com acesso restrito à pesquisadora. Assim, lhe convidamos para participar de uma entrevista com o objetivo de conhecer sua atuação no EMITec e como a proposta deste programa é desenvolvida na escola. A entrevista será individual, podendo ser gravada ou transcrita, a depender do posicionamento do participante e abordará questões relacionadas aos desafios, possibilidades de aprendizagem e como a proposta pedagógica do EMITec é concebida e desenvolvida dentro da escola. Os locais e horários de acompanhamentos serão combinados com você e seu (sua) monitor (a), respeitando suas possibilidades e preferências. Por provocar

uma intervenção, é possível que esta pesquisa represente alguma forma de risco como, desconforto, constrangimento, incômodo, possibilidade de dano, imediato ou tardio, no plano individual ou coletivo. Para minimizar possível desconforto ou constrangimento a entrevista será respondida de forma individual, apenas com a presença da pesquisadora, em ambiente apropriado e apenas a pesquisadora terá acesso à entrevista. Caso você sinta-se constrangido por algum motivo, terá total liberdade de se negar a continuar participando da pesquisa. É garantido que a pesquisa não representa qualquer forma de gasto, tampouco remuneração aos participantes. É garantido também que, mesmo não previsto, se o participante tiver gastos decorrentes da pesquisa, ele será ressarcido. Ainda, é garantido o direito a indenização se o participante tiver qualquer dano decorrente da sua participação na pesquisa. Você não terá nenhum custo com a pesquisa, bem como não receberá nenhuma gratificação financeira. O benefício relacionado à sua participação será de aumentar o conhecimento científico para a área da Educação do Campo e de sua juventude. É importante dizer que o uso do material coletado será destinado exclusivamente para a realização desta pesquisa e os resultados divulgados em eventos, revistas científicas ou livros. Suas respostas serão tratadas de forma anônima e confidencial, isto é, em nenhum momento será divulgado o seu nome em qualquer fase do estudo. Quando for necessário exemplificar determinada situação, sua privacidade será assegurada uma vez que seu nome será substituído de forma aleatória. As informações coletadas ficarão sob a responsabilidade da pesquisadora responsável, guardados em sua residência por um período mínimo de 05 (cinco) anos. Você tem a liberdade de negar a sua participação em qualquer fase da pesquisa, não tendo nenhum prejuízo ou represália por isto. Este documento foi impresso em duas vias, o Sr (a) receberá uma via deste termo onde consta o e-mail do pesquisador responsável, e demais membros da equipe, podendo tirar as suas dúvidas sobre o projeto e sua participação, agora ou a qualquer momento. Desde já agradecemos!

---

Elis Cristina Fiamengue (Orientadora UESC)

Email: [eliscf@gmail.com](mailto:eliscf@gmail.com)

Tel.: (73)9 9160-9305

---

Inaiara Alves Rolim (Pesquisadora responsável)

Email: [inaiararolim@gmail.com](mailto:inaiararolim@gmail.com)

Tel.: (77)9 9998-0673

Eu \_\_\_\_\_

estou de acordo em participar do estudo proposto, sabendo que dele poderei desistir a qualquer momento, sem sofrer qualquer punição ou constrangimento.

Serra do Ramalho/BA, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2019.

---

Participante da Pesquisa

## ANEXO G: QUESTIONÁRIO PARA ALUNOS



Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC  
Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em Educação - PPGE - Formação de  
Professores da Educação Básica

### QUESTIONÁRIO/ALUNO

**OBJETIVO:** estabelecer um contato com os jovens da escola, para conhecer seus posicionamentos diante de questões pertinentes à sua condição juvenil e relação com a escola; traçar o perfil dos jovens estudantes participantes da pesquisa.

<p>1. Idade:</p> <p>entre 15 e 20 anos (    )</p> <p>Entre 21 e 35 anos (    )</p> <p>Entre 35 e 40 anos (    )</p> <p>Mais de 40 anos (    )</p>
<p>2. Sexo:</p> <p>Feminino (    )</p> <p>Masculino (    )</p>
<p>3. Estado civil:.</p> <p>Solteiro (    )</p> <p>Casado (    )</p> <p>Outro (    )</p>
<p>4. Moradia:</p> <p>Própria (    )</p> <p>Alugada (    )</p> <p>Mora no local de trabalho (    )</p> <p>Mora com familiares (    )</p> <p>Mora com os pais (    )</p> <p>Outro (    )</p>
<p>5. Renda mensal familiar:</p> <p>Até 1 salário mínimo de R\$ 957,00 (    )</p> <p>De 1,1 salário mínimo até 2 salários (    )</p> <p>De 2,1 salários mínimos até 3 salários (    )</p> <p>De 3,1 salários mínimos até 4 salários (    )</p> <p>De 4,1 salários mínimos até 5 salários (    )</p> <p>Acima de 5,1 salários mínimos (    )</p>
<p>6. Qual o número de pessoas que vivem dessa renda familiar?</p> <p>02 pessoas (    )</p> <p>03 pessoas (    )</p> <p>04 pessoas (    )</p> <p>05 pessoas (    )</p> <p>06 pessoas (    )</p>

07 pessoas ( )
08 pessoas ( )
Acima de 08 pessoas ( )
7. Você nasceu no meio rural ou no meio urbano?
8. Se já morou na cidade explique como passou a morar no campo.
9. Você deseja um dia morar na cidade? Por quê? Porque gostaria de ficar no campo?
10. Desenvolve algum tipo de trabalho na comunidade onde vive? Se sim, qual?
11. Você gosta do seu trabalho? Se pudesse mudaria de trabalho? Se sim, porquê?
12. Quais suas expectativas para o futuro?
13. A escola pode contribuir para atingir sua expectativa? Como?
14. Você gosta de estudar? Você gosta da escola onde estuda? Porquê?
15. Você se sente acolhido pela escola? Como isso acontece? O que falta na escola? O que você mudaria?
16. Se pudesse mudaria alguma coisa na metodologia do EMITec? O que você mudaria? Porquê?
17. Você sente sua realidade contemplada no cotidiano escolar e nas aulas? Como isso acontece?
18. O que mais te deixa chateado na escola durante as aulas? Porquê?
19. Você acha os conteúdos interessantes? Mudaria alguma coisa? Se pudesse acrescentar algum conteúdo, qual seria? Porquê?
20. O que é ser jovem em sua opinião? E como é ser jovem no campo? Explique
21. Como é ser jovem dentro da escola e da sala de aula? Explique:
22. O que você faz para se divertir onde vocês moram? Aqui no campo falta alguma coisa para sua diversão? Explique:
23. Existe algo que não foi perguntado e que você gostaria de dizer?

## ANEXO H: ENTREVISTA COM PROFESSOR MEDIADOR



Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC  
Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em Educação - PPGE - Formação de  
Professores da Educação Básica

### ENTREVISTA PROFESSOR MEDIADOR

OBJETIVO: conhecer a atuação dos monitores e como a proposta do EMITec é desenvolvida na escola.

1. Idade: _____
2. Sexo: Feminino (    ) Masculino (    )
3. Estado civil:. Solteiro (    ) Casado (    ) Outro (    )
4. Moradia: Própria (    ) Alugada (    ) Mora no local de trabalho (    ) Mora com familiares (    ) Mora com os pais (    ) Outro (    )
5. Renda mensal familiar: Até 1 salário mínimo de R\$ 957,00 (    ) De 1,1 salário mínimo até 2 salários (    ) De 2,1 salários mínimos até 3 salários (    ) De 3,1 salários mínimos até 4 salários (    ) De 4,1 salários mínimos até 5 salários (    ) Acima de 5,1 salários mínimos (    )
6. Local de residência: _____
7. Qual a sua formação inicial?

8. Fez ou faz algum curso de formação continuada para atuar na educação à distância? Qual?
9. Como se tornou monitor do EMITec nesta escola?
10. Existe algum desafio para atuar nessa modalidade de educação? Se houver, qual(is) são e como faz para superá-lo(s)?
11. É oferecido, pelo Estado, algum curso de formação para atuar especificamente no EMITec? Se sim, explique.
12. Como a proposta do EMITec é desenvolvida nesta escola?
13. Quais suas atribuições dentro do programa do EMITec nesta escola?
14. Na sua opinião, o EMITec contribui efetivamente com a continuação da formação estudantil dos alunos desta escola? Explique.
15. De modo geral, como você descreveria o EMITec? (em termos de qualidade de ensino e aprendizagem)
16. Há alguma coisa, no seu ponto de vista, que precisa melhorar na oferta do EMITec? O que? Explique.



## ANEXO I: ROTEIRO DE OBSERVAÇÃO PARA REGISTRO NO DIÁRIO DE CAMPO



Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC  
Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em Educação - PPGE - Formação de Professores da Educação Básica

### ROTEIRO DE OBSERVAÇÃO/ REGISTRO DIÁRIO DE CAMPO

OBJETIVO: Conhecer como os jovens se comportam na escola, como exerce a sua subjetividade e qual seu posicionamento frente às regras e escolares.

1. Data da observação:
2. Horário da observação
3. Horário de entrada dos alunos na escola
4. Horário de entrada na sala
5. Caracterização do ambiente físico da escola:
6. Materiais didático-pedagógicos e tecnológicos:
7. Realidade socioeconômica da comunidade na qual a escola está inserida:
8. Como os alunos são recebidos na escola pelo porteiro:
9. Relacionamento dos professores com os alunos:
10. A organização pedagógica do programa dialoga com a cultura do jovem do campo?
11. Aspectos que possam surgir durante a observação:

## ANEXO J: ROTEIRO DE ANÁLISE DOCUMENTAL



Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC  
Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em Educação - PPGE - Formação de  
Professores da Educação Básica

### ROTEIRO DE ANÁLISE DOCUMENTAL

**OBJETIVO:** descrever e analisar a proposta pedagógica do EMITEC desenvolvida no contexto da unidade escolar da Comunidade Social de Benefícios da Ex-PEC Serra do Ramalho e em que medida esta proposta dialoga com as expectativas de formação dos jovens estudantes da unidade escolar em discussão.

1. Conhecer o Projeto Político Pedagógico – PPP do Ensino Médio no Campo com Intermediação Tecnológica – EMITEC, quando e em que contexto foi construído, quem participou de sua construção.
2. Analisar se o Projeto Político Pedagógico aborda a Educação do Campo.
3. Investigar, como a política do Ensino Médio no Campo com Intermediação Tecnológica foi implantada.
4. Analisar como o PPP aborda a categoria juventude, se reconhece suas especificidades.
5. Conhecer a concepção de Educação, de ensino e de aprendizagem disposta nas Diretrizes para o EMITEC.
6. Analisar se os objetivos do PPP contemplam os elementos da cultura juvenil.
7. Observar nas metas e estratégias do PPP se há alguma iniciativa voltada para o diálogo entre as perspectivas de formação juvenil e a prática pedagógica.
8. Conhecer como a proposta do EMITEC é desenvolvida na escola.
8. Investigar se a escola tem algum projeto que objetive a inclusão da cultura juvenil no cotidiano escolar e na prática pedagógica do professor.

## ANEXO K: ENTREVISTA COM COORDENADORA GERAL DO EMITEC



Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC  
Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em Educação - PPGE - Formação de  
Professores da Educação Básica

### **ENTREVISTA - COORDENAÇÃO DO EMITEC**

1. Enquanto uma política educacional, o EMITEC sofre influências de quais setores (sociais, políticos, econômicos e culturais)?
2. Em sua criação houve influências de ordem global/internacional? Houve influência a nível nacional e local?
2. A criação do EMITec foi inspirada em alguma política educacional? Se sim, qual?
3. Quais fatores levaram à criação do EMITec em 2011 e porque foi criado especificamente nessa época?
4. Quais os interesses que nortearam a criação e implantação do EMITec?
5. O programa tem atingido os interesses que levaram à sua criação? Como?
6. Quais os desafios para manter o programa atendendo os alunos das comunidades campesinas? O que está sendo feito para superar esses desafios?
7. Como aconteceu a criação do texto da política? Quem estava envolvido?
8. Os materiais relacionados ao EMITEC (manuais, orientações, diretrizes, Projeto Político Pedagógico, texto da política) é delivre acesso da comunidade?
9. Como acontece o processo de planejamento das aulas que são transmitidas? Esse planejamento é feito de acordo com as especificidades locais das comunidades atendidas ou segue uma diretriz específica?
10. Quais os principais desafios enfrentados pelos professores, mediadores e coordenadores do programa?
11. Quais os indicadores de desempenho/resultados? (alunos matriculados, alunos que já concluíram o ensino médio, comunidades atendidas)
12. Há muita evasão? Se sim, qual o indicador?
13. Como acontece a parceria entre Estado e municípios? O EMITec conta com total colaboração dos municípios?

14. Em sua visão, como o EMITec contribui para a formação acadêmica da juventude (ingressar no ensino superior)?
15. Quais critérios são estipulados para a implantação do EMITec em uma determinada comunidade?
16. O Programa conta com qual tipo de financiamento?
17. Caso haja algo que você queira mencionar e não foi perguntado, por favor pode se acrescentar aqui.

## **ANEXO L: ENTREVISTA COM A DIREÇÃO ESCOLAR**



Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC  
Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em Educação - PPGE - Formação de  
Professores da Educação Básica

### **ENTREVISTA DIREÇÃO ESCOLAR**

- 1.Importância do programa para a escola, para a comunidade e para os alunos
- 2.Deficiências do programa, o que precisa ser melhorado
- 3.Pontos positivos (levando em consideração as aulas, metodologia, organização, apoio ou não do Estado - o mesmo aspecto se aplica para o item anterior)
- 4.Implicações negativas do fechamento do programa para a escola, para a comunidade e para os alunos.

**ANEXO M: ENTREVISTA COM MORADOR (A) DA COMUNIDADE**

Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC  
Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em Educação - PPGE - Formação de  
Professores da Educação Básica

**ENTREVISTA – MORADOR (A) DA COMUNIDADE**

1. Idade: \_\_\_\_\_

2. Sexo:

Feminino ( )

Masculino ( )

3. Estado civil:

Solteiro ( )

Casado ( )

Outro ( ) \_\_\_\_\_

4. Moradia:

Própria ( )

Alugada ( )

Mora com familiares ( )

Mora com os pais ( )

Outro ( ) \_\_\_\_\_

5. Local de residência:

\_\_\_\_\_

6. Você tem filhos (as) ou parentes que estuda no EMITec?

\_\_\_\_\_

7. Porque seus parentes estudam no EMITec?

\_\_\_\_\_

8. Se pudesse, você colocaria seu (sua) Filho (a) para estudar em uma escola de ensino regular? Explique.

\_\_\_\_\_

9. Na sua opinião, o EMITec contribui efetivamente com a continuação da formação dos alunos? Explique.

---

10. De modo geral, como você descreveria o EMITec? (em termos de qualidade de ensino e aprendizagem)

---

11. Há alguma coisa, no seu ponto de vista, que precisa melhorar na oferta do EMITec? Explique.

---

12. Em sua opinião, o que significa o fechamento do EMITec para os alunos e para a comunidade? Existe alguma perda?

---

13. Quais os desafios que os alunos que pertenciam ao EMITec precisam enfrentar para concluir seus estudos?

---

14. O (a) senhor (a) considera importante a participação do (a) seu (sua) filho (a) no EMITec? Explique.

---



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ – UESC**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO**  
**MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO – PPGE**



**APÊNDICE A – PRODUTO EDUCACIONAL**

**PLANO DE FORMAÇÃO PARA JUVENTUDE DO CAMPO**



## PLANO DE FORMAÇÃO PARA JUVENTUDE DO CAMPO



Fonte: <https://es.dreamstime.com/ejemplo-de-salto-del-partido-la-celebraci%C3%B3n-gente-vector-el-hombre-y-mujer-felices-saltan-caracteres-alegr%C3%ADa-muchachos-muchachas-image110489273>



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ – UESC**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO**  
**MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO – PPGE**

**INAIARA ALVES ROLIM**  
**ELIS CRISTINA FIAMENGUE**

**PLANO DE FORMAÇÃO PARA JUVENIL DO CAMPO**

**ILHÉUS-BAHIA**  
**2021**

**INAIARA ALVES ROLIM  
ELIS CRISTINA FIAMENGUE**

**PLANO DE FORMAÇÃO PARA JUVENIL DO CAMPO**

Produto Educacional da pesquisa **Ensino Médio no/do Campo com Intermediação Tecnológica:** expectativas de formação dos jovens de uma comunidade rural do município de Serra do Ramalho/BA apresentado ao Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em Educação – PPGE, da Universidade Estadual de Santa Cruz, como parte das exigências para obtenção do título de Mestre em Educação.

Linha de Pesquisa: Políticas Educacionais e Gestão Escolar.

**ILHÉUS-BAHIA  
2021**

## **FICHA CATALOGRÁFICA**

## **AGRADECIMENTOS**

Nesses dois anos de muito estudo, pesquisa, esforço e empenho, agradeço aos entes que foram fundamentais nesse processo. Por isso, expresso minha gratidão a Deus em primeiro lugar, pela oportunidade de cursar o mestrado, pelos recursos para empreender essa jornada e pelas pessoas especiais que encontrei nessa caminhada.

Minha gratidão a minha família, em especial à minha mãe e minha irmã, pelo apoio constante, pela confiança e incentivo nos momentos de fraqueza e insegurança. Ao meu noivo Laercio, que sempre me incentivou a estudar e me ajudou nos momentos de desânimo.

Meu agradecimento especial à minha orientadora querida Elis Cristina, por me orientar com tanta dedicação e paciência. Nos momentos de ansiedade, sempre me deu o apoio necessário, deixando seus momentos de descanso para me ajudar a superar os obstáculos e dificuldades na pesquisa. Mais que uma orientadora, foi uma verdadeira amiga.

Gratidão a toda equipe do PPGE pela disponibilidade em nos acolher e responder aos nossos questionamentos, que não foram poucos durante esse percurso.

Agradeço às amigas maravilhosas que conquistei durante o período de realização do mestrado, em especial a Líbia, minha companheira de jornada. Às minhas amigas Raine, Sandra e Eleni pelo incentivo constante e pelas palavras encorajadoras.

Aos meus professores da graduação, Edna, Isaura, Luiz e Josias, que foram essenciais no meu processo de formação acadêmica e que contribuíram significativamente com meu processo de construção de conhecimento e ingresso nos estudos sobre a Educação do Campo.

Meu agradecimento especial aos jovens estudantes camponeses, aos moradores da comunidade, às professoras mediadoras do EMITec e à diretora da escola que aceitaram participar e contribuir com a pesquisa.

Não vou sair do campo / Pra poder ir pra escola  
Educação do campo / É direito e não esmola  
[...]

O povo camponês / O homem e a mulher  
O negro quilombola / Com seu canto de afoxé  
Ticuna, Caeté/ Castanheiros, seringueiros  
Pescadores e posseiros/ Nesta luta estão de pé

(Gilvan Santos, 2006)

## SUMÁRIO

	<b>APRESENTAÇÃO</b> .....	7
<b>1</b>	<b>ENSINO MÉDIO COM INTERMEDIÇÃO TECNOLÓGICA – EMITec: DESCRIÇÃO E CONSIDERAÇÕES</b> .....	8
<b>1.1</b>	<b>Aspectos positivos</b> .....	14
<b>1.2</b>	<b>Aspectos negativos</b> .....	14
<b>1.3</b>	<b>Proposições</b> .....	16
1.3.1	Sugestão de organização de conteúdos .....	17
<b>2</b>	<b>JUVENTUDE DO CAMPO, EDUCAÇÃO E TRABALHO</b> .....	20
<b>3</b>	<b>ENCAMINHAMENTOS E PROPOSTAS</b> .....	22
<b>3.1</b>	<b>Curso 1: Horticultura</b> .....	23
<b>3.2</b>	<b>Curso 2: Culinária</b> .....	23
<b>3.3</b>	<b>Curso 3: Técnicas Agrícolas</b> .....	24
<b>3.4</b>	<b>Curso 4: Corte e Costura</b> .....	24
<b>3.5</b>	<b>Curso 5: Corte de cabelo</b> .....	25
<b>3.6</b>	<b>Curso 6: Gestão e Comercialização</b> .....	25
<b>3.7</b>	<b>Curso 7: Informática Básica</b> .....	26
	<b>CONSIDERAÇÕES</b> .....	27
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	28

## APRESENTAÇÃO

O Produto Educacional é fruto da pesquisa intitulada Ensino Médio no/do Campo com Intermediação Tecnológica: expectativas de formação dos jovens de uma comunidade rural de Serra do Ramalho/BA, apresentada ao Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em Educação – PPGE, da Universidade Estadual de Santa Cruz, cujo objetivo foi analisar a proposta pedagógica do Ensino Médio no Campo com Intermediação Tecnológica – EMITec desenvolvida no contexto de uma comunidade rural do município de Serra do Ramalho/BA e em que medida dialoga com as expectativas de formação dos jovens da comunidade em discussão.

Durante a pesquisa, verificamos como acontece a implementação e funcionamento do EMITec numa escola de uma comunidade rural da EX-PEC Serra do Ramalho/BA, identificamos as expectativas de formação dos jovens da comunidade rural e como a proposta do EMITec pode contribuir e traçar o perfil dos jovens estudantes do EMITec.

O Programa EMITec foi criado em 2011 pela Secretaria de Educação do Governo do Estado da Bahia e oferta o Ensino Médio por meio da utilização de serviços de comunicação multimídia com som e imagem, transmitindo as aulas via satélite. Tem como objetivo atender jovens e adultos que residem em localidades distantes, ou de difícil acesso, de centros de ensino e aprendizagem onde há oferta do Ensino Médio regular; localidades que não possuem profissionais com formação específica em determinadas áreas de ensino. Tem como metas a conclusão do Ensino Médio, a inclusão social e o prosseguimento nos estudos.

Nesse contexto, este Produto Educacional faz inicialmente uma descrição e considerações sobre o EMITec, apresentando seus pontos positivos, negativos e uma proposta de reformulação do Programa de forma que seja implantado segundo as especificidades da Educação do Campo. Em seguida, fazemos uma breve reflexão sobre a juventude campesina na relação com a educação e o trabalho. Prosseguindo, apontamos alguns encaminhamentos e propostas que podem ser desenvolvidas no âmbito do currículo do Ensino Médio na parte diversificada. Nessa perspectiva, apresentamos alguns cursos de curta duração que podem contribuir tanto com a aprendizagem dos estudantes, quanto com a formação para o mundo do trabalho e para o desenvolvimento de atividades laborais que oportunizem a complementação da renda.



## 1 ENSINO MÉDIO COM INTERMEDIÇÃO TECNOLÓGICA – EMITec: DESCRIÇÃO E CONSIDERAÇÕES

O EMITec é uma política educacional que apresenta uma proposta de oferecer o Ensino Médio aos jovens e adultos estudantes que moram e trabalham em comunidades distantes ou de difícil acesso à rede estadual de ensino regular. Ao utilizar-se de serviços de comunicação multimídia com som e imagem, o Programa transmite as aulas via satélite e procura promover a interação entre o professor a distância por meio de *chats* mediados pelo professor mediador presencial. O Programa está presente em 362 comunidades de 133 municípios do estado da Bahia, garantindo o atendimento de adolescentes, jovens e adultos que residem e trabalham em comunidades que não possuem o Ensino Médio regular (ARANHA, 2018).

A implantação do EMITec é de responsabilidade da Secretaria de Educação em articulação com a Superintendência de Desenvolvimento da Educação Básica – SUDEB e o Instituto Anísio Teixeira – IAT. Para garantir essa parceria, o Programa conta com um Comitê Gestor formado por representantes da Superintendência da SEC – SUDEB, do IAT e do Gabinete do Secretário, cuja função é possibilitar as condições políticas, institucionais e técnicas para a execução do Programa, garantindo a organização dos processos de gestão por meio do monitoramento das ações do EMITec.

O centro de produção e transmissão de aulas do EMITec está localizado no Instituto Anísio Teixeira, situado em Salvador. Nesse centro acontece o planejamento e a geração das aulas, gestão da produção e postagem dos instrumentos avaliativos, acompanhamento da vida acadêmica dos alunos e promoção de cursos de capacitação para mediadores<sup>29</sup>. De acordo com as Orientações Gerais para Mediadores do EMITec (2013), o Programa está estruturado conforme os seguimentos apresentados no Quadro 1.

Quadro 1 – Seguimentos que compõem o Programa EMITec

(continua)

a) Coordenação Executiva do EMITec	Gestão geral do Programa.
b) Coordenação Pedagógica e de Área	Profissionais com formação diversificada, com o papel de fornecer orientação e acompanhamento pedagógico a professores e mediadores.

<sup>29</sup> BAHIA (Estado). **Orientações Gerais para Mediadores do EMITec**. Salvador: Secretaria de Educação, 2013.

Quadro 1 – Seguintos que compõem o Programa EMITec

(conclusão)

c) Secretaria do EMITec	Composta por uma equipe que colabora com a Coordenação Executiva do EMITec.
d) Setor de Avaliação	Responsável pela organização, revisão e postagem no AVA das avaliações realizadas pelos estudantes do EMITec.
e) Coordenação de Estúdio	Equipe de profissionais que atua diretamente na gestão dos trabalhos realizados nos estúdios que atendem ao Programa.
f) Professores	Profissionais da Rede Estadual de Educação, especialistas em diferentes áreas do saber, responsáveis por ministrar as aulas, construção das avaliações e pela elaboração dos instrumentos de suporte à aprendizagem dos alunos.
g) NRE/CEMIT/Escolas de Vinculação	Estabelecem contato direto com a Coordenação Executiva e Secretaria EMITec, com a função de acompanhar as turmas do EMITec, através dos Coordenadores Locais e Diretores.
h) Mediadores	Profissionais da área de educação que, embora não ministrem aulas, são fundamentais para o desenvolvimento das ações pedagógicas junto aos estudantes atendidos pelo Programa EMITec, realizando o acompanhamento da vida escolar do estudante, como a frequência, aplicação e correção dos instrumentos avaliativos dos estudantes.
i) Alunos	Jovens e adultos matriculados no Ensino Médio da Rede Estadual de Educação do Estado da Bahia, para as turmas do EMITec.

Fonte: EMITec (2011).

A tecnologia utilizada pelo Programa para as transmissões das aulas é a plataforma de telecomunicações via satélite com o *software* IPTV (*Internet Protocol Television*), que inclui recursos como videoconferência; as salas associadas ao Programa são equipadas com Antena VSAT bidirecional, roteador-receptor de satélite, cabeamento estruturado (LAN), microcomputador, *webcam* com microfone embutido, TV LCD 37 polegadas, impressora a *laser, no-break* e acesso à internet em banda larga via satélite. Outro recurso tecnológico que viabiliza a funcionalidade do Programa é a Plataforma *Moodle*, que se refere ao ambiente virtual de ensino destinado a oferecer

suporte teórico e metodológico aos professores especialistas e mediadores do Programa, bem como permite socializar as produções educativas dos estudantes.

Sua estrutura é composta de diretórios de acesso, nos quais são postadas as vídeo aulas, informações administrativas e pedagógicas, legislação educacional, material de ensino (vídeo, áudio, *slides*, textos, livros, revistas, jornais e outros de interesse geral) didático e formação de professores, além de produções discentes<sup>30</sup>. Nesse cenário, se analisarmos o Programa EMITec do ponto de vista da oferta, entendemos que ele está em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica, criadas através da Resolução n.º 4, de 13 de julho de 2010, em especial, no que se refere ao

estímulo à criação de métodos didático-pedagógicos utilizando-se recursos tecnológicos de informação e comunicação, a serem inseridos no cotidiano escolar, a fim de superar a distância entre estudantes que aprendem a receber informação com rapidez utilizando a linguagem digital e professores que dela ainda não se apropriaram (BRASIL, 2010a).

Por outro lado, do ponto de vista prático, o EMITec vai contra as DCN, uma vez que o currículo posto em prática não dialoga com as especificidades locais. Nesse sentido, o EMITec chega às comunidades campesinas para promover o acesso de jovens e adultos ao Ensino Médio objetivando suprir a ausência de professores especialistas, a falta de possibilidade em frequentar a escola de ensino regular, devido à distância, ampliando o atendimento para comunidades quilombolas, indígenas e rurais. Mas esse acesso acontece de um modo que precisa de reflexão, pois há outras formas de implementação do Ensino Médio no Campo. Uma delas seria investimento suficiente para um formato de educação regular. Outra, mais interessante, seria dentro do paradigma da Educação do Campo – pela Pedagogia da Alternância.

A proposta curricular do EMITec está estruturada de acordo com a organização curricular do Ensino Médio, embasada na Lei n.º 9.394/1996 e alterações. Desse modo, o currículo está dividido em quatro áreas do conhecimento: Linguagens, que reúne os Componentes curriculares: Língua Portuguesa e Literatura Brasileira, Artes, Educação Física (integrantes da Base Nacional Comum) e Língua Inglesa (integrante da Parte Diversificada); Ciências Humanas composta pelos Componentes curriculares: Geografia, História, Filosofia e Sociologia (todos integrantes da Base Nacional

---

<sup>30</sup> Informações disponíveis em: [tecnologiasocial.fbb.org.br/tecnologiasocial/banco-de-tecnologias-sociais/pesquisar-tecnologias/detalhar-tecnologia-39.htm](http://tecnologiasocial.fbb.org.br/tecnologiasocial/banco-de-tecnologias-sociais/pesquisar-tecnologias/detalhar-tecnologia-39.htm).

Comum); Ciências da Natureza, formada pelos seguintes Componentes curriculares: Física, Química e Biologia (todas integrantes da Base Nacional Comum; e Matemática, que possui apenas o Componente curricular: Matemática (integrante da Base Nacional Comum). O Quadro 2 mostra como está organizada a matriz curricular do EMITec em vigor.

Quadro 2 – Matriz Curricular do EMITec

	ÁREAS DE CONHECIMENTO	DISCIPLINAS	1ª SÉRIE		2ª SÉRIE		3ª SÉRIE		CH. TOTAL
			CH SEM	CH ANUAL	CH SEM	CH ANUAL	CH SEM	CH ANUAL	
<b>BASE NACIONAL COMUM</b>	1. Linguagens Códigos e suas Tecnologias	Língua Portuguesa e Literatura Brasileira	03	120	03	120	03	120	360
		Arte	01	40	01	40	01	40	120
		Educação Física	01	40	01	40	01	40	120
	2. Ciências da Natureza e suas Tecnologias	Física	02	80	02	80	02	80	240
		Química	02	80	02	80	02	80	240
		Biologia	02	80	02	80	02	80	240
	3. Matemática e suas Tecnologias	Matemática	03	120	03	120	03	120	360
	4. Ciências Humanas e suas Tecnologias	História	02	80	02	80	02	80	240
		Geografia	02	80	02	80	02	80	240
		Filosofia	02	80	02	80	02	80	240
		Sociologia	02	80	02	80	02	80	240
		<b>SUBTOTAL</b>	<b>22</b>	<b>880</b>	<b>22</b>	<b>880</b>	<b>22</b>	<b>880</b>	<b>2640</b>
	<b>PARTE DIVERSIFICADA</b>	Língua Estrangeira Moderna - Inglês	02	80	02	80	02	80	240
Atividades Complementares		01	40	01	40	01	40	120	
<b>SUBTOTAL</b>		<b>03</b>	<b>120</b>	<b>03</b>	<b>120</b>	<b>03</b>	<b>120</b>	<b>360</b>	
<b>TOTAL</b>		<b>25</b>	<b>1000</b>	<b>25</b>	<b>1000</b>	<b>25</b>	<b>1000</b>	<b>3000</b>	
<b>OBSERVAÇÕES:</b>									
-Cada série trabalhará um eixo norteador que será desenvolvido de forma interdisciplinar. O eixo <b>Cidadania</b> será trabalhado no 1º ano, <b>Diversidade</b> e Educação Ambiental no 2º ano e <b>Trabalho</b> no 3º ano.									
- O horário das aulas está estruturado em 03(três) tempos de aula por turno, sendo 50 minutos de exposição + 15 minutos de interatividade + 15 minutos para atividades em sala de aula, totalizando 80 minutos cada tempo.									
-A disciplina Atividades Complementares, além de sua carga horária normal, será trabalhada transversalmente em todas as disciplinas que compõem esse currículo do Ensino Médio, com o intuito de promover a interdisciplinaridade com todas as áreas de conhecimento do currículo, bem como de complementar a carga horária exigida por lei.									

Fonte: Bahia (2011).

De acordo com a matriz, a carga horária total do EMITec é cumprida em três anos letivos e soma 3.000 horas/aula, sendo 1.000 horas/aula anuais para cada uma das três séries do Ensino Médio. As aulas do Programa acontecem em horário estruturado em tempos de aprendizagem que diz respeito ao momento em que os alunos estão na escola, lugar em que as aulas são transmitidas em tempo real e durante toda a semana, no turno noturno. Os tempos de aprendizagem dividem-se em: a) exposição, momento da transmissão dos conteúdos; b) produção, quando os alunos são orientados na

realização de atividades; c) interatividade, momento de interação/acompanhamento por meio do *chat*.

No que se refere ao processo avaliativo, este constitui-se em um sistema padronizado construído segundo as habilidades específicas de cada componente curricular, seguindo as especificações da Lei de Diretrizes e Bases – LDB, das Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio, dos Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio, das Orientações Curriculares Estaduais para o Ensino Médio e os Princípios e Eixos da Educação na Bahia. Nesse processo, o EMITec utiliza como instrumentos avaliativos a Avaliação Qualitativa – AQ, que é feita pelo medidor de acordo com critérios pré-estabelecidos pela Coordenação Pedagógica do Programa; a Avaliação Presencial por Área – APA, que possui caráter multidisciplinar e se constitui a prova da unidade; e a Segunda Chamada, que é uma prova de recuperação da APA e deve ser agendada em até 48 horas antes. Os estudantes que estejam impossibilitados de frequentar a escola devido a problemas de saúde, maternidade ou acidentes, comprovados com atestado médico, contam com a Atividade Domiciliar para repor conteúdos e avaliações.

Outro mecanismo de avaliação é a Atividade Dirigida – AD, que se constitui um conjunto de avaliações de cunho teórico-prático elaboradas com ênfase em temas transversais por unidade; essa atividade é construída com base na interdisciplinaridade e é realizada com a supervisão do mediador. Também há o Momento de Retomada dos Conteúdos – MRC, que é uma recuperação paralela e acontece por semestre; as professoras mediadoras acompanham a realização dessa atividade. O Programa oferece ainda o ENEMITEC, cujo objetivo é a preparação dos estudantes para a realização do Exame Nacional do Ensino Médio. Por último, o EMITec tem a Prova Final, que se constitui a última avaliação da unidade (BAHIA, 2011). A Figura 1 mostra os instrumentos de avaliação do Programa.

Figura 1 – Instrumentos avaliativos do EMITec

TIPOS	VALOR
Avaliação Qualitativa (AQ)	1,0 ponto
Atividade Dirigida (AD)	3,0 pontos
Avaliação Presencial por Área (APA)	6,0 pontos
Momento de Retomada do Conteúdo (MRC)*	10,0 pontos
Atividade Domiciliar (AD)*	10,0 pontos
Prova Final*	10,0 pontos

Fonte: EMITec (2011).

A Figura 1 evidencia que o Programa tem um processo avaliativo bem sistematizado e que ocorre durante todo o desenvolvimento das unidades letivas. Nesse contexto, obedecendo à legislação vigente (LDB 9394/96 e o Regimento Escolar Unificado da Rede Estadual de Ensino da Bahia), o Programa exige média final igual ou superior a 50,0 (cinquenta) pontos e frequência igual ou superior a 75% do total de aulas dadas. Nessa perspectiva, o Programa organiza-se de modo semelhante ao Ensino Médio regular e atua com o objetivo de garantir ao estudante a continuação de sua formação estudantil e profissional. Dessa forma, o EMITec está presente em todos os Territórios de Identidade do estado da Bahia, sendo eles: Irecê, Velho Chico, Chapada Diamantina, Sisal, Litoral Sul, Baixo Sul, Extremo Sul, Médio Sudoeste da Bahia, Vale do Jequiriçá, Sertão do São Francisco, Bacia do Rio Grande, Bacia do Paramirim, Sertão Produtivo, Piemonte do Paraguaçu, Bacia do Jacuípe, Piemonte da Diamantina, Semiárido Nordeste II, Litoral Norte e Agreste Baiano, Portal do Sertão, Vitória da Conquista, Recôncavo, Médio Rio das Contas, Bacia do Rio Corrente, Itaparica, Piemonte Norte do Itapicuru, Costa do Descobrimento e Região Metropolitana de Salvador (BAHIA, 2011).

Dessa maneira, a abrangência do Programa EMITec alcança uma perspectiva que supera a distância das comunidades aos centros urbanos, buscando promover o acesso à educação de estudantes que vivem em diversas comunidades do estado da Bahia. Por meio desse Programa, a Secretaria da Bahia oportuniza a conclusão dos estudos por jovens e adultos que pertencem a várias localidades baianas que não contam com a oferta do Ensino Médio, etapa final da Educação Básica. Mas, analisando o quadro nos perguntamos: a disposição didática dá conta da(s) juventude(s) do campo? A televisão e o professor lá em Salvador dão conta? Diante desses questionamentos, fizemos a avaliação a seguir.

### 1.1 Aspectos positivos

- O EMITEC apresenta como um dos pontos positivos o acesso, pois o Programa possibilita que os alunos do campo possam estudar na sua comunidade ou próximo a ela, evitando assim viagens longas para estudar em uma escola da cidade.
- Como é ofertado à noite, o Programa permite ainda que alunos que já tinham desistido consigam voltar a estudar e concluir essa etapa da Educação Básica.

### 1.2 Aspectos negativos

Ao realizar uma análise detalhada sobre o processo de funcionamento do EMITec, percebemos que o Programa não se alicerça na Resolução CNE/CEB n.º 1, que institui Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, prevendo nos Arts. 2º e 5º:

Parágrafo único. A identidade da escola do campo é definida pela sua vinculação às questões inerentes à sua realidade, ancorando-se na temporalidade e saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva que sinaliza futuros, na rede de ciência e tecnologia disponível na sociedade e nos movimentos sociais em defesa de projetos que associem as soluções exigidas por essas questões à qualidade social da vida coletiva no país.

Art. 5º As propostas pedagógicas das escolas do campo, respeitadas as diferenças e o direito à igualdade e cumprindo imediata e plenamente o estabelecido nos artigos 23, 26 e 28 da Lei 9.394, de 1996, contemplarão a diversidade do campo em todos os seus aspectos: sociais, culturais, políticos, econômicos, de gênero, geração e etnia, (BRASIL, 2002).

Ao adotar uma proposta curricular única para todas as comunidades onde o Programa está implantado, desconsidera as especificidades socioculturais locais e não leva em conta os processos históricos de constituição da identidade dos povos que formam as comunidades campesinas. Nessa direção, a proposta do EMITec também não está alinhada com o Decreto n.º 7.352, que prevê no Art. 1º, § 4º:

A educação do campo concretizar-se-á mediante a oferta de formação inicial e continuada de profissionais da educação, a garantia de condições de infraestrutura e transporte escolar, bem como de materiais e livros didáticos, equipamentos, laboratórios, biblioteca e áreas de lazer e desporto adequados ao projeto político-pedagógico e em conformidade com a realidade local e a diversidade das populações do campo, (BRASIL, 2010b).

E no que concerne aos materiais didático-pedagógicos e à estrutura escolar, observamos que o Programa vai na contramão do que está posto no Art. 6º, do Decreto n.º 7.352/2010, que dispõe:

Os recursos didáticos, pedagógicos, tecnológicos, culturais e literários destinados à educação do campo deverão atender às especificidades e apresentar conteúdos relacionados aos conhecimentos das populações do campo, considerando os saberes próprios das comunidades, em diálogo com os saberes acadêmicos e a construção de propostas de educação no campo contextualizadas, (BRASIL, 2010b).

Dessa forma, observamos que o processo de implantação e funcionamento do EMITec não se desenvolve segundo o que está posto na política de Educação do Campo. Assim, percebemos que:

- As aulas são cansativas, deveriam ser mais dinâmicas e interativas.
- Os alunos acabam dispersando na hora da aula e conversam muito.
- As explicações dos professores *online* não contemplam todas as dúvidas dos alunos e, na maioria das vezes, o professor mediador também não sabe responder.
- Quando colocadas as dúvidas no *chat*, os professores demoram a responder.
- Às vezes há problemas nas transmissões das aulas.
- Apesar de funcionar em comunidades campesinas, os conteúdos são descontextualizados com a realidade dos jovens estudantes.
- Ausência de interação entre o professor especialista e os alunos.
- Falta de preparação das professoras mediadoras de acordo com as especificidades das comunidades.
- Problemas com a qualidade do sinal da internet.
- Os *chats* não são suficientes para garantir o estabelecimento de uma relação entre os sujeitos do processo de ensino e aprendizagem.
- As especificidades locais, como trabalho, período de chuvas, cultura, tradições, entre outros, não são contempladas na proposta pedagógica do Programa.
- Modelo educacional pautado no ensino por meio da transmissão de informações.
- Os alunos sentem falta de um professor presencial.
- Os professores especialistas não procuram interagir com os estudantes



### 1.3 Proposições

Tendo como base as análises sobre a proposta pedagógica do EMITec e a maneira como acontece o processo de ensino na oferta do Ensino Médio no campo, compreendemos que os jovens e adultos desse espaço têm direito a uma educação construída a partir de uma proposta pedagógica elaborada com a participação desses sujeitos. Nesse processo, é imprescindível que se leve em conta o processo sócio-histórico de construção de sua identidade, de sua cultura e das maneiras de construir a vida no meio rural.

Partindo do princípio de que um modelo educativo pautado na transmissão de conteúdos por meio de teleaulas não contempla as especificidades socioculturais e econômicas do povo campesino, vê-se a necessidade da tomada de outros caminhos para possibilitar aos estudantes do campo o acesso a um processo educacional que favoreça a continuação dos estudos e que seja desenvolvido de acordo com as necessidades desses sujeitos.

Nesse cenário, adotar estratégias inerentes à organização pedagógica da Pedagogia da Alternância se apresenta como uma possibilidade de materialização de uma proposta educacional do campo para os jovens desse espaço, uma vez que busca valorizar os conhecimentos e experiências diárias dos estudantes e de seu grupo social. Sua proposta pedagógica propõe ações direcionadas para o trabalho no campo, respeito da cultura campesina, reconhecimento dos saberes e valorização do modo de vida nesse espaço. O objetivo não é a permanência do jovem no campo, mas apresentar-lhe as possibilidades para ficar ou sair do meio rural. Assim, recomendamos que a proposta pedagógica para o Ensino Médio no campo seja estruturada a partir de:

- Aulas elaboradas com conteúdos voltadas à realidade do campo que contemplem mais as especificidades dos alunos.
- Currículo elaborado por cada comunidade com a participação ativa de todos os segmentos que compõem a escola: direção, professores mediadores, estudantes e família.
- Construção do Projeto Político Pedagógico específico da escola do campo com a participação dos sujeitos de modo a contemplar questões inerentes à vida do povo campesino, promovendo o respeito à diversidade do campo em seus aspectos diversos; desenvolvimento de políticas de formação de profissionais da educação; valorização da identidade da escola do campo por meio de projetos

pedagógicos e controle social da qualidade da educação escolar (BATISTA, 2014).

- Promoção da participação dos alunos durante as aulas com a utilização de metodologias ativas como, por exemplo, aprendizagem baseada em projetos, sala de aula invertida e ensino híbrido, o que possibilita um maior envolvimento dos alunos com os conteúdos estudados.
- Em relação aos mediadores presenciais, esses deveriam ter uma formação específica e continuada para que conheçam mais sobre o que vai ser trabalhado com os alunos e, no decorrer das aulas, possam responder algumas dúvidas dos estudantes, não dependendo apenas das respostas dos tutores *online*.

### 1.3.1 Sugestão de organização de conteúdos

O Programa EMITEC é visto por muitos como um avanço e solução para que os alunos do campo continuem a estudar na comunidade onde vivem, mas para que ele possa realmente atender a demanda do que a Educação do Campo propõe para o ensino, ele deveria passar por algumas reformulações sugeridas no Quadro 3.

Quadro 3 – Sugestão de reorganização dos conteúdos escolares a partir de Projetos Educacionais

(continua)

	<b>Área do conhecimento</b>	<b>Disciplina</b>	<b>Temas para os Projetos Educacionais</b>
<b>Base Nacional Comum</b>	Linguagens, Códigos e suas Tecnologias	Língua Portuguesa e Literatura Brasileira	Tradições orais; Cantigas tradicionais; Regionalismo – focar nas produções literárias locais; Arte e artesanato locais; Cultura corporal no campo.
		Arte	
		Educação Física	
	Ciências da Natureza e suas Tecnologias	Física	Biomassas locais; Desenvolvimento sustentável do campo; Preservação de recursos naturais; Agroecologia;
		Química	
		Biologia	
	Matemática e suas Tecnologias	Matemática	Etnomatemática

Quadro 3 – Sugestão de reorganização dos conteúdos escolares a partir de Projetos Educacionais

(conclusão)

	Ciências Humanas e suas Tecnologias	História	Luta pela terra;
		Geografia	Questões agrárias no Brasil;
		Filosofia	História da comunidade;
		Sociologia	Cultura local; Diversidade cultural da juventude camponesa; Movimentos sociais do campo; Leitura da realidade camponesa – uma crítica social.
<b>Parte Diversificada</b>		Língua Estrangeira – Inglês	Língua Inglesa contextualizada com a realidade local.
		Atividades complementares	Projetos para o futuro; Agricultura familiar; Criação de animais; A Política de Educação do Campo; Desenvolvimento econômico local; Cooperativismo e associativismo.
<b>Observações:</b>			
<ul style="list-style-type: none"> <li>- A carga horária pode ser definida juntamente com os alunos, os pais e a comunidade.</li> <li>- Os Projetos Educacionais podem ser construídos juntamente com os alunos, segundo o campo de interesse e de experiência da juventude camponesa.</li> <li>- A parte diversificada pode ser constituída por áreas inerentes ao modo de vida no campo ou a questões relacionadas com os saberes das comunidades camponesas.</li> </ul>			

Fonte: Construção da autora (2021).

Para atender as especificidades da realidade das diversas comunidades camponesas, quilombolas, indígenas, ribeirinhas, entre outras, a proposta do EMITec deveria ter como direcionamento os Princípios da Educação do Campo elencados no Quadro 4.

Quadro 4 – Princípios Filosóficos e Pedagógicos da Educação do Campo segundo o MST (1996).

(continua)

<b>PRINCÍPIOS FILOSÓFICOS</b>	<b>PRINCÍPIOS PEDAGÓGICOS</b>
1) Educação para a transformação social: educação de classe, massiva,	1) Relação entre teoria e prática. 2) Combinação metodológica entre

Quadro 4 – Princípios Filosóficos e Pedagógicos da Educação do Campo segundo o MST (1996).

(conclusão)

<p>organicamente vinculada ao movimento social, aberta ao mundo para a ação e aberta para o novo.</p> <p>2) Educação para o trabalho e a cooperação.</p> <p>3) Educação voltada para as várias dimensões da pessoa humana.</p> <p>4) Educação com/para valores humanistas e socialistas.</p> <p>5) Educação como um processo permanente de formação/transformação humana.</p>	<p>processo de ensino e de capacitação.</p> <p>3) A realidade como base da produção do conhecimento.</p> <p>4) Conteúdos formativos socialmente úteis.</p> <p>5) Educação para o trabalho e pelo trabalho.</p> <p>6) Vínculo orgânico entre processos educativos e processos políticos.</p> <p>7) Vínculo orgânico entre processos educativos e processos econômicos.</p> <p>8) Vínculo orgânico entre educação e cultura.</p> <p>9) Gestão democrática.</p> <p>10) Auto-organização dos/das estudantes.</p> <p>11) Criação de coletivos pedagógicos e formação permanente dos educadores/das educadoras.</p> <p>12) Atitude e habilidades de pesquisa.</p> <p>13) Combinação entre processos pedagógicos coletivos e individuais.</p>
---	--

Fonte: Elaborado pela autora.

Percebemos que esses princípios se constituem elementos essenciais no processo de construção de matrizes didático-pedagógicas da Educação do Campo, uma vez que problematizam e discutem questões relacionadas à cultura, aos modos de produção econômica e da vida campesina. Acima de tudo, os princípios da Educação do Campo, delineados pelo MST, consideram os sujeitos de direitos que compõem as comunidades campesinas e que frequentam a escola do campo, enfatizando a importância de uma proposta educacional que oriente como direcionar as ações no contexto da escola do campo. Visando a superação de uma concepção mercadológica de educação, os Princípios da Educação do Campo apontados no Quadro 4 para adquirirem sentido prático aos jovens, podem ser articulados com os Projetos Educacionais desenvolvidos com os estudantes e incorporados na gestão escolar e Projeto Político Pedagógico da escola.

Nesse sentido, torna-se imprescindível as adequações do Projeto Político Pedagógico do EMITec nas escolas do campo de modo que priorize conteúdos e práticas pedagógicas que abarquem a discussão sobre aspectos importantes da vida do povo campesino e sobre os elementos culturais dos jovens do campo. Nesse contexto,

percebemos a necessidade de reformulação das iniciativas de oferta do Ensino Médio no campo, de forma que seja pensado a partir do respeito à diversidade sociocultural do campo, em todas as suas particularidades, estímulo à construção de projetos político-pedagógicos específicos das escolas do campo, valorizando a história da comunidade, favorecendo o desenvolvimento da escola; criação e efetivação de políticas de formação de profissionais da educação para atuar no meio rural; valorização da identidade da escola do campo.

## **2 JUVENTUDE DO CAMPO, EDUCAÇÃO E TRABALHO**

Os estudos sobre os jovens do campo ainda são poucos e carecem de aprofundamento para dar visibilidade a essa categoria social. Segundo Weisheimer (2013), dois fatores chamam a atenção dos pesquisadores sobre os jovens do campo: um diz respeito ao amplo processo migratório desses jovens e o outro se refere à permanência da invisibilidade social desses jovens. A esse respeito, o autor destaca:

Entre todos os excluídos e marginalizados de nossa sociedade atual, os jovens que vivem em territórios rurais figuram entre os mais vulneráveis. A invisibilidade social a que estes jovens estão submetidos consiste numa das expressões mais cruéis de exclusão social, uma vez que, dessa forma, eles não se tornam sujeitos de direitos sociais ou alvos de políticas públicas, inviabilizando o rompimento da própria condição de exclusão (WEISHEIMER, 2013, p. 23).

Isso contribui com o processo de fragilização da juventude do meio rural, refletindo-se na ausência de direitos como saúde, esporte, lazer, trabalho e uma educação de qualidade, pois mesmo tendo escolas no campo nem sempre elas recebem os insumos necessários e profissionais habilitados para trabalhar nesse espaço. Outro fator que é preciso levar em conta no estudo a respeito da juventude, tanto do meio urbano quanto do meio rural, diz respeito à diversidade das juventudes existentes nesses espaços (PAIS, 1953). Os jovens do campo são comumente associados à agricultura familiar, aquele jovem que ajuda os pais na lavoura, que vai à escola à noite, em alguns casos apenas, e que posteriormente constituirá família e sucederá o pai na administração da propriedade rural. No entanto, essa visão está aquém da realidade atual. Weisheimer (2013, p. 26) discute que “não existe uma juventude rural, mas muitas juventudes rurais. Superar a invisibilidade das juventudes rurais implica em reconhecer que ela não é

simplesmente um elemento da diversidade, mas que contém, ela mesma, toda uma diversidade de tipos sociais”.

Desse modo, a diversidade de juventudes surge no âmbito das transformações sociais e culturais de cada época e espaço, sendo, também, resultado dos processos de socialização aos quais a juventude é submetida. Os estudos sociológicos entendem que é por meio da socialização, da interação com a família e com o outro que o jovem constrói sua identidade. Nesse contexto, é preciso entender os jovens como sujeitos históricos cujas atitudes, visão de mundo e forma de expressão das características de sua época e espaço se refletirão em suas vidas.

Para compreender a juventude, ou juventudes do meio rural, no âmbito escolar, faz-se necessário entender como acontece, ou não, o diálogo entre o cotidiano escolar e os elementos da cultura juvenil. Esses elementos culturais próprios dos jovens são fundamentais na constituição da condição juvenil dos alunos e apresentam dimensões várias que são construídas a partir do contexto social e cultural do qual o jovem faz parte. A condição juvenil é construída, portanto, por meio das experiências e na interação com seus pares em seu grupo social, conferindo certas particularidades em suas vivências; é um momento que apresenta, também, algumas tensões e incertezas entre presente e futuro. Segundo Dayrell (2007, p. 1108), a condição juvenil “refere-se à maneira de ser, à situação de alguém perante a vida, perante a sociedade. (...) às circunstâncias necessárias para que se verifique essa maneira ou tal situação”.

O espaço escolar é um local propício para a formação do cidadão ao mesmo tempo em que é considerado espaço adequado para favorecer mudanças sociais. As juventudes veem na educação um meio para ter acesso a outros direitos, como saúde, trabalho e moradia. É no espaço escolar, por meio da socialização com o outro e com os conhecimentos, que o jovem faz seus projetos de futuro. Dessa forma, torna-se necessário pensar o jovem como sujeito de direitos.

Um aspecto que é necessário levar em conta na vida estudantil dos jovens diz respeito ao significado que o trabalho representa para os estudantes, uma vez que o trabalho se constitui, desde muito cedo, uma realidade na vida dos jovens do campo. Para além dos aspectos relacionados à sobrevivência e satisfação das necessidades básicas, no mundo capitalista o jovem tem a necessidade de consumir e sabe que para isso precisa trabalhar para adquirir os meios financeiros para o seu consumo. Realidade principalmente dos jovens das classes populares, que desde tenra idade precisam exercer trabalhos diversos para contribuir com o orçamento da família.

Conforme dados da pesquisa, identificamos que os estudantes do EMITec que participaram da pesquisa não pensam em abandonar a escola para poder trabalhar, uma vez que afirmaram, unanimemente, que a escola representa um caminho para arranjar um trabalho melhor, menos desgastante e que lhes propicie uma renda melhor. Embora os jovens enfrentem desafios diários para estudar, como estradas ruins, cansaço decorrente do trabalho, dentre outros, a escola é espaço de socialização, de aprendizagem e de troca de experiências.

### **3 ENCAMINHAMENTOS E PROPOSTAS**

A pesquisa sobre as expectativas de formação dos jovens camponeses que fazem parte do EMITec revelou que a escola possui centralidade na vida desses jovens. Para além da aquisição de um certificado de conclusão da Educação Básica, a escola se apresenta como espaço de socialização, de manifestação dos elementos culturais da juventude camponesa, assim como meio para garantir o acesso a um trabalho menos cansativo que o desenvolvido no meio rural.

Entretanto, observamos, por meio dos relatos dos jovens participantes da pesquisa, que adquirir um trabalho menos estafante não significa sair do campo para outros espaços. Os jovens demonstram o desejo de permanecer em seu local de nascimento, onde possuem suas raízes culturais e familiares, além de ser sossegado e sem violência, se comparado com a cidade. Dessa forma, partindo da avaliação do Programa, apresentada no subtópico 1.2, que trata dos aspectos negativos, e a partir dos diálogos com os jovens no percurso da pesquisa, apresentamos propostas de cursos de curta duração que a escola de Ensino Médio no campo, em parceria com órgãos governamentais, pode desenvolver na escola.

Os cursos podem compor a parte diversificada do Currículo do Ensino Médio e acontecer às sextas-feiras, de maneira coletiva. A ideia é que as oficinas estejam alinhadas com os Projetos Educacionais construídos pela escola em parceria com os jovens. Para o desenvolvimento das oficinas, a escola pode buscar estabelecer parcerias com professores de outros espaços e com profissionais com formação específica nas áreas das oficinas propostas.

Outra possibilidade de implantação dos cursos citados a seguir é por meio da Associação dos Moradores da comunidade. A Associação está sem presidência e pouco atuante, assim, a diretora e eu temos o projeto de buscar parcerias para reativar a

Associação e, por meio dela, buscar a oferta de serviços para a comunidade. E um dos objetivos é estabelecer contatos e adquirir meios de implementar a oferta desses cursos na comunidade. Nesse formato, os cursos favorecem a aprendizagem baseada na cultura local e possibilitam aos jovens o desenvolvimento de uma atividade laboral que culmine com a geração de renda.

### 3.1 Curso 1: Horticultura

**Objetivo:** potencializar saberes e fazeres da coletividade em prol do cultivo de hortaliças de maneira a assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar a todos os envolvidos.

<b>Descrição</b>	Esta oficina visa estimular/contribuir com os estudantes do EMITec, junto com a comunidade, uma discussão sobre o cultivo de hortaliças e as relações entre o campo e a cidade, conduzindo os participantes a vivenciar o contato direto com o meio ambiente e sua preservação.
<b>Aspectos abordados</b>	Agroecologia, confecção de compostagem, técnicas de preparação e cultivo do solo de acordo com cada hortaliça, protagonismo da comunidade, promoção da discussão sobre a importância da preservação de recursos naturais para garantir a produção de alimentos, caldas e extratos de plantas utilizados como defensivos na agricultura orgânica. Desenvolvimento sustentável e economia solidária.
<b>Incentivo financeiro</b>	Produção de hortaliças contribui para complementação de renda dos jovens e do pequeno produtor.

### 3.2 Curso 2: Culinária

**Objetivos:** promover a geração de renda aos jovens e familiares motivando-os para o ingresso no mundo do trabalho; promover a capacitação dos (as) jovens para o ramo culinário e alimentício através de aulas com profissionais capacitados e auxílio alimentício para que o projeto ganhe continuidade.

<b>Descrição</b>	Visa conscientizar os alunos sobre a importância de uma alimentação saudável, como fundamento de uma vida saudável, conseguindo com que sejam cidadãos responsáveis pela melhoria da sua situação de vida e tenham condições para alto desempenho e sucesso profissional.
<b>Aspectos abordados</b>	Alimentação saudável. Reaproveitamento de casas de alimentos. Produção de bolos, doces e salgados utilizando os



	alimentos da região. Produção de pratos típicos da região.
<b>Incentivo financeiro</b>	Produção de alimentos e sua venda contribuem para geração de renda dos alunos da comunidade.

### 3.3 Curso 3: Técnicas Agrícolas

**Objetivo:** ofertar a formação técnica e científica dos jovens com preparação e capacitação na utilização de tecnologias relacionadas à agricultura e à criação de animais visando a sustentabilidade de sistemas agrícolas e pecuários.

<b>Descrição</b>	Este curso visa ensinar técnicas básicas de agricultura e manejo de animais de criação.
<b>Aspectos abordados</b>	Tipos de solos; Tipos de sementes; Plantio; Tipos de culturas; Matéria-prima de origem animal e vegetal; Colheita e pós-colheita; Insumos agrícolas; Meio ambiente; Associativismo e cooperativismo; Manejo de animais de criação: bovinos, suínos, caprinos, ovinos e aves.
<b>Incentivo financeiro</b>	O curso pode habilitar os jovens a atuarem tanto nos lotes com sua família, quanto prestar assistência nos lotes de outros pequenos agricultores.

### 3.4 Curso 4: Corte e Costura

**Objetivos:** transformar a realidade familiar por meio de capacitação profissional e geração de renda, visando abrir uma nova perspectiva às pessoas da comunidade; promover a formação técnica, ética e cidadã dos (as) jovens para que possam contribuir para o desenvolvimento dos arranjos sociais; conhecer práticas de empreendedorismo e associativismo; estimular o desenvolvimento de práticas empreendedoras como alternativa para o desenvolvimento local.

<b>Descrição</b>	O foco principal da oficina será o ensino profissionalizante e técnico que auxilie no reconhecimento e desenvolvimento de habilidades e competências para a profissionalização da comunidade e conseqüente melhoria da qualidade de vida de todos e desenvolvimento da região. Este curso visa ensinar como modelar e costurar peças do vestuário, utilizando técnicas de modelagem plana, corte, costura e acabamento.
------------------	--

<b>Aspectos abordados</b>	Tipos de bordados, técnicas básicas de costura. Modelagem. Preparação do tecido. Estrutura dos tecidos. Dicas para compra de tecidos. Como reconhecer o avesso e o direito do tecido. Como trabalhar com: tecidos delicados, pelos, lisos, etc. Relação de tecido, agulha, linha e ponto sobre o risco e o corte
<b>Incentivo financeiro</b>	O curso permite que os alunos aprendam uma nova profissão que poderá contribuir com a sua renda.

### 3.5 Curso 5: Corte de cabelo

**Objetivo:** capacitar os alunos que queiram iniciar na carreira promissora de cabeleireiro.

<b>Descrição</b>	Este curso irá proporcionar ao aluno o conhecimento necessário de maneira prática para executar cortes masculinos e femininos, tendo uma oportunidade de trabalho e de abrir seu próprio negócio.
<b>Aspectos abordados</b>	Composição e crescimento do cabelo; Tipos de cabelo; Características e tipologias de rostos: oval, quadrado. Triangular e trapézio; Divisões de cabelo para cada tipo de corte: Ângulos e graus Técnicas de cortes Cortes femininos e masculinos Revisão prática dos cortes em modelos gratuitos; Orientação para montagem de salão.
<b>Incentivo financeiro</b>	O curso permite que os alunos aprendam uma nova profissão que poderá contribuir com a sua renda.

### 3.6 Curso 6: Gestão e Comercialização

**Objetivo:** capacitar os jovens a ajudar a família na gestão do lote familiar e desenvolver técnicas de comercialização de seus produtos.

<b>Descrição</b>	Este curso pode permitir o desenvolvimento de uma visão estratégica para as atividades de comercialização e ampliação do cultivo de produtos agrícolas, por meio da gestão do uso da terra.
<b>Aspectos abordados</b>	Gestão e Administração da propriedade familiar; Conhecimento de mercado para revenda de produtos agrícolas. Técnicas de produção de alimentos de qualidade;

	Cuidados com animais de pequeno porte; Regras e técnicas de negociação; Agregar valor aos produtos; Relacionamento com o consumidor.
<b>Incentivo financeiro</b>	Com o curso, o estudante pode fortalecer a agricultura familiar, compreender como administrar a propriedade familiar, desenvolver estratégias de comercialização e produzir produtos de qualidade. Com isso, agregará valor aos seus produtos e ao seu trabalho.

### 3.7 Curso 7: Informática Básica

**Objetivo:** promover o desenvolvimento de habilidades básicas de operação dos recursos básicos do computador de modo a possibilitar a entrada do estudante no meio acadêmico e também no mundo do trabalho.

<b>Descrição</b>	O curso pode possibilitar ao estudante a capacitação para manusear os recursos básicos do computador e lidar de maneira criativa com as mídias tecnológicas da informação e comunicação.
<b>Aspectos abordados</b>	Operação Básica do Windows: editando textos, imagens, planilhas, etc. Realização de pesquisas na Internet. Construção de planilhas básicas no Microsoft Excel. Construção de Slides no Microsoft PowerPoint Configuração e aplicação do Padrão ABNT no Microsoft Word. Entender os conceitos relacionados à segurança e manutenção de computadores.
<b>Incentivo financeiro</b>	Por meio do curso, o estudante pode desenvolver serviços de assistência técnica em computadores, assim como auxiliar na formatação e edição de textos, vídeos, músicas, dentre outros trabalhos nessa área.

Nesse cenário, a proposta de oferta dessas oficinas, agregadas à matriz curricular do Ensino Médio no campo e em diálogo com as especificidades da Educação do Campo, amplia o sentido da escola. Esta, para além de um espaço de transmissão de conhecimentos formais, torna-se lugar de socialização, de construção de conhecimento e dialoga com o universo juvenil e os interesses dos jovens estudantes do campo.

## CONSIDERAÇÕES

Os caminhos percorridos durante a pesquisa nos levaram à compreensão de que o EMITec é uma política educacional que, mesmo apresentando como objetivo a oferta da educação para jovens e adultos de comunidades de difícil acesso e que não concluíram a educação básica na idade certa, educação pautada na multiculturalidade das comunidades, se separa das especificidades da Educação do Campo, uma vez que não contempla a realidade cultural dos/das jovens estudantes do campo e atua dentro de uma dinâmica generalista de veiculação e transmissão de conhecimentos. Assim, a linguagem e as estratégias de ensino adotadas pelo Programa não alcançam os/as jovens estudantes, promovendo a oferta de uma educação fragmentada e descontextualizada da realidade do povo campesino.

Isso revela a necessidade de uma reordenação na maneira de ofertar o Ensino Médio no campo por meio de uma proposta curricular que contemple a diversidade cultural do povo campesino e as expectativas dos jovens estudantes. Também há a necessidade de investimento em infraestrutura das escolas, capacitação dos professores mediadores e elaboração de uma proposta condizente com as especificidades de cada comunidade. Isso com vistas à valorização e emancipação política da juventude desse espaço.

Desse modo, apresentamos aqui uma sugestão de construção de um plano educacional que contemple as especificidades da comunidade ao mesmo tempo em que possibilita aos jovens o desenvolvimento de atividades de geração e complementação da renda familiar. Nessa perspectiva, a reestruturação metodológica do Programa pode oferecer espaços de discussão que envolvam elementos da realidade sociocultural do estudante e que promovam a interação dos professores com os jovens, para, desse modo, estabelecer um elo mais forte entre o processo educacional e os projetos de vida dos jovens.

## REFERÊNCIAS

- ARANHA, R. R. **Ensino Médio com Intermediação Tecnológica**: um estudo da implementação de uma política pública educacional no estado da Bahia. 2018. Dissertação (Mestrado em Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação) – Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2018.
- BAHIA (Estado). **Portaria n.º 424, de 21 de janeiro de 2011**. Implanta o Programa Ensino Médio com Intermediação Tecnológica (EMITEC). Salvador: EGBA, 2011.
- BAHIA (Estado). **Orientações Gerais para Mediadores do EMITec**. Salvador: Secretaria de Educação, 2013. Acesso em: 15 jan. 2021.
- BATISTA, M. do S. X. Da luta às políticas de educação do campo: caracterização da educação e da escola do campo. *In: XXII EPEN – Encontro de Pesquisa Educacional do Norte e Nordeste*. Natal-RN, 2014. Disponível em: [www.fe.ufg.br > cmv > controle](http://www.fe.ufg.br/cmv/control). Acesso em: 15 jan. 2021.
- BRASIL. **Resolução CNE/CEB 1, de 3 de abril de 2002**. Institui Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. 2002. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=13800-rceb001-02-pdf&category\\_slug=agosto-2013-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=13800-rceb001-02-pdf&category_slug=agosto-2013-pdf&Itemid=30192). Acesso em: 17 jan. 2021.
- BRASIL. **Resolução n.º 4, de 13 de julho de 2010**. Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. Brasília: MEC, 2010a. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004\\_10.pdf](http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_10.pdf). Acesso em: 24 fev. 2021.
- BRASIL. **Decreto n.º 7.352, de 4 de novembro de 2010**. Dispõe sobre a política de Educação do Campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA. Brasília: Palácio do Planalto, 2010b. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-010/2010/decreto/d7352.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-010/2010/decreto/d7352.htm). Acesso em: 26 jun. 2015.
- DAYRELL, J. A escola ‘faz’ as juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil. **Educação e Sociedade**, v. 28, n. 100, p. 1105-1128, out. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/RTJFy53z5LHTJjFSzq5rCPH/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 6 jan. 2021.
- EMITEC. Ensino Médio com Intermediação Tecnológica. Disponível em: <http://www.emitec.educacao.ba.gov.br>. Acesso em: 24 fev. 2021.
- MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **Princípios da educação no MST**. São Paulo: MST, 1996. (Caderno de Educação, n.º 8)
- PAIS, J. M. **Culturas Juvenis**. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1953.
- WEISHEIMER, N. Sobre a invisibilidade social das juventudes rurais. **Densidades**, n. 1, ano 1, dez. 2013.